



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

IGOR MOREIRA DE SOUSA PINTO

**O MORRO DA VITÓRIA: UM ESTUDO SOCIOANTROPOLÓGICO SOBRE
AGÊNCIAS CONSTITUTIVAS NO CALOR DE UM CONFLITO**

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá

FORTALEZA

2017

IGOR MOREIRA DE SOUSA PINTO

**O MORRO DA VITÓRIA: UM ESTUDO SOCIOANTROPOLÓGICO SOBRE
AGÊNCIAS CONSTITUTIVAS NO CALOR DE UM CONFLITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P728m Pinto, Igor Moreira de Sousa.

O Morro da Vitória : um estudo socioantropológico sobre agências constitutivas no calor de um conflito

Igor Moreira de Sousa Pinto. – 2017.

222 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

1. ocupação. 2. acontecimento. 3. luta. 4. política. 5. etnografia urbana. I. Título.

CDD 301

IGOR MOREIRA DE SOUSA PINTO

**O MORRO DA VITÓRIA: UM ESTUDO SOCIOANTROPOLÓGICO SOBRE
AGÊNCIAS CONSTITUTIVAS NO CALOR DE UM CONFLITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 06/02/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Irllys Alencar Firmo Barreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Maria Ribeiro de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Às “meninas do Morro”

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo às pessoas que construíram comigo as trilhas na vida que possibilitaram esta pesquisa. As “meninas do Morro”: Liduina, Lucirene, Graça, Assis, Lucimar, Fátima... às demais peço desculpas por não citar. Aquelas me marcaram mais, talvez, por termos nos dedicado juntas ao projeto coletivo em torno do Movimento dos conselhos populares – Mcp, sobretudo no Mcp-Praia. Deste modo, estendo meus agradecimentos a tantas pessoas que fizeram ou fazem parte deste Movimento como Weyne, Neide, Francisco, Cícera, Juscelino, Beth, Rose, Meire, Pedro, Rosa, Luciana, Ju, Biba (*in memoriam*)... e tantas outras que passaram e todas que persistem na luta. Um agradecimento especial às pessoas que participaram, com diferentes níveis de envolvimento, da ocupação Raízes da Praia, e às que hoje moram e se dedicam à comunidade. Muitas das balizas desta pesquisa foram apreendidas nessas experiências, por isso muito obrigado a quem as compartilhou. Para além do Mcp, incluo companheiras/os do universo ampliado do movimento popular em Fortaleza, principalmente às companheiras/os de caminhada das Ceb e pastorais sociais com quem construímos, por vários anos, o Grito dos Excluídos em Fortaleza. Também àquelas pessoas com quem comecei a descobrir a luta social como uma opção de vida, nos coletivos de assessoria jurídica popular e do movimento estudantil – muita gente, ainda bem.

Participando em todos esses espaços citados acima, inclusive nesta empreitada acadêmica, uma pessoa viveu comigo incontáveis experiências e aprendemos muita coisa juntos, por isso faço um agradecimento especial a Jacqueline.

Agradeço ao meu orientador, professor Leonardo Sá. Uma orientação que começou antes mesmo de ingressar no mestrado – nesse sentido mais do que orientação, incentivo. E que continuou, ao longo desses mais de dois anos, de forma sempre atenciosa e enriquecedora de leituras, questões, estratégias e também na condição de professor em sala de aula, somando-se às professoras/es Andrea Leão, André Haguete, Irllys Barreira, César Barreira, Linda Gondim, Crístian Paiva, Alba Carvalho. Agradeço também a todo o pessoal do Departamento de Ciências Sociais da UFC, os demais professores, os colegas estudantes, Socorro e Lorena da Secretaria da pós-graduação e demais servidoras/es, seu Nilson e os demais trabalhadores/as da manutenção, zeladoria, limpeza, e segurança.

Agradeço ao professor Renato Pequeno do Dau-Ufc pelas conversas, atividades de campo, material repassado e pela rica participação na minha banca de qualificação. Neste sentido também agradeço ao professor Irapuan Peixoto. Ambos deram ajudas valiosas para

prosseguir o trabalho, marcando o resultado final desta dissertação. Agradeço também a todo o pessoal do Lehab, Sara, Valéria e demais, bem como à professora Clarrissa Freitas, coordenadora do Pet-Dau-Ufc e todos os bolsistas de ambos os projetos, especialmente a Aline Góis pela ajuda providencial na confecção dos mapas do Morro da Vitória, do entorno e da região.

Às companheiras/os de trabalho e luta da equipe com quem trabalhei no Escritório Frei Tito de Alencar – Efta entre 2004 a 2007, Gerlena, Demitri, Jairo, Jacqueline e os muitos e queridos estagiários/as; bem como aos muitos “assessorados” que me ajudaram a entender *direitos* sob a perspectiva de quem luta por eles na cidade profunda. Também à Fatinha e demais companheiras da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Alece.

Agradeço a Chicão Oliveira e Sandra Helena pelas conversas, toques, informações da perspectiva de militantes da União das Comunidades e da União das Mulheres do Ceará que estiveram presentes na luta do Morro da Vitória, e à Sandra também pelas reportagens de jornal do seu acervo pessoal e pelas explicações que me deu; também às suas companheiras de luta que estiveram lá: Rosa Fonseca, Maria Luiza, Iranildo, Jeane dentre outras pessoas.

Agradeço à professora Luciana Ribeiro de Oliveira (UFCG) por compor a banca de defesa da dissertação junto à professora Irllys Barreira e o prof. Leonardo Sá.

Agradeço a todos/as da minha família por uma vida de apoio.

À nossa turma do mestrado de 2015, da qual adorei participar, um forte abraço a todas/os.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a *ocupação* que deu origem à *comunidade* Morro da Vitória, próximo ao Farol Novo do Mucuripe, Fortaleza-Ce. Estuda o contexto sócio-espacial e político do acontecimento, as práticas, estratégias e ações de agentes individuais e coletivos em meio à luta. Analisa a constituição da “comunidade política” do Morro da Vitória, além da sua criação sócio-espacial, a criação da “Comissão” e do “Barracão” e suas agências confrontadoras e mediadoras junto ao Estado, a organização da comunidade e articulação desta com seus aliados, a constituição do “grupo” fundador da associação (e outras formas organizativas) e a instituição da “liderança comunitária”. Trata de uma série de acontecimentos desencadeados no início de 2001, que resultaram num grande conflito fundiário, após a ocupação de quadras no “morro” que estavam destinadas à construção de um conjunto habitacional, no bojo de um projeto de “urbanização” que implicaria remoção de famílias de áreas próximas da praia para o cimo do campo de dunas, em torno ao farol. Com isso, há um intenso processo de transformações e produção do espaço, de relações sociais e legitimidades políticas. No contexto de conflitos sócio-espaciais na região pesquisada, uma peculiaridade: por que no caso do Morro da Vitória, além de ocupar, pessoas decidiram resistir às tentativas de despejo? Levando em conta que as ocupações na região se caracterizam muito mais como práticas *discretas* de resistência e que quando há reação repressiva os ocupantes saem sem muita resistência ou veem esta frustrada, por que decidiram resistir e como conseguiram vencer? Para entender tal fenômeno, a pesquisa mobiliza teorias sociológicas sobre práticas e estratégias, agência individual e ação coletiva, bem como analisa a emergência da dimensão moral de luta por reconhecimento. Tais cotejamentos teóricos dialogam com narrativas colhidas através de uma pesquisa relacional e afetiva que, além dos relatos, busca impressões, análises e noções dos agentes envolvidos a partir de anos de convivência e da realização de entrevistas em profundidade, numa abordagem antropológica da política onde os “nativos”, além de informar, participam do processo de teorização a respeito dos acontecimentos, das agências e das instituições envolvidas.

Palavras-chaves: ocupação; acontecimento; luta; moradia; política; etnografia urbana.

ABSTRACT

This research embodies the *occupation* that birthed the Morro da Vitoria *community*, near the Farol Novo do Mucuripe, Fortaleza-Ce. It studies the political and social-spacial context of what happened, the practices, strategies and actions from individual and collective agents amidst the strife. It analyses the constitution of Morro da Vitoria's "political community", in addition to its social-spacial creation, the creation of the "Comissão" and the "Barracão" and its confronting and mediating agencies alongside the State, the organization of the community and its articulation with its allies, the constitution of the association's founding "group" (and other organizational types) and the institution of the "community leadership". Its about a series of happenings that began early 2001, which resulted in a great land-based conflict, after the occupation of blocks in the "hill" which were destined for the construction of a housing complex, in the center of an "urbanization" project that would cause the removal of families in the nearby beach areas to the hilltop, around the lighthouse. With that, there's an intense process of transformations and spacial creation, of social relations and political legitimacies. In the context of social-spacial conflicts in the in the researched region, there's a peculiarity: why is it that in the case of the Morro da Vitoria, besides occupying, did people decide to resist the eviction attempts? Keeping in mind that the occupations in the region characterized themselves much more as *discreet* resistance practices and that when there's a repressive reaction the occupants come out without much resistance or see it fail, why did they decide to resist and how did they manage to win? To understand such a phenomenon, the research mobilizes sociological theories about the practices and strategies, individual agency and collective action, in addition to analyzing the emergency of the strife's moral dimension by acknowledgement. Such theoretical collections speak to narratives taken through a relational and affective research where, besides the testimonies, looks for impressions, analysis and notions of the agents involved from years of coexistence and the making of the in-depth interviews, in an anthropological approach of the politics in which the "natives", besides informing, participate in the theorizing process when it comes to the happenings, the agents and the involved institutions.

Key words: occupation; happening; strife; housing; politics; urban ethnography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto do Barracão da comunidade Raízes da Praia.....	27
Figura 2 – Foto Morro/Mucuripe 2012	36
Figura 3 – Despejo nas imediações do Morro da Vitória realizado em 2014, ocupação Alto da Paz	101
Figura 4 – Natal no Barracão do Morro da Vitória, 21 de dezembro de 2015	147
Figura 5 – Liduina discursando na ocupação Raízes da Praia	183
Figura 6 – Lucirene discursando na ocupação Raízes da Praia	183

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
COHAB	Companhia de Habitação
DAU-UFC	Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC
EFTA	Escritório Frei Tito de Alencar
FBF	Federação de Bairros e Favelas
HABITAFOR	Fundação para o desenvolvimento habitacional de Fortaleza
LEHAB	Laboratório de Estudos da Habitação
MCP	Movimento dos Conselhos Populares
MSU	Movimentos Sociais Urbanos
NUHAB	Núcleo de habitação e meio ambiente - rede
ONG	Organização não-governamental
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PROAFA	Programa de Assistência à Favela
Promorar	Programa de moradia
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
UCGF	União das Comunidades da Grande Fortaleza
UFC	Universidade Federal do Ceará
VLT	Veículo Leve sobre Trilho

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
1.1	“As meninas do Morro”	20
1.1.1	<i>Do despejo do Morro do Caic à Raízes da Praia</i>	22
1.1.2	<i>Raízes da Praia – um pequeno relato</i>	25
1.2	A opção pelo Morro da Vitória	27
1.2.1	<i>Uma pesquisa relacional</i>	28
1.2.1	<i>Memórias e narrativas</i>	30
2	ESPAÇO, TEMPO E TRAJETÓRIAS	36
2.1	Contexto de trajetórias coletivas e pessoais	36
2.2	Uma cartografia riscada a corpos	42
2.2.1	<i>Contextos e marcos da luta social e política onde emerge o Morro da Vitória</i>	46
2.2.2	<i>Do centralismo autoritário à abertura democrática no Brasil e no Ceará</i>	48
2.2.3	<i>O fluxo de um novo ciclo de movimentos sociais urbanos em Fortaleza</i>	54
2.3	A emergência da luta numa encruzilhada de ciclos políticos em transformação	64
2.3.1	A dimensão sócio-espacial do conflito	77
2.3.2	<i>Espaços em disputa</i>	80
3	MORRO DA VITÓRIA	87
3.1	O Acontecimento	87
3.1.1	<i>A nomeação Morro da Vitória x Farol Novo: dois projetos em disputa</i>	93
3.2	A Luta	97
3.2.1	<i>Os sentidos da palavra “luta”</i>	97
3.2.2	<i>O início da luta</i>	99
3.2.3	<i>A “derrubada”</i>	101
3.2.4	<i>“Eles não respeitaram ninguém” – a dimensão moral da luta</i>	104
3.2.5	<i>Primeiro dia da “derrubada”</i>	109

3.2.6	<i>Segundo dia da derrubada</i>	118
3.2.7	<i>Terceiro dia da derrubada</i>	124
3.2.8	<i>Quarto dia da derrubada</i>	131
3.3	O “Barracão”	133
3.3.1	Práticas e resistência	138
3.3.2	Práticas e estratégias	141
3.3.3	Da “conexão fofoca” ao “movimento organizado”	142
4.	CONSTITUIÇÃO DO MORRO DA VITÓRIA	147
4.1	Natal no Barracão: o trabalho comunitário como produção biopolítica	147
4.2	Constituição do “grupo” e instituição da “liderança”	152
4.2.1	<i>As disputas e as agências decisivas</i>	156
4.3	O movimento popular como “arena pública”	169
4.3.1	<i>Ocupando espaços</i>	172
4.3.2	<i>Lutas e transformações</i>	177
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
	REFERÊNCIAS	189

ANEXO A – Mapa Litoral Leste com localização das comunidades citadas

ANEXO B – Mapa do entorno do Morro da Vitória

ANEXO C – Organização dos setores por bairro – Litoral Leste Fortaleza

ANEXO D – Renda média nominal mensal abaixo de 02 salários mínimos

ANEXO E – População com 13 anos ou mais de instrução

ANEXO F – Déficit habitacional

ANEXO G – Saneamento precário

ANEXO H – Capa jornal Diário do Nordeste – 01/02/2001

ANEXO I – Capa Jornal o Povo – 01/02/2001

ANEXO J – Foto interna jornal O Povo 01/02/2001

ANEXO K – Capa jornal O Povo 02/02/2001

ANEXO L – Foto interna jornal O Povo 02/02/2001

ANEXO M – Matéria jornal O Povo 02/02/2001

ANEXO N – Relatório técnico comunidade “Farol Novo” – 2003

ANEXO O – Matéria jornal O Povo 02/02/2001

ANEXO P – Reportagem Diário do Nordeste

ANEXO Q – Capa jornal O Povo 03/02/2001

ANEXO R – Matéria jornal O Povo 03/02/2001

ANEXO S – Matéria Diário do Nordeste – 03/02/2001

ANEXO T – Matéria Jornal O povo 04/02/2001

ANEXO W – Matéria Diária do Nordeste 05/02/2001

ANEXO U – Capa O Povo 06/02/2001

ANEXO V – Matéria O Povo 06/02/2001

ANEXO Y – Foto mulher com bebê fugindo do fogo

ANEXO X – Socorro e Liduina em matéria DN 13/02/2001

ANEXO Z – Posição agentes do governo

I. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa problematiza a *ocupação* e o conflito no contexto de práticas e relações que deram origem à *comunidade* Morro da Vitória e como reagiu o Estado contra o acontecimento imprevisível na tentativa de anular tal aleatório desorganizador do seu projeto para a área. O terreno ocupado no topo do *morro* do Mucuripe, próximo ao Farol “novo”, no litoral leste de Fortaleza-Ce, destinava-se à construção de um conjunto habitacional para reassentar moradores de *favelas* próximas à praia, nos bairros Vicente Pizón e Praia do Futuro, no bojo de um projeto urbanístico de “requalificação” chamado Farol Novo, de iniciativa da Secretaria de Infraestrutura do governo do Estado do Ceará. Em meados de 2000, a área destinada ao conjunto habitacional, composta por oito quadras, começou a ser “ocupada”. Neste início, poucas famílias nas bordas de duas quadras. Passados alguns meses, grande grupo de ocupantes tomou o restante. Em 31 de janeiro de 2001, o governo do Estado reage expulsando os ocupantes mais recentes, derrubando “barracos” e casas mais antigas. Porém, eles se reagruparam e, na madrugada, reergueram vários barracos, reiniciando o confronto que repercutiu na *mídia*, gerou comoção social e atraiu aliados. Foram quatro dias de “derrubada” e meses de acampamento, durante um tenso impasse entre governo e ocupantes. A ação violenta do Estado e a resistência das pessoas constituíram o conflito que se estendeu no tempo e no espaço, com repercussões (também imprevisíveis àquele momento) que fortaleceram a solidariedade e a capacidade de articulação dos ocupantes (SIMMEL¹, 1986). O que foi decisivo para a “vitória”, representada pela permanência na terra. O próprio “conflito” como relação social constitutiva a ligar os agentes de diferentes “campos”, pode assim ser observado no problema da pesquisa.

Chegamos assim a algumas questões a ser discutidas: como novas “socialidades”² (STRATHERN, 1999) e arenas políticas foram geradas no *quente* da luta? Que práticas – discursivas e não-discursivas – foram ativadas no decorrer dos acontecimentos? Como os ocupantes conseguiram constituir o “grupo” organizador e mediador chamado “comissão” e,

¹ Para este autor, o conflito é uma das formas possíveis de relação social, constituindo-se muitas vezes em fator de “sociação” e não sempre um fator de “dissociação”, como alguns pensam. Uma das facetas “sociadoras” da “luta” é justamente o efeito de ela poder provocar maior coesão social em determinado grupo envolvido. Não é o conflito, mas sim a “indiferença” que é “dissociadora” e, no caso estudado, o conflito constituiu-se em fator de superação da indiferença de autoridades estatais e setores da sociedade em relação ao coletivo de ocupantes, engendrando mediações e solidariedades antes inexistentes.

² Noção que vai além da noção de “sociabilidade” integradora baseada na solidariedade; relações de conflito também constituem o mundo social. No caso em estudo, o conflito propiciou o surgimento de solidariedades como agência de resistência e superação de dificuldades, ou seja solidariedade como excepcionalidade em uma situação crítica, bem como a criação de uma série de formas políticas de mediação e organização, que trouxeram no seu bojo, além da cooperação, disputas e embates “internos”, como veremos no capítulo 3.

depois, instituir a “liderança comunitária”? Qual o papel dos agentes do Estado nesses processos de instituição das “lideranças comunitárias” da *região* e como se deu tal relação no caso do Morro da Vitória? Tudo isso dentro de um contexto sócio-espacial e político com configurações transformadas pela agência dos envolvidos (GIDDENS, 2009; DELEUZE e GUATARRI, 1995).

Nesta pesquisa sobre caso do Morro da Vitória, estas e outras questões foram investigadas numa perspectiva relacional e afetiva. Isso só foi possível graças ao longo período de convivência com as interlocutoras da pesquisa, que são agentes diretamente envolvidas nos acontecimentos e nas relações que “criaram” o Morro da Vitória. Esta é uma razão fundamental para escolha deste caso para pesquisa. O tema da luta por moradia já fazia parte da minha vida profissional e militante desde que me formei em direito no final de 2001. A partir de então passei a *acompanhar* a luta do Morro da Vitória, foi quando conheci as principais interlocutoras desta pesquisa. Desde então, participamos de diferentes processos, ações, organizações no campo da luta por moradia e direito a cidade – bem como de lutas políticas. Desenvolvemos também relações de amizade. Isso tudo contribuiu para lançar o olhar e trazer para a pesquisa as trajetórias individuais e coletivas dos agentes, bem como das suas práticas, estratégias e concepções. Farei, por exemplo, uma tentativa de contextualização sócio-espacial e política do conflito do Morro da Vitória, com base nesses percursos e experiências de vida, conforme narradas pelas próprias agentes.

Tal relação com o campo e com os sujeitos da pesquisa também ajudaria a tratar questões como as agências individuais e coletivas que marcaram o acontecimento, ao mesmo tempo singular e conectado a ciclos e processos políticos mais amplos no tempo-espço.

Porém seria necessário ajustar-me a algumas *complexidades* metodológicas. A principal é ter vivido a experiência de convivência com minhas interlocutoras antes de decidir realizar esta pesquisa, ou seja, em uma situação que não era propriamente ou deliberadamente de pesquisa. Isso influenciou determinantemente algumas questões fundamentais para a pesquisa: minhas abordagens e contatos iniciais com aqueles que seriam meus interlocutores; minha entrada em campo, que eu nem considerava “campo”, numa condição não de pesquisador, embora houvesse alteridade e esforço de compreensão mútua, os objetivos, interesses e intencionalidades eram diferentes se fosse relação pesquisador-pesquisado. Decorrente disso, a questão de como eu era “visto pelos nativos” (CICOUREL, 1969) também se tornou difícil de encaixar nas estratégias de pesquisa formuladas pela teoria científica mais “clássica”, como a relação de práticas e estratégias de “observação-participante” inventariadas pelo referido autor. Além de tudo isso, há uma distância temporal entre o(s) acontecimento(s)

estudado (2001), o período de convivência mais intensa com aquelas que viriam a ser minhas interlocutoras (2005-2011) e o período do desenrolar da pesquisa sistemática ao longo do mestrado (2015-2017). Por isso a questão da memória e das narrativas se tornam centrais na metodologia mobilizada na pesquisa. As entrevistas cumprem, então, um papel de recapitulação de memórias coletivas e individuais (*trabalho de memória*), reflexão sobre acontecimentos, construção de pontos de vista, e também levantamento de “dados” que permitem, entre outras coisas, “verificação de hipóteses”.

Tais entrevistas foram realizadas espaçadamente entre meados 2015 e de 2016 com cinco interlocutoras. Neste período, intensifiquei as visitas a estas pessoas, seja no Morro da Vitória, ou em outros lugares onde estejam morando, ou onde nos encontramos. Entre os encontros, agendávamos um momento para a entrevista gravada e semi-roteirizada, com duração de, em média, duas horas. Além de entrevistas individuais (no caso de algumas interlocutoras mais de uma), houve uma entrevista em dupla, que se demonstrou bem rica na produção de memórias. Não consegui realizar mais do tipo devido à dificuldade de reunir as pessoas, já que apenas uma das interlocutoras entrevistadas ainda mora no Morro da Vitória.

Como veremos adiante, a opção por uma estratégia de pesquisa relacional e afetiva (no sentido de ser afetado na relação), ajudou a potencializar a pesquisa a partir das experiências vividas com os agentes individuais e coletivos pesquisados. Nesse sentido recorri a referências no campo da “antropologia da política”, ou outras ferramentas epistemológicas que trabalhem o “engajamento” do pesquisador ao “campo” pesquisado, a pesquisa como “empreendimento micropolítico” de engajamento coletivo. Referencio-me aqui, dentre outros, em: Strathern (1995; 1999), Ingold (1994), Goldman (2005; 2006), Comeford (1999; 2003), Feltran (2008), Sá (2009) – como detalharei no capítulo metodológico.

Assim, a opção do *caso* e dos interlocutores, permitiu-me mobilizar ferramentas teóricas das ciências sociais, confrontando-as com narrativas e noções apreendidas no campo da pesquisa, de forma a formular questões relevantes para um trabalho sócio antropológico. Questões com agências constitutivas, práticas de resistência, projetos estatais, estratégias de luta. Como já dissemos, no caso do Morro da Vitória, além de ocupar, pessoas decidiram resistir às ações de despejo do Estado. Por que decidiram resistir e como conseguiram vencer? Para entender tal fenômeno, lancei mão das narrativas e registros relativos a ações individuais e coletivas durante o conflito e confrontei-as com a teoria sociológica da agência em Giddens (1996; 2013), bem como sua relação com a questão das práticas e estratégias do agente, também em Bourdieu (1996; 2001), relação prática, estratégia e tempo etc. Veremos que tais práticas, estratégias e ações coletivas se dão em situação de emergência da “dimensão moral”

do conflito, como sugerido por Cefai (2009), que as influenciarão. A luta do Morro da Vitória, a partir dessas ações, vai ganhando cada vez mais o caráter de luta por reconhecimento, em diálogo com a teoria formulada por Honneth (2009). Aprofundaremos tais debates teóricos de forma mais densa no capítulo 2 e, residualmente, no capítulo 3, num processo de confrontação com as narrativas, relatos e dados sobre o que aconteceu. No terceiro capítulo, levantar-se-á também debates sobre resistência, arena pública e transformação.

Pude através desses cotejamentos, concluir que no **contexto do conflito pesquisado, a luta pelo espaço e pela moradia é também uma luta ético-política pelo reconhecimento do direito de viver ali, ainda que em oposição às leis do mercado imobiliário e em contradição com a ambiguidade das leis e práticas do Estado.** Essa dimensão moral do “reconhecimento”, além do interesse ou da necessidade que mobilizou os ocupantes, teve papel decisivo nos desdobramentos do conflito. Desdobramentos *definidos* por cada agência de indivíduos, coletivos, instituições envolvidas.

Em relação à singularidade do “acontecimento” do Morro da Vitória, referencio-me na noção de “acontecimento” em Foucault, entre outros, a fim de verificar se os atributos do “acontecimento” (como singularidade, imprevisibilidade, aleatoriedade, irrupção ou emergência) estão presentes no caso do Morro da Vitória, mas principalmente serviu-me para compreender melhor alguns dos principais desafios interpretativos que se colocavam. Mas, apesar de singular, o acontecimento do Morro da Vitória não é isolado, possuindo ligações com processos políticos anteriores e posteriores, locais e nacionais. É o que se verifica quando se confronta certos depoimentos e registros do Morro com a literatura sobre “movimentos sociais urbanos” em Fortaleza e no Brasil.

No capítulo 1, apresento uma contextualização da *região* do Grande Mucuripe em Fortaleza, ao qual estão ligadas várias trajetórias que participarão do acontecimento pesquisado. Logo, não se trata apenas de um contexto físico, pois influencia diretamente o acontecimento, seja através das transformações e disputas sócio-espaciais da região, seja pelas ligações sócioantropológicas dos sujeitos da pesquisa com o Mucuripe, com diferentes níveis de profundidade. Assim, as trajetórias das pessoas interlocutoras da pesquisa serão os principais *marcadores* de uma cartografia ancorada no Grande Mucuripe, ainda que transborde ao mesmo. Neste capítulo, busco ainda situar o Morro da Vitória num contexto de lutas sociais e políticas aos quais está ligado, mais ou menos próximas no tempo-espaço no qual emerge a luta do Morro da Vitória. Questões como as políticas sociais, os padrões de relação Estado-comunidade, os atores políticos e sociais como os “movimentos sociais urbanos”, os avanços em termos de reconhecimento do “favelado” e das políticas públicas

voltadas às “favelas”, tudo isso vai ter efeitos sobre o conflito do Morro da Vitória e seus desdobramentos.

No Capítulo 2, abordo o Morro da Vitória como um “acontecimento”, com seus desdobramentos, no qual intervêm agentes com suas práticas, motivações, estratégias. Aqui discuto a própria nomeação “Morro da Vitória” como acontecimento discursivo, envolvendo práticas e estratégias em um campo de disputa, onde há como uma “coextensividade” (DELEUZE; GUATARRI, 1995) entre a realidade sócio-espacial no *terreno* e a nomeação (um “agenciamento coletivo”) “Morro da Vitória”, bem como a constituição política da *comunidade*. Como reagiram os agentes diante de acontecimentos que não podiam prever? Como agiram na série de situações de conflito na qual imergiram?

Na segunda parte do capítulo, trata-se do Morro da Vitória, do ponto de vista da *luta*, seu significado, suas características, seu papel motivador de ações individuais e coletivas que, ao mesmo tempo, vão constituindo a *luta* e formas de socialidade e representação política na tensão da luta. Aqui serão apresentadas narrativas, relatos, registros, memórias dos dias da “derrubada”. As práticas de repressão que foram acionadas na ação de despejo das forças governamentais e nas reações dos ocupantes. A dimensão do sofrimento no desenrolar dos acontecimentos, o caráter de dramaticidade, as ações dramáticas como o mito do homem que se amarrou a um botijão de gás e ameaçou explodir. As práticas de resistência dos ocupantes e seus aliados, como os “cordões humanos”, as entrevistas, erguer e reerguer barracos. Levantar o Barracão. O caráter de luta por reconhecimento que o sofrimento, a resistência e a solidariedade podem indicar. No final do capítulo, apresento a relação entre a prática e o decorrer do tempo na formulação das estratégias dos agentes. No caso do Morro da Vitória, entre o conflito da “derrubada” e a decisão da “Comissão” de dividir o terreno entre os ocupantes, decorreram meses de acampamento-movimento, negociações, impasse. O Barracão passa exercer agências de convergência no movimento dos ocupantes, desde a comensalidade, ao abrigo, a acolhida, o ponto de apoio, símbolo de resistência, sede de reunião da “Comissão” e da “comunidade”, futura sede da associação. O grupo da “Comissão” passa a participar ativamente de reuniões, audiências, negociações, manifestações etc.

No capítulo 3, discutirei essa constituição do Morro da Vitória enquanto comunidade, do “grupo” e das formas de organização que criarão. Aqui entra também a instituição da liderança comunitária. Mas também de outras formas de organização e representação. De onde se depreenderá que as agentes observadas na pesquisa passaram a participar da esfera pública da cidade e criaram arenas públicas na *comunidade*. Veremos que ocupação, além da

ocupação do *terreno*, foi também ocupação de espaço político na sociedade; que a criação da comunidade, além de uma realidade sócio-espacial – uma *favela*, por exemplo – é a criação de “comunidade política” e de movimentos sociais que passam a ocupar novos espaços: físicos e políticos. E a participação nesses processos de criação, como a organização de novas ocupações (a partir da experiência adquirida no Morro), transformam também as pessoas neles envolvidos, suas relações sociais e de auto-reconhecimento.

As “meninas do Morro”

Conheci Liduina, Lucirene, padre Eduardo e outras pessoas do Morro da Vitória em meados de 2001 para 2002. Além delas, as outras interlocutoras que foram entrevistadas nesta pesquisa são Graça e Assis, que conheci pouco depois – várias pessoas que foram minhas interlocutoras em diferentes momentos do meu convívio em “campo” não foram entrevistadas, mas ajudaram a compor o quadro geral que será apresentado. À época, era estagiário do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar – Efta, ligado à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Foi a prática de assessoria jurídica popular que primeiro me aproximou a redes de relações envolvendo pessoas ligadas ou moradoras de ocupações e comunidades delas originadas. Após me formar em direito no final de dois mil e um, tornei-me advogado do Efta em 2003 e aprofundei meu trabalho de assessoria junto ao Morro da Vitória, cuja associação comunitária foi fundada em 19/07/2001. Nesse ínterim, não perdi o contato com as “meninas do morro”, ao contrário, intensifiquei-o através da militância, tanto na participação das lutas do Morro da Vitória, como em articulações políticas que, em dois mil e quatro para dois mil e cinco, culminaram na criação do Movimento dos Conselhos Populares-Mcp, uma rede de coletivos de vários bairros e comunidades da cidade, animados e articulados por militantes de origens diversas: movimento popular e comunitário, movimento sindical, movimento estudantil, Ceps, entidades de direitos humanos, partidos de esquerda – tendo sido a campanha eleitoral de dois mil e quatro o espaço político de encontro desses atores, organizando-se numa rede de comitês populares em bairros, durante a campanha vitoriosa de Luizianne Lins do Partido dos Trabalhadores, de forma voluntária e relativamente autônoma, num contexto em que a direção do Pt não apoiava a candidata do partido e sua campanha era tocada longe do profissionalismo padrão das campanhas eleitorais dos grandes partidos. Após a vitória eleitoral, parte dos coletivos que haviam se organizado continuaram

articulados, passaram a tentar organizar conselhos populares³ nos bairros a fim de garantir vitórias reivindicativas na nova gestão municipal. Novos atores foram agregados, muitos afastaram-se, primeiro para servir à gestão e outros, ao longo do tempo, em virtude dos conflitos entre o Movimento e a gestão.

Desde o surgimento do Mcp, minhas interlocutoras passaram a organizar núcleos do Movimento no Morro, realizando e participando (em diferentes graus) de reuniões, encontros, mobilizações, ocupações (de órgãos públicos e de terrenos)... Eu participava do Mcp, que era organizado por “regionais”, justamente na “regional Praia” junto com o pessoal do Morro da Vitória, além do Serviluz, Lagoa do Coração, Praia do Futuro, Caça e Pesca e outras comunidades de forma mais sazonal. Foi uma época em que minha relação com as interlocutoras desta pesquisa intensificou-se muito. Realizamos vários empreendimentos organizativos em comum. Participamos de conflitos em mobilizações, despejos, e também entre nós. Participamos de “lazer”, “brincadeiras”, festejamos. Em julho de 2009 acampamos juntos em um terreno na Praia do Futuro ocupado por pessoas organizadas nos núcleos do Mcp do Morro da Vitória, do Serviluz e do Caça e Pesca – mas era sem dúvida do Morro que vinha a maior parte das pessoas, também muitas das práticas e estratégias, que *ocuparam* o terreno e criaram a comunidade Raízes da Praia. Como explica Lucirene, que participou ativamente das *lutas* do Morro da Vitória e da Raízes da Praia:

Então, isso aí pra mim no Morro foi bom de aprendizagem, que eu aprendi muito, até o lado espiritual também, (...), aliás aprendi com o lado social e espiritual, que as duas coisas tem que andar juntas né. E o desenvolvimento lá do Morro da Vitória que me deu mais força de eu ter me organizado lá pra Raízes da Praia; porque se nós não tivesse tido aquela **aula** no Morro da Vitória, nunca que tinha tido a Raízes da Praia. Tinha? Não tinha! Então, mais que a Raízes da Praia, o Morro da Vitória deu trabalho, de aprendizagem e de tudo, mas a Raízes da Praia deu mais e apesar de ser oitenta pessoas, e ainda tá dando... (Entrevista Lucirene)⁴

³ Os conselhos populares são definidos no documento base do Mcp como “organismos que reúnem o povo da cidade por local de moradia (bairro) para promover o controle público das ações do governo (principalmente a prefeitura) e do parlamento (principalmente a câmara de vereadores) e, no limite, para governar e legislar diretamente. Distingue-se das demais entidades existentes nos bairro pela obediência aos seguintes princípios: a) livre participação de todos os moradores e moradoras (...); b) autonomia em relação aos partidos políticos (...) e independência em relação ao Estado (...); c) democracia (...) com elegibilidade para todas as tarefas e revogabilidade dos eleitos a qualquer momento; d) transparência” (2004:15). Essa cartilha, denominada Movimento dos Conselhos Populares – Princípios, Diretrizes Políticas, Programa e Estrutura (2004), serviu de base para o trabalho do “núcleo de formadores”, do qual fiz parte, onde estudávamos as noções fundamentais e discutíamos em *encontros de formação* nos bairros e comunidades que vieram a criar conselhos populares: em torno de oitenta, em abril de 2005, quando foi realizada uma “assembleia popular da cidade” no ginásio Aécio de Borba, após várias assembleias locais e regionais.

⁴ No processo de transcrição das falas, ainda que as tenha “tratado” para tornar a leitura menos *truncada*, busco manter características da linguagem oral por crer ser parte do universo cultural e de práticas linguísticas

Do despejo do Morro do Caic à Raízes da Praia

Ao longo da dissertação farei algumas referências a outras *ocupações* de terrenos urbanos que não o Morro da Vitória. Ocupações que acompanhei e onde convivi com os meus principais interlocutores nesta pesquisa. Farei referências de caráter comparativo, a fim de enriquecer descrições ou análises, ou como demonstração de agências individuais e coletivas das personagens do Morro da Vitória, ou ainda como relato etnográfico de experiências vividas por mim que podem ajudar na compreensão tanto do universo pesquisado, como das práticas e estratégias acionadas pelos agentes.

A Raízes da Praia⁵ é uma comunidade composta por oitenta e cinco famílias. São cerca de trezentas pessoas vivendo (com alguma sazonalidade, além das que só transitam) num terreno ocupado em julho de 2009. Fica na Praia do Futuro, entre a faixa de praia e a avenida César Cals, que vem do Cais do Porto e sua zona industrial. Fica próximo ao Serviluz e às *comunidades* do Morro, entre as quais o Morro da Vitória, onde algumas moradoras, junto a outras de *comunidades* vizinhas (Castelo Encantado, Mirante, São Pedro...) se organizaram em um grupo “animado” por pessoas ligadas à Associação de Moradores do Morro da Vitória, Comunidades Eclesiais de Base – Cebs e Movimento dos Conselhos Populares – Mcp. Estas pessoas já haviam participado de outras lutas por terra para moradia, como a própria ocupação do Morro da Vitória em 2001. No ano de 2005 houve o despejo do terreno conhecido como “Morro do Caic” (que depois viria a ser ocupado novamente em 2012 originando a *comunidade* “Alto da Paz”, que também foi despejada, e hoje está sendo feito um conjunto habitacional no terreno, pela prefeitura municipal, proprietária do mesmo pois o desapropriou em 2011). Daquele conflito de 2005, num terreno vizinho ao Morro da Vitória e com muitas pessoas deste participando, surgiu a iniciativa de criar uma organização permanente para seguir na luta pela moradia das famílias. A forma de organização foi um

dos agentes, onde as pessoas também são criadoras, além de buscar a maior fidelidade possível (ainda que *utópica*) ao fluxo do pensamento de quem fala. Sobre essa questão, penso na reflexão de Leonor Arfuch (2010, p. 260): “Apesar dos diversos protocolos a esse respeito, segundo a escola ou objetivo específico da entrevista, há acordo em que *toda transcrição é uma interpretação* e enfrenta riscos: a opção pela reposição absolutamente fiel de sons, cortes, encavalgamentos pode dar lugar a algo irreconhecível pelo próprio enunciador; a reinterpretação dramatizada se aproximará (talvez excessivamente) de um relato literário, à redução de uma espécie de relatório oficioso”. Ainda sobre debate, ver Bourdieu (2012, p.709-712).

⁵ A título de ilustração, a Raízes da Praia tem um blog (raizesdapraia.blogspot.com.br) que foi criado e administrado por uma integrante do Movimento dos conselhos populares, e alimentado com conteúdos (fotos, textos) produzidos por pessoas engajadas ao Movimento no dia a dia da ocupação, até setembro de 2012.

núcleo de luta por moradia do Mcp, que vinham sendo organizados em bairros da cidade e no qual participavam as principais *organizadoras* do Morro da Vitória.

Essa organização dos núcleos espalhados e articulados numa coordenação e plenárias regionais convergiu para a constituição de uma nova *comunidade* que nasceu por decisão e ação das pessoas ao ocupar o terreno, resistir ao despejo, ao conflito, acampamento precário e fundar a Raízes da Praia em 2009. Pois logo no primeiro dia de ocupação, houve uma violenta tentativa de despejo, sem ordem judicial, impetrada por “seguranças” particulares do proprietário (“grupo” Otoch), que na verdade eram policiais fora do serviço. Apontaram arma, viraram painéis, arrancaram marcações e tábuas... quando foram derrubar o barracão recém-erguido, as pessoas foram para baixo. Um deles sacou uma arma. Outro bateu em pessoas com pau. Derrubaram o barracão, mas as pessoas continuaram no terreno. Tiveram que parar a ação quando chegaram advogados, um parlamentar e a polícia “fardada”.

Mais letal foi a intervenção do grupo que atacou a *ocupação* do Morro do Caic, em 2005 – esta não conseguiu se firmar e engendrar uma nova *comunidade*. Foi despejada por uma ordem judicial concedida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, duas semanas após o início da ocupação. Mas o mais singular foi o fato de, uma semana antes, o juiz de primeira instância ter recusado o pedido liminar de reintegração de posse, por ausência de qualquer prova do exercício da posse⁶. O juiz decidiu na quinta feira, na sexta à noite a ocupação foi atacada por homens de preto, encapuzados, armados de pistola, que foram ali despejar as pessoas. No outro dia as pessoas, que vinham das comunidades do entorno, reocuparam-no. Na noite de sábado, autoridades avisadas, gabinete da Procuradoria de Justiça e o comandante da Pm monitorando a situação, tensão no ar, nada acontece. Mas no domingo sim. Noite. Ataque cerrado, mas com um diferencial – pessoas com armas do lado dos ocupantes, tiroteio, feridos, morte⁷.

O “Morro do Caic” é uma réstia de duna, vizinho ao Morro da Vitória (ver anexos A e B). Último terreno capaz de abrigar um grande projeto habitacional ali. O pessoal da Comissão do Morro da Vitória começou a aventar a possibilidade de ocupar tal terreno diante do impasse com as negociações junto ao Estado, já que o governo dizia que não podia fazer um projeto de urbanização do Morro da Vitória por causa do grande adensamento no “miolo”.

⁶ Condição para concessão da liminar de reintegração de posse segundo o Código de Processo Civil – CPC, artigo 561; regra idêntica constava do CPC vigente à época, no artigo 927.

⁷ Pude averiguar à época, em inquérito que tramitava no 9ºDP de Fortaleza, que a empresa “Ceará Segurança”, contratada pelo “grupo Edson Queiroz”, era comandada por um oficial militar, bem como que o caminhão que levou os homens para o despejo clandestino na madrugada, cuja placa fora anotada por testemunhas, estava alugado por outra empresa ao comandante de uma companhia do 5º Batalhão da Polícia Militar.

Por outro lado, o governo preteriu a solução desse problema quando construiu um conjunto na Cidade 2000 e alijou a Associação do Morro da Vitória da distribuição de unidades no referido conjunto. Era meados de 2004 para 2005, quando ouvi pela primeira vez as meninas do Morro falarem em ocupar aquele terreno pra forçar o Estado a resolver o problema do “miolo”. Nessa época até instalar água encanada o governo recusava, ora alegando que o Morro da Vitória era “invasão” e por isso a Cagece estava impedida de implantar um projeto, ora (dependendo da audiência) que era tecnicamente impossível fazê-lo devido ao adensamento no “miolo” (a Cagece só fez a ligação em 2007, depois de várias manifestações e da mudança de partido no governo). Liduina explica como surgiu a ideia da ocupação:

Porque a gente quando ocupou o Morro, a gente infelizmente fez esse “miolo”, que a gente chama, e a gente queria tirar algumas pessoas do “miolo” pra botar lá, pra poder fazer umas ruas. A gente até combinou também, na época com o Frei Tito, com a prefeitura, na né... e infelizmente tinha um dono. Eu já não culpo a prefeitura porque não era da prefeitura, era do Edson Queiroz, e infelizmente veio matar nós, né, veio matar todo mundo e... como a gente tinha outra, era outras pessoas, num era aqueles mesmo que lutaram, que aqueles primeiro que lutaram [*na ocupação do Morro da Vitória em 2001*], lutaram pra viver e pra vencer, e até pra morrer! Mas os dali não, eles desistiram muito rápido, você sabe que quando a gente desiste... é como eu sempre falo, se você for pruma ocupação, você tem que ir, não tem que desistir não, porque se você desistir você não consegue, e na época todo mundo desistiu porque... era muita gente mermo armada mermo, num era polícia mas era segurança, e a segurança que mataram até um senhor, teve essa morte muito... até hoje a gente se lembra, e a gente... eles vieram mermo pra matar muita gente mermo, massacre mermo, mas a gente achou melhor o pessoal desistir. (Entrevista Liduina)

Ainda que, como Liduina relata, tenha havido uma reflexão estratégica e um objetivo de pressão política, inclusive articulando previamente apoios, não foi assim que se deu. Foi a “conexão fofoca” (expressão usada por Liduina) que imperou. Elas foram surpreendidas pela ocupação com gente vinda de várias áreas do Morro, principalmente Castelo Encantado, e não puderam fazer nada, a não ser entrar e tentar organizar algo a posteriori. Pergunto a Graça quem começou a ocupação do “Morro do Caic”:

Eu não lembro quem começou, a do Morro do Caic eu não lembro quem começou, eu sei que a gente embarcou junto, na época era Lucirene, eu não lembro se a Maria era também, eu sei que Lucirene era (...) a Lucirene, a Fátima, eu num lembro se... não a Tereza não era, a Maria também não... eu sei que nesse grupo que tava a gente embarcou junto, que eu peguei canto, todo mundo pegou né. Que na época começou aquela loucura de noite, que teve aqueles tiros, que mataram até o pai do Vaqueirim né. Que deus me livre, quando eu lembro dali... agora ali foi barra pesada. E agente ficou recuada, na hora dos tiros a gente ficou recuada lá no canto do muro da Embratel, e de lá viemo simhora e depois... eu num fui mais que eu fiquei com muito medo, mas as meninas foram no outro dia. Porque esse Morro do Cac já tá na terceira vez que tentam... (Entrevista Graça).

Uma semana depois do ataque, veio o despejo com ordem judicial, cumprido por 900 policiais, como atestam os jornais da época. Era fevereiro de 2005. Foi quando tomamos a decisão de constituir o núcleo do Mcp no Morro da Vitória como forma de organizar pessoas despejadas para lutar por seu direito à moradia. Naquelas mesas e bancadas de madeiras do Barracão (ou no salão das Cebes quando o grupo era muito grande) fazíamos também as reuniões do Mcp, onde se originou a iniciativa da ocupação Raízes da Praia em 2009, depois de muitas reuniões, encontros, curso de formação, passeatas, ocupação de órgãos públicos, participação no processo de Plano Diretor Participativo, orçamento participativo etc.

I: A partir do Morro do Caic começou as reuniões que originaram a Raízes da Praia né? As pessoas que vinham praquelas reuniões eram de onde, aqui do Morro, do entorno?

G: Olha, tinha gente de muitos cantos, tinha gente de todo canto. As primeiras reuniões que a gente fazia aqui, que a gente foi surgindo com intuito da gente fazer a [ocupação] da Praia do Futuro né, ali vinha gente de todo canto. Porque é assim ó, tu tá convidada pra vim pra essa reunião, aí tu vem, aí essa reunião que tu vem já tem outra marcada pro dia tal que marca, aquela pessoa que veio já avisa pra outra vir, aquela já avisa pra outra e aí vai se expandindo uma distância bem abençoada no próprio bairro ou em bairro vizinho pra vim gente de todo canto, que acho que é por isso que vem. Tipo eu venho pra reunião, aí convido minha sobrinha que mora no Mirante, minha sobrinha do Mirante já convida outra que mora lá no Mirante, aí faz o círculo né... e aí vai fazendo uma malha pós outra, como numa caçueira. (Entrevista Graça)

*Raízes da Praia – um pequeno relato*⁸

A ocupação Raízes da Praia fica na Praia do Futuro, próxima ao Serviluz e à rua que sobe para o Morro da Vitória, a poucos metros da faixa de praia. Quem assistiu ao filme “Praia do Futuro” de Karim Aïnouz, lembra duma fotografia na sequência de abertura mostrando uma barraca de praia abandonada, ao fundo a praia e o mar, à frente uma árvore curva e pouco folhada e alguns arbustos que antecedem o calçadão. Pois bem, paralelo ao calçadão há uma avenida calçada com paralelepípedos, atravessando-a depara-se com a comunidade Raízes da Praia, seus oitenta e quatro barracos e centenas de moradores – ela não aparece na fotografia citada (está às costas do operador de câmara), mas está lá desde julho de 2009⁹. Cheguei lá para entrevistar o Assis numa manhã de outubro, senti o soprar furioso do

⁸ Adaptado de um diário de campo de 15/10/2015.

⁹ Naquele quadro sob a sombra da castanhola em frente à barraca em ruínas, reuníamos durante semanas ou meses, quase diariamente, a Comissão Organizadora da ocupação – estávamos todos vivendo no mesmo Barracão, não podíamos nos reunir nele pois haviam assuntos que tinham de ser tratado de forma reservada e não havia nenhuma outra sombra no terreno, que durante semanas estive com presença permanente de

vento. Vento com areia a entrar na nossa boca, olhos e ouvidos, fazendo brotar dunas na rua e na calçada, que precisam ser retirada diariamente por moradores. Ali na Raízes da Praia as dunas móveis nascituras na calçada eram removidas pelo Índio, o Tiozim, o Marcelino e outros. Sendo que a própria comunidade estava erguida sobre areia, uma vez que as intervenções urbanísticas da prefeitura (iniciadas em meados de 2012 para 2013) incluem apenas a calçada larga de pedra cariri, a nova pavimentação da pista larga, como larga é a passarela central com seus postes altos e estilizados, palmeiras secas (foram plantadas, mas não vingaram) e uns poucos pedestres ou ciclistas ali da vizinhança ou fazendo o trajeto Serviluz – Paraia do Futuro, às vezes algum carro. A ventania e o areal estavam especialmente intensos naquele segundo semestre de 2015 – meses de ventos fortes e anos de seca. Não precisei andar pelo areal da comunidade porque o “Barracão”, ou “Centro Comunitário”, fica logo na entrada, a um canto, junto à parede da pousada vizinha à ocupação, meio decrepita. Era no “Barracão” a reunião que eu ia participar com membros da “Comissão” da Raízes da Praia. Dentre os quais, o Assis, um dos dois homens a formar a comissão junto a sete mulheres. Mas Assis estava acostumado a ser um “bendito sois entre as mulheres”, pois quando o conheci no Morro da Vitória anos atrás, também era homem solitário em meio a uma comissão repleta de mulheres – o outro homem que tinha na comissão lá era o Branquinho, mas ele rachou com o grupo da Liduina, montou chapa para as eleições da Associação do Morro da Vitória, perdeu e se afastou¹⁰. Aquela reunião ali na Raízes da Praia era para discutir o projeto arquitetônico para a autoconstrução das moradias (numa tentativa do movimento de mediar a prática construtiva dos moradores das comunidades da região com técnicas arquitetônicas sugeridas por um grupo de extensão universitária) apresentado pelo Pet do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC há alguns dias atrás lá na faculdade. A outra pauta era preparar a assembleia que ocorreria no sábado seguinte. Polêmicas envolviam a proposta de projeto. Depois da reunião, entrevistei Assis – alguns trechos da entrevista serão citados na dissertação.

Figura 1 – Pintura do Barracão da Comunidade Raízes da Praia em novembro de 2017

“seguranças” da empresa do proprietário, fruto de acordo realizado na noite do primeiro confronto, de forma que ambos os lados tentavam afirmar sua posse sobre o terreno . Como os escombros eram também usados como banheiro pelos ocupantes, reuníamos (depois do almoço e/ou no final de tarde) sentados em tijolos e paus num ambiente ventilado e com boa sombra, mas com constante odor de fezes.

¹⁰ Ver capítulo 3



Fonte: Índio, morador da Raízes da Praia

A opção pelo Morro da Vitória

O envolvimento com essas pessoas e coletivos em processos sociais me propiciou uma trajetória de abordagem semelhante às vivenciadas e refletidas por Comerford (1999; 2003), ou seja, por meio do envolvimento com *organizações* sociais e políticas (ligadas às “lutas” dos trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira e carioca, no caso do autor) travar relações com os sujeitos “ambivalentes” que participam da “linha de frente”, das assessorias ou trabalhos institucionais das organizações, e que nesta condição se relacionam com “os de fora”, como agentes do Estado ou do mundo acadêmico, ao mesmo tempo em que são: “...posicionados de forma a ter, em maior ou menor grau, um contato permanente com instituições, agentes, práticas e representações que estão na ‘base’ das organizações de trabalhadores...” (COMERFORD, 1999, p.16). Oportuniza-se, assim, o acesso a pessoas que compõem as redes de relações desses “mediadores” e a possibilidade de observar dimensões diferentes, mas interligadas: momentos extraordinários da “luta” como ocupações e a “luta” no cotidiano (COMERFORD, 1999, p. 19 e ss.); interações em eventos ritualizados como assembleias e reuniões, e em eventos cotidianos como as “brincadeiras” (COMERFORD, 1999, p. 84 e ss.). A participação nesses diferentes “quadros de interação” (GOFFMAN, 2012) permite visualizar representações e valores sociais acionados em cada *espaço*, e que em conjunto podem ser analisados como uma “cosmologia” (COMERFORD, 1999, p. 15) mais ou menos fluida. O desafio nessa abordagem, o qual tenho enfrentado na pesquisa, implica na proximidade com o universo observado e a “naturalização” das práticas focadas, já que vinculadas a aspectos cotidianos, menos evidentes. Ainda mais quando, como no meu caso, pesquisador e *pesquisados* pertencem à mesma sociedade, guardadas as distinções de trajetórias pessoais e de “classe”, moradores da mesma cidade, mais ou menos da mesma

geração, com práticas e noções muitas vezes comuns ou convergentes. Como alerta Comerford:

Esse (re)encontro com práticas ou representações que me são ou parecem familiares, ao invés de facilitar a percepção das operações de construção social do universo abordado e da lógica própria dessas operações, só aumenta sua ‘naturalidade’, e portanto opacidade, e requer um esforço redobrado de observação, distanciamento e relativização. (COMERFORD, 1999, p.12)

Desafios e preocupações semelhantes apresenta Feltran (2008), uma vez que realiza uma pesquisa com viés político, tendo como interlocutoras pessoas da mesma “comunidade política”, o que os coloca em situação de “identidade formal” e, não obstante suas “identidades pessoais” o coloque em situação de “diferença” com seus interlocutores da “periferia” de São Paulo, a “igualdade formal” opera nas práticas políticas de ambos:

A imersão na vida cotidiana ser tão relevante para as questões de campo significa a necessidade de qualificar, o tempo todo, a alteridade do pesquisador em ação de pesquisa. Creio que isso se dá de modo específico nas etnografias que gravitam em torno da política, porque elas obrigam a jogar com o binômio ‘igualdade – alteridade’ também de um modo específico. Pois a política tem uma dimensão formal que também opera socialmente. (FELTRAN, 2008, p. 63)

Uma pesquisa relacional

Minha relação com pessoas que vieram a se tornar interlocutoras na presente pesquisa iniciaram por meio da prática *extensionista* e de assessoria, depois aprofundaram-se no envolvimento político no Movimento, constituindo relações de companheirismo e amizade em maior ou menor intensidade¹¹. Em dois mil e quinze, ao ingressar no mestrado de sociologia, o Morro da Vitória já era o problema de pesquisa por mim escolhido meses antes.

Se fosse possível dividir a relação com as interlocutoras em três dimensões, profissional/militante, relações pessoais de amizade, relação de pesquisa, poderia afirmar que esta teria sido a última estabelecida entre nós. Mas tal separação não existe de fato na produção de experiências, memórias e narrativas. Logo, não posso pensar que o início da relação, ocorrida basicamente através do que seria a dimensão profissional/militante, já não fosse uma atividade de pesquisa, ou de produção de conhecimento, desde os primeiros contatos, negociações, esforços, compreensões... assim como não se pode desconhecer que já

¹¹ Ecléa Bosi (1994, p. 37-38) afirma que “a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores”, com quem a autora compartilha uma “comunidade de destinos”, foi o seu principal “método de abordagem”. A comunidade de destinos: “Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados” (BOSI, 1994, p. 38).

nos primeiros momentos as simpatias, empatias e afinidades desempenharam, como sempre, papel relevante nas parcerias que se iniciavam, nas relações constituídas ao longo do tempo, sendo mesmo fundamental tanto para as práticas políticas desenvolvidas juntos como para a relação de pesquisa constituída para desenvolver este trabalho.

Como processo relacional, o trabalho etnográfico é um trabalho “afetivo” (não no sentido emocional, mas no sentido de afetar e ser afetado nas relações com pessoas, coisas e coletivos) onde o pesquisador também é modificado pela experiência em campo: “O nativo, nesse sentido, não é mais pensado simplesmente como aquele que eu fui (...), ou como aquele que eu não sou(...), ou mesmo como aquele que eu poderia ser (...): ele é o que eu sou parcial e incompletamente (e vice-versa, é claro)” (GOLDMAN, 2006, p. 30-31).

Para Goldman, essa etnografia do “devir-nativo” (noção concebida a partir de um diálogo com Guatarri), que transforma os sujeitos na relação de pesquisa, é: “...o movimento pelo qual um sujeito sai de sua própria condição por meio de uma relação de afetos que consegue estabelecer com uma condição outra” (GOLDMAN 2006, p. 31). O autor objetiva construir uma “teoria etnográfica da política”, a partir de um prolongado trabalho de campo¹², onde as práticas (discursivas e não-discursivas) dos agentes da pesquisa são tratadas como elaboração de “teoria política” (GOLDMAN, 2006, p. 37). Trilha-se assim um caminho epistemológico para elaborar uma espécie de “antropologia da política” capaz de apreender noções nativas postas em ação em contextos *concretos* e agenciá-las nas compreensões e explicações dos problemas pesquisados. Como sugerem Barreira e Palmeira (1998, p. 8), trata-se de não sacrificar as “representações nativas” na proliferação de teorias como acontece, por exemplo, no âmbito dos estudos eleitorais¹³. É possível assim, fugir à falsa dicotomia entre “central” e “periférico”. Através de uma pesquisa relacional pode-se observar conexões em diferentes escalas, trazendo juntos diferentes níveis de conhecimento – é o que Strahern (1995) chama de “efeito *holográfico*”¹⁴ do conceito de “relação”. Para a autora,

¹² “Uma teoria etnográfica procede um pouco à moda do pensamento selvagem: emprega os elementos muito concretos coletados no trabalho de campo – e por outros meios – a fim de articulá-los em proposições um pouco mais abstratas, capazes de conferir inteligibilidade aos acontecimentos e ao mundo. Trata-se aqui, assim, de uma tentativa de elaboração de uma grade de inteligibilidade que permita uma melhor compreensão do nosso próprio sistema político. Para isso, recorre-se certamente a acontecimentos muito concretos, mas também a teorias nativas muito perspicazes e a formulações mais abstratas quando estas se mostram úteis”. (GOLDMAN, 2006:29)

¹³ Mais sobre “representações sociais associadas a experiências de vida e modos de percepção sobre política”, do ponto de vista de moradores das “periferias” de Fortaleza, analisando “as representações de lideranças populares, verificando o uso de categorias nativas sobre a política, a moral e as desigualdades sociais típicas de um espaço de socialidade”, em BARREIRA (2009).

¹⁴ “It is holographic in the sense of being an example of the field it occupies, every part containing information about the whole and information about the whole being enfolded in each part. (...) The relation as a model of

devemos tratar as relações sociais como “objeto de conhecimento” (“não ver apenas as relações entre coisas, mas as coisas como relações”), mas também acionar a “relação” como ferramenta epistemológica, relacionando os conhecimentos de diferentes dimensões, cruzando escalas.

Mais uma vez cito Lucirene, dessa vez para destacar essa prática de conhecimento a partir do envolvimento com o outro, do ser afetado, do sentir o outro para compreender o que o motiva, por exemplo, a *lutar*. Ela volta a falar da experiência da luta do Morro da Vitória e a relação com as pessoas envolvidas como um processo de conhecimento:

Então, foi desgastante? Foi, mas foi um aprendizado mais maravilhoso que eu tive em toda minha vida. Que eu acho que estudar é bom e se formar é bom, mas a formação maior da gente eu acho que é o chão, é ter o conhecimento, conviver assim lado a lado, entendeu?, e saber o que o outro tá sentindo mesmo. (entrevista Lucirene)

Memórias e narrativas

Ao escolher a ocupação e criação do Morro da Vitória, com seus conflitos e mediações constituintes, escolhi um *objeto de pesquisa* com o qual convivo desde dois mil e dois, e por ter como interlocutoras pessoas com quem convivo desde então. Assim, não posso desconhecer que são mais que interlocutoras, são parceiras na construção da minha *visão de mundo*, que orienta minhas formulações, bem como minhas decisões de pesquisa¹⁵. Elas não me dão *informações* sobre um *objeto* nas entrevistas e conversas ligadas a esta pesquisa, elas compõem narrativas e análises que aparecerão nas páginas e influenciam as por mim

complex phenomena, then, has the power to bring dissimilar orders or levels of knowledge together while conserving their difference.”(STRATHERN, 1995, p. 17)

¹⁵ No texto “A ‘objetividade’ do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política”, Weber (1973) defende que o cientista social deve ter consciência que toda ação e não-ação implicam uma tomada de decisão a favor de determinados valores e “contra outros valores”, tendo em conta que a decisão sobre a ação é, em última instância, “assunto pessoal”, baseada nos valores do indivíduo. “Não existe nenhuma realidade científica totalmente objetivada da vida cultural ou dos ‘fenômenos sociais’, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, (...), selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa.” (WEBER, 1973, p. 124). Ciência social é ciência da realidade no entendimento daquilo que ela tem de específico. Logo, a areia movediça axiomática não está apenas sob o objeto empírico na ciência social (ação do indivíduo, acontecimento etc.), mas também o investigador é condicionado por seus próprios valores (que se formam em relações sociais) quando vai escolher seu campo ou objeto de pesquisa. Isto se dá porque o número e natureza das causas dos acontecimentos e ações individuais são infinitas, sem critérios para escolher qual fração analisar isoladamente. Essa escolha se dá com base no interesse (aquilo que é “significativo”), mediado pela cultura e valores do pesquisador. Para Weber: “...carece de razão de ser um estudo ‘objetivo’ dos acontecimentos sociais”, porque o conhecimento de leis sociais não coincide com a realidade social, e porque todo conhecimento dos acontecimentos singulares se dá com base em significações, a partir da vida individual, de relações singulares (WEBER, 1973:130).

compostas; nós discutimos, refletimos, avaliamos experiências, comuns ou não, e elas me ensinam a ler sentidos e concepções que muitas vezes são por mim incorporados – e acredito que isso se dê em via de mão dupla. Outras pessoas e relações cumpriram papel semelhante na minha vida e concepções existenciais, mais ou menos no mesmo período. Mas para esta pesquisa, escolhi cinco interlocutoras principais a quem entrevistei e com quem intensifiquei uma convivência em campo no período entre 2015 e 2016, buscando praticar uma pesquisa relacional¹⁶ (CASTRO, 2002). Ter participado com elas de coletivos e redes em comum ofereceu condições para realizar um “empreendimento micropolítico” de pesquisa onde os anos de convivência em situações diversas foram fundamentais para o processo de produção de “conhecimento engajado” (SÁ, 2009).

As pessoas interlocutoras nesta pesquisa são¹⁷: **Liduína** – 57 anos, uma das fundadoras do grupo da “comissão” e, depois, da associação, sendo escolhida a presidenta da primeira gestão em 2001, cargo que ocupa até hoje, categorizando-a como “líder comunitária” do Morro da Vitória; **Lucirene** – 48 anos, também participou da primeira formação da comissão e das primeiras gestões da associação, mas passou a se dedicar mais à Ceps e ao Mcp, participou de outras ocupações e hoje já não mora no Morro da Vitória, onde mantém relações de parentesco e amizade. **Graça** – 53 anos, primeira delas a chegar à ocupação, não participou da formação original da comissão, vindo depois a participar da associação, também da Ceps e do Mcp, quando vivenciou uma nova experiência de ocupação, dessa vez como organizadora; **Assis** – 54 anos, participou da ocupação do Morro da Vitória, mas só entrou no “grupo” na segunda gestão da associação como vice-presidente, depois, integrando o Mcp, participou de outras ocupações, numa das quais (Raízes da Praia) vive atualmente, fazendo parte da comissão; **padre Eduardo** – apoiador de primeira hora da ocupação do Morro da

¹⁶ “O essencial é que o discurso do antropólogo (o ‘observador’) estabeleça uma certa relação com o discurso do nativo (o ‘observado’). Essa relação é uma relação de sentido, ou, como se diz quando o primeiro discurso pretende à ciência, uma relação de conhecimento. Mas o conhecimento antropológico é imediatamente uma relação social, pois é efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma transformação) na constituição relacional de ambos” (CASTRO, 2002, p. 114)

¹⁷ Utilizo os nomes reais das pessoas, pois concordo com Goldman (2006: 45-47) quando afirma que, na maioria das vezes (e penso que é o caso desta pesquisa), trocar os nomes verdadeiros não garante anonimato às pessoas porque é fácil identificá-las nas tramas das ações e acontecimentos, e às vezes ainda ficam decepcionadas por não ver seus nomes ali, servindo então mais para *proteção* do próprio pesquisador. Ademais, penso os nomes como parte singular das pessoas, renomeá-las criaria prejuízo à caracterização delas na escrita do texto gerando artificialidade (um nome deslocado do universo social, do tempo-espço cultural onde a pessoa nasce e vive); também prejudicaria a função de registro e reconhecimento, através do texto, dos sujeitos que viveram os acontecimentos, refletiram e produziram narrativas. Tal função de registro da pesquisa, tanto dos acontecimentos como das personagens envolvidas, foi ressaltada e acordada nos diálogos com todas as interlocutoras, que fizeram questão de declinar nomes e registrar feitos ao longo das conversas, ressaltando o caráter histórico que “não pode ser esquecido”, como veremos em algumas transcrições.

Vitória e de outras na *região*, é padre redentorista que chegou a Fortaleza em 1970, está na região do Mucuripe e Praia do Futuro desde 1993, sendo um atuante membro das Cebis e parceiro dos movimentos sociais.

Com essas pessoas realizei, no período desta pesquisa, entrevistas em profundidade (DUARTE; BARROS, 2009), onde busco sentidos atribuídos e noções formuladas a partir das reflexões ligadas aos acontecimentos e experiências, e de onde extraio as citações que compõem as narrativas e análises – mas para além das citações diretas, as vozes destas e outras pessoas atravessam toda a confecção da trama que constitui o fruto da pesquisa, construída a partir do trabalho etnográfico. O material resultado das entrevistas é trabalhado numa lógica integrada entre o antes, o durante e o depois do trabalho de campo. Assim, as questões teóricas orientam opções de roteiro de entrevista ou seleção de entrevistados, ao mesmo tempo que o resultado das entrevistas e convivências, transcritas e registradas em diários de campo, dialogam com a teoria e reordenam hipóteses, podendo confirmá-las, negá-las ou transformá-las. Também a organização do trabalho – divisão de tópicos, por exemplo – é influenciada pelo material empírico, assim como seus conteúdos. O trabalho de análise das falas é um trabalho de constante revisitação, seleção de relevâncias, garimpagem de significações que permeiam a construção de cada capítulo, um “trabalho em progresso” intensificado após a qualificação e na composição da dissertação.

Valho-me também de fragmentos das trajetórias dessas pessoas, que se entrelaçam com a trajetória coletiva do Morro da Vitória no tempo da sua formação, que são picadas por onde a pesquisa trilha, tendo como substância as narrativas baseadas nas suas experiências, suas impressões e agências percebidas na convivência e no trabalho de memória (BOSI, 1994). Memória que será importante tanto para as narrativas de trajetórias como dos acontecimentos. Memória (inclusive a minha) trabalhada durante toda a pesquisa. “Memória-trabalho” que para Ecléa Bosi é a “evocação em disciplina” (BOSI, 1994, p. 37). Para chegar a tal conceito, a autora coteja trabalhos de Bergson e Halbwachs. Do primeiro, apreende a noção de memória como força subjetiva profunda que emerge no presente complexificando a percepção das coisas, produzindo conhecimento – “a percepção concreta precisa valer-se do passado que de algum modo se conservou; a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida” (BOSI, 1994, p. 47). Para além da “memória-hábito”, meio automática, que orienta o fazer cotidiano, há a “imagem-lembrança” que “traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida” (BOSI, 1994, p. 49). Assim, a memória conserva o passado, chamado ao presente em forma de lembrança. Mas a evocação dessa lembrança não se dá como sonho ou devaneio.

Aqui a autora chama Halbwachs, para quem a memória depende das relações sociais e referências culturais do indivíduo, e lembrar não é “reviver o passado”, mas reconstruí-lo com imagens de hoje e de experiências do passado – “memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1994, p. 55). E esse trabalho não é apenas individual, pois a memória da pessoa é ligada, por meio da linguagem, à *memória coletiva*. A lembrança precisa ser “lapidada”, trabalhada com uma inteligência do presente, mas “o sentimento também precisa acompanhá-la...” (BOSI, 1994, p. 81). O desejo de revivência é força propulsora do trabalho de memória, e isso deve ser levado em conta metodologicamente numa pesquisa como esta. Além disso, trata-se de memórias coletivas e o trabalho de evocação das lembranças também terá de sê-lo. Ouvir individualmente os pontos de vista de interlocutores não significa que tais pontos de vista sejam construídos individualmente¹⁸. O trabalho de memória é um trabalho coletivo na medida em que as memórias possuem um lastro comunitário - “O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado” (BOSI, 1994, p. 414). Mas é o indivíduo que recorda, “ele é o memorizador”, ele retém e seleciona o que é significativo dentro do “tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411). Só ouvindo as pessoas pode-se acessar as memórias e montar o mosaico de experiências comuns, mas percebidas singularmente. A troca de experiências por meio da oralidade torna-se metodologicamente importante para a pesquisa, e a narrativa é essencial para a “arte de trocar experiências¹⁹” (BOSI, 1994, p. 84). Narrativas sobre trajetórias singulares que viveram acontecimentos singulares.

Tais narrativas têm papel importante nesta pesquisa, na medida em que se entrelaçam com as narrativas dos acontecimentos, com os agenciamentos mobilizados e com os processos de produção dos espaços (físico, político, social). Becker (1997, p. 101-115) defende que um conjunto de pesquisas sobre diferentes trajetórias de vida podem compor um “mosaico científico” para se analisar realidades interligadas de uma cidade, como a Chicago dos anos vinte por exemplo. Para ele, o estudo das “histórias de vida” podem cumprir algumas funções,

¹⁸ “Os pontos de vista dos que subiram comigo a rua tornam minha evocação múltipla e profunda e alicerçam minhas visões.” (BOSI, 1994, p. 413)

¹⁹ Aqui, Bosi vai beber na fonte de Walter Benjamin, seu belo texto **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, afirma: “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores” (BENJAMIM, 1987, p. 198). Para Benjamin, o “artesanato” da narrativa se dá pelo exercício da oralidade, mas também da memória do próprio narrador: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência e a dos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos ouvintes” (BENJAMIM, 1987, p. 201). Este ponto é importante para a presente pesquisa uma vez que minha própria memória é constantemente acionada em diálogo com as lembranças narradas pelas interlocutoras, não para explicá-las, mas para compor um trabalho comum de memória e narrativa, e de incorporação mútua de experiências. E Benjamin reafirma o vínculo entre memória e narrativa: a memória é “musa da narrativa”, sendo diferente da “rememoração”, “musa do romance” (BENJAMIM, 1987, p. 211). E melhor que seja evocada em companhia, essencial à narrativa, que só pode se realizar em meio a uma “comunidade de ouvintes”.

como: “pedra de toque para a avaliação de teorias” (BECKER, 1997, p. 107); permite conhecer melhor áreas tangencialmente relacionadas à pesquisa (“fatos vizinhos”), terrenos ligados ao objeto que obrigam a pesquisa a cruzar fronteiras, o que se faz normalmente com base em “pressuposições”, mas que com base em informações de uma história de vida: “podem ser feitas de modo realista” (BECKER, 1997, p. 108); fornece “uma visão do lado subjetivo de processos institucionais muito estudados” (p. 108); também “pode dar um sentido à superexplorada noção de *processo*”, pois o processo social não é “interação imaginada entre forças invisíveis”, mas processo de interação entre pessoas concretas, “simbolicamente mediada” (BECKER, 1997, pp. 109-110). Por fim, a história de vida permite o acesso do leitor a universos sociais por ele desconhecido e, às vezes, inacessíveis.

Bourdieu (1998, p.183-191), por sua vez, levanta algumas questões ao uso da noção de “história de vida”. O autor francês pensa que tal noção, como transposta do senso comum para a sociologia, ampara-se em pressupostos que tendem a criar um efeito ilusório. Por ver a vida como um “conjunto coerentemente orientado, passível de apreensão unitária de intenção” (BOURDIEU, 1998, p. 184), acaba apreendendo-a como se transcorresse em ordem cronológica e lógica, desde um começo (“razão de ser”) até um término (“objetivo”). Assim, tenta-se organizar numa série de sucessões cronológicas narrativas que são desconexas, cujos narradores perdem constantemente “o fio da estrita sucessão do calendário”. Para Bourdieu essa noção está presa ao que ele chama de “filosofia da identidade”, que tem seu expoente máximo na vida prática na instituição do “nome próprio”, de onde deriva a identidade civil, o currículo, a ficha judicial, a biografia. Constitui-se assim uma identidade rígida, inteligível e previsível, válida para diferentes espaços sociais. A investigação sociológica, então, passa a se assemelhar a um “interrogatório oficial”, tendo como material primaz a “confidência” (BOURDIEU, 1998, p. 189). É importante perceber que o relato de vida, varia de acordo com o “mercado” em que é oferecido; a situação de investigação influencia o discurso. A ilusão consiste em ver história de vida como: “sucessão longitudinal dos acontecimentos constitutivos da vida”; e a trajetória como: “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1998 p. 189).

A questão, para Bourdieu, é realizar a análise crítica do campo onde a trajetória se movimenta na sucessão de espaços sociais que ocupa. Necessário que se realize “estudos sucessivos do campo”, e do “conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado, num estado dado, ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 1998, p. 190).

Sobre como narrativas de trajetórias singulares de vida relacionam-se com aspectos políticos e sociais do tempo-espaço no qual uma pessoa vive, podemos ver o trabalho de Suely Kofes (2001). Nesta obra a autora debate com Bourdieu os riscos da “*ilusão biográfica*”, como, entre outros, a ilusão de que a trajetória ou “*história de vida*” se dá como um itinerário em série temporalmente linear de deslocamentos e fatos cronologicamente encadeados e conscientemente decididos e explicáveis (KOFFES, 2001, pp. 24-26), debate no qual a autora afirma:

Vários trabalhos que tem na história de vida um instrumento heurístico não lidam com a noção de história como um sentido (direção), embora pressuponham sim as possibilidades interpretativas de suas experiências pelos próprios agentes e não descartam estes sentidos como vias de acesso compreensivo e explicativo. Mesmo porque os sujeitos sociais são em si mesmo entrecruzamentos de relações às quais estão ligados, quer pelos significados já dados a estas relações e que constituem os sujeitos enquanto pessoas sociais, quer pelos significados que eles agenciam e narram. (KOFFES, 2001, p. 25).

As trajetórias de vida, ou mais precisamente *trechos de trajetórias*, não buscam nesta pesquisa a precisão cronológica, que não existe perfeita nem na memória muito menos nas narrativas, assim como os próprios “acontecimentos” não são passíveis de ser datados, a não ser como marcadores mais ou menos arbitrários, nem são compreensíveis dentro de uma relação de causalidade ou sucessão lógica e intencional, já que são aleatórios e imprevisíveis, como veremos mais adiante. Muito menos, procuro constituir uma identidade totalizadora dos narradores²⁰, mas perceber suas agências e relações nos contextos estudados, e a própria narrativa como agência, ou parte do “agenciamento coletivo” onde a pesquisa se desenvolve.

Por meio das narrativas, memórias e reflexões verbalizadas pelos sujeitos busco compreender – integrando entrevistas, trabalho de campo e teórico (KAUFFMAN, 2011) – as perspectivas quanto ao *acontecimento* e seus desdobramentos, à formação do “grupo” e seu desenvolvimento da “comissão” à diretoria da associação, as disputas, articulações e mediações. Além das narrativas e relatos, a pesquisa terá como fonte o material documental: matérias de jornal, atas de audiências e reuniões, relatórios, fotos e mapas.

²⁰ “Mas nem mesmo com referência às mais insignificantes coisas da vida somos nós um todo materialmente constituído, idêntico para toda a gente e de que cada qual não tem mais do que tomar conhecimento, como se tratasse de um livro de contas ou de um testamento; **nossa personalidade social é uma criação do pensamento alheio.**” (PROUST, 1987, 24, grifo nosso). Sobre como o indivíduo tenta influenciar esse “pensamento alheio”, através de mecanismos práticos da interação como “controle de informação” e “segregação do público”, ver Goffman (2004) discutindo biografia, biografado e biografadores em “Estigma”.

CAPÍTULO II – ESPAÇO, TEMPO E TRAJETÓRIAS

Contexto de trajetórias coletivas e pessoais

Figura 2 - Foto Morro/Mucuripe 2013



Fonte: coletivo Nigéria

Na introdução deste trabalho, falo que o Morro da Vitória brotou no topo do *morro* do Mucuripe. Este surge, como aglomerado populacional de pescadores e suas famílias na antiga faixa de praia onde se ergueu a Beira-Mar – avenida que concentra prédios de luxo e grandes hotéis, cartão postal e ponto turístico de Fortaleza. Entre a avenida e o mar, o calçadão com seus diferentes usos esportivos, recreativos e comerciais, com seu valor paisagístico (sempre transformado por constantes intervenções), ao longo da estreita faixa de praia onde, em um restrito ponto, ainda se ver as embarcações como jangadas que fizeram a fama das “velas do Mucuripe” e constituem fator de “identidade cultural”, inclusive para fins de mercado turístico. Mas para além da área onde hoje é a Beira-Mar, o Mucuripe foi se expandido e diversificando-se para além da zona portuária que acerca o ponto turístico e do campo de dunas próximo à orla. Tal expansão foi produzindo novos territórios, que foram recebendo diferentes nomeações, oficiais ou *populares*.

Optei por Mucuripe, ao invés de Morro do Santa Terezinha ou bairro Vicente Pizón, porque antes de todas as nomeações territoriais que vão aparecer no texto se justapondo na área onde situo a pesquisa (e serão muitas), ali sempre foi Mucuripe. Mucuripe remonta às

origens da cidade, até mesmo do país, pois historiadores afirmam que o navegador espanhol Vicente Pizón esteve na praia do Mucuripe antes mesmo da expedição de Pedro Alvares Cabral, tendo dado o nome de *Rostro Hermoso* àquela enseada que ficou conhecida como “ponta do Mucuripe”. Raimundo Girão (1997) em sua “Geografia Estética de Fortaleza” busca recompor a saga do Mucuripe através de registros históricos e geográficos²¹. Vemos ali que o nome é de origem tupi, mas de difícil explicação etimológica, e que: “o topônimo Mucuripe aparece pela primeira vez, na cartografia brasileira, figurando no mapa das Capitanias de 1574; é, portanto, o mais antigo dos nomes indígenas em nossa nomenclatura geográfica” (GIRÃO, 1997, p. 24). Sendo, segundo o referido autor, a primeira escrita “Macorie”, depois “Macoripe”, e ainda “Mocoripe” antes de chegar a Mucuripe.

Porém, a origem do bairro Mucuripe é um acontecimento difícil de datar, como explica Blanchard Girão:

Na condição de bairro, realmente, o início do Mucuripe é um mistério. Não pairam dúvidas, todavia, quanto ao fato de que foi na sua enseada que teve início a descoberta do Ceará, primeiro por espanhóis (Pizón chegou antes de Cabral na Bahia), depois por portugueses (Soares Moreno no século XVII), por holandeses (também no século XVII), franceses... (GIRÃO, 1998, p. 27)

Mas é de mil novecentos e quarenta a segunda lembrança mais antiga do memorialista em relação ao Mucuripe (a primeira foi a férias que lá passou em trinta e seis): “Meu pai alugara uma casinha, em meio a dezenas de choupanas de jangadeiros, no Mucuripe, primitiva aldeia de pescadores, precisamente no mesmo local em que agora se elevam os espigões de luxo, abrigo dos novos milionários” (GIRÃO, 1998, p. 15). Já Raimundo Girão não enxergava a beleza e o bem-estar experimentados por Blanchard Girão nas suas saudosas memórias na “aldeia de pescadores do Mucuripe”, nem o incomodava o *progresso* que levou o Mucuripe “de aldeia índia a moradia de milionários” (GIRÃO, 1998, p. 23). Ao contrário, Raimundo Girão, elogia os gestores da segunda metade do século vinte que promoveram as mudanças na cidade em sintonia com a “lógica do milagre brasileiro”, pondo em marcha avanços, como o

²¹ Em alguns deles, identifico com perfeição a área geográfica na qual vivi e atuo nesta pesquisa, como em uma citação de um escrito de Pompeu Sobrinho que, reforçando a tese da passagem da expedição de Vicente Pizón e outras subsequentes pelo Mucuripe: “...identifica, com bastante convencimento, os diversos acidentes geográficos aí consignados, a partir da ponta do Calcanhar”. Explicando que com certeza se refere à “ponta do Mucuripe”, Raimundo Girão então transcreve o antigo relato: “À esquerda (...) muito próximo da ponta, dentro da enseada, abre-se a embocadura desse rio que nasce numa lagoa no interior das terras (...). Mas também pode ser o atual riacho Papicu ou Maceió, que despeja imediatamente ao pé da ponta do Mucuripe e na realidade nasce de uma lagoa que tem o mesmo nome” (GIRÃO, 1997, p. 23). Para mim esse relato é de grande imanência, por ter morado no bairro Papicu (nos últimos cinco anos dos muitos intercalados em que morei em bairros dessa região, Varjota, Vicente Pizón, Praia do Futuro) a poucos metros da referida lagoa, cruzando sempre em meus trajetos cotidianos com diferentes trechos do riacho que nela nasce e vai desembocar na Beira-Mar, acompanhando seu curso sempre que ia ao Morro da Vitória.

prefeito Gen. Manuel Cordeiro Neto (1959-63) que promoveu “o rasgamento da Avenida Beira Mar (Presidente Kennedy) através da orla marítima, tão feiamente ocupada por míseras favelas...” (GIRÃO, 1997, p. 6). Blanchard atribui a “favelização” do Mucuripe a migrações de gente “tangida pela miséria dos campos” (GIRÃO, 1998, p. 32) e atraídas pelas obras do Porto e atividades derivadas deste. Aliás, a construção do Porto do Mucuripe²² é um acontecimento fundamental que influenciou decisivamente a produção espacial e as relações sociais na região.

Da “aldeia de pescadores” à “favela” há um longo processo de transformação, que persiste até hoje, e o nível de intensidade que se atribui a cada característica vai depender do olhar, do campo de relações e afetividade de cada observador. É certo que quanto mais o tempo passa mais o território se distancia do primeiro para o segundo “polo”, mas também este movimento não é linear e há muitos distanciamentos do segundo “polo” ocorrendo também, às vezes estabelecendo diálogos com o primeiro. Ouvi relatos de uma interlocutora que morava no Castelo Encantado (hoje mora numa ocupação na Praia do Futuro), e era casada com um pescador, e conta que quando ele chegava do mar era tanto do peixe que ela distribuía entre vizinhas que se avolumavam em torno da sua casa nesses dias (isso ainda na década de noventa) – distribuía ariacó, serra, peixes que eram considerados por ela de valor menor, e hoje é quase *nobre*, é o que de melhor aparece na sua panela digamos assim, e para a maioria dos seus vizinhos a tainha é o máximo de *nobreza* que consegue adquirir, sendo a sardinha e o agulha o que podem comer cotidianamente. Estamos falando de peixes que eram distribuídos na praia, entre vizinhos e hoje são raros e mal se pode comprar. Na atual vizinhança (ocupação Raízes da Praia) de Rosa – a minha interlocutora – há pelo menos três pescadores profissionais na ativa, um tem isso pintado na porta do seu *barraco*: “pescador profissional”; outro é conhecido por todos pela alcunha Pescador, o outro é um veterano tem sua própria embarcação, em sociedade. Ainda há pescadores, mas há muito não se vê peixes circulando em fartura. Por outro lado, ainda há muita gente que pesca nas comunidades da região, centenas de jangadeiros e de *embarcados* em “lanchas” a motor, dezenas se juntam diariamente para a pesca de arrasto na beira da “praia do vizinho” no Serviluz onde, do lado de lá do espigão, na praia do Titanzinho, muitos pescam “de mergulho” junto às pedras e pegam peixes maiores; outros se espalham pela Praia do Futuro para pescar tainha com rede

²² Projeto que, segundo Raimundo Girão (1997), foi acalentado desse o final do século XIX e teve várias tentativas, iniciando oficialmente em 1921 com obras que foram suspensas três anos depois; segundo Nogueira (2006) as obras só deslançaram mesmo a partir 1940, durando vinte e cinco anos – isso no que diz respeito ao atual complexo portuário administrado pela companhia Docas, pois a enseada do Mucuripe sempre foi porto para navegações diversas.

de “rengai”, ou para “tarrafejar” no rio Cocó, mulheres homens e meninos a mariscar no mangue do Caça e Pesca e da Sabiaguaba. Também os surfistas se multiplicam às centenas. E assim, essas práticas vão se misturando à realidade econômica de avanço dos mercados turístico e imobiliário, configurando uma empregabilidade ligada aos serviços e comércio, e de escassez crescente dos recursos naturais com os pescados se extinguindo, a urbanização segregadora criando escassez de espaço, conflito, discriminação, repressão, violência, *escassez de vida*.

Para Dantas (2009), aquele processo, ao qual me referia no início do parágrafo anterior, começa no final do século XIX, quando teria iniciado a construção de favelas na beira-mar em Fortaleza. O “vilarejo de pescadores” era o tipo de ocupação comum às praias de todo o litoral cearense. “O segundo tipo, as favelas, é um fenômeno particular e característico de Fortaleza, cidade cujo forte fluxo migratório ocasionou impossível integração desses novos oriundos do sertão nos antigos vilarejos de pescadores.” (DANTAS, 2009, p. 38). Passou-se então à produção de um novo arranjo habitacional no litoral de Fortaleza, onde os pobres podiam produzir seus territórios, ao tempo que a elite rejeitava o litoral. Daí Dantas afirmar: “as zonas de praia de Fortaleza constituem-se em *locus* de pesca e de habitação das classes pobres. Tal dado se traduz na presença e crescimento de antigos vilarejos de pescadores, notadamente o Mucuripe (1902), e na ocupação da beira-mar pelos pobres...” (DANTAS, 2009, p. 38). Tal processo no Mucuripe foi reforçado, certamente, pelas obras do porto nos meados do século XX.

Apesar da atração de gente e do impacto ambiental, não foi o porto o principal acontecimento a impulsionar a subida da população para o campo de dunas e a favelização no Grande Mucuripe, mas ascensão do mercado imobiliário e turístico. Após um processo de valorização da “maritimidade” por parte das elites (inspirada em costumes europeus), tal “descoberta” se dá entre as décadas de 1920-30, período no qual começam a construir “residências secundárias” na Praia de Iracema e, já na década de 40, na praia do Meireles, de acordo com Dantas (2009, p. 39-40), que acrescenta que a partir da década de 70 tal processo de transformação do espaço litorânea se intensifica com o advento do turismo. Sá (2010) especifica a existência de duas “aldeias de pescadores” até a década de 1960, “aldeia do Mucuripe” e “aldeia da Volta da Jurema”, e atribui, assim como Nogueira (2006) e a maioria dos estudiosos e observadores, o *boom* da favelização na região à abertura da avenida Beira-Mar e ao processo constante e crescente de valorização e mercantilização imobiliária:

As expulsões das comunidades pesqueiras artesanais da rua da Frente (atual avenida Beira-Mar) foi um dos capítulos mais trágicos do processo de

favelização do Grande Mucuripe. Até 1963, a Volta da Jurema e a enseada do Mucuripe eram lugares de moradia popular compostos pelos povoados dos *mucuripenses* (aldeia do Mucuripe) e dos *juremistas* (aldeia da Volta da Jurema). (SÁ, 2010, p. 206).

É nessa época (ou um pouco antes, ainda na década de cinquenta) que começam a se formar ou consolidar núcleos populacionais no campo de dunas, como o Castelo Encantado, o Morro do Teixeira e, depois, o conjunto Santa Terezinha (início anos oitenta).

Sá (2010) também nos traz um olhar mais aprofundado sobre as origens antropológicas do Mucuripe quando da chegada dos primeiros europeus:

... quando espanhóis, franceses, ingleses, holandeses e portugueses aportaram no Mucuripe, em meados de 1500, transformando o porto natural em entreposto de navegação de cabotagem entre a Bahia e o Maranhão, a população Potiguar mantinha uma organização sociopolítica baseada em grupos locais das aldeias do litoral. Os Potiguar lutavam contra tapuias desde pelo menos 700-900 d.C em torno da posse dos territórios litorâneos. Apenas os numerosos povos Tremembé conseguiram barrar, no período pré-conquista, ficando-se entre a costa oeste cearense e o litoral maranhense, as pretensões expansionistas da população Potiguar. Estes já haviam cortado as pretensões da população não-Tupi de acessar e residir no litoral leste cearense. Assim, antes dos europeus, os Potiguares já haviam delimitado os sertões e as serras como lugares dos Kariri, dos Araripe, dos Ikó, dos Payaku, dos Kanindé, dos Otxukayana, dos Inhamum, dos Calabaça, dos Xukuru, dos Tobajara, dos Karatiú e dos Reriú, entre outros grupos. O lugar onde hoje é a região industrial portuária do Mucuripe na extremidade leste da costa fortalezense é um lugar que ocupa uma posição central para uma história indígena do nordeste”. Assim, quando os primeiros navegadores europeus aportam na enseada do Mucuripe, passaram a interagir numa das “mais antigas zonas de troca e guerra do novo mundo” (SÁ, 2010, p. 245).

Sá (2010) realiza um profícuo diálogo entre etnografia e história social numa relação direta com a pesquisa de Nogueira (2006), que além de um rico registro etnográfico da memória oral e das práticas culturais da população do Serviluz, faz um rico cotejamento com a vasta literatura histórica sobre o Mucuripe. No campo da geografia também há grande acervo. No campo literário há inúmeras referências ao Mucuripe, seu ambiente e sua gente, seus mitos, dramas, *poesis* – tão vasta que é difícil escolher qual citar. Certa vez, garimpei na Biblioteca Pública Menezes Pimentel um livro do escritor Papi Junior²³, chamado “O Simas” e datado de 1898, onde encontrei um trecho em que o narrador descreve Fortaleza mirada do mar, e refere-se assim ao Mucuripe (após citar referências de paisagens como Jacarecanga, Arraial Moura Brasil, Alfândega, Passeio Público, entre outras):

²³ PAPI JUNIOR foi um dos fundadores do *Centro Literário*, em 1894, formado por jovens escritores críticos ao “exclusivismo” da Padaria Espiritual.

“Para o nascente, então, a praia na sua extensão longínqua de curvas e desvios até ao Mucuripe, na ponta erguida a torre do farol confusamente percebida como uma mancha, sem linhas nem detalhes; mais perto, os coqueirais da volta da Jurema, os cajueiros dos sítios do Meireles comendo o horizonte de verdes longes, feridos de muita luz; e, por fim, junto ao viaduto, as oficinas das obras do porto, ao derredor carros e locomotivas, guindastes e madeiras, trilhos e ferramentas formando a grande esplanada bélica do trabalho.(...) Aos poucos, da cidade foram-se apagando os pormenores e detalhes, e, vencida a ponta do Mucuripe, era ela uma mancha confusa, em frente à qual, apenas, se distinguiam nitidamente a mastreação negra de dois navios ancorados, e para o alto as pontas das torres da igreja da Prainha” (Papi Junior, *O Simas*, 1898).

Retomando o raciocínio do início deste tópico, afirmo então que no contexto aqui pesquisado, o Mucuripe (como nomeação e identidade territorial) é o começo de tudo... por isso mesmo *inventaram* o nome “Vicente Pizón”, nomeação *usurpadora* que tira do Mucuripe o *morro*, sua gente, suas comunidades. Reforça assim a construção social do Mucuripe como um bairro de alto padrão econômico, descolado das populações pobres que o habitaram num *vago passado* e são segregadas no presente.

Nessa trajetória de exclusão e resistência das comunidades do Mucuripe, destaca-se o papel da Igreja Católica apoiando as sociabilidades comunitárias do povo pobre do Mucuripe. Nesse sentido uma figura emblemática é o padre José Nilson (GIRÃO, 1998), que durante três décadas (60, 70 e 80) atuou intensamente na defesa das famílias de pescadores, na sua luta por permanência na região do Mucuripe, quando já começavam a criar novos territórios morro acima, bem como fortalecendo redes de solidariedade visando à proteção daqueles setores mais excluídos, como as prostitutas da zona do Farol, por exemplo, ou os migrantes mal amparados nas *favelas*. Nasce aí o *movimento comunitário* do Mucuripe, ligado à religiosidade e às sociabilidades praieiras, destacando-se na luta por preservação das *comunidades de pescadores* e seus símbolos, do patrimônio cultural e identidade *mucuripenses*, durante um período de intenso assédio por parte do mercado imobiliário e turístico a expulsar moradores e destruir referências. Ao mesmo tempo, novas comunidades (conjuntos, mutirões, ocupações) eram criadas e redes de solidariedade iam se compondo – processos estes que veremos ser ativados no caso do Morro da Vitória.

Padre Nilson se destacou na defesa missionária do povo pobre do Mucuripe. E essa questão da pobreza é fator marcante na *região* estudada nesta pesquisa, onde vivem os agentes e onde ocorreram os acontecimentos problematizados. De acordo com dados censitários compilados no: “**Mapeamento de dados censitários. Setor de estudos: Litoral Leste de Fortaleza**”, elaborado por pesquisadores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da

UFC²⁴, com base em censos realizados entre 1991 e 2000, cujos mapas vão em anexo, podemos constatar que: mais de 50% da população possui “renda média mensal abaixo de 02 salários mínimos” (anexo D); “população com 13 anos ou mais de instrução abaixo de 10%” (anexo E); “déficit habitacional” variando entre “5% a 10%” e, em algumas áreas, “maior que 10%” da população (anexo F); “saneamento precário” atingindo de 20% a 50% em algumas áreas e mais de 50% na maior parte delas (anexo G).

Uma cartografia riscada a corpos

Na atualidade, o bairro onde o Morro da Vitória e o Farol Novo estão instalados é oficialmente denominado Vicente Pizón. Os dois faróis do Mucuripe não ficam mais no Mucuripe, oficialmente, nem o “novo” nem o “velho”, pois o histórico Farol do Mucuripe e o Serviluz (ou parte dele, a outra parte é Vicente Pizón) estão oficialmente no bairro Cais do Porto. O *recorte geográfico* desta pesquisa coincide, mais ou menos, com a área que se convencionou chamar o “Grande Mucuripe” (hoje perdendo espaço para o “Grande Vicente Pizón”) que, além do bairro Mucuripe e do campo de dunas contíguo que se estende à Praia do Futuro, inclui Varjota, Meireles, Papicu, Cais do Porto, Vicente Pizón, Serviluz, Praia do Futuro I e II até o Caça e Pesca na foz do rio Cocó. Optei, desde o projeto de pesquisa para o mestrado, denominar essa região de “litoral leste de Fortaleza”²⁵, por ser uma base geográfica que dá conta das conexões sociais que vislumbro entre comunidades ou favelas, conjuntos, bairros populares, onde vivem pessoas com fortes relações em fluxo, onde é difícil definir fronteiras geopolíticas, muitas vezes as oficiais são mesmo contraditórias com a realidade do nível de proximidade maior ou menor entre lugares que, às vezes, na prática são contínuas, mas são divididas em mapas oficiais, ou são contínuas no mapa como um único bairro, mas são segregadas na prática.

As pessoas que lá vivem, como as minhas interlocutoras mostrarão, costumam movimentar-se entre estes territórios, de um bairro a outro, seja se mudando, seja visitando. É comum encontrar interlocutoras que ao longo do tempo foram vivendo em diferentes comunidades, a partir de relações familiares, de amizade ou parentesco numa vizinhança, de

²⁴ Material fornecido pelo Prof Dr. Renato Pequeno, do DAU-UFC, coordenador do Laboratório de Estudos da Habitação – LEHAB.

²⁵ Ver mapa de bairros “litoral leste de Fortaleza” no Anexo C. Tal mapeamento é mais amplo do que a configuração territorial na qual a pesquisa se insere, já que a *diferença segregada* marca as topologias e cartografias nessa região da cidade, logo não trabalho num território contínuo, mas entrecortado, com conexões contíguas ou não – ver anexo A.

oportunidade política ou econômica, entre outros fatores. O caso de **Liduina** é exemplar. Vejamos como sua trajetória vai costurando sua trama nessa *rede territorial*:

Aí lá da Varjota a gente veio morar no Morro do Teixeira, na época era um morro bem grande, aí eu fui criada naquelas dunas né, muito bonita que era na época era um morro muito alto, e a gente ia lá carretear, a gente ia conversar quando tinha a lua, nós ia né, ia namorar! tudo a gente ia assim naquela parte do morro. E aí a gente morava numa vila, chamava Buraco da Jia, a gente morava numa vila alugada e aí o governo, na época era o Virgílio Távora, queria fazer conjunto residencial mas não tinha onde, então o morro... ele queria derrubar o morro pra fazer o conjunto Santa Terezinha, e aí as primeiras casas que... foi a segunda etapa do conjunto, foi nós que viemos de lá pra cá, meus pais que ganharam a casa. Mas a minha vida inteira, minha juventude foi aqui no Mucuripe, no Terra e Mar, como te disse no Morro do Teixeira, nas tertúlias do Castelo, aquelas coisas maravilhosas que tinha de primeiro. (Entrevista Liduina).

Vemos que Liduina, quando menina, morava na Varjota, numa parte do bairro remanescente dos tempos em que era contínuo à “aldeia de pescadores” do Mucuripe. Com a *explosão-implosão* (LEFEBVRE, 2004) desta, depois da abertura da avenida Beira Mar e todo o processo de *gentrificação* que vem avançando há décadas, a família de Liduina seguiu o caminho de tantas outras famílias “mucuripenses” que ocuparam o *morro* – ou o campo de dunas com vegetação²⁶. O Morro do Teixeira, localizado no Castelo Encantado e onde se localiza o Buraco da Jia (onde Liduina morava quando o governo estadual construiu o conjunto Santa Terezinha, *oficializando* o morro, ou o campo de dunas, como vetor de expansão habitacional²⁷), é uma das mais antigas *áreas de risco* de Fortaleza, haja vista ser encosta desmatada de duna e as construções precárias. Do Buraco da Jia a família de Liduina foi para o conjunto habitacional. Mas Liduina não parou aí, assim como o processo de expansão sócio-espacial também não – sempre subindo e se espalhando. Liduina casou com dezesseis anos e foi morar no “Castelo”; mas “não deu certo”, depois de três anos, separou e voltou para a casa dos pais no Santa Terezinha, com duas crianças. Viveu, como ela diz, “outras aventuras acho que de juventude, que hoje, se fosse hoje eu não faria...”, e teve mais duas filhas. Depois encontrou o Louro, com quem se juntou e adotaram mais uma filha. Ficou apertado no Santa Terezinha: “Aí eu peguei e vim morar aqui no São Pedro de aluguel, mais o Louro”. O São Pedro é uma espécie de conjunto habitacional construído em *mutirão* pelos moradores nos anos noventa com apoio do Estado – interessante que para Liduina o nome do

²⁶ Sobre o campo de dunas que se estende do Mucuripe à Praia do Futuro, passando por Vicente Pizón e Papicu, suas características geomorfológicas e dinâmicas ambientais, bem como os impactos da urbanização sobre tais ecossistemas, ver Meirelles, Silva e Ravento (2001).

²⁷ Como me alertou certa vez o professor Renato Pequeno, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC e coordenador Laboratório de Estudos da Habitação - LEHAB, durante conversa ocorrida em 2016.

bairro onde está situado o Morro da Vitória é na realidade São Pedro, e não Vicente Pizón como quer o poder público. Então do São Pedro, Liduina e Louro subiram mais um pouco e chegaram ao topo do morro, em dois mil.

Mas se as pessoas com suas moradias, comunidades e bairros sobem um sopé do morro pelo lado do Mucuripe – cruzando o trilho, pelo Castelo Encantado, o Santa Terezinha, a avenida Dolor Barreira, o conjunto São Pedro e o Morro da Vitória no topo, onde desponta o farol –, também se pode subir pela Praia do Futuro a partir da avenida César Cals (que um pouco adiante vira Dioguinho) acompanhando a rua Ismael Pordeus vinda do Serviluz – divisa entre a área da Petrobrás/Lubinol²⁸ e as casas do Morro da Vitória – ou por outras ruas que sobem até Morro da Vitória ou o São Pedro ou a Lagoa do Coração a depender de qual altura se esteja naquela zona fronteira entre Serviluz e Praia do Futuro e o Morro. Há outra área fronteira entre Praia do Futuro e Vicente Pizón de um lado, Dunas e Papicu do outro, tendo a avenida Alberto Sá como fronteira a divisar “Morro” e “Dunas”: de um lado o Morro do Sandras, o Morro das Placas, Joana d’Arc (primeiras *favelas* do morro para quem sobe por esse lado rumo ao São Pedro e Morro da Vitória se continuar subindo), do outro lado o *nobre* bairro Dunas com suas mansões e condomínios. Pois foi “das Placas” que subiu Lucirene – ou também das Placas, pois os *trechos* de mobilidade de Lucirene em sua vida foram bem mais amplos que os de Liduina.

Lucirene nasceu em Monsenhor Tabosa, sertão dos Inhamuns. De lá veio com a família para Fortaleza, com nove anos de idade, foram morar no Morro das Placas “na Praia do Futuro”, segundo ela, “Vicente Pizón” segundo o Estado. Daí foi para Belém do Pará com pai, mãe e irmãos. Em Belém passou uns dois anos e voltou com catorze, “uma mocinha”, mais uma vez para o Morro das Placas.

Aí né me casei lá nas Placa, aí das Placa eu passei mais ou menos uns dois anos depois de casada, aí voltei pra Monsenhor Tabosa de novo. Aí de Monsenhor Tabosa passei um tempo, voltei pra Fortaleza de novo, pras Placa de novo, passei outro tempo morando de casa de aluguel... (Entrevista Lucirene).

Mas as condições apertaram e o marido foi para São Paulo e Lucirene voltou pra Monsenhor Tabosa, pois seus pais já não moravam em Fortaleza, mas em Croatá, distrito do Município de São Gonçalo do Almirante na Região Metropolitana de Fortaleza. Foi, então, para Croatá morar com os pais. “Aí foi na época que eu me separei novamente. Aí meu irmão estava morando lá nas Placa, morando de casa alugada né, o Cláudio, aí foi quando houve a

²⁸ Há um polo petroquímico na zona industrial do Porto do Mucuripe, onde também há moinhos, fábricas de manteiga, óleo etc. Tais indústrias dividem (e disputam) espaço com as comunidades da região – ver anexo A.

ocupação do Morro da Vitória.” E o Cláudio foi para a ocupação e chamou a Lucirene pra ir também.

Lucirene subiu o morro, pelo lado daquela zona confusa que falávamos entre os bairros Praia do Futuro e Vicente Pizón e fronteira com os bairros Dunas e Papicu, sendo a avenida Alberto Sá a linha divisora no sopé do morro.

Já **Assis**, veio do Mucuripe, onde sempre viveu como pescador, e onde morava “de aluguel” quando começaram a ocupar o “morro”, “...aí eu vim e fiz um barraquinho pra mim”. Subiu pela escadaria, fugindo do aluguel, fincou seu barraco no morro, depois virou casa, à qual se acrescentou a bodega, Assis já não pesca, um acidente com uma hélice do motor de uma embarcação, quase arranca-lhe o braço na raiz do ombro (o braço ficou mas o ombro nunca se recuperou plenamente apesar do metal), peixes então só na banca que botou por um tempo em frente à sua casa-bodega no Morro da Vitória.

Padre Eduardo também tem sua trajetória ligada à produção sócio-espacial das comunidades nessa *região*. Primeiro porque quando chegou ao Brasil em mil novecentos e setenta, vindo da Irlanda, foi “mandado” para o conjunto Palmeiras. Ora, o conjunto Palmeiras foi criado pelo Estado justamente para acomodar famílias removidas do Mucuripe quando da abertura da avenida Beira Mar e consequente emergência imobiliária, além de outras áreas em processo de *gentrificação*²⁹ – são os famosos programas de “erradicação de favelas” que pautaram a política dos governos nas décadas de setenta e oitenta. No “Grande Mucuripe” havia muitas favelas mapeadas para “erradicação”, muitas das quais já citei neste texto. E o Palmeiras, era um dos destinos para tais “favelados”, mas ao invés de “conjunto habitacional” poderíamos chamá-lo de “campo de refugiados” de tão precárias as condições em que as pessoas foram ali *jogadas*³⁰. Padre Eduardo nos confirma isso com seu relato: “Desde o começo procurei ir pras periferias, áreas mais pobres e foi realmente um imersão na ... porque era o bairro mais pobre de Fortaleza só casas de taipa”. Do Palmeiras, padre Eduardo foi “mandado” para Terezina - Piauí, depois, de volta a Fortaleza, foi para o Serviluz. Em noventa e três foi para o Luxou, uma ocupação na Praia do Futuro onde houve muito conflito pela posse da terra, e lá vive até hoje. Baseado no Luxou, passou a acompanhar

²⁹ Para exemplo de processos de “gentrificação” ou “requalificação” em Fortaleza, ver Gondim (2013).

³⁰ Vemos em Mattos (2012): “O Conjunto Palmeiras foi fundado como loteamento pela Prefeitura de Fortaleza em 1973, atendendo ao projeto das administrações da época de procurar varrer para lugares distantes dos bairros nobres da cidade as populações que habitavam áreas com aspecto de ‘favela’. (...) Os primeiros moradores recebiam lotes de terra e os pagavam com prestações mensais à Prefeitura. Alguns receberam telhas e forquilhas e foram construindo suas habitações como podiam: de taipa, papelão, madeira e palha. Não havia água encanada, energia elétrica, transporte coletivo, enfim, condições mínimas de sobrevivência digna” (2012, p. 59-60)

“comunidades” como Lagoa do Coração, Placas, Joana d’Arc e outras na região – e foi daí que chegou ao Morro da Vitória como veremos depois.

Só **Graça** chegou ao Mucuripe direto no alto do morro, pois veio de Icapuí, município limite do litoral leste do Ceará, direto para o Mirante no Santa Terezinha, bem próximo às quadras que viriam a ser ocupadas, sendo ela, das minhas interlocutoras, a primeira a ocupar o Morro, com veremos em outra parte. Graça é a filha mais nova de treze irmãos, e a única que ficou “cuidando” do pai viúvo até ele falecer, foi quando decidiu vir morar em Fortaleza, na casa de uma irmã no Mirante:

Meu pai era pescador, ele e depois mais três irmãos meu se tornou pescador, dois aliás, porque um foi pra marinha e outro era só com barco sabe, era dono de barco, esse que mora em Belém. E aí assim a gente foi criando, foi crescendo, foram casando, foram saindo, e dos treze a única que ficou com o papai fui eu, até me casar e depois que casei passei ainda três anos com ele, foi quando ele teve problema de saúde e veio a falecer(...). Fiquei morando pertinho dele, aí eu cuidava da minha casa e cuidava da casa dele, fazia minha comida e fazia a comida dele... era duas casas praticamente que eu cuidava. (...) Quando eu me casei, ele... eu era praticamente, era só nós dois, era como se fosse um casal eu mais ele... as coisas dele assim era eu que via, de documento, o documento de carro, documento de barco, documento de terreno, as coisas dele tudo era eu que tomava de conta, só não dinheiro essas coisas assim ele ainda era consciente (...) só que as caderneta dele era mais o meu irmão mais velho que cuidava dos dinheiro que era conta conjunta, porque ele não sabia mexer aí meu irmão era quem mexia nessas coisas. Aí foi quando ele veio a falecer e a gente... Aí depois de dois anos quando ele faleceu, eu vim embora pra Fortaleza porque a lembrança era muito forte lá, deu com ele, a minha convivência, e eu optei vir pra cá, o Cezinha [*marido*] tava trabalhando aqui. Aí quando eu cheguei aqui o Alex tinha quatro anos, aí matriculei ele num colégio, fui atrás de emprego, consegui um trabalho na casa de uma família ali na Praia do Futuro, inclusive trabalhei pra ele quinze anos (...) Na época eu tinha uma faixa duns trinta. (...). Morava lá no Mirante na casa da minha irmã, casa de Tita. Aí ele [*Cezinha*] foi e alugou esse quartinho por 40 reais na época, na mesma rua, pertinho entendeu?, mas era só assim pra quando eu chegasse do trabalho eu ter um pouco mais de descanso. (Entrevista Graça)

Do “quartinho” no Mirante Graça foi para a ocupação no “morro” e, após mais de seis meses morando lá, foi surpreendida pelos tratores, policiais, caminhões... e desde então sua vida mudou. Reagiu como não esperaria reagir e passou a participar de processos dos quais nunca imaginou, transformando-se enquanto pessoa, como veremos nos capítulos II e III.

Contextos e marcos da luta social e política onde emerge o Morro da Vitória

A leitura histórica do acontecimento não é mais redutível ao acontecimento estudado, à sua acontecimentalidade, mas considerada em seu vestígio, situada em uma cadeia fatural, conectada a outros momentos, a outras

questões diferentes daquelas em que surgiu. Qualquer discurso sobre um acontecimento veicula, conota uma série de acontecimentos anteriores, o que dá total importância à trama discursiva que os religa dentro de um enredamento. (DOSSE, 2013, p. 85)

Buscamos nesta pesquisa perceber a singularidade do *acontecimento* que engendrou o Morro da Vitória, com seus desdobramentos conflitivos e constitutivos, bem como de trajetórias e agências que participaram, misturadas a outras, da sua produção. Mas tudo isso se dá, é claro, em *contextos* sociais e políticos estruturados em espaços-tempos mais amplos. Até porque, como veremos no capítulo II, um dos atributos do *acontecimento* é o seu caráter de conexão em série com outros acontecimentos em diferentes escalas de tempo e espaço.

Pretendo fazer neste capítulo uma leitura – *aproximativa* como não poderia deixar de ser – do contexto político onde emerge o Morro da Vitória³¹. Buscarei seguir o liame de dois *ciclos*³² mais ou menos contemporâneos que tiveram forte influência no acontecimento do Morro da Vitória. No nível do Estado, os primeiros governos pós-democratização, pois em 2001, quando aconteceu o conflito do Morro, a Constituição de 88 ainda não tinha nem quinze anos (treze precisamente). No nível da “sociedade civil”, a emergência dos movimentos sociais, com destaque aos “Movimentos Sociais Urbanos” – como são chamados na literatura sociológica os movimentos populares de bairros, as comunidades, as formas e processos de associação, organização e mobilização das chamadas “classes populares” (CARDOSO, 2011, 241) compostas por moradores de bairros *periféricos* do ponto de vista do atendimento de serviços e infraestrutura urbana, com fortes carências ligadas a moradia, saúde, educação e outros direitos sociais.

No primeiro nível, é marcante o ciclo *iniciado* em 1987 com o chamado “Governo das Mudanças” ou era-Tasso, ainda que tenha tido outros governadores como Ciro Gomes e Beni Veras (que estava à frente do governo estadual interinamente quando eclodiu o conflito do Morro em 2001). E que remonta, ou tem raízes, ainda no governo Virgílio Távora (1979-82) e sua política de “modernização conservadora”, em meio à qual foi construído o centro administrativo no bairro Cambé, ficando conhecido por este nome que virou alcunha do

³¹ Ao longo do trabalho, priorizarei análises mais situacionais do que contextuais, ou seja, buscando as situações onde se desenrolaram as relações, práticas e agências, mais do que buscando enquadrar as ações dos sujeitos em contextos transcendentais às suas percepções. Mas nesse capítulo, busco justamente fazer um esforço de *contextualização* sócio-política-espacial do conflito.

³² Uso aqui a noção de *ciclo* mais como estratégia explicativa, haja vista ter optado como chave de entendimento do conflito estudado a noção de “série de acontecimentos conectados” que, como veremos, difere tanto da lógica de ciclos mais ou menos demarcados no tempo, como da análise baseada em relações de causa e consequência – preferindo analisar relações e ações que produzem acontecimentos e os efeitos destes, desejados ou não e, dificilmente, calculáveis ou planejáveis.

grupo político e das gestões dos governos Tasso-Ciro-Tasso-Tasso, que não abandonou nem a estratégia modernizante nem as práticas políticas patrimonialistas, clientelistas e repressoras, mas que as modificou substancialmente (GONDIM, 2000).

No segundo nível, temos o ciclo de movimentos sociais que eclodiram em formas de mobilizações e/ou conflitos no final dos anos 70 e início dos 80 em torno de diversas questões sociais da vida urbana, mas cujos conflitos por terra e moradia eram os mais estrondosos devido aos confrontos envolvendo ocupantes, posseiros, proprietários e Estado. Tomando o conflito da Favela José Bastos (1978/79) como “marco” (BARREIRA, 1992), vemos surgir nesses processos várias formas e arranjos organizativos – comunidades, associações, movimentos, entidades – em torno de diferentes reivindicações, alguns dos quais demandaram a condição de atores no cenário político da cidade e participaram efetivamente da “arena pública” e de alguns dos seus principais embates em Fortaleza e região metropolitana durante as duas décadas seguintes ao referido “marco inicial”.

Ambos os ciclos, por assim dizer, com alguns de seus personagens vão *desembarcar* no Morro da Vitória, ambos em seus estertores, já bastante modificados (ou mesmo enfraquecidos) pela realidade com seus processos e os novos atores e condições que emergiram nos anos 90.

Do centralismo autoritário à abertura democrática no Brasil e no Ceará

No início da década de 80 vinha chegando o fim do ciclo político autoritário iniciado em 64 com o golpe que inaugura duas décadas de “regime militar” ou, simplesmente, “ditadura”. No Ceará, também vai chegando ao fim um ciclo autoritário, mas com suas especificidades próprias, conhecido por governos dos “coronéis”, que durou do começo da década de 60 até o início da de 80. Virgílio Távora abriu o ciclo em 1962 e fez o último governo dos coronéis (que inclui Adauto Bezerra e César Cals, todos os três coronéis de patente) concluído em 1982 (LEMENHE, 1996). Foi um período alinhado ao regime político autoritário e ao nacional-desenvolvimentismo dos governos militares. No Ceará desenvolveu-se uma versão própria deste modelo, que ficou conhecida como “modernização conservadora”, pois via na industrialização um caminho de manutenção do poder e status por parte das elites locais: “A modernidade já era uma estratégia de sobrevivência das elites cearenses e essas ideologias modernizadoras, identificadas com a industrialização, foram facilmente assimiladas pelas elites locais”. (BERNAL, 2004, p. 54).

Racionalidade tecnocrática e centralização administrativa caracterizaram a gestão econômica modernizante desses governos. Mas se estenderam também para outros campos da administração, inclusive na gestão de políticas sociais. Do ponto de vista político tratava-se de governos autoritários e isso facilitou a centralização da administração pública.

Mas nem sempre a centralização redundava em eficiência, sobretudo em se tratando de prestar serviços sociais para populações urbanas, nem asseguravam a quietude social destas. Ruth Cardoso (2011), comparando cenários de emergência dos “movimentos sociais urbanos” em países pobres e sob regimes autoritários com os de países democráticos e de industrialização avançada, percebe que a centralização tecnocrática do Estado moderno gera dinâmicas de concentração de poder no Estado planejador, baseado na racionalização centralizada, mas ao mesmo tempo o aumento da pressão e da expressão direta dos interesses coletivos.

Os mecanismos tradicionais de representação dos interesses de classe tornam-se impotentes diante da lógica dos planos. Mas é nessa situação que, curiosamente, os movimentos de resistência encontram espaço para pressão. É como se o Estado moderno, ao centralizar e concentrar seu poder, se tornasse vulnerável à expressão direta dos interesses coletivos. (CARDOSO, 2011, p. 230)

Cardoso percebe que no Brasil ocorreu algo semelhante em termos de organização do Estado, mas que superficialmente identificou-se com a concentração de poder pelos governos militares. Para ela, seria necessário:

Mostrar que, além das limitações impostas (e não por causa delas), o Estado brasileiro estava transformando a forma de gerir a coisa pública e passando, ao mesmo tempo, a ser um importante investidor ‘privado’. (...) Em suma, o país vivia uma reorganização econômica e uma redefinição política, a partir das quais o Estado apresentava uma nova face para dialogar com a população. E, para um novo diálogo precisava de novos atores. (CARDOSO, 2011, p. 230)

Observa-se, assim, a formação de organizações reivindicativas urbanas tanto nos países pobres como ricos. Em ambos os casos não foram “espontâneos”, mas fruto da união de “consumidores” em grupos de pressão para responder a uma necessidade de mediação entre sociedade civil e “agências do Estado”.

Para analisar esses “novos atores” – e a autora questiona se de fato o são, pois a empiria sobre a ocorrência de manifestações populares não autoriza por si só tal conclusão³³ - faz-se necessário, de acordo com a referida antropóloga, compreender que:

... houve um processo de centralização e hiperdesenvolvimento do Estado, que ocorreu concomitantemente à reforma administrativa e agilização dos serviços públicos. Nossos movimentos reivindicativos surgem, pois, em resposta a esses dois processos. Seus intérpretes, entretanto, privilegiaram a rebeldia das massas contra o autoritarismo (que é real) e deixaram de lado o fato de que as administrações mais modernas e os planejadores mais eficientes dialogam com os usuários e consumidores de serviços estatais. (CARDOSO, 2011, p. 249-250).

Assim, as políticas sociais implementadas pelo Estado carregam a demanda por participação dos “usuários” ou “beneficiários” dessas políticas para que sejam efetivas e resultem em capital político para governos e em lucros para os órgãos públicos ou privados prestadores de tais serviços, programas, planos ou projetos. Daí a conclusão que autora tira, e com a qual vão convergir várias análises sociológicas, de que as políticas sociais são fomentadoras de novas reivindicações³⁴, que por sua vez demandarão “novas” formas de gerenciar políticas sociais no meio urbano pelo Estado, o qual passa a requerer a participação dos “usuários” ou “beneficiários” dos programas sociais, inclusive como requisito de eficiência.

Chegamos ao final do ciclo dos governos militares em nível nacional, e dos “coronéis” no Ceará, com um cenário de estagnação econômica do modelo desenvolvimentista modernizante. Ao mesmo tempo, insatisfação popular com a ineficiência das políticas sociais compensatórias, de cunho assistencialista. Isto num cenário em que o modelo econômico gerou grande concentração de riquezas, enquanto o país, e notadamente o Ceará, convivia com “chagas” sociais como a fome, a mortalidade infantil, o analfabetismo, a miséria, o desemprego, déficit habitacional etc. Cresce na sociedade movimentos por abertura política e participação popular. Nesse contexto, emergem “novos movimentos sociais urbanos”, conquistando espaços e abertura à participação nas políticas sociais como fator de eficiência desta e demanda da população. Os cenários de abertura política e de reivindicações por direitos, bens e serviços, convivem e se alimentam mutuamente.

³³ “Decretar o nascimento de novos atores políticos, portadores de uma força transformadora, sem que a análise demonstre concretamente a novidade de seu papel mediador entre a sociedade civil e o Estado, parece incompleto” (CARDOSO, 2011, p. 248).

³⁴ “As políticas sociais são fomentadoras de novas reivindicações na medida em que acenam com possibilidades de atendimento de necessidade populares.” (I. BARREIRA, 1991, p. 28).

No Ceará, o marco inicial da lógica da racionalidade tecnocrática centralizadora foi o primeiro governo de Virgílio Távora (1963-66), tendo inclusive o Mucuripe como um dos polos da estratégia de industrialização (BERNAL, 2004, p. 55), o que vai influenciar a dinâmica sócio-espacial nessa região, pois a zona industrial derruba o valor da terra e atrai pessoas em busca de trabalho. Mas também foi Virgílio Távora em seu último mandato quem viveu a crise econômica e administrativa, fruto do próprio modelo implantado, levando ao:

...crescimento da folha de pessoal e do número de servidores públicos estaduais; a expansão descontrolada do serviço da dívida pública total; as disfunções no sistema de planejamento; a estrutura organizacional administrativa inadequada; e a insuficiência de caixa para aplicar os saldos financeiros decorrentes da execução orçamentária. (BERNAL, 2004, p. 56).

No último governo Virgílio Távora, o último do ciclo dos “coronéis”, o Estado vive um esgotamento financeiro e administrativo: “quase falência da máquina pública e consequente debilitação do esquema político vigente” (BERNAL, 2004, p. 56). Nesse contexto, tensionam-se os limites da política social assistencialista *personificada* na primeira-dama Luíza Távora. A face autoritária e repressiva recrudescer. Eclode o movimento e o conflito da Favela José Bastos, “marco” do fim desse ciclo e abertura de um novo.

Vem o governo Gonzaga Mota (1983), uma espécie de “governo de transição”, que tentava encarnar o discurso de “transição democrática” nacional³⁵ e que, politicamente, foi indicado por Virgílio Távora e filiado ao seu partido Pds, mas do qual, no meio do mandato, desfilou-se como fecho da sua aproximação a grupos do Pmdb. Tempos de transição também nas formas do Estado lidar com os movimentos e conflitos sociais – órgãos e políticas para ligadas à “questão social” são criados, ao tempo que se consolidam movimentos sociais apoiados por diferentes correntes políticas ligadas à *esquerda*, que começa a eleger seus primeiros parlamentares. O conflito em torno da tentativa de remoção de moradores do Lagamar para o conjunto habitacional Tancredo Neves e a “invasão” deste representa, como veremos adiante, um *marco* nessa mudança da relação entre Estado e movimentos e maior respaldo destes para se fazer ouvir. Como vemos em Maria Socorro Chagas Barreira (1991), Gonzaga Mota assume o governo em meio a este conflito e vai trafegando, ao lidar com ele, entre a repressão e o diálogo. No conjunto ocupado, reprime com a polícia os moradores em diferentes momentos, mas negocia com representantes dos moradores, de movimentos

³⁵ Maria Socorro Chagas Barreira analisa plano de governo de Gonzaga e conclui: “A despeito de sua origem, o discurso expresso no plano de governo, permeado pelas matizes da transição democrática que se consolidava no plano nacional, elege como prioridade a redução das desigualdades sociais e a participação da comunidade nos processos decisórios. (...) Apesar da retórica da participação, reproduziu-se nos primeiros anos de governo o padrão autoritário e repressivo na relação com os movimentos sociais.” (M.S.C. BARREIRA, 1991, p. 91)

populares e de entidades da “sociedade civil” soluções que passam pela permanência dos moradores que ocuparam as casas já prontas (que passarão a pagar por elas), e remoção dos que ocuparam as casas por terminar para outro conjunto (João Paulo II).

“A gestão Gonzaga Mota (1983/87), que se inicia durante o desenrolar deste conflito, assinala a transição política que viabiliza a ascensão de novas forças ao poder, as quais se aglutinavam no Pmdb.” (M.S.C BARREIRA, 1991, p. 91).

Após este governo que se poderia dizer de *transição*, inaugura-se em 1987 o período de gestão do Estado denominada “Governo das Mudanças”, que se caracterizou pela “modernização administrativa” do Estado. Trouxe também um forte discurso de “modernização política”, com abertura à participação popular nas políticas sociais, respeito à autonomia³⁶. Porém, quando se dá tal inovação política no Ceará, o cenário social é de emergência de movimentos e conflitos sociais na cidade de Fortaleza na última década. Mas os governos Tasso mantiveram práticas repressivas do começo³⁷ ao fim (conflito do Morro da Vitória em meados de 2001), e também de cooptação, como veremos.

A vitória de Tasso Jereissati na eleição de 1986 representa a queda definitiva dos “coronéis”, com a acachapante derrota de Adauto Bezerra. Tasso representava um projeto de modernização econômica, com inspiração na gestão empresarial: “O que ocorria naquele momento histórico (1987) não era simplesmente uma mudança nas formas de gestão política, mas a instauração de um novo projeto político moldado pela burguesia industrial instalada no Centro Industrial do Ceará (CIC)” (BERNAL, 2004, p. 57).

Saneamento da máquina estatal, enxugamento de pessoal, contenção de salários dos servidores marcaram as medidas adotadas pelo novo grupo político no governo. Bernal (2004, p. 58) denomina essa estratégia e as práticas acionadas pelos governos Tasso-Ciro-Tasso-Tasso como: “modernização autoritária do setor público cearense”. Nesse contexto, como veremos adiante, muitas ações ligadas às políticas sociais são transferidas para entidades e lideranças das comunidades e dos movimentos, causando forte impacto sobre suas dinâmicas organizativas.

³⁶ “Em relação ao Governo Tasso Jereissati, o combate à miséria, ao paternalismo, ao clientelismo político, reiteradores da subserviência e, em contrapartida, a promessa de uma prática política democrática, de gestão participativa e transparente, capaz de permitir uma maior interação entre sociedade civil e Estado, sintetiza o ideário que fundamentou o discurso de campanha do atual governo.” (M.S.C. BARREIRA, 1991, p. 99).

³⁷ “A postura autoritária e repressiva foi empregada com maior intensidade no primeiro ano da gestão. De junho da a dezembro de 1987, o Cambeba foi palco de vários conflitos que tinham como principal móvel a questão da terra e da moradia. O de maior intensidade ocorreu em novembro, quando representantes de 123 comunidades acamparam no lugar durante oito dias (...). O desenrolar do conflito foi acompanhado por forte esquema policial munido com armas e cães de caça.” (M.S.C. BARREIRA, 1991, p. 101).

Assim, emerge uma visão de mercado que vê no Estado um ponto apoio para a iniciativa privada. Nessa lógica, o governo atuaria na perspectiva de diminuir custos por meio do barateamento da mão de obra (precarização do trabalho por meio, por exemplo, de cooperativas de trabalho criadas para terceirizar a produção industrial), diminuição de custos tributários por meio de “isenções fiscais” e fornecimento de infraestrutura como terreno, redes de água e esgoto e energia elétrica etc. Além do apoio e atração de indústrias, o turismo passou a ter também um papel estratégico:

...foi só na primeira gestão do ‘Governo das Mudanças’ (1987-1990) que o turismo passou a ser considerado como um eixo de propulsão da economia cearense, destacando o potencial turístico litorâneo e implementando uma infraestrutura turística, com o apoio da iniciativa privada.” (BERNAL, 2004, p. 72).

O alvo inicial desta estratégia são as praias da Região Metropolitana de Fortaleza. Junto com a instalação de indústrias que se dá também na RMF, o esforço econômico do novo governo intensifica as migrações para Fortaleza, não só do interior do estado, mas também de cidades de outros estados do nordeste e do norte principalmente – o que podemos perceber empiricamente no Morro da Vitória e em várias outras ocupações e comunidades da região.

Some-se a isso o fato, constatado pela referida autora, de que os projetos turísticos provocam “...impacto social negativo, com a expulsão das comunidades litorâneas, atingindo principalmente as famílias de pescadores” (BERNAL, 2004, p. 79). No mesmo sentido, demonstra Dantas (2009), reforçando o padrão de migrações litoral-litoral, do qual Graça (interlocutora desta pesquisa) é um exemplo, vinda que é do Icapuí (litoral leste do Ceará) para morar no Mucuripe (no Mirante, depois no Morro da Vitória).

Tais estratégias econômicas, implantadas por mais de uma década, influenciarão duplamente o *acontecimento* do Morro da Vitória: indiretamente ao incrementar o déficit habitacional na região; diretamente ao buscar implementar um projeto de “valorização” turística e imobiliária da Praia da Futuro (o projeto “Farol Novo”) sem levar em conta as demandas decorrentes do referido déficit habitacional, o que gerou um conflito em torno da apropriação do terreno para onde seriam removidas as famílias que moravam mais próximas da praia, em detrimento das que moravam de aluguel ou em situação de coabitação em toda a região.

A seguir, veremos como as políticas sociais dos governos do “Cambeba” e suas formas de interação com as comunidades e movimentos sociais foi delineador do quadro político no qual o Morro Vitória entra em cena.

O fluxo de um novo ciclo de “movimentos sociais urbanos” em Fortaleza

Em 1978/79, quando já se apresentam os limites econômicos e administrativos do regime militar e dos governos dos “coronéis”, e a política social de cunho assistencialista se mostra ineficiente e insuficiente, eclode em Fortaleza o conflito da Favela José Bastos que se tornou um “marco”.

A conjuntura de 1979/84, que abrange os governos Virgílio Távora e Lúcio Alcântara e dois anos da administração Gonzaga Mota/César Cals Neto a níveis estadual e municipal respectivamente, foi marcada pela ocorrência de muitos conflitos, principalmente em torno da questão da moradia e do transporte, os quais foram enfrentados pelo Estado de forma autoritária e repressiva. (...). O Movimento da favela José Bastos foi reprimido com uma intensidade nunca vista – a polícia empregou armas de fogo, bombas de gás lacrimogêneo e cães policiais. (M.S.C. BARREIRA, 1991, p. 91).

Práticas, discursos, grupos e agentes políticos que participaram daquele processo – e de outros que discorrerei adiante – marcarão todo um ciclo de *movimentos populares* e atores políticos a eles aliados, e que de alguma forma chegam ao Morro da Vitória.

Para Irllys Barreira:

A luta da José Bastos ocorreu no momento em que a sociedade civil iniciava o processo de mobilização. (...) o movimento da José Bastos aconteceu em um tempo no qual a marca de mudança e a busca de participação sintetizavam o slogan da rejeição à ditadura. (...) A conquista da abertura, com novos espaço capazes de acolher as insatisfações, fez com que houvesse convergência das oposições para pontos conflitantes e passíveis de polarização entre poder público e setores populares.” (BARREIRA, 1992: 73)

Segundo a autora, essa conjuntura contribui para a grande repercussão que a luta teve: “...demarcando da perspectiva do Governo uma nova política para favelas e, do ponto de vista dos favelados, a percepção da possibilidade de se organizarem politicamente.” (BARREIRA, 1992: 73).

Muita coisa mudou na esteira deste impactante conflito no qual a principal resposta do Estado foi a repressão e onde os moradores, além de sofrerem os danos da violência (à qual reagiram com práticas que veremos mais adiante ao compará-las com as adotadas no Morro da Vitória), sofreram a derrota de ter de sair da terra. Após meses de confrontos, perante grande pressão – por parte da Igreja, políticos, entidades sociais etc. – para desapropriar o terreno como solução ao impasse, o governo estadual limitou-se a uma intervenção assistencialista, por meio da qual buscou convencer os moradores a deixar o terreno e se instalar em outro distante dali, quando o movimento de resistência já mostrava desgastes. A

própria primeira-dama Luiza Távora envolveu-se no processo de convencimento, tendo inclusive alugado ônibus para levar moradores cadastrados por sua equipe de assistentes sociais (BARREIRA, 1992).

“Finalmente o dia do despejo. A chegada do Oficial de Justiça à área, o contingente policial e a saída das famílias foram episódios finais do processo de expulsão”. (BARREIRA, 1992, p. 78)

Mas como ressalta a mesma autora, é muito difícil dimensionar os resultados de uma luta como essa, onde, para além do resultado quanto à reivindicação concreta (no caso, permanecer no terreno, nas casas lá construídas), estão envolvidas questões políticas, como o reconhecimento dos “favelados” como sujeitos de direito, ou os aprendizados em relação à organização e os aprendizados e transformações pessoais de quem se envolveu, além da abertura de novos espaços de expressão política na cidade: “Pensando o movimento dos moradores de um ângulo mais abrangente, é possível dizer que ele criou história. A repercussão nos bairros, os efeitos sobre a crença de uma luta possível, o enfrentamento ao Estado, são sinais que ultrapassam o evento isolado.” (BARREIRA, 1992, p. 82).

Novas convergências políticas e novas organizações populares emergiram ou se consolidaram após e este conflito. Também as políticas sociais do Estado mudaram e a abertura de canais de diálogo com as comunidades e suas representações, ainda que de forma parcial e incipiente, tornou-se inevitável. Mas é importante não minimizar os limites, contradições e tropeços desse processo no Brasil e no Ceará. Irllys Barreira, por exemplo, destaca que o Estado passa a adotar: “lógica contraditória de produção e absorção dos conflitos” (I. BARREIRA, 1991, p. 25). Mas que no Brasil, isso se dá num contexto onde o Estado é “cúmplice de privilégios” no processo de acumulação, permeado por relações tradicionais de poder e modernas, gerando impasses na gestão e distribuição dos bens de consumo coletivos (I. BARREIRA, 1991, p. 34). Por isso, só com pressões políticas, os setores populares logram assegurar condições básicas. Essas lutas, por sua vez, são constitutivas de um Estado mais participativo, mas em processos mediados por conflitos e interesses. Por outro lado, as práticas do Estado, suas políticas sociais, suas estratégias de interação com as comunidades, e com a sociedade civil de forma mais ampla, influenciam as dinâmicas organizativas dos movimentos sociais urbanos.

A “nova política do Governo para favelas” é encarnada na Proafa, por meio da qual foi construído, por exemplo, o conjunto Santa Terezinha no início da década de 80, importante

vetor para ocupação habitacional do Morro do Mucuripe. Proafa³⁸ que terá papel central em outro conflito “marco”, de grande repercussão, envolvendo a favela Lagamar e o conjunto habitacional Tancredo Neves. Como órgão executor do programa Promorar, a Proafa começa atuar na área em 1978, no bojo do qual é construído o conjunto habitacional Tancredo Neves, nomeado inicialmente “Novo Lagamar” (FERNANDES; DIÓGENES; LIMA, In: BRAGA e BARREIRA, 1991, p. 63).

A política de remoção de favelas para a periferia iniciou nos anos 70, e até hoje existe, ainda que de forma menos “naturalizada” politicamente, já não é a regra oficial nas legislações³⁹, ainda que seja prática corrente. Porém, verificamos que quando há uma resistência firme e que recebe algum nível de apoio social e político, o governo tende a negociar, tendência esta que aumenta com o maior nível de reconhecimento dos direitos dos moradores das “favelas”.

O Lagamar é exemplo de uma comunidade assediada por constantes tentativas de remoção, às vezes executadas, às vezes não, na maioria das vezes o é com alterações no projeto inicial para diminuir o impacto. A própria Proafa, no que é entendido como um avanço fruto das lutas travadas na cidade e na adaptação da política habitacional (ao mesmo tempo que são exceções confirmadoras da regra de *pereferização* da produção habitacional estatal), produziu conjuntos próximos às “favelas”, desde que em terrenos pouco valorizados como o já citado Santa Terezinha no campo de dunas, ou o Tancredo Neves, num alagadiço. Mesmo sendo próximo, a remoção de moradores do Lagamar para este conjunto despertou resistências.

Diógenes (1991) registra que no Lagamar, surgido em 1958, houve uma primeira remoção em 1974, por ocasião de inundações e alagamentos provocadas por fortes chuvas e cheias do rio Tauape/Cocó. Parte da população ocupou, em caráter de emergência, o Estádio Presidente Vargas, e depois foram removidas para o Conjunto Palmeiras. Em 1979, a área é declarada de utilidade pública por “interesse social”. A Poafa, acionando recursos do Promorar, programa do governo federal, planeja um projeto para a área. Mas se estabelece

³⁸ Sobre Poafa, Promorar, Cohab, Programa de Mutirões, Fala Favela, Programa do leite e outras políticas sociais de cunho mais ou menos participativos, que interagiram como comunidades e movimentos do final da década de 70 ao início da de 90, ver “A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais”, organizado pelas professoras Elza Braga e Irllys Barreira (1991), com estudos delas e de outras sociólogas cearenses.

³⁹ Lei complementar federal do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei complementar municipal 2009) e Lei Orgânica do Município de Fortaleza dispõem justamente o contrário, reassentamentos devem ser realizados, quando necessário e em acordo com os moradores, em terrenos próximos ao assentamento original, de forma que as pessoas continuem usando a mesma infraestrutura urbana e social.

uma disputa fundiária com a família Gentil, que reivindica a propriedade daquelas terras. O BNH resolve então suspender o repasse financeiro para a execução do projeto. O imbróglio judicial, que se tornou uma polêmica na cidade, resolveu-se em favor do Estado.

Diógenes (1991) destaca que a presença dos técnicos da PROAFA, a fazer anotações e numerar as casas, gerou inquietação entre os moradores do Lagamar:

Eles inicialmente não sabiam se a urbanização significaria melhoramento de suas casas e sua permanência, ou ocasionaria a remoção. (...) Posteriormente eles foram informados da necessidade de ‘transferência’, pois residiam em áreas facilmente alagáveis ou localizadas no traçado da avenida Borges de Melo a ser prolongada [...]. (DIÓGENES, 1991, p. 229)

Interessante como alguns padrões nas interações do Estado com as comunidades, por meio principalmente dos seus técnicos de áreas variadas, mantêm-se ainda hoje em situações semelhantes. Presenciei⁴⁰ ações e reações similares – as anotações e marcação de números nas casas e a inquietação dos moradores com isso e com a presença dos técnicos – em pelo menos dois processos envolvendo “urbanização” com previsão de “remoção” de famílias, o que em regra nunca é esclarecido no início, gerando insegurança entre os moradores.

Refiro-me ao projeto de implantação de um ramal Parangaba-Mucuripe de VLT, implicando obras – construção de mais dois trilhos paralelos ao já existente usado por trens de carga que vem ou vão do porto do Mucuripe e do seu polo industrial, ampliação do espaço de amortização entre os trilhos e as casas, estações – que impactou ao longo do seu trajeto comunidades situadas próximas ao trilho, inclusive no Lagamar⁴¹, em bairros como: Mucuripe, Papicu, Aldeota, Dionísio Torres, Bairro de Fátima, Parangaba. Outro projeto que seguiu padrões de comportamento semelhantes, apesar do primeiro ser do governo estadual através do Metrofor e Secretaria das Cidades e o segundo ser de responsabilidade da Prefeitura por meio da Secretaria de Infraestrutura, trata-se do projeto de “urbanização” do Serviluz, nomeado inicialmente “Aldeia da Praia”. Ambos iniciaram suas abordagens junto às comunidades entre 2011 e 2012, mas o VLT começou as obras e remoções (ainda que em menor quantidade do que o planejado inicialmente, através de acordos com representações das comunidades e de movimentos firmados por meio do Ministério Público Federal ou

⁴⁰ Como assessor jurídico, ou como militante do Movimento dos Conselhos Populares – MCP numa perspectiva mais de ajudar na organização, articulação, mobilização e repercussão da luta por permanência ou melhores condições de negociação, bem como por reconhecimento ao direito de existirem como comunidades nos espaços que ocupam, sob forte pressão da especulação imobiliária ou de “vizinhos” de classes médias ou altas incomodadas em haver “favelas” nos bairros onde moram.

⁴¹ Sobre o impacto no Lagamar das obras do VLT e da ampliação da Av. Raul Barbosa – ambas incluídas no pacote de obras de Fortaleza para a Copa do Mundo de 2014 – bem como as dinâmicas de organização e resistência da comunidade, suas articulações com diversos atores dos movimentos sociais, sociedade e Estado, ver dissertação de Gomes (2013).

Defensoria Pública) e vem sendo executado até hoje; o Aldeia da Praia *travou* por várias razões, como a ocupação do terreno destinado ao conjunto para onde seriam removidas as famílias atingidas (em torno de 1300), mas os ocupantes já foram despejados em 2014, porém impasses de gestão e de recursos, bem como de entendimento com a comunidade no Serviluz (reforçada pela oposição de movimentos sociais), mantêm tudo suspenso, até os contatos da Prefeitura com a comunidade foram interrompidos nos últimos dois anos, absorvendo-se mais no problema dos ocupantes do terreno e nos problemas burocráticos e financeiros. Ambos provocaram inquietação no início, depois moradores passaram a se organizar para buscar informações, em seguida apoio de órgãos de defesa de direitos ou de políticos, Igreja, movimentos etc. Quando a ameaça da remoção chega, as pessoas sentem maior necessidade de se organizar para entender o processo e se defenderem como puderem, às vezes resistir mesmo com diferentes tipos de ações, como pode observar nesses dois casos.

No Lagamar do começo da década de 80, não foi diferente. Na realidade foi um antecedente no processo de acúmulo de experiências do Estado e dos movimentos sociais para lidar com esse tipo de conflito – um *acontecimento* na série de conflitos desta natureza, que de alguma forma influencia nos arranjos atuais acima relatados suscintamente. Tanto que Diógenes pôde constatar:

“O Projeto Lagamar representa um duplo aspecto nas lutas entre os bairros e o poder constituído. O conflito advindo da implantação deste projeto tanto desenvolve, a partir da atuação dos técnicos, um novo aprendizado e cristaliza uma experiência do Estado nas mediações entre ele e os moradores, como também a partir desta investida mais direta, coloca-se para os moradores a necessidade de uma maior ‘união’ entre eles no sentido de fortalecer a resistência diante das ameaças de remoção”. (DIÓGENES, 1991, p. 230-231)

É nesse momento, início do trabalho da Proafa em 1980, que é formado o primeiro grupo da Ceps no Lagamar, segundo a autora. Além das Ceps e das organizações locais, Diógenes percebe a presença da Federação de Bairros e Favelas e da União das Comunidades. E discute as diferenças de atuação entre as três organizações no bairro. Ou melhor, nos bairros, pois estamos falando do Lagamar e do conjunto Tancredo Neves, ocupado por pessoas provenientes principalmente do Lagamar, quando famílias deste resistiam a ser removidas para lá e impasses políticos atrasavam o reassentamento.

Lagamar e Tancredo Neves manifestam não apenas momentos diferenciados da dinâmica urbana de Fortaleza, como também expressam mudanças de qualidade na política urbana do Estado, no grau de mobilização dos Movimentos Sociais Urbanos, e ainda modificações na relação entre Estado e Movimentos. (...) O Lagamar representa o movimento de resistência, a não ‘remoção’, espaço de reurbanização de áreas ocupadas. O Tancredo seria o

resultado, se não houvesse ocorrido a sua ‘invasão’, de uma ‘remoção branca’, sem uma violência mais intensificada, tornada possível certamente devido a um trabalho estratégico desenvolvido pelos técnicos da PROAFA. (DIÓGENES, 1991, p. 225)

Mas acontece que tal projeto de “remoção branca” não se efetivou por conta da ocupação das casas do conjunto que já estavam prontas e, depois, as que estavam inacabadas. Salta às vistas algumas semelhanças com o caso do Morro da Vitória, ou mais precisamente ao “Projeto Farol Novo”, elaborado por técnicos do governo estadual para promover a “remoção branca” de comunidades próximas à Praia do Futuro e reassentá-las no Morro. Mas aqui também o projeto foi atravessado pela ocupação, não das casas, pois ainda não tinham começado a construir, mas das quadras já terraplanadas e estruturadas para receber as obras.

Podemos observar várias semelhanças, que insinuam padrões na questão da moradia, se verificarmos os exemplos do Tancredo Neves (1983) e do Morro da Vitória (2001), e tantos outros casos entre os dois, não registrados neste trabalho, e mesmo depois como o caso da ocupação do terreno destinado ao conjunto habitacional do “Projeto Aldeia da Praia”, a qual deu origem à comunidade “Alto Paz” (2012-2014)⁴², que por sua vez foi despejada. Em todos esses casos, as pessoas em grupos ocupam terrenos ou casas destinadas pelo Estado para outras famílias (no primeiro caso casas feitas ou inacabadas, no segundo o terreno preparado para iniciar as construções, no terceiro o terreno apenas desapropriado, ainda duna), como se o fato de ser do Estado fosse de alguma forma um fator mobilizador neste sentido. Como se o caráter público somado à situação de necessidade os legitimasse para agir diretamente, a despeito dos critérios de distribuição definidos pelo Estado, que por sua vez são criticados por serem “clientelistas” ou “injustos”, viciados pela “politicagem”.

Braga e Barreira (1991), num estudo sobre a Favela do Dendê percebem que:

Na gestão dos programas sociais existe uma ‘lógica das necessidades’ em confronto com uma ‘lógica de racionalidade’ que aciona os programas conforme o valor de recursos disponíveis (...). A Favela do Dendê constitui um dos exemplos significativos em que se evidencia diferenciação e/ou distância entre as reivindicações e as respostas do governo, fato que torna o programa vulnerável à apropriação por grupos políticos que transpõem para a distribuição dos ‘benefícios’ as disputas e conflitos ente eles. (BRAGA; BARREIRA, 1991, p. 175).

Quando um grupo ocupa o conjunto, ou o terreno destinado para fazê-lo, ele desarranja a configuração política estabelecida entre agentes do Estado e “lideranças” por eles reconhecidas ou beneficiadas, uma configuração de interdependências que é esvaziada pelo

⁴² Ver anexos A e B.

esvaziamento do capital político de manipular a distribuição dos benefícios de uma política social tão valiosa quanto insuficiente, como é o caso da política habitacional. Veremos mais sobre esses desarranjos e reconfigurações que a ocupação impõe quando analisarmos mais a fundo o caso do Morro da Vitória nos capítulos seguintes.

Mas certamente um padrão comum a todos esses casos, a regra que uma ou outra rara exceção apenas confirma, é que o Estado reage sempre reprimindo quem ocupa áreas destinadas a conjuntos habitacionais. Porém, os resultados da repressão, as trajetórias e os deslindes dos conflitos, são os mais diversos.

No caso da ocupação do conjunto “Novo Lagamar” (cuja mudança do nome para Tancredo Neves foi uma reivindicação de representantes dos moradores e da Fbf), houve uma forte repressão no início, mas como vimos anteriormente, abriu-se negociações. Segundo Diógenes: “foi assegurada a permanência no conjunto de 572 famílias e a remoção de 188 famílias para um terreno no Jangurussu (DIÓGENES, 1991, pp. 244-45)”. Em dezembro de 1984 foi criada a Associação de Moradores do Novo Lagamar, e outros processos de reivindicações, mobilizações, repressões e negociações vieram a ocorrer, como alguns que a autora lista.

Os conflitos no Lagamar (com destaque à luta pela permanência em 1981) e no Tancredo Neves (ocupado em 1983), trouxeram à cena diferentes atores políticos que já estavam presentes na luta da Favela Zé Bastos e que se farão presentes em diversos movimentos em Fortaleza por toda a década 80, adentram a década de 90 e far-se-ão presentes também na luta do Morro da Vitória em 2001. Refiro-me às Comunidades Eclesiais de Base - Cebs, Federação de Bairros e Favelas - Fbf e União das Comunidades da Grande Fortaleza, às quais se somam outros órgãos e personalidades da Igreja católica, bem como de partidos, organizações e parlamentos, e entidades da “sociedade civil”. No seu estudo de caso sobre o Lagamar e Tancredo Neves, Diógenes analisa as diferenças de estratégias e intervenções entre elas; o que também poderemos observar nos outros estudos na mesma coletânea de trabalhos (BRAGA; BARREIRA, 1991), em bairros ou comunidades diversos como Genibaú e Dendê, ou em análises mais gerais sobre os Movimentos Sociais Urbanos em Fortaleza, bem como em Barreira (1992) e em tantos outros estudos, o que demonstra que essas três *organizações* atuam em diferentes bairros e no cenário político da cidade, articulando comunidades, contribuindo para sua organização e mobilização, mas com formas de agir, abordagens, visões e estratégias bem diversas.

As Cebs se organizaram em todo o Brasil a partir da ação social e política de setores da Igreja católica movidos pela “doutrina social” da Igreja que emergiu do Concílio Vaticano

II, e que foi aprofundada pela chamada Teologia da Libertação, sobretudo nos países da América Latina. Muito já se escreveu sobre as Cebts, suas inspirações, visões e práticas de *comunidade*, e sobre o papel central que tiveram na emergência de movimentos sociais na cidade e no campo, a partir dos anos 70. Destaco aqui os escritos de Ruth Cardoso, compilados em Cardoso (2011), onde ela destaca, entre outras coisas, a guinada dos católicos, tendo como marco o referido Concílio, de uma visão conservadora do paraíso à crença no papel transformador dos valores religiosos: a Igreja toma o lado dos oprimidos para redimi-los. Nesse sentido, graças à capacidade difusora da Igreja, agora inspirada numa nova concepção de sociedade e de justiça social, as Cebts se popularizam como: “instrumentos privilegiados para uma intervenção na realidade social” (CARDOSO, 2011, pp. 225-226), com dois aspectos a ser analisados:

1 – Igreja e discurso religioso: o paraíso na terra – discurso com viés racional-analítico, somado ao viés místico da salvação como luta para implementar justiça entre homens. Resultando, assim, numa utopia de condenação do poder e de esperança de justiça – o paraíso como conquista: “lutar com Deus no coração”.

2 – “Sociabilidade comunitária em grupos populares”: caráter democrático e participação popular como meio de chegar à verdade. A comunidade como espaço livre para manifestação da vontade popular⁴³.

Já a Federação de Bairros e Favelas foi criada no início dos anos 80, num esforço de articulação em uma única entidade das associações que proliferavam nos bairros de Fortaleza – proliferação esta impulsionada por *lutas de bairros*, mas também pela implementação de políticas sociais por meio de parceria com as associações, muitas das quais criadas unicamente com esse fim, como o Programa do Leite ou Programa de Mutirões (BRAGA; BARREIRA, 1991).

Já na década de 70, motivadas por diferentes questões e acontecimentos, discussões sobre a necessidade de articular as lutas dos diversos bairros e comunidades da cidade ganham corpo, como vemos em Fernandes, Diógenes e Lima (BRAGA; BARREIRA, 1991, pp. 65-66). Nesse contexto:

Algumas lutas específicas de moradores ocorridas em áreas da cidade – como foi o caso da José Bastos e, posteriormente, do Lagamar – reúnem o conjunto das entidades existentes, ao mesmo tempo em que propiciam sua

⁴³ Não me aprofundarei mais sobre o caráter e a história das Cebts, remetendo à leitura das análises realizadas por Cardoso na referida obra, assim como nos escritos compilados em Braga e Barreira (1991) e em Barreira (1992).

divisão, por divergências quanto ao encaminhamento das negociações e do processo de resistência dos moradores.

Na luta da José Bastos é formada a União das Comunidades, composta, segundo as autoras, por movimentos de moradores do Jardim Nova Esperança, Cajueiro Torto, Bela Vista, Conjunto Palmeiras, São Cura D’Ars e comissão da Favela José Bastos.

No final de 1981, após a realização do I Congresso de Entidades de Bairros, é definida a criação de uma “Comissão pró- Federação”, num processo impulsionado, conforme as mesmas autoras, por “partidos de esquerda”. A Fbf é criada no final de 1982, num congresso do qual participaram 52 associações e que elegeu uma direção com predominância do Pcdob – predominância que persiste até os dias atuais. Diferente da União das Comunidades, a Fbf tem uma complexa estrutura formalizada de instâncias e cargos. Nesse formato propunha unificar as lutas por meio das associações. Mas não logrou tal êxito.

Em 1984, realiza-se o III Congresso das Entidades de Bairros, sem conseguir unificar o movimento reivindicatório das suas associações. Nesse período é gestado um trabalho junto às favelas que vai transformar-se em um movimento, a Jornada de Luta contra a Fome, liderado pela tendência de esquerda posteriormente denominada PRO – Partido Revolucionário Operário. (FERNANDES; DIÓGENES; LIMA, in: BRAGA; BARREIRA, 1991, p. 66).

Segundo as autoras, a Jornada era composta, em 1987, por 80 associações de bairro e *comunidades* não formalizadas, e atuava na Barra do Ceará, Messejana, Antonio Bezerra, Mucuripe, Parangaba e Mondubim. A Jornada é impulsionada por grupos articulados a partir da União das Comunidades e, posteriormente, dará lugar ao ressurgimento daquela, agora como União das Comunidades da Grande Fortaleza.

No momento, até o primeiro semestre de 1989, a FBFF aglutina mais de 400 associações de moradores e tem firmado sua posição junto ao movimento de bairros abrindo canais negociados de participação dos moradores em algumas esferas de decisão do Estado, ainda sob o predomínio do PCdoB, e com reduzida combatividade diante do Governo Estadual (FERNANDES; DIÓGENES; LIMA, in: BRAGA; BARREIRA 1991, p. 67)

Para as autoras, a adesão da Fbf ao governo Gonzaga Mota e, posteriormente, ao governo Tasso, abriu espaços de diálogos entre associações e Estado, mas reforçou a percepção da entidade como uma tendência política no movimento de bairros de Fortaleza. O que vai ser percebido pelas falas de interlocutores nos diversos estudos de caso compilados no livro organizado por Braga e Barreira (1991).

Já a União das Comunidades é pintada como uma articulação não-formalizada, ao contrário da Fbf, e voltada mais para mobilizações e enfrentamentos com Estado como estratégia para alcançar os objetivos das comunidades.

Em relação aos programas sociais do governo, a União tem se caracterizado mais por manter uma posição crítica diante do Estado. (...) Apesar da aproximação política das CEBs com a União das Comunidades, há uma diferenciação entre essas duas entidades no tocante à participação nos programas sociais do Estado, em geral, e particularmente no Programa no Leite. (BRAGA; BARREIRA, 1991, p. 70)

A União das Comunidades tinha como característica atuar com mais desenvoltura em momentos de conflitos e mobilizações do que no trabalho permanente de “conscientização” ou de consolidação e institucionalização das entidades – o que fará com que tenha papel decisivo no caso do Morro da Vitória, quando chegou para apoiar a resistência tanto nos enfrentamentos com a polícia como nas articulações com imprensa, com o mundo político, Igreja e Justiça, assim como fez, por exemplo, no Lagamar (DIÓGENES, 1991, p. 239).

Na análise de caso do Lagamar e Tancredo Neves, Diógenes (1991) percebe uma maior presença da Cebc no primeiro e da Fbf no segundo. Já a União das Comunidades:

...atuava em mobilizações de caráter mais amplo como grandes passeatas, sempre empunhando bandeiras gerais de luta. Em momentos de conflito num determinado bairro, como na luta pela permanência no Lagamar, aproximava-se do bairro e desenvolvia ações de apoio específicas. (DIÓGENES, 1991, p. 237).

Além das ações de mobilização, como manifestações, a União/Jornada apoiou a luta do Lagamar com suporte jurídico, já que o advogado que entrou com uma ação contra a Profa era militante do grupo. A autora destaca que à época a Jornada e as Cebc promoveram várias iniciativas conjuntas, assim como a Cebc também realizava parcerias com a Federação, mas que dificilmente observava-se ação conjunta entre esta e a Jornada. No Dendê e no Genibaú (outros dois estudos de caso no mesmo livro) observa-se padrões semelhantes de relações entre essas organizações, e dos moradores com elas.

A Cebc por sua vez tem um caráter mais de conscientização, trabalho de base cotidiano, organização comunitária, articulação entre comunidades e mobilização destas. Relaciona-se com as duas organizações anteriores, sobretudo em momentos de mobilização ou conflito, mas trata ambas com desconfiança por considerar que possuem vínculos político-partidários⁴⁴. Articulada com outras entidades da Igreja, como Cáritas ou pastorais sociais, a

⁴⁴ Sobre o antagonismo entre política comunitária e política partidária, como percebida por diferentes agentes em diferentes bairros e tempos, mas que sempre destacam a diferença e a separação entre ambas, e muitas

Cebs busca viabilizar assessorias aos movimentos e comunidades. Ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho religioso, promove a ação em defesa dos interesses dos moradores das comunidades e *bairros populares*.

As estratégias utilizadas pelas CEBs para concretizar sua assessoria aos MSUs são: arregimentação de seus agentes pastorais na própria comunidade, o engajamento de seus agentes nas diversas frentes de luta do bairro, inclusive sua participação a nível de organização de moradores”. (FERNANDES; DIÓGENES; LIMA, in: BRAGA; BARREIRA 1991, p.71).

Assim a Cebs passa a formar lideranças populares e ao mesmo tempo diferenciar-se da Igreja enquanto instituição. As autoras, a partir dos diálogos com interlocutores e da observação analítica, constata as seguintes divergências entre esses três atores:

1 – Entre a Fbf e a União uma divergência aberta no nível político: a segunda adota uma postura de crítica radical à política da “Nova República”, alinhada à postura do Partido dos Trabalhadores, com o qual possui vínculos; já a Fbf, identificada mais à linha política do Pcdob, dá maior crédito à política vigente;

2 – Entre a Jornada/União e as Cebs/Cáritas/pastorais as divergências são mais de “delimitação dos problemas e métodos de ação do que mesmo de conteúdo político” (FERNANDES; DIÓGENES; LIMA, in: BRAGA; BARREIRA 1991, p. 76).

3 – Divergência a Fbf de um lado, e as outras duas do outro, em torno da questão de como organizar o movimento de bairros. “Enquanto a primeira prioriza as associações formalmente constituídas, as demais preferem trabalhar com grupos informais (...) [pois] consideravam que organizar a população em associações registradas formalmente significava reproduzir, na prática, formas hierárquicas de poder típicas das sociedades capitalistas.” (idem, 1991, p. 77).

Foi neste cenário sócio-político de lutas, mediações, convergências e divergências que Tasso Jereissati assumiu o governo no final da década de 80. Tais configurações atravessam a década de 90 e vão exercer papel mais ou menos importante na luta do Morro da Vitória em 2001. Mas para entender em que condições tais atores chegaram aí, é importante compreender as transformações ocorridas nos anos 90.

A emergência da luta numa encruzilhada de ciclos políticos em transformação

Já vimos anteriormente as linhas de mudança econômica, política e administrativa que emergiram com a vitória de Tasso e a derrota dos “coronéis”. Destacaremos aqui suas políticas sociais e de participação, suas influências nas dinâmicas organizativas dos movimentos sociais e na configuração política encontrada pelos agentes do Morro da Vitória.

Do ponto de vista das políticas sociais e da “participação” nas políticas públicas – com nosso foco aqui mais voltado para as políticas habitacionais – o primeiro governo Tasso e os que o seguiram buscaram continuar a gestão dos programas nacionais, mas adaptando tal gestão ao novo padrão administrativo. Os órgãos de gestão e execução, como Proafa e Cohab, com o tempo foram centralizados numa única Secretaria de Infraestrutura, de caráter tecnocrático e onde mesmo os processos participativos eram mediados por um corpo técnico proveniente da Proafa e da Cohab, além das indicações da chefia política do órgão, esta, por sua vez, sempre descrita (apesar de diferentes gestores) por interlocutores dos movimentos sociais comunitários da época como autoritária ao tratar conflitos ou divergências.

Vale ressaltar que durante esse período, que corresponde à década de 90 e início dos anos 2000, a Prefeitura Municipal de Fortaleza não teve um órgão responsável pela política habitacional que era implementada de forma pulverizada em diversos órgãos e entidades (PEQUENO, 2008). Além disso, era fortemente moldada pela lógica clientelista característica do grupo político que administrava a cidade (GONDIM, 2008). A partir de 93, Juraci Magalhães, assume a Prefeitura – quando Ciro Gomes renuncia para concorrer ao governo do Estado – e desde então o seu grupo do Pmdb de Fortaleza, com quem Tasso e Ciro romperam e migraram para o Psdb, governou a cidade até a posse de Luizianne Lins do Pt em 2005. Apenas em 2003, Juraci Magalhães cria a Habitafor – Fundação para o Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – para implementar as políticas habitacionais do Município, isto em atendimento à exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para liberação de recursos do Programa Habitar/Brasil/Bid (GONDIM, 2008).

Por pertencerem a grupos políticos diferentes e, às vezes, em oposição, e também por falta de articulação da gestão habitacional como política estratégica da Prefeitura, as duas esferas federativas pouco, ou nada, dialogaram ou se articularam na implementação das políticas habitacionais em Fortaleza. Neste contexto foi, sem dúvida, a política habitacional do governo estadual que se sobrepôs em Fortaleza. No início dos anos 90, ainda seguindo a lógica de construção de grandes conjuntos habitacionais na periferia para remoção de populações no âmbito de “programas de erradicação de favelas” ou de “urbanização” das mesmas. Porém vem o fim do Bnh, o grande financiador desses projetos. A Caixa Econômica Federal absorve o “Sistema Financeiro Habitacional” e o Estado mantém a fundação Cohab

para gerir os projetos habitacionais. Com a queda de investimentos o foco da política habitacional passa ser o Programa Federal de Mutirões, que no Ceará foi gerido pela Proafa, depois pela Cohab e pela Seinfra – que absorve e extingue a Cohab dentro da lógica administrativa “neoliberal” que será implantada na década de 90 (o que vai ter consequências importantes nos acontecimentos do Morro da Vitória, como veremos no capítulo 2.3 – “A luta”; ver também matéria de jornal no Anexo O). Modelo “neoliberal” (PEQUENO, 2008) é implantado tanto no nível estadual como no nível federal da administração pública.

A política federal passou a ser conduzida de forma fragmentada, mediante a criação de programas alternativos marcados pela descontinuidade, pela mudança de endereço institucional alocada em diferentes ministérios. Além disso, várias ações que vinham sendo implementadas, foram desaceleradas por conta de reduções orçamentárias, o que induziu a progressiva retirada dos estados deste setor com a extinção das Cohabs, não mais condizentes com os princípios do neoliberalismo que passam a predominar nos governos estaduais. (PEQUENO, 2008)

O Programa de Mutirões, por sua vez, contribui para uma lógica intervencionista do Estado nas relações de “participação” com as *comunidades*, uma vez que a realização de um projeto de mutirão exigia a criação de uma “sociedade habitacional” gerida por um número limitado de representantes da comunidade (em regra dois) e representantes do governo, principalmente técnicos da Proafa/Cohab/Seinfra. As representantes das comunidades eram “lideranças comunitárias”, assim reconhecidas pelos atores estatais. Houve casos de ter várias associações no bairro e ter de ser criado um “conselho” com maior número de participantes, o que não acontecia sem o desagrado dos representantes do Estado – como é demonstrado por Fernandes, Diógenes e Lima (199, p. 195-196) no caso do parque Genibaú, onde por pressão as várias entidades do bairro articuladas conseguiram uma representação de 13 participantes contra duas representantes do governo, que por sua vez “não aceitavam bem” a situação e passaram a atuar para reverter as proporções e encaixá-las no previsto pelo Programa. A “sociedade habitacional” era um modelo padrão de “participação” imposto pelo Estado para quem fosse participar do Programa de Mutirão e contava com um “Conselho Comunitário” com 03 membros do Estado e 02 da comunidade; suas funções eram: “assinatura de convênio, recebimento de material, decidir sobre a ocupação das casas e transmitir a propriedade das casas” (MSC BARREIRA, 1991, p. 95). Vemos com a mesma autora que todas as normas eram definidas pelo Estado, pois já vinham definidas e cabia à “sociedade habitacional” apenas operacionalizar: “Até mesmo o estatuto da sociedade habitacional já vem elaborado e o artigo 23 determina que não seja ‘alterado no todo ou em parte sob pena de extinção da sociedade’.

Diante da escassez de recursos para projetos habitacionais, após o fim do Bnh, e com o constante retraimento de investimentos do Estado, tal programa passou a ser a principal opção dos movimentos de luta por moradia nos bairros populares em termos de produção habitacional, depois das ocupações com autoconstruções. A própria comunidade do Morro da Vitória negociou com o governo do Estado a possibilidade de um mutirão, chegou inclusive a criar sua “sociedade habitacional” (como veremos no capítulo 3), mas foi o segundo padrão de produção habitacional que prevaleceu.

O retraimento de investimentos nos anos 90 afetou não só a política habitacional, mas quase todas as políticas públicas do Estado brasileiro (talvez com exceções na *segurança* e na *saúde*). O Brasil entrava num ciclo de governos chamados de “neoliberais”, e sua versão cearense foram os governos do Psdb de Tasso e Ciro. Advogava-se um Estado “mínimo” e eficiente, com base em parâmetros de mercado. Vimos lá atrás que Tasso e os Governos das Mudanças adotaram exatamente essa lógica, “enxugando” o serviço público e apostando na iniciativa privada industrial e turística por meio de isenções fiscais, fornecimento de insumos e infraestrutura, bem como barateamento da mão-de-obra e flexibilização de direitos para favorecer projetos “predatórios”, impactando populações e ecossistemas.

Dentro dessa lógica, o Programa de Mutirões adequou-se muito bem, pelo mesmo motivo que outras políticas sociais da época: proporcionou ao governo ofertar políticas sociais nos bairros transferindo trabalhos do serviço público para os grupos das associações comunitárias, numa lógica de precarização da execução das políticas conjugada a uma desoneração para o Estado, numa total sintonia com a lógica geral de gestão do “Cambeba”, baseada no enxugamento do aparelho estatal e barateamento dos custos de mão de obra em favor do capital como eixo central (BERNAL, 2004, p. 59). No caso dos mutirões, por exemplo, rolava um processo semelhante ao que Kowarick (1979) chama de “dupla espoliação”, pois ou o trabalhador tem que fazer uma jornada extra para produzir sua própria moradia ou, se estiver total ou parcialmente desocupado, acaba vendendo seu trabalho a valores degradados e condições precárias⁴⁵.

Aliada a essa lógica de gestão, operou-se no mesmo período uma política de “participação” marcada pela segmentação, a ingerência e a cooptação de “lideranças” a partir de um núcleo político comandado pelo dirigente do Psdb Adolfo Marinho à frente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Destaque-se que antes do Programa de Mutirão, já

⁴⁵ No caso de Kowarick (1979) ele está a analisar a autoconstrução em loteamentos periféricos de São Paulo, onde os operários trabalham no seu tempo livre para construir a própria casa, além dos processos coletivos (trabalhos ou mobilizações) para criar infraestrutura urbana básica no bairro.

havia o “Programa do Leite”, no qual famílias recebiam tíquetes para trocar por litros de leite – tal distribuição era gerida por associações “formalizadas”, fazendo com o número de associações multiplicasse, já que muitas foram criadas só com essa finalidade, como muitos estudos atestam. Também o Projeto de Creches Comunitárias, onde o governo apoiava associações comunitárias a prestar tal serviço, fortalecia essa dupla estratégia de transferência de ônus dos serviços públicos casada à cooptação de lideranças para o projeto político do grupo à frente do governo estadual.

A segmentação das políticas permitiu criar canais de participação parcializados, o que atrapalhava aos movimentos sociais e demais interessados em “participar” realizar discussões mais gerais sobre as políticas de gestão. Essa dinâmica contribuiu para divisão das entidades comunitárias, seja pela *especialização* de algumas entidades em algumas das políticas segmentadas, seja pelas divergências entre os diversos grupos ao nível dos bairros e da cidade sobre as formas, estratégias e práticas de relação com o Estado e essas políticas ambíguas – são fartos os relatos e análises nesse sentido nos vários estudos compilados em Braga e Barreira (1991). Havia divergências entre associações, movimentos e “lideranças” em bairros como o Genibaú, o Lagamar, o Dendê, como podemos ver nos artigos do referidos trabalho. Vemos também as divergências entre Federação de Bairros e Favelas, Cebis e União das Comunidades, que variavam de uma posição de adesão às políticas sociais e de “participação” no caso da primeira, à rejeição completa e denúncia de tais políticas no caso da última, passando por uma posição mais mediada e variante entre a participação, a crítica e a denúncia no caso das Cebis.

Como nota Diógenes (1991, p. 129-130), após um período de lutas reivindicativas que beneficiaram amplos setores dos bairros, as políticas sociais dos governos federal e estadual, a partir do final da década de 80, parcializam o atendimento de demandas, atendem poucos moradores por bairro e discriminam a distribuição. Neste contexto, as associações, mais ou menos *atreladas* ao governo, operam a seleção de beneficiários individualizados, feita pelas “lideranças”, produzindo nas comunidades a impressão de identificação entre estas e o governo. As discrepâncias entre as reivindicações das comunidades e as respostas do governo gera disputa entre grupos diversos pela apropriação da distribuição benefícios. Isso fortalece a estratégia de cooptação de “lideranças” pelo “Cambeba”. Estar “ligada” ao governo legitima a liderança como agente na disputa pelas políticas sociais escassas. Foi justamente este arranjo que veio a ser enfrentado pelas ocupantes do Morro da Vitória.

Mas antes disso, temos esse amplo processo de cooptação, que também foi muito forte na região do Grande Mucuripe, onde até hoje encontramos lideranças elogiosas e saudosas

dos tempos do “dotô Tasso”. Mas cada vez menos, conforme o tempo passa. Quando assumiu o primeiro governo, Tasso tinha o apoio da Federação de Bairros e Favelas, muito por ingerência do Pcdob, mas também pelo desejo de um maior diálogo das “lideranças” com o governo. Dois anos depois, a Fbf rompe com Tasso em virtude da relação municipal, quando o Pcdob apoiou um opositor do Cambeba. Porém, o grupo instalado no governo já tinha um projeto próprio de fragmentação e cooptação, encarnado, além dos programas já citados, no “Programa Agentes da Mudança”, bastante criticado tanto pela Fbf como pelos mais diversos setores do movimento popular, uma vez que o governo remunerava agentes que atuavam junto às comunidades num papel ambíguo de circulação de informações e legitimação de “lideranças” junto aos programas sociais (BRAGA; BARREIRA, 1991)

Porém esse arranjo político teve de conviver com aquele modelo de transferência de capitais para a iniciativa privada e “enxugamento” do Estado, o que representou um desinvestimento em políticas sociais como a moradia. O resultado no final da década de 90 foi: aumento da concentração de renda, aumento da impopularidade em Fortaleza do grupo político instalado no governo estadual em conexão com o federal, já que boa parte desse período coincidiu com os governos “tucanos” de Fernando Henrique Cardoso, ambas as esferas de governo implementando lógicas de administração “neoliberais”, com fortes impactos sobre as políticas sociais, com destaque negativo à moradia. Ao longo desta década, há aumento da concentração de riquezas e dos índices de desigualdade no Ceará, e mais ainda na região metropolitana de Fortaleza, o que faz Bernal (2004, p. 102) se interrogar: “Por que o crescimento econômico da metrópole de Fortaleza não tem contribuído para a reprodução da pobreza e para diminuir a exclusão da população do mercado de trabalho? Por que crescem as desigualdades e se reduzem oportunidades de trabalho?” A autora faz tais questionamentos após discorrer e analisar índices de concentração de renda e de desigualdade social no Ceará e Rmf.

No Ceará, os índices Gini mostram que há um crescimento das desigualdades de renda entre 1992 e 1995 e uma certa tendência de estabilidade dos índices até 1999; os índices de Theil mostram a mesma tendência, fato que vem confirmar o padrão de evolução das desigualdades sociais que está intimamente associado à política macroeconômica de sustentação do Real e de abertura comercial, sem uma vertente voltada para políticas compensatórias. No caso da região metropolitana, ocorre um agravamento das desigualdades⁴⁶, tanto pela concentração das políticas do

⁴⁶ Bernal (2004: 99-100): “no período de 1992-99, os índices Gini e Theil mostram uma tendência ascendente na desigualdade de renda e a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres cresce de 23,94 para 26,77 entre 1993 e 1999, indicando um aumento da distância entre pobres e ricos.” Tanto o índice Gini como Theil aumentaram no período: Gini de 0,579 (1992), 0,610 (1995), 0,628 (1999); e o Theil: 0,686; 0,759 e 0,842.

governo estadual nesta área, sendo estas **caracterizadas por grandes obras de infraestrutura, que vêm dando suporte à promoção do turismo e à atração dos grandes capitais para a indústria, como pela privatização do Estado, e pela escassez de políticas públicas que possam trazer benefícios diretos para os mais pobres.** (BERNAL, 2004, p. 99, grifo nosso)

Num cenário de escassez de política habitacional e no bojo de um grande projeto de Infraestrutura nomeado “Farol Novo”, visando à valorização turística e imobiliária da Praia do Futuro, viria a eclodir o acontecimento do Morro da Vitória. Mas esse duplo viés era o padrão da política urbana em toda a cidade. Os grandes projetos de “requalificação urbana” visavam “valorizar” determinadas áreas, o que aumentava seu valor imobiliário, dificultando a permanência de moradores de baixo poder aquisitivo (GONDIM, 2013). Por outro lado, da baixa oferta de unidades habitacionais, grande parte era destinada a remoções de famílias para viabilizar tais projetos. Já não se fala em erradicação de favelas, mas em erradicação das “áreas de risco” – porém estas só aumentam com o crescente processo de segregação espacial, e são selecionadas “a dedo” aquelas que serão alvos de algum projeto, geralmente financiados por agências internacionais como Bid ou Bird, que condicionam os financiamentos justamente a projetos de valorização urbana de interesse dos mercados. Como observa Pequeno:

Como um verdadeiro golpe de mestre, o poder local ao priorizar as áreas de risco, reduzia seu alvo de intervenção diminuindo o problema e afastando-se da necessidade imediata de elaborar cadastro de ocupações irregulares conforme solicitava o programa HBB. (...). Quando dados extra-oficiais indicavam mais de 600 áreas de favela em Fortaleza abrigando mais de 150.000 famílias em 2002, a prefeitura diminui a magnitude do problema para 79 áreas e um total de 9.500 famílias vivendo em áreas de risco⁴⁷. Para que se tenha compreensão da velocidade com que a favelização vem se expandindo, passados cinco anos, já são mais de 120 áreas de risco, onde habitadas por mais de 20.000 famílias⁴⁸. (...) Apesar do plano de intervenção elaborado como parte do programa, onde 79 áreas de risco foram hierarquizadas segundo diversos critérios, optou-se por área classificada em nona posição, situada às margens de lagoa próxima ao aeroporto. (PEQUENO, 2008)

Logo, o que há é não só prioridade, mas quase exclusividade de políticas habitacionais voltadas para “áreas de risco” e valorização urbana, de preferência convergindo no mesmo projeto. Tal convergência com os interesses de mercado, parametrizados pelos programas do Bid e do Banco Mundial, bem como pelos técnicos e políticos da administração pública, é

⁴⁷ Dados obtido junto a relatórios técnicos desenvolvidos pela COMHAB – Comissão Municipal de Habitação da Prefeitura Municipal de Fortaleza em 2001, como parte do Programa Habitar Brasil BID.

⁴⁸ Dados obtidos junto à defesa civil da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

mais importante do que os critérios técnicos de “risco”, como se depreende da passagem acima.

Tal *ascensão* da “área de risco” como critério quase absoluto de absorção dos projetos e recursos para a política habitacional se dá por uma conjunção de fatores. Dentre os quais o discurso de denúncia emanado por uma nova configuração dos “movimentos sociais urbanos”, articulados em entidades e fóruns que misturam agências técnicas e políticas de atores das comunidades e movimentos e de ativistas de ongs ou de entidades de direitos humanos e assessorias com diferentes formações – arquitetos, advogados, sociólogos, assistentes sociais, geógrafos, economistas, comunicadores etc. Os fóruns e redes⁴⁹, que envolvem também professores universitários e estudantes, bem como parlamentares e, algumas vezes, agentes governamentais, passaram a proliferar e ganhar cada vez mais voz nos debates sobre a cidade, ao mesmo tempo que crescia também o reconhecimento dos “favelados” e moradores das “periferias” como atores relevantes – reconhecimento que chega ao ápice em 2001 (ano da ocupação do Morro da Vitória) com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei federal 10.257/2001), seguido da criação do Ministério das Cidades (2003), o Conselho Nacional das Cidades e as Conferências das Cidades e, antes mesmo disso, das frentes parlamentares pró-moradia, as campanhas nacionais como a coleta de assinaturas para a lei de iniciativa popular criando o Fundo Nacional de Habitação, impulsionada por movimentos, ongs, fóruns e redes⁵⁰ que se articulam em nível nacional (PEQUENO, 2008).

Nesse contexto, avolumam-se as denúncias contra violações do direito à moradia. Dentre as quais, as situações de precariedades que provocam calamidades, numa conjugação de falta de infraestrutura com degradação ambiental, ganham grandes dimensões, pois multiplicam-se os danos, dramas e prejuízos provocado por enchentes, deslizamentos etc. Os assentamentos habitacionais precários sujeitos a esses tipos de ocorrência passam a ser chamados “áreas de risco”, numa denúncia à omissão do Estado e da sociedade diante de uma situação de emergência provocada pela falta de planejamento urbano (em cenários de crescente adensamento demográfico das regiões metropolitanas), insuficiência de políticas habitacionais e segregação sócio-espacial provocada pela especulação imobiliária – questões que o Estatuto da Cidade traz como diretrizes básicas a serem atacadas pelas políticas das

⁴⁹ Cito como exemplo, dentre tantos, a Rede Nuhab, impulsionada pela ong Cearahperiferia e que articulava integrantes da Fbf, das Cebps, outros movimentos populares, Escritório de Direitos Humanos Frei Tito, projetos de extensão em assessoria jurídica popular, e que intervinha em questões da cidade ligadas a habitação, meio ambiente, planejamento urbano participação popular.

⁵⁰ Veremos alguns desses atores atuarem no conflito do Morro da Vitória, no próximo capítulo e reportagens em anexo.

diferentes esferas de governo, por meio do planejamento urbano, através dos planos diretores e de uma série de instrumentos legais para viabilizar a redução do déficit habitacional e coibir a especulação imobiliária.

Por outro lado, vem de fonte bem diferente a agência de instituições como Bid e Bird, que passam a usar o discurso de combater as “vulnerabilidades”, inclusive habitacional, dentro de uma lógica neoliberal de redução do Estado e “focalização” das suas ações – bastante compatíveis com as lógicas de governo implementadas no Brasil e, especialmente, no Ceará, como vimos. Assim, cabe ao governo, orientado por relatórios e projetos dessas agências, fazer o recorte dos mais pobres entre os pobres, ou os mais “vulneráveis”, e atacar pontualmente tais vulnerabilidades sem questionar os processos que as geram – como no caso das “áreas de risco”. Segundo Ugá (2004), tais políticas que restringem o atendimento de parte da população de forma pontual e compensatória restringem o conceito de “cidadania social”, pois esta se liga à garantia de direitos à proteção social de forma universal pelo Estado. Dessa forma, logrou-se diminuir a visibilidade da luta das favelas, para focar apenas a área de risco dentro da favela e de preferência a “área de risco” em zonas com potencial econômico-mercadológico, como percebe Soares (2011)⁵¹ – a prioridade na “área de risco” reflete a ação focalizada do Estado numa espécie de segmentação⁵² dos “muito pobres”, deixando o resto da demanda habitacional ao mercado, facilitado pelo Estado com políticas de crédito (operação que será fortalecida na segunda metade da década de 2000 por políticas como PAC e Minha Casa Minha Vida, mas que nem de longe atinge parcela considerável do déficit habitacional). Como vemos no caso da referida pesquisa, a “área de risco” como recorte decisório serviu para imposição de um “critério objetivo técnico” amparado na força política do discurso do risco e do desastre que perpassa, com diferentes tons e conteúdos, desde movimentos sociais e ongs, a governos e mídia. Com isso é reduzido ainda mais o espaço de participação popular na definição das políticas. Se os membros de movimentos e associações ou “lideranças” eram onerados em políticas sociais como o Programa de Mutirões, que além de transferir trabalhos e desgastes também impunha formas de organização numa clara interferência política nos “movimentos sociais urbano”, ao menos restava-lhes o *poder* de selecionar beneficiários e tomar decisões relacionadas à execução

⁵¹ Em um estudo de caso sobre um projeto da prefeitura de Fortaleza financiada pelo Bid (Preurbis) que visava remover parte das famílias da comunidade Boa Vista no Castelão para um conjunto habitacional construído junto a uma área desativada do aterro do Jangurussu, conjunto que por sua vez foi “invadido”.

⁵² Tendência à segmentação, tanto de políticas como de setores populacionais (inclusive no próprio bairro), que já se inicia na década de 80 como vemos nos estudo de “A política da escassez” (BRAGA; BARREIRA, 1991), mas que se aprofunda na década de 90, com a ascensão de um novo modelo de gestão.

cotidiana dos projetos. Com o “critério” da área de risco, a seleção é feita pelos técnicos que traçam poligonais e analisam condições de risco (embasados também em dispositivos legais das legislações ambientais e urbanísticas), a partir das decisões políticas dos governantes; a execução, por sua vez, é transferida para empresas privadas.

Acontece que diante da escassez de investimento em moradia, casada ao aumento populacional de Fortaleza e ao aumento da desigualdade, temos o crescimento das ocupações gerando novas favelas e “áreas de risco”. Logo, esta categoria vai perdendo força discursiva. Parte significativa dos movimentos sociais urbanos vai abandonando-a conforme passam a priorizar as ocupações e os despejos violentos e a denúncia das remoções de comunidades no bojo de grandes projetos – tendência que chega ao ápice entre as metades da primeira e da segunda década do século XXI. Movimentos e articulações diversas que adentram o novo século fortalecidas por avanços legais e institucionais, mas, por outro lado, provando sérias frustrações em relação às políticas de participação – o que provoca vários efeitos, inclusive divisões estratégicas e práticas entre os movimentos, entidades e coletivos em geral que atuam na luta pelo “direito à cidade”, oriundo em parte do campo de movimentos pela “reforma urbana” engendrado pelo *ciclo* de “movimentos sociais urbanos” que emergiram no final dos anos 70 e início dos 80.

Também na universidade e outros setores da sociedade, os atores vão percebendo a armadilha que foi criada pelo “golpe de mestre” dos governos com a focalização nas “áreas de risco”. E não podia ser diferente diante do quadro de déficit habitacional existente. Pequeno (2008) demonstra que dos “componentes do déficit habitacional” de Fortaleza em 2005, dum total de 148.728: 9,8% estão em “habitação precária”; 66,4% em “co-habitação”; 23,8% com “ônus excessivo do aluguel”. Eu arriscaria dizer que é muito mais provável se encontrar uma distribuição mais próxima desta proporção num ocupação, como a do Morro da Vitória, do que em um projeto de “remoção” ou reassentamento, como o “Farol Novo”.

Nesse cenário econômico e social, o arranjo político pensado no Cambéba também não era sustentável, e as lideranças ligadas ao governo foram se “queimando” cada vez mais nos bairros, onde surgiam novos atores que não cabiam no arranjo pré-estabelecido e procuravam se articular ou com os esquemas de clientelismo do grupo e à frente da Prefeitura, ou com movimentos sociais e parlamentares de oposição, bem como com as entidades e fóruns da sociedade civil que foram se fortalecendo ao longo dos anos 90.

É nesse contexto que irrompe o conflito do Morro da Vitória, pondo de um lado governo do Estado, “lideranças” ligadas ao governo e que atuavam nas áreas onde os moradores seriam removidos e “ganhariam” uma casa nova; do outro, ocupantes que não

seriam contemplados pelo projeto, representantes desses ocupantes que emergiram durante o conflito, apoiadores dos ocupantes: movimentos como Cebes e União das Comunidades, Igreja, parlamentares de partidos de esquerda como Pt e Pcdob, ativistas e assessores de entidades, ongs e fóruns de luta pelo direito humano à moradia. De um lado alegava-se que os moradores viviam em “áreas de risco” (mas na verdade o foco era desobstruir o leito de vias públicas ocupadas); do outro os ocupantes alegavam não ter casa para morar, e angariaram apoio de quem defendia a luta pelo direito à moradia ou se opunha ao governo estadual fosse no âmbito da sua política habitacional, fosse no seu globo.

A verdade é que a “era Tasso” vinha chegando ao final. Em 2002 é eleito governador Lúcio Alcântara do Psdb e Tasso é eleito senador – quatro anos depois os dois já estão rompidos e Tasso não apoia o candidato do próprio partido. Tasso queria apoiar Cid Gomes e manter unido o eixo de poder, mesmo já tendo sido derrotado nacionalmente com a vitória presidencial de Lula em 2002. Não consegue manter a unidade e, em 2006, ver os Ferreira Gomes romperem com o Psdb e lançar Cid Gomes como candidato a governador pelo Psb com apoio do Pt e da “esquerda”, derrotando o candidato à reeleição. Dois anos antes, já tinha assistido a vitória do Pt na capital com Luizianne Lins, ferrenha opositora do Psdb e de Tasso – uma das parlamentares que esteve no apoio ao Morro da Vitória em 2001. E em 2010 chega a vez do próprio Tasso não conseguir se reeleger senador – em Fortaleza ele já havia ficado atrás na primeira eleição em 2002.

Liduina e as meninas do Morro surgiram em meio ao universo de associações e “lideranças” da região politicamente isolada, pois enquanto muitas lideranças da época eram “tassistas” e até hoje guardam nostalgia do seu tempo, Liduina e o pessoal do Morro da Vitória eram anti-cambeba. Suas memórias em relação ao ex-governador são sempre negativas e elas se identificam como parte da derrocada política do mesmo. É o que transparece nas suas falas, como no diálogo entre Liduina e Graça transcrito abaixo:

L:...porque na época, aqui, o governo era o Tasso, e o Tasso não queria fazer essas coisa [*negociar com ocupantes*] porque ele fazia os conjunto pra ele poder dar pra quem ele quisesse, assim nas politicagem dele, e nós fomos lá e acabamos com...

G: com a festa!

L: É, tanto que na época ele não ganhou mais. se lembra Graça...

G: Até hoje eu tenho nojo daquele homem! Quando fala o nome do Tasso é a primeira coisa que me vem à cabeça.

Em outro trecho da conversa:

L: o tempo passa muito ligeiro né Graça. (...) Mas na época a gente falou pro Tasso na cara dele, ele tava fazendo uma campanha dele, aí nós subimos em cima do palco, que nós ia mesmo, aí a Socorro e a Lucirene pediu a palavra em cima do palco, e não foi nem convidada viu, subiu porque tinha que

subir, me lembro que era lá na Dom Manoel, era o coisa dele lá, aí nessa época foi tudim, foi o Eliseu (...) Nós subimo lá, aí a Lucirene disse: “não vote no Tasso porque ele fez isso e isso... Eu sei que o home perdeu, perdeu o home, ninguém votou nele não. Aí ele disse pra nós...

G: No próprio palanque dele?

L: No próprio palanque dele, no coisa dele lá, como é mesmo o nome que chama, é lá o comitê... Lucirene foi... mulher, Lucirene é uma peste, nós era uma peste ruim que não tinha medo de nada. Aí ele disse pra nós, desse jeito, com a bandeira dum tucano, em cima do palco: “nem que eu fique só eu com minha bandeira na mão”, disse pra Lucirene e pra todo mundo, “não preciso do voto de vocês”, (*risos*), “não preciso do voto de vocês”. Aí a Lucirene: “pois o senhor não vai ganhar nem aqui nem no inferno”, e a Cundô: “isso aqui é uma peste, isso aqui é num sei o quê,” eu só sei que arrasou o home – realmente o home não ganhou, o Tasso passou três eleição sem ganhar, acho que o pessoal tiveram medo sei lá daquilo, e olhe que o Tasso tem dinheiro, o Tasso ganhou agora (...) ganhou agora, mas o Tasso perdeu completamente... a ocupação do Morro, devido derrubou, eu acho que o Tasso se um dia... é que ele não conhece mais, mas se ele ainda conhecer ele manda é botar nós pra fora...

Politicamente fragilizando o governo e as “lideranças” que o apoiam, que não conseguem conter o avanço do movimento, são atropeladas por este, sem ser reconhecidas ou respeitadas pelas representantes da nova ocupação. Nesse cenário emerge ocupação do Morro e o seu conflito, para o qual confluem atores mais antigos como a Cebis, a União das Comunidades, a Igreja, parlamentares; e também atores mais recentes – ongs, “gringos”, Fórum das Áreas de Risco, Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese, Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar. Veremos mais sobre as agências desses aliados no próximo capítulo onde nos deteremos no conflito em si.

Aqui quero só destacar que se, por um lado, o *ciclo* dos “Governos das Mudanças” começava a chegar ao fim, num processo de desgaste que pode ter sido acelerado de algumas formas pelo conflito do Morro da Vitória, o *ciclo* de “movimentos sociais urbanos” que haviam se consolidado na década de 80 também chegou ao Morro da Vitória já bastante desgastado – inclusive, mas não só, pelas políticas do “Cambeba”.

Mas se os “msu” dos anos 80 chegam a 2001 nos seus últimos estertores, ao chegarem no Morro de alguma forma se revitalizam nele, e veem em ação – e interagem com eles – novos arranjos surgidos nos anos 90 (ongs, fóruns, redes, conselhos), e outros já nascendo que marcarão a década e meia vindoura. As Cebis na cidade vinham em relativa *decadência*, influenciada tanto pelo contexto político nacional e local como pelo contexto na própria Igreja Católica que foi ficando cada vez mais adverso às Cebis, à Teologia da Libertação e à “opção preferencial pelos pobres”. Mas ainda estavam enraizadas nos bairros populares e articuladas

com movimentos sociais e setores políticos à esquerda – como as edições anuais do *Grito dos Excluídos* demonstravam ainda até meados dos anos dois mil. Continuava sendo uma força importante, inclusive para a criação de novos movimentos, fortalecimento de fóruns e redes, criação de ongs, além de militância política em partidos de esquerda, principalmente o Pt, importante para vitórias eleitorais deste. Na região do Morro da Vitória (Mucuripe-Vicente Pizón-Praia do Futuro) houve um ciclo de ascensão das Cebts nos anos 90 e 2000, a partir do trabalho missionário dos padres Redentoristas (Eduardo e Martinho) e das *comunidades* de religiosos e leigos que eles ajudavam a organizar, e ajudam ainda hoje apesar da velhice e saúde debilitada. Nos anos 2000, tal atuação ganhou forte impulso com a luta do Morro da Vitória, seguida de uma aliança em várias ações organizativas e mobilizadoras com o recém-criado Mct da Praia. Este por sua vez seria criado e animado justamente pelo grupo do Morro em parceria com militantes e assessores, que participaram da luta de 2001 em diante, e com outros grupos de comunidades e bairros da região – alguns ligados às Cebts, outros a associações ou outros coletivos, alguns nascidos de novas lutas de ocupação e resistência a despejos.

Desta forma, os movimentos mais antigos puderam viver experiências simultâneas: de final do ciclo no qual emergiram e de transformações de arranjos no campo dos movimentos sociais e emergências de novos atores, com os quais puderam se relacionar em diferentes níveis de profundidade e intensidade. Participaram, através dos acontecimentos do Morro da Vitória, de um processo de transformação das lutas urbanas e das formas organizativas dos movimentos na cidade. Num momento de tensão, de deflagração, de criação, no qual emergem agentes que marcarão a cena do movimento popular em Fortaleza, em uma realidade de conflitos, como ocupações e despejos ou remoções de comunidades, em quantidade e intensidade crescente desde os anos finais da década de 90. Uma época na qual se intensifica também o avanço institucional com políticas de participação nos três níveis da administração pública, mas que não se mostrou suficiente – foi menor do que a crescente valorização do espaço e a disputa acirrada pelo mesmo, o que tornou (junto a questões políticas variadas) quase inúteis vários instrumentos de participação popular que foram conquistados como o Orçamento Participativo, e até mesmo o Plano Diretor Participativo, após duas décadas de luta pela sua construção, pois não consegue influenciar muito a dinâmica sócio-espacial na cidade.

É o final da era Tasso no nível estadual e do Psdb federal. Os parlamentares de oposição que apoiaram a luta do Morro em 2001 virarão governo em alguns anos e, com raras exceções, não mais aparecerão nesse tipo de conflito. Inácio Arruda-Pcdob (ex-presidente da

Federação de Bairros e Favelas), Lula Moraes-Pcdob, João Alfredo-Pt, Guimarães-Pt, Luizianne-Pt são nomes muito lembrados nos depoimentos das minhas interlocutoras. João Alfredo teve a relação mais contínua por ser presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, que atuou como mediadora junto ao governo, e à qual está vinculado o Escritório Frei Tito. Mas elas lembram também, e vemos nos jornais da época, da ex-prefeita Maria Luiza e da Rosa Fonseca. Elas estavam lá como membro da União das Mulheres Cearenses e aliadas da União das Comunidades da Grande Fortaleza. Já não existem mais. As entidades, pois as duas mulheres e seu grupo político (Crítica Radical), que se reivindica contra a política e o capitalismo, continuam ativas e se articulando com os movimentos sociais contemporâneos – como foi o caso do seu envolvimento no Comitê Popular da Copa e, de forma mais marcante, no *Ocupe Cocó*.

É interessante como o pessoal do Morro da Vitória vai ver seu agenciamento coletivo (a ocupação e as formas de organização desenvolvidas na luta) nascer numa encruzilhada de tempos históricos, de *ciclos* políticos, e vão seguir seu caminho a partir dos desdobramentos do acontecimento do Morro, das experiências, aprendizados e práticas incorporadas, e das relações que estabeleceram com outros atores a partir dos seus valores, estratégias, afinidades... Liduina, Lucirene, Graça, Assis e outras pessoas são ou foram participantes ativas: da Associação do Morro da Vitória, nascida a partir da “Comissão”, e que é filiada à Fbf (uma relação mais formal, como acompanhar as eleições, registrar as atas eleitorais etc.); das Cebbs, com frequentes atividades religiosas e sociais no Morro; do Mcp, que ajudaram a fundar na região da *Praia* e com o qual se envolveram em diversas lutas sócio-espaciais (inclusive ocupações) e políticas, articulando-se no nível de cidade. Três vertentes de movimentos sociais, três tempos, três estratégias, as três sintetizadas pelo “grupo” do Morro da Vitória graças à confluência que aconteceu naquele espaço-tempo, e às agências das pessoas e coletivos envolvidas.

Nesse sentido, o Morro da Vitória é um marco em várias dimensões, ou ajuda a marcar várias dimensões e *ciclos* da arena política de Fortaleza, sobretudo nas intersecções com a questão social da moradia e com as lutas políticas dos chamados “movimentos sociais urbanos”. Por isso mesmo, o Morro da Vitória marca também a dinâmica sócio-espacial e suas disputas e conflitos na cidade e, fortemente, no Grande Mucuripe.

2.4. A dimensão sócio-espacial do conflito

O Morro da Vitória, com vimos, é um marco em várias dimensões e sentidos. Numa delas, pode-se dizer que o Morro da Vitória, e antes mesmo o projeto de conjunto habitacional “Farol Novo”, marca o fim de um ciclo de expansão da produção habitacional no campo de dunas do Mucuripe. Não há mais espaço. A réstia de mata verde do morro na fronteira com o Papicu é área de preservação ambiental, “área verde”, e se tentam ocupar a própria população reage ou a Pm chega rapidamente para tirar. Para cima é tudo urbanizado e no topo o Morro da Vitória. Mas ao lado deste há uma réstia de duna, um disputado terreno conhecido na região como “Morro do Caic” (ver Anexos A e B), devido à unidade escolar chamada Caic⁵³ do outro lado do terreno vazio. Muito disputado: em 2005 houve uma ocupação, ataque noturno de homens armados e encapuzados, morte, despejo. Em 2012, nova ocupação, agora terreno da prefeitura, foi criada a comunidade “Alto da Paz” e, pouco mais de um ano depois, novo despejo. Falaremos mais sobre esses acontecimentos no último capítulo.

Assim, o Morro da Vitória é o último grande núcleo habitacional produzido no campo de dunas – destaque-se o “grande”, pois pequenas ocupações ocorreram desde então, quase sempre despejadas, mas nem sempre. Porém é difícil precisar o quão grande, pois como não é um bairro oficial, estando dentro do Vicente Pizón, não é possível trabalhar com censos oficiais. Quantas famílias habitam as oito quadras ocupadas? Mais de 10.000 segundo respondeu Assis:

Hoje, na faixa de mais dez mil (...) mais de dez mil famílias lá em cima, porque era geral lá do Farol até aqui o conjunto São Pedro, no final do conjunto São Pedro, e ali cada rua daquela, cada bloco daquele se fosse casa mesmo normal daria menos, mas como é casa desordenada, casas pequenas com poucas estruturas pras famílias, hoje tem mais de dez mil famílias morando. Muito grande o terreno.

Liduina concorda, diz que é até mais, que pararam de contar há anos, quando contabilizavam em torno de dez mil habitações. Constatamos aqui uma certa imprecisão ao definir a população do Morro da Vitória, já que o Assis fala em 10.000 “famílias” e a Liduina em 10.000 “barracos” (ou seja, unidades habitacionais). Contudo, sabemos que numa mesma unidade habitacional pode morar mais de um “núcleo familiar” – como no caso da casa da própria Liduina, onde hoje moram as duas filhas com suas respectivas famílias, enquanto Lidunia mora em outra casa que ela alugou. Além disso, como no exemplo de Liduina, os

⁵³ Centro de Atendimento Integrado da Criança e do Adolescente – unidades escolares do governo estadual distribuídas em macrorregiões “periféricas”, como o Caic Maria Felício Lopes (também conhecido como Caic Dunas) que fica no bairro oficial Vicente Pizón e atende as várias comunidades da região, já citadas anteriormente. Para uma melhor visualização do referido Caic e do terreno contíguo e alvo das disputas referidas, acessar <http://wikimapia.org/23207367/pt/CAIC-Maria-Felicio-Lopes-Caic-Dunas>.

“barracos” são muitas vezes divididos. Como já faz alguns anos que elas pararam de contar, hoje é impossível saber com precisão.

Em 2003, foi elaborado um relatório com base numa “vistoria técnica” (ver Anexo N) realizada por encomenda governo do Estado, uns dois anos após a consolidação da ocupação⁵⁴. Vemos os seguintes dados da “Comunidade Farol Novo” (como os agentes do governo chamavam o Morro da Vitória):

População: 5.000 famílias, 3.000 casas; Localização: zona leste de Fortaleza, em terreno de duna; Perímetro da área: ao norte com a rua Ismael Pordeus, ao leste com a rua Oliveira Filho, ao sul com a rua Dr. Antônio Carneiro, e ao oeste com a avenida Dolor Barreira.

E desde então a população veio crescendo constantemente, como me explicaram Liduina e Assis, pois os lotes eram constantemente repartidos, às vezes pela própria “comissão” e outras vezes pelos moradores, para aumentar a capacidade de adensamento do terreno, o que era visto pela comissão como uma estratégia de confrontação com o governo, e uma estratégia de amparo de parentes ou de realização de algum *lucro* por parte dos moradores. Para se ter uma ideia da velocidade do adensamento: na “**Ata da Reunião da Comissão de Reassentamento do Farol Novo II – Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente; Secretaria Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos**”, realizada em 07/07/2001, com intuito de mediar negociações entre “comunidade” e governo, vemos uma assistente social da Seinfra dar a seguinte informação sobre o cadastro:

Nós cadastramos **quinhentas e noventa e três** famílias, aplicamos os critérios básicos, os critérios seletivos e de pontuação (...). Se tivéssemos o terreno totalmente disponível para essas famílias que atendem os critérios básicos, nós atenderíamos **trezentos e noventa e três** famílias, como não temos lotes suficiente para atender essas famílias aplicamos o critério seletivo. (...) e **ficamos com duzentas famílias aptas**. (...) Nós não podemos estar dentro da área dentro da área dentro da área cadastrando cada família que entra, porque nós não podemos fazer isso, nós estamos legitimando e aplaudindo cada pessoa que chega ou porque precisa ou porque vai se aproveitar da situação. (Mires Marinho, assistente social Seinfra)

Já em outra reunião da mesma “**Comissão de Reassentamento do Farol Novo II**” realizada em 08/08/2001, apenas um mês depois da última reunião, vemos a mesma Mires Marinho alertar: “Dr. Mota, eu queria somente acrescentar que os dados que o senhor está expondo é em cima das famílias cadastradas e que hoje além dessa situação temos no local

⁵⁴ Nessa época o Estado negociava com as representantes do Morro a possibilidade de um projeto de mutirão que removeria parte da comunidade para a Cidade 2000, mas que acabou não vingando.

muitas famílias que não foram cadastradas, são **em torno de mil famílias**”. E um dos representantes da comunidade confirma:

Fico preocupado quando vejo os números porque têm quinhentas e cinquenta e três pessoas cadastradas na área, depois houve uma redução para duzentas e depois como o Dr. Mota Cambraia explicou, teve uma abertura e esse número aumentou para trezentas e noventa e três famílias. O que me preocupa é que por trás daquilo que discutimos democraticamente vem se estendendo um problema gravíssimo, enquanto estávamos nessa discussão mais famílias estavam chegando, se antes tínhamos **quinhentas e noventa e seis** famílias é bem provável que tenha **mil quinhentas e noventa e seis**, ou seja, mil a mais. (Eliseu, “comissão” Morro da Vitória)

É importante observar, e isto constitui um interesse desta pesquisa, que essa *última grande* produção espacial na região deu-se pela ação direta dos moradores, escapando ao controle estatal, após forte confronto do qual saíram vitoriosos. Como disse a Graça: “porque essas quadras era pra ser, já tava tudo planeada pra ser conjunto, aí o governo claro não ia deixar [*a ocupação*], deixou porque o povo foi mais forte, mas eles não queira aceitar por isso vieram derrubar.”

O conflito do Morro da Vitória abriu um flanco na fachada de “todo poderoso” do governo Tasso e foi um ponto de convergência de opositores ao “Cambeba”, além de catarse popular contra o governo, difundindo rejeição na região e na cidade, onde tal rejeição vinha em ascendência. E o governo estadual teve duplo papel na dinâmica espacial da região, seja pelas políticas de valorização imobiliária, seja pela condução da produção habitacional popular – porém neste quesito as ocupações já vinham ganhando espaço, chocando-se diretamente o primeiro. O problema da propriedade e distribuição dos bens fundiários é foco crescente de conflitos na região.

Espaços em disputa

Produção, distribuição e circulação não são processos independentes, onde cada um tem uma essência ou natureza própria, são, na verdade, partes ou momentos de um único processo (MARX, 2011). Logo, a propriedade privada não é a forma natural de distribuição, assim como a compra e venda não é a essência da circulação. Ambas estão ligadas organicamente ao processo de produção, que por sua vez é moldado, por exemplo, pelas leis ou mecanismos de distribuição e pelas tendências do consumo (circulação).

A transformação do bem fundiário de renda em mercadoria ou bem de consumo, com a circulação atrelada às leis de mercado vai impactar a sua distribuição e as possibilidades de

produção (habitacional, por exemplo). Ao mesmo tempo, o tipo de produção do espaço vai impactar o valor da terra numa região, bem como as leis e a aplicação destas relacionadas à distribuição. Assim, por exemplo, o *boom* imobiliário e turístico no grande Mucuripe a partir da avenida Beira-Mar vai impactar o valor da terra, vai definir padrões de construção. Daí a retirada dos pescadores e sua gente da praia do Mucuripe para o campo de dunas. Daí a verticalização luxuosa na face do “*Rostró Hermoso*” e a favelização⁵⁵ nas suas costas – nas franjas do morro e, depois, adentrando-o e nas praias inóspitas, espalhando-se.

Levar em conta essa “unidade processual” (MARX, 2011) entre produção, distribuição e circulação dos bens vai nos ajudar a entender as disputas sócio-espaciais na região aqui estudada, e porque tantas vezes é levada a extremos de confrontação, em lutas do tipo *tudo ou nada*, tensas e intensas, com quase nenhuma possibilidade de mediação econômica, o que faz de tais lutas arenas eminentemente políticas, jurídicas e morais.

Afinal, qual seria a possibilidade de mediação econômica entre ocupantes e proprietários de um terreno? Que os primeiros comprassem dos segundos? Ou que os segundos “indenizassem” os primeiros para que desocupassem? São arranjos possíveis e já vi ambos serem efetivados, mas as condições atuais (ligadas àquela unidade processual) de valorização e uso da terra na região, por um lado, e de alta demanda habitacional de “baixa renda”, praticamente os inviabiliza. O primeiro arranjo já observei em ocupações de áreas mais *periféricas* da cidade ou em casos de posse muito antiga – nesses casos um acordo pode sair mais lucrativo para o proprietário do que uma disputa judicial. Mas isso vai depender muito da capacidade de agência negociadora do proprietário bem como da capacidade ou interesse dos posseiros para efetivá-lo. Acontece, mas é raro. No caso do Mucuripe, tenho notícia de um caso bem peculiar em relação ao segundo tipo de arranjo, que foi a “desapropriação” feita pelo grupo Moinho Dias Branco, no Castelo Encantado, para construir ou ampliar uma fábrica de margarina (2001) – o caso é famoso entre a população da região, mas não é tratado pelas pessoas (principalmente as atingidas) como um acordo, mas como uma imposição. Não sei até que ponto o Estado foi usado politicamente para reforçar a intervenção territorial da empresa, mas o fato é que as pessoas se sentiram obrigadas a deixar suas casas pela “indenização” oferecida pelo M. Dias Branco sem poder contestar – uma das minhas interlocutoras do Morro da Vitória garante que sua irmã morreu de depressão após a remoção; é Fátima (da associação e do Mcp) quem me conta: “Ela dizia que só saía da sua

⁵⁵ Sobre a relação entre expansão do mercado imobiliário e turístico e favelização no Mucuripe ver Dantas (2009), Sá (2010) e Nogueira (2006), que dos pontos de vista geográfico, antropológico e histórico vão constatar e demonstrar tal relação.

casa para o caixão, e foi, quando derrubaram a casa dela poucos meses depois ela morreu, assim... de tristeza né, num tinha doença não, só tristeza grande, depressão né”.

Uma “liderança” do Morro do Teixeira, no Castelo Encantado, informa na ata de 08/08/2001 da “**Comissão de Reassentamento do Farol Novo II**”:

Atualmente, temos esse número reduzido, umas trinta famílias já saíram do local, algumas com o projeto de indenização do M. Dias Branco já saíram para outro terreno. (...) Algumas pessoas estão tendo seus barracos negociados, mas sabemos que esse dinheiro é insuficiente para comprar barraco em outro bairro e estão indo para área do mutirão [*a área da ocupação do Morro da Vitória onde seria feito o mutirão*]. (Isaiás Marques, “líder” do Morro do Teixeira)

Além desse caso, conheço casos de ocupações na região feitas majoritariamente por pessoas muito jovens, e que com poucos dias de ocupação aceitaram “desinvadir” em troca de algum dinheiro. Um caso desses, quem me conta é Lucirene:

...antes disso, com quinze anos nós fizemo uma ocupação, mas foi uma ocupaçãozinha sem..., entendeu? sem história, sem futuro, porque num compreendia (...) sabe aquela avenida [*Alberto Sá*] que fica o La Maison, tem um trianguluzim ali bem pertim de quem vai pra casa do Tasso Jereissati, subindo assim, pois foi ali, mas foi assim, foi apenas cinco dias (...) foi nós só jovem adolescente lá das Placa, com quinze anos nessa época, mas assim mermo ainda consegui fazer um barraco pra mim... mas foi só por folia né, num tinha nada interesse né; sei que a gente foi despejado – mas foi despejado da avenida, mas quem vem pela Dolor Barriera, não foi despejada aquele pessoal, entendeu?⁵⁶ (Entrevista Lucirene)

Outro caso parecido ao narrado por Lucirene, eu acompanhei no Caça e Pesca: após uma ocupação apoiada pelo Mcp, vários terrenos no Caça e Pesca foram ocupados, pelo menos quatro, além do primeiro. Um foi despejado pelos “seguranças” do Moinho Dias Branco (que é um dos maiores proprietários de terrenos vazios no litoral leste, não só de Fortaleza, mas da região metropolitana); o mesmo grupo tentou despejar a ocupação Beira Rio (como foi batizada a primeira), mas não conseguiu, pois as ocupantes resistiram e depois verificou-se que o Moinho não era proprietário daquele terreno, mas apenas “interessado”. Um segundo terreno foi despejado por policiais civis sem ordem judicial, outro pela guarda municipal também sem mandato (e ambos eram terrenos privados) e o último, uma ocupação só de jovens (assim com a narrada por Lucirene), aceitaram receber 100 reais cada para

⁵⁶ Lucirene participou antes de uma ocupação em Belém, que foi despejada: “Quando saímos do aluguel nós fomos pra uma ocupação, nós passamos uns vinte dias na ocupação, tijolo e tudo (...) aí derrubaram, prejuízo da porra! Aí voltamos pro aluguel. Pra quem tinha chegado há pouco tempo meu fô, sem dinheiro sem eira nem beira.” (Entrevista Lucirene).

desocupar. Apenas a ocupação Beira Rio se manteve, isso foi em meados de 2007 – atualmente, o proprietário (herdeiro de uma empresa de pesca falida) e as famílias ocupantes, estão numa negociação mediada por um político da região, tentam fazer um acordo para as quase 300 famílias que ocupam pagarem pelo terreno de duna há uns cem metros do rio Cocó. Mas o valor é muito alto, e as negociações emperraram após a derrota eleitoral do político este ano. Vale ressaltar que o proprietário tem a seu favor uma sentença judicial de reintegração de posse transitada em julgado.

Se essa negociação der certo será a primeira que eu tenho notícia na região, e ainda assim não é no Mucuripe, mas no Caça e Pesca numa área com restrições ambientais – duna, próximo ao rio e, agora, possivelmente na poligonal do Parque do Cocó. É possível que possa ter havido casos desses no Mucuripe ou na Praia do Futuro, mas antigamente (principalmente em relação ao primeiro). Hoje em dia o valor da terra e a dinâmica de produção do espaço (voltada para o turismo, lazer e moradia de alto padrão) inviabilizam na prática tal arranjo, pois moradores e proprietários apropriam-se e produzem o espaço seguindo lógicas, padrões e usos bem diversos, ou mesmo em oposição – daí a segregação sócio-espacial ser a regra nas relações entre *classes* na região. Daí as “remoções” constantes de aglomerados populacionais no Mucuripe nas últimas cinco décadas, até hoje. Daí as ocupações e despejos constantes no Vicente Pizón e na Praia do Futuro intensificados nas últimas duas décadas.

Nesse contexto conflituoso e de pouca possibilidade de mediação pelos canais econômicos, o Estado e a política em geral (parlamentares, movimentos etc) são atores chave. Por isso, começo a levantar desde já uma hipótese que pretendo aprofundar no capítulo seguinte, qual seja: **Nesse contexto, a luta pelo espaço e pela moradia é também uma luta ético-política pelo reconhecimento do direito de viver ali, ainda que em oposição às leis do mercado imobiliário e em contradição com a ambiguidade das leis e práticas do Estado.**

Os ocupantes ao lutar por um interesse, um pedaço de terra, precisam conquistar legitimidade política para tal interesse, este deve ser reconhecido como direito. A pressão política deve constranger o Estado a agir na garantia de tal direito – isto num cenário onde o Estado muitas vezes age de forma oposta, como nas “erradicações de favelas” ou “remoções”. “Pressão” que para padre Eduardo é uma das principais *funções* da ocupação, como ele diz: “...de certa forma é um instrumento de pressão, acho que as invasões se justificam mais nessa base de criar pressão para as autoridades tomarem alguma solução”.

Ou seja, ou o Estado deve se ver obrigado a intervir, por contingências sociais e políticas, para suprir a hipossuficiência econômica desta parte da população para adquirir terra

e produzir suas moradias na região, ou age como força repressivo-*planejadora* contra este grupo populacional. O Estado é *trazido* à questão pela pressão dos interessados, mas com soluções diferentes a depender de como *joga* com a constelação de interesses em jogo. Assim, ao longo de décadas, quando o Estado intervinha na produção sócio-espacial da região, mais especificamente em relação às comunidades remanescentes das “aldeias de pescadores” e as chamadas “favelas” impulsionadas por migrações, era com projetos de “erradicação de favelas”, como veremos adiante. Apenas com os avanços, que vimos anteriormente, do reconhecimento dos “favelados” como cidadãos relevantes, fruto de décadas de luta no nível local e nacional, o Estado interveio na produção de espaço e habitações, em áreas *não-urbanizadas* da região (como o campo de dunas) ou próximas a indústrias – dois fatores de desvalorização imobiliária.

O Morro da Vitória foi um momento de pico nesse processo de reconhecimento que passa pela capacidade de ecoar politicamente e angariar apoio político e estima social para fazer valer sua posição, ou seja, o *direito à moradia* naquele pedaço da cidade. Remeto aqui, para aprofundar este entendimento, a Axel Honneth num diálogo entre “luta por reconhecimento” e a “teoria sociológica” de Bourdieu no que tange às lutas simbólicas de status das classes ou grupos sociais, vinculando a prestígio e estima social à questão econômica⁵⁷.

Nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida. Contudo, o que decide o desfecho dessas lutas, estabilizado apenas temporariamente, não é apenas o poder de dispor dos meios da força simbólica, específico de determinados grupos, mas também o clima, dificilmente influenciável, das atenções públicas: quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros. Além disso, uma vez que as relações da estima social, como já havia visto Georg Simmel, estão acopladas de forma indireta com os padrões de distribuição de renda, os confrontos econômicos pertencem constitutivamente a essa forma de luta por reconhecimento. (HONNETH, 2009, p. 207-208)

Ocorre que quando o Estado intervém não o faz apenas no âmbito da distribuição: adquirindo terra em favor dos que não tem como fazê-lo, por exemplo. Aos agentes do

⁵⁷ Para Bourdieu (2013), as “operações de classificação” referem-se também a “posições nas distribuições”, o que faz com que a luta de classes em torno do problema da distribuição seja também uma “luta de classificação”, onde a estima social é um cerne da disputa (e a depreciação é uma arma), ao mesmo tempo em que a apropriação de parcelas da distribuição de riquezas.

governo interessa controlar todo o processo de distribuição, produção e circulação do espaço produzido em forma de unidades habitacionais. Assim ativam circuitos de capitalização política, ao tempo que favorecem o lucro de empresas da construção civil, o que ativa repasse de recursos para campanhas eleitorais (ou outras finalidades) num *ciclo vicioso* cada vez mais notório no país.

Logo, o impasse no caso do Morro da Vitória foi em relação à distribuição da terra, à produção habitacional e à circulação das unidades habitacionais. A ocupação subverteu tanto a lógica do mercado para a região (“requalificação urbana” de parte da Praia do Futuro, gerando valorização imobiliária, e remoção de favelados para cima do morro), quanto a lógica política de capitalização de clientela com potencial eleitoral, a partir da distribuição das unidades habitacionais que seriam construídas. Tal subversão provocou uma ferrenha luta, como veremos no capítulo seguinte, o que demonstra a existência de uma lógica governamental a orientar suas estratégias e práticas, e que na *luta de classes* (e de *classificações*) pelo espaço e a possibilidade de produzi-lo do Mucuripe, o Estado atua orientado pela lógica do capital – capital imobiliário/turístico e capital eleitoral (recursos e votos) – e dos moradores de renda alta e média que habitam na região e reclamam o “fim das favelas”, estigmatizando os moradores de comunidades e bairros populares da região. Assim, não fazia sentido um opção de produção habitacional que não passasse pela remoção de *favelados* de áreas nobres (ou em processo de enobrecimento) e sem o controle político da circulação das unidades habitacionais, ou seja, a tutela dos beneficiários a partir dos seu *esquemas* políticos.

Como representação: os homens de Estado têm uma concepção política ideologicamente justificada do espaço (ou uma ausência de concepção que deixa o campo livre aos que propõe suas imagens particulares do tempo e do espaço). Nesse nível entram em ação com estratégias, lógicas, das quais pode-se dizer, com algumas reservas, que são lógicas de classe, pois em geral consistem em uma estratégia levada às últimas consequências. (LEFEBVRE, 2004, p. 78)

Foi assim, por exemplo, com a construção do conjunto Santa Terezinha (final da década de 70, começo 80) ou do conjunto São Pedro (início a meados da década de 90), somado à *tolerância*, com pendor *clientelista*, à “invasão” de áreas ambientais ou institucionais nas vizinhanças desses conjuntos, além de outros mutirões e “urbanizações” (e *remoções*) de “favelas” no entorno do Morro.

Contudo nas duas últimas décadas, o Estado perdeu a *hegemonia* nesse processo de produção habitacional, que vem sendo levado a cabo pelas *ocupações*, aumentando cada vez

mais os conflitos com proprietários e com o próprio Estado (governo e prefeitura). Posso citar as seguintes *ocupações* ocorridas na região do litoral leste de Fortaleza, na primeira década do século XXI (falo apenas das que me chegaram ao conhecimento, tendo toda a certeza que outras aconteceram, porém prefiro limitar assim, pois envolveram de alguma forma pessoas ligadas às redes nas quais se relacionam agentes do Morro da Vitória e dos coletivos que participamos juntos):

- Ocupação do *Morro do Caic* em 2005 (despejada com ordem judicial, após tentativa de despejo sem ordem judicial) – ocupação *Beira-Rio* no Caça e Pesca em 2007 (mantém-se, mas há uma ação de reintegração de posse já julgada em favor do proprietário), que desencadeou no mesmo período várias ocupações simultâneas de terrenos no Caça e Pesca, pelo menos mais cinco, todas despejadas sem ordem judicial – ocupação *Raízes da Praia*, na Praia do Futuro, em 2009 (mantém-se, apesar de tentativa de despejo sem ordem judicial e de uma liminar de reintegração de posse concedida e executada) – ocupação próxima à “favela do Luxou” em 2011, que ao contrário desta não conseguiu se manter e foi despejada com ordem judicial – ocupação da Amazônica em 2011 (mantém-se até hoje) – ocupação *Nova Estiva* no Serviluz, final de 2012 (despejada com ordem judicial, após tentativa de despejo sem ordem judicial) – ocupação *Alto da Paz* em meados de 2012 e seu respectivo despejo no início de 2014 – ocupação de terreno na avenida Alberto Sá em 2016 (despejada).

Trago aqui apenas uma pequena amostragem, poderia acrescentar sucessivas ocupações no entorno da “favela do Paufininho” próxima à lagoa do Papicu, bem como a ocupação do conjunto habitacional construído nesta área para reassentar famílias que moram no entorno da lagoa; ou ainda várias ocupações em “áreas institucionais ou verdes” e vias públicas em toda região; além de ocupações na faixa de praia na área *abandonada* (comercialmente falando) da Praia do Futuro, um processo recente que vem se intensificando. Mas me falta um levantamento mais acurado de informações sobre esses processos – ficando isto como tarefa futura de pesquisa.

CAPÍTULO III - MORRO DA VITÓRIA

O Acontecimento

“O que é que está acontecendo aqui?” Erving Goffman pressupõe que os indivíduos se fazem esta pergunta sempre que “se interessam por qualquer situação usual” (GOFFMAN, 2012, p. 30): “Quer formulada explicitamente, como em momentos de confusão ou dúvida, ou tacitamente, em ocasiões de certeza habitual, a pergunta é feita e a resposta a ela é presumida na maneira como os indivíduos passam então a tocar os assuntos que têm diante de si.” Isto porque o que acontece não é previsível antes de ocorrer, e é a partir do acontecimento, ou da “série de acontecimentos” que compõem a “faixa”, que o ator vai agir dentro do “quadro (*frame*) da interação”. Com Goffman, aprendemos a analisar os “acontecimentos”, as “faixas” e os “quadros” dentro de uma lógica situacional, relacionando o problema em “relação à perspectiva”. Considero isso importante uma vez que os diferentes agentes, inclusive o pesquisador, num quadro conflituoso como o desta pesquisa, vão analisar os acontecimentos e seus desdobramentos com “relevâncias motivacionais diferentes” (2012, p. 31), influenciando suas opções de escala e perspectivas de análise dos acontecimentos. Quais valem à pena ser narrados? Quais valem o esforço reflexivo da análise? Quais narrativas e análises (e de quem) serão registradas na escrita? Afinal, como ensina Foucault, um enunciado, por mais banal que seja, é sempre um acontecimento⁵⁸. E há ainda os acontecimentos gerados por práticas não-discursivas, como veremos nas narrativas do tópico “A luta”.

Provavelmente, Liduina e Lucirene se fizeram aquela pergunta da abertura quando chegaram ao terreno e se depararam com o forte policiamento e a “derrubada”, pois ambas chegaram à ocupação no mesmo dia em que o Estado chegou para derrubar – Liduina estava atrás de pegar um “canto” pra ela, Lucirene queria entrar com suas coisas e seu bebê no barraco onde estavam seus pais e sua filha. Certamente Graça, que já morava lá há mais de seis meses, e seus vizinhos fizeram pergunta semelhante quando viram os tratores e policiais chegarem próximo às suas casas. Mas antes delas, perguntaram provavelmente raivosos os

⁵⁸ “Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. (FOUCAULT, 2008c, p. 31). Aqui Foucault, na sua “arqueologia do saber”, parece relacionar, em diálogo com a filosofia estoica, o “enunciado” aos “expressíveis”, “incorpóreos”, logo inalcançáveis, inteiramente, em sua dispersão pela “língua” e “sentido”, pois estes são “corpos” (BRÉHIER, 2012). Veremos mais dessa relação com o pensamento estoico na noção de acontecimento mais adiante.

responsáveis governamentais pelo *projeto* quando souberam que as quadras destinadas ao conjunto habitacional “Farol Novo” haviam sido *invadidas* por pessoas da região.

E a partir dos acontecimentos produzidos pelos parceiros de interação, os atores decidem como agir. Veremos a reação do sobrinho de Graça diante da “derrubada”, veremos como ela sentiu e reagiu diante da ação dos homens do estado a derrubar as casas, bem como as demais interlocutoras. Como reagir ao se deparar com um “cordão” de policiais? Como agir diante de um trator a derrubar casas vizinhas e se aproximar da sua? Simplesmente não sair, não tirar nada e ficar até a última hora dentro, como tantos fizeram, aumentando dramaticidade da cena e a violência da interação? Fazer um “cordão humano” diante dos tratores defendendo as casas? Amarrar-se a um botijão de gás e ameaçar explodir se chegarem perto do seu “barraco”?

Acontece que, como demonstra Giddens (2013), é sempre difícil responder àquela pergunta, ao mesmo tempo em que as pessoas sempre respondem e se desembaraçam como podem da questão.

É improvável que essa pergunta admita uma resposta simples, visto que em todas as situações sociais pode haver muitas coisas ‘acontecendo’ simultaneamente. Mas os participantes da interação a formulam caracteristicamente no nível da prática, orientando sua conduta para a dos outros. (GIDDENS, 2013, p. 102).

Porém, no caso do Morro da Vitória, principalmente na situação da “derrubada”, tal pergunta torna-se mais complicada, por ser uma “situação crítica”, que foge à “rotina” e desafia a “segurança cognitiva” das pessoas (GIDDENS, 2013), como veremos mais à frente. Numa situação dessa ganha mais importância ainda o atributo de imprevisibilidade do “acontecimento”, pois as pessoas têm de agir, em alguns momentos, numa situação de gravidade limite, e o fazem sem poder *prever* ação do outro, que por sua vez não pode *prever* a sua reação. Numa situação de rotina, a imprevisibilidade inerente ao “acontecimento” é remediada pela reprodução social de práticas convencionais, onde as pessoas podem monitorar reflexivamente a si e aos outros com base num estoque cognitivo pessoal e compartilhado (GIDDENS, 2012). Na situação de conflito, as pessoas também recorrem ao seu estoque de práticas e conhecimentos, mas é mais difícil monitorar a si e aos outros, na medida em que é mais difícil *prever* o comportamento alheio e até mesmo o seu, como veremos nas narrativas do conflito do Morro da Vitória.

Segundo Goffman, qualquer acontecimento pode ser descrito num espectro amplo ou estreito, com o enfoque em primeiro plano ou distante. Em todo caso, a imprevisibilidade o caracteriza, e só a fraude dos “vigaristas” ou as “maquinações” dos “maquinadores” podem

antecipar o resultado do que vai acontecer, ou os ficcionistas e atores no “quadro teatral” (GOFFMAN, 2012, pp. 165-170). “No mundo da atividade real, cotidiana” (GOFFMAN, 2012, p. 176), o indivíduo deve “aguardar algo que irá acontecer, mas ainda não aconteceu”, acontecimentos que não são roteirizados como no “faz-de-conta”. Só “os maquinadores tem a oportunidade de ‘passar o mundo de trás pra frente’, ou seja, providenciar agora para que mais tarde aconteçam certas coisas que normalmente estariam fora do controle de qualquer um e seriam questão de destino ou acaso” (GOFFMAN, 2012, p. 176). Em outro “quadro” de interação, o do jogo de cartas: “os materiais não são imitações da vida real, mas **acontecimentos por direito próprio**, ainda que, em certos aspectos, triviais”. Isto porque, “a não ser que haja trapaceas, cada jogador não apenas pode, mas deve ignorar as cartas do oponente e o resultado final da partida” (GOFFMAN, 2012, p. 179).

O ato de ocupar terra é uma *aposta* cuja sorte dependerá, em cada situação, das reações dos diversos atores e as relações entre eles. Em jogo, muita coisa: haverá reação violenta? Se sim, virá do Estado ou de privados? Das relações entre os ocupantes advirá a possibilidade de formar uma comunidade mais ou menos *harmônica*, de constituir-se como coletivo capaz de enfrentar o conflito, contrapor-se às “maquinações” dos que querem controlar, exercer algum poder sobre os desdobramentos e resultados da luta desencadeada pelo *ocupar*. Aposta na qual o preço pode ser pago no próprio corpo e nos corpos dos seus entes queridos. Lucirene foi para a ocupação com um filho de colo, menos de um mês de resguardo – estava separada do marido e morando na casa dos pais no interior, quando o irmão a chamou para a “ocupação do morro” que ele tinha “pegado um terreno pra ela” – os pais foram antes para ir “segurando um terreno”, ela botou tudo que tinha em cima de um carro que conseguira com um político local e quando ia saindo, recebeu o aviso de um vizinho:

Lucirene tire essas coisa de cima do carro e vá se aquetar fique na casa de sua mãe que tão derrubando tudo, tá um fogaral mais medonho do mundo! Aí me chamou lá pra eu ir olhar na televisão né. Aí eu fui e realmente tavam derrubando. Aí eu disse não, já tá em cima do carro e eu vou embora! ‘num faz isso não!’ E eu digo: eu vou! (Entrevista Lucirene)

Ela apostou tudo (a própria Lucirene falará em aposta ao narrar suas ações (como veremos no seção 3.2 “A luta”): suas coisas, a integridade física sua, dos seus pais e do seu bebê. Tinha trinta e dois anos e decidiu arriscar para conquistar uma “casa própria” com a qual nem sonhava conseguir. Agarrou-se na oportunidade, depois de hesitar, como me contou – hesitou muito e foi convencida pelo irmão:

aí ele perguntou se eu queria um... se eu queria ocupar né, o Morro da Vitória, aí eu disse que não, aí ele disse, ‘é... porque tu num tem nada nada na tua vida, tu mora só diretamente com a mamãe, e tu num luta por nada né’, isso foi... pra mim foi tipo um ensino (...) foi o Cláudio, ele disse ‘olha nêga, tu toma jeito na tua vida tu só fica dependendo do meus pais.

Aquilo lhe calou fundo, ela decidiu ir e não desistiu diante de nada. Arriscou e ganhou. Os tratores e os policiais não chegaram à quadra onde seu barraco estava erguido com seus pais e filhos dentro. Deu sorte, como me disse. O avanço do despejo foi *empatado* e a casa dela nunca foi derrubada.

Com Goffman (2012), podemos relacionar o problema desta pesquisa à *metáfora social* do jogo⁵⁹, da aposta, dos movimentos concertados, relacionados, imprevisíveis, tabuleiros, cartas, regras, onde atores interdependentes se opõem ou colaboram, dependem mutuamente dos movimentos que cada um faz baseado em suas estratégias de jogo e, em grande parte, imprevisíveis, tendo os jogadores que ajustar estratégias e ações de acordo com tais contingências; ou ainda com a metáfora do teatro, do palco, com acontecimentos roteirizados e rituais, interação mais controlada.

Mas se o acaso do “acontecimento” resultar num cenário de conflito, como no caso do Morro da Vitória, aí a *metáfora social* que irrompe é a metáfora da guerra, tomadas de posições, metáfora das estratégias e táticas, das armas à disposição ou da disposição das armas, das decisões, dos avanços e recuos, dos códigos, mensagens, protocolos, convenções, ameaças, alianças, negociações, pactos, tratados... do imprevisível e aleatório, também das tréguas, das mediações, da administração do cotidiano, das contingências influenciando cenários, das ações e reações, da coragem, da emoção coletiva, da miséria à grandeza, das motivações pragmáticas transformadas em representação de ideais... metáfora das vitórias e das derrotas. Inspiro-me aqui na noção de “acontecimento” em Foucault, que aparece várias vezes em diferentes textos do autor francês.

Foucault pensa que para compreender um problema é necessário “ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros”, numa trama, não de “estruturas significantes” ou de “campos simbólicos”, mas de “relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas” (FOUCAULT, 2010, p. 5). Numa perspectiva genealógica da história, dialogando com Nietzsche, “É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, uma batalha, mas uma relação de forças que se

⁵⁹ Ver também Elias (2008) em sua “Introdução à Sociologia”, capítulo 3 “Modelos de Jogo” (ELIAS, 2008, p. 77 e ss.).

inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada mascarada. As forças que se encontram no jogo da história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (FOUCAULT, 2010, p. 28). Trata-se de uma “emergência” que se produz nas relações⁶⁰ (mistura de corpos). O acontecimento, dirá no mesmo texto, é “singular”.

O “acontecimento”, como vimos, é marcado pela imprevisibilidade. Sendo incorpóreo, o acontecimento não se enquadra em cadeias dedutivas. Apenas um corpo pode afetar outro corpo, ou seja, só um corpo pode ser causa para outro corpo (conceitos, sons e cheiros, p. ex., também são corpos que afetam e são afetados por outros corpos). “O incorpóreo não pode afetar ou ser afetado.” (BRÉHIER, 2012, p. 9). O incorpóreo não pode agir sobre o corpo nem ser agido por ele. Por outro lado, um corpo ao afetar outro não gera uma substância ou uma propriedade nova: “um corpo não pode dar a outro uma substância nova (...). Quando o fogo esquenta e o ferro avermelha, por exemplo, não podemos dizer que o fogo deu ao ferro uma nova qualidade, mas que o fogo penetrou no ferro para coexistir com ele em todas suas partes.” (BRÉHIER, 2012, p. 12). Logo, da mistura dos corpos, não surge uma nova realidade substancial, mas “atributos”. Sempre exprimido por um verbo, um atributo não é uma qualidade do ser, mas uma maneira de ser. Assim, corpos agindo sobre outros corpos geram efeitos incorpóreos. Por isso, o *acontecimento*, efeito da mistura de corpos a se afetar, tem duas características fundamentais: aleatoriedade e singularidade. Pois os efeitos que as misturas provocarão não podem ser antecipados, dependerão das propriedades e forças corporais envolvidas nas relações e das “tensões” que elas geram, e o efeito será singular a cada arranjo.

Tais características do acontecimento – imprevisibilidade, aleatoriedade, irrupção, singularidade etc. – transformam-no um problema a ser controlado numa sociedade ordenadora, classificadora, planejadora, amante da previsibilidade e da estabilidade como *essenciais*.

Essa questão do controle do “acontecimento”, ou das “séries de acontecimentos” - e esta é outra característica dos acontecimentos, estão sempre ligados a outros, não são isolados, daí serem simultaneamente instantâneos e se prolongarem no tempo⁶¹ - será central nos estudos *foucaultianos*. Mecanismos, dispositivos, táticas, estratégias, técnicas e tecnologias

⁶⁰ “Ninguém é portanto responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício” (FOUCAULT, 2010, p. 24).

⁶¹ Lembremos que também Goffman (2012) trabalha com a noção de “série de acontecimentos” que compõe as “faixas” dentro do “quadro” de interação.

são mobilizadas pelos que exercem poder para controlar os *acontecimentos*. Assim se dar, por exemplo, com o “planejamento urbano” e o controle das populações das cidades (FOUCAULT, 2008b), também com o discurso⁶², para citar duas abordagens com as quais dialogaremos neste trabalho. Trata-se de evitar acontecimentos – a fome, a epidemia, o roubo, a revolta popular, o discurso perigoso... Anular, controlar, pelo menos limitar a aleatoriedade. Controlar os corpos que misturados geram na superfície a tensão produtora do acontecimento, incapturável quando irrompe. É necessário antecipar-se ao acontecimento⁶³, o que só se realiza pelo maior controle possível dos corpos e das relações, e pela rarefação posterior dos acontecimentos como veremos em relação ao discurso. Mas para atingir o programado é necessário que as pessoas ajam de forma adequada, tanto no nível individual como no nível de povo e população, as pessoas passam então a ser “sujeito-objeto” da gestão (FOUCAULT, 2008b) – para isso lança-se mão do poder disciplinar, dos mecanismos de segurança e controle, reunidos depois a mecanismos de produção e gestão da própria vida agenciados como tecnologia de poder, o “biopoder”.

Na presente pesquisa, o que observamos é a *inadequação* de comportamento dos *ocupantes* em relação aos planos do governo do Estado do Ceará. Uma série de ações e práticas postas em movimento, e relações que foram se estabelecendo, criaram acontecimentos imprevisíveis (e indesejados), que desajustaram o curso programado de gestão sócio-espacial daquela região da cidade. Num contexto de fortes interesses econômicos e de crescente escassez de espaço para produção de moradias e outros fins, na mesma proporção em que o valor da terra cresce mais e mais.

Interessa, então, jogar o olhar sobre os *corpos* que se misturaram para produzir a miríade de acontecimentos, em meio às relações no *terreno*, ou seja, as relações entre pessoas e coletivos, onde se deu a mistura de práticas, estratégias e noções, criando ou reativando discursos e formas de organização e representação, transformando o meio, produzindo espaços. Produzindo a *ocupação* como acontecimento.

As relações são o próprio *terreno* da “mistura de corpos” que se afetam – adubada por emoções e estados de espírito – onde se fortalecem mutuamente os envolvidos que se ligam e repelem no *campo de batalha*, com seus conflitos, violências e mediações. Relação entre

⁶² “Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 2014, p. 9-10)

⁶³ “Essa concepção dos mecanismos de mercado não é simplesmente a análise do que acontece. É ao mesmo tempo uma análise do que acontece e uma programação do que deve acontecer” (FOUCAULT, 2008b, p. 53).

peças, relação entre pessoas e ideias, relação entre pessoas e terra, relação entre ideias e terra, relação entre tábuas e terra, relação entre pessoas e tábuas, relação entre trator e tábuas, relação entre pessoas e trator. Relação entre planos, projetos, perspectivas, às vezes convergentes, às vezes conflitantes. O próprio conflito como relação, *socialidade*, a superfície em tensão da mistura. A luta como *terreno agonístico* onde se produzem territórios, discursos, legitimidades, vida.

Assim, a prática discursiva consiste em agenciar o “expressível”⁶⁴, o discurso como acontecimento. E é justamente essa proximidade entre prática e acontecimento, a ensejar uma zona confusa, o quê permite que as práticas discursivas institucionalizadas capturem o acontecimento discursivo, contendo sua aleatoriedade (FOUCAULT, 2014). Mas, por outro lado, tal *proximidade* permiti-nos observar as práticas de resistência acionadas no calor da luta, na tensão do acontecimento, de maneira a melhor compreendê-lo e aos agentes nele envolvidos. Práticas discursivas, ao invés de controlar, limitar ou anular, podem ter o efeito contrário de desencadear acontecimentos. Foi assim, por exemplo, que surgiu a nomeação Morro da Vitória.

A nomeação do Morro da Vitória x Farol Novo – dois *projetos* em disputa

Conferindo à linguagem e, de modo mais geral, às representações, uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade, a teoria neokantiana é perfeitamente procedente quando se aplica ao mundo social: ao estruturar a percepção que os sociais têm do mundo social, a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida (isto é, autorizada). (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Fazia mais de seis meses que a *luta* decorria, se contada desde a chegada dos primeiros ocupantes, quando o pessoal da “comissão” resolveu que tinha que criar um nome para a comunidade – como fosse necessário um enunciado que corporificasse aquele território ocupado por eles. Até então era só o “morro” ou então “Farol Novo”, nome do conjunto que seria ali construído caso não tivessem ocupado. Em jogo, o poder de “fazer acontecer o que se enuncia”⁶⁵.

⁶⁴ Corresponde ao Enunciado: “restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento” – “emergência” (FOUCAULT, 2008b:31)

⁶⁵ Bourdieu (1996: 111): “O ato de magia social de tentar dar existência à coisa nomeada será bem sucedido quando aquele que o efetua for capaz de fazer reconhecer por sua palavra o poder que tal palavra garante por uma usurpação provisória ou definitiva, qual seja o poder de impor uma nova visão e uma nova divisão do mundo social”.

O nome “Morro da Vitória” como uma realidade discursiva corporificada num *território coextensivo*, e isto num cenário de justaposições de nomeações com vários polos enunciadore, como empresas, Estado, outras *comunidades*. Campo de batalha nomeador. Os processos de criação linguística vão além das nomeações de territórios, no caso do Morro da Vitória uma nomeação legitimadora, estratégia discursiva deliberada – foi *batizada* assim em 2001, mais de um ano de conflito já se desenrolava, quando foi realizada uma assembleia e o tema era a escolha do nome da comunidade. É Lucirene quem nos conta:

só falava *morro*, não tinha outro nome né. Aí eu sei que quando foi um certo dia, o Eliseu falou pra gente, vamo fazer uma reunião uma **assembleia geral**, tudinho, um dos dois, ou foi a Cundô ou foi a Liduina ou foi o Eliseu que disse, vamo atrás de que o pessoal decida como vai ser o nome do... do morro, do morro né, daqui do conjunto, que ia ser conjunto né, ia ser conjunto... eu sei que teve essa assembleia muito grande, tava em peso o povo tanto lá debaixo como de cima né, de perto do Mirante, tinha muita gente muita gente mesmo, de duas mil a três mil pessoas, as que tava fora os que tava já morando, tinha muita gente... e a gente botou os nome, eu não tô lembrada, tinha três nome pra ser colocado nessa **ocupação**, e foi batizado, como foi ideia de uma senhora que morava lá no conjunto e a filha dela morava lá [*na ocupação do morro*], que deu essa ideia pra **Comissão**, e foi dada a ideia de **Morro da Vitória**, porque tinha sido vitorioso né, porque tinha derrubado a liminar, e que ninguém tinha direito de fazer de tijolo mas ninguém tinha direito de sair, e isso foi uma vitória muito grande, então as pessoas acharam melhor batizar como Morro da Vitória. (*Entrevista de Lucirene concedida em 04/01/2015*).

Há também enunciações ligadas ao processo de constituição política do coletivo ocupante: o “Barracão”, espaço comum de abrigo, de comensalidade (o barracão foi erguido numa madrugada, pela manhã já estava servindo comida doada e cozinhada ali, me contou a Lucirene, e anos depois pude assistir na Raízes da Praia, fogo aceso o dia todo, cozinha comunitária, filas pro almoço, janta, café), símbolo da resistência, elo do comum, sede da comunidade, sede da futura Associação do Morro da Vitória, *arena pública*, local das reuniões, missas, entrevistas; a “Comissão”, representação política, núcleo mediador e sintetizador das estratégias e animador das ações; a própria assembleia como prática política onde outras se engendravam, como nos conta Liduina:

Chamava pra **Assembleia** e dizia: olha hoje é... no **Barracão**, ou até campal mermo: hoje nós vamo pro Cambeba, vamo organizar quantas pessoas vai; hoje nós vamo pro ministério público, quantas pessoas vai; hoje quem vai cozinhar hoje; hoje vem uma comida da diocese, quem vai receber; hoje vem uma doação de qualquer outro lugar; hoje vem um pessoal de outros países visitar nossa **comunidade** que é pra poder ver nosso trabalho e pra ver se ajuda, aí tinha uma **comissão**. Tudo tinha comissão, a comunidade toda se organizava e tinha aquelas comissões, porque cada comissão tinha o seu trabalho, e até hoje a gente tem na associação, cada um de nós temo o nossos deveres, entendeu.” (*Entrevista de Liduina*).

Mas a nomeação Morro da Vitória teve de disputar com outras nomeações. Como a Lucirene disse, antes era só “morro”⁶⁶, as “quadras” onde se construiria o conjunto “Farol Novo” – este era o devir planejado pelo Estado para aquele espaço, e este era o nome criado para o futuro espaço a ser criado. O conjunto nunca foi construído, mas o nome “Farol Novo” nunca deixou de rodear o “Morro da Vitória”, mormente nos primeiros anos, mas ainda hoje já que a rua principal, que passa em frente ao Barracão e ao farol, chama-se rua do Farol Novo.

Em um documento do *Estado do Ceará – Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente – Secretaria Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos*, encontramos o seguinte título: “*Ata da Reunião da Comissão de Reassentamento do Farol Novo II*”, que diz respeito a uma reunião ocorrida em 07 de junho de 2001. Nessa ata, vemos a Secretária Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, Ana Lúcia Montenegro de Andrade, abrir os trabalhos e passar a palavra ao deputado João Alfredo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que na reunião se coloca como mediador e é considerado por todas as interlocutoras desta pesquisa como um aliado da comunidade. O referido parlamentar diz “que foi formada uma comissão para acompanhar todo esse trabalho que se chamou ‘Morro da Vitória’, que era o Vicente Pizón, ali na área do Farol Novo, que acompanhamos”. Pela data da reunião percebemos que o nome “Morro da Vitória” havia sido criado há pouco tempo e que o deputado, aliado da comunidade, introduzia tal enunciado nomeador naquele espaço, acotovelando-o com outros, Vicente Pizón e Farol Novo, para melhor situar. Já o representante da Secretaria de Infraestrutura do Estado reafirma a antiga nomeação: “...nós sabemos que o projeto daquela área do Farol Novo II já existe, aprovado pela Prefeitura, aprovado pela Caixa Econômica para efeito de financiamento”. Uma liderança⁶⁷ da área pega a palavra e se apresenta como Ieda Ferreira da Silva, “sou representante da Praia do Futuro – Aristides Barcelos, já construí cento e vinte casas ali no Conjunto São Pedro”, e se queixa por ser representante de antigos cadastrados antes da “invasão” que ficaram de fora, e fala em “Lagoa do Coração, Castelo Encantado, Assentamento da Petrobrás e a Estiva”, certamente não reconhece o nome Morro da Vitória e nem se conforma com a existência da respectiva comunidade “invasora”; na mesma linha fala seu Isaías, “líder” no Morro do Teixeira. Falam outras autoridades. Chega a vez de Maria do Socorro: “Sou da Comissão do Morro da

⁶⁶ Também Graça e Liduina afirmam que antes de criarem o nome Morro da Vitória, referiam-se ao lugar onde moravam apenas como “morro”.

⁶⁷ Discutiremos essa categoria em outro tópico.

Vitória”. Vemos que ela não se apresenta como líder, mas como membro da “Comissão” nem evoca nenhuma outro enunciado nomeador para o território em discussão que não seja “Morro da Vitória”. Por último, ilustrando a *gagueira* (DELEUZE; GUATARRI, 1995) típica do momento em que um novo enunciado faz sua entrada no campo discursivo, vemos como se refere a assistente social do Estado à área onde trabalha com um enunciado híbrido entre a nomeação do Estado e a da comunidade: “O problema do Morro do Farol Novo II não é problema de cadastramento”.

Para emplacar o nome Morro da Vitória, os seus agenciadores se deparam com uma questão central para análise do acontecimento narrativo em Foucault (2008c, p. 30): “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?”. Trata-se aqui de fazer uma arqueologia dos acontecimentos narrativos que irrompem e das dispersões dos discursos. Mas também da sua rarefação e do seu controle em jogos de poder. Para que o acontecimento narrativo que irrompe a nomear Morro da Vitória corporifique, não se disperse no instante da sua irrupção, terá de disputar com outras nomeações, ou melhor, seus agenciadores terão de enfrentar a batalha discursiva para firmar o Morro da Vitória como uma realidade irremovível do espaço físico e político que ocupa. Nessas e noutras disputas tiveram de enfrentar um pesado corpo de práticas de interdição, separação e rejeição discursivas, que são mecanismos de exclusão agenciados como estratégias dos que exercem poder⁶⁸; mecanismos de exclusão, práticas de interdição que buscam controlar o acontecimento, limitando ou anulando ao máximo a produção e circulação de discursos, tornando raros os discursos possíveis e os sujeitos que podem lançar mão do discurso⁶⁹.

Mas se conjuntos de práticas são postas em funcionamento como técnicas ou dispositivos ligadas às estratégias de poder, também são conjuntos de práticas mais ou menos coordenadas que são agenciadas e põem em marcha processos de resistência. **A nomeação Morro da Vitória é um exemplo de acontecimento discursivo criado no calor do debate**, na mistura de ideias e pulsões, no aleatório de uma **assembleia** (prática política acionada com um objetivo estratégico, “**tem que ter um nome**”), sugerido por uma mulher que morava numa comunidade vizinha, mas que era mãe de uma moradora da “ocupação do morro”, aprovado, afirmado e reafirmado⁷⁰ como prática discursiva transformadora da realidade sócio-

⁶⁸ “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.” (FOUCAULT, 2014, p. 9-10)

⁶⁹ “Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2014, p. 35)

⁷⁰ Repetição – Deleuze e Guatarri (1995)

espacial e política – a geração da “comunidade”, o surgimento da “Comissão”, a construção do “Barracão”, a criação da associação.

A Luta

Os sentidos da palavra “luta”

Sem dúvida são muitos os sentidos que a palavra luta pode significar para quem fala e para quem ouve em diferentes situações. No presente contexto não é diferente. Então, para situar-me, parto de uma noção geral de luta no sentido de conflito, que é antes de tudo, como aprendemos com Simmel (1986), relação social, com conteúdo constituinte de “sociação”, e não apenas dissipador de sociabilidades, ou “dissociador”. Para o pensador alemão, a “luta” é uma síntese de elementos, contraposição juntamente com composição contidas sob um conceito superior: ambas negam a “indiferença”. A “luta” pode ser, então, elemento positivo, com caráter unificador. A luta, ao mesmo tempo em que nega, constitui a unidade – a contradição e o conflito precedem a unidade, e continuam atuando no decorrer da vida do indivíduo e das unidades sociais: “... *no hay ninguna unidad social em que las direcciones convergentes de los elementos no estén inseparablemente mezcladas com otras divergentes.*” (SIMMEL, 1986, p. 266).

Também a antropóloga britânica Marilyn Strathern (1999, p. 169), ao discutir a noção de “socialidade”, demonstra que as relações sociais não são apenas de solidariedade e empatia (como o termo “sociabilidade” dá a entender, destacadamente na língua inglesa, segundo ela), pois os conflitos também possuem forte conteúdo “relacional”.

Comerford (1999) nas suas pesquisas sobre o movimento de trabalhadores rurais da *zona da mata* identifica pelo menos três sentidos atribuídos à palavra “luta” pelas pessoas no meio pesquisado. Primeiro, ele nota que: “O termo luta é amplamente usado pelos trabalhadores da região para caracterizar o cotidiano de trabalho dos *pobres*”. (COMERFORD, 1999, p. 19). Aqui, o trabalho é visto como “luta cotidiana”, responsabilidade de suprir a família enfrentando todo tipo de dificuldade. Neste caso, luta é associada à noção de sofrimento, e em oposição à preguiça.

O segundo significado do termo “luta” é associado aos conflitos que os camponeses enfrentam, num contexto de disputas com grandes proprietários de terras na região.

Luta é uma palavra central nas narrativas desses conflitos, e aponta para enfrentamentos concretos e prolongados, com múltiplos ‘episódios’, alguns

dos quais envolvendo violência física. Na região pesquisada, remete quase sempre a um contexto de mobilizações coletivas – e de construção de comunidades (e de suas lideranças) através dessas mobilizações. *Luta* adquire neste contexto um sentido ético e também ‘épico’, em narrativas nas quais pessoas (inclusive aquelas que fazem as narrativas) e *comunidades* mostram seu valor através da resistência para manter o seu espaço, geralmente diante de agentes considerados pelos camponeses como muito mais poderosos que eles. Essas narrativas são também uma denúncia de rupturas de códigos de convivência e do respeito a valores morais e a ‘direitos’ – concebidos em termos legais e também morais. São também uma reflexão sobre o sentido da *comunidade*, da *união* e, novamente, do *sofrimento* – que assume, nesse contexto, um caráter mais imediatamente coletivo, ainda que mais localizado (o sofrimento dos membros de uma determinada *comunidade*, ao invés de todos os *pobres*). (COMERFORD, 1999, pp. 19-20).

O terceiro sentido tem a ver com a rotina de trabalhos sindicais e de representação e mediação política e jurídica em defesa da categoria. Mas é do segundo sentido que mais me aproximo ao falar em “luta” no caso do Morro da Vitória. Trata-se do enfrentamento – numa região com décadas de conflitos sócio-espaciais – travado com os agentes do Estado e contra a “derrubada” promovida por este e que, por sua vez, deu ensejo à mobilização coletiva como forma de resistência. Articulação e mobilização que viriam dar origem às formas de organização e de representação da comunidade do Morro da Vitória. Nesse sentido de “luta” há também a dimensão do “sofrimento”, mas diferente da primeira noção apontada pelo autor, pois aqui não se trata do sofrer cotidiano da peleja pela sobrevivência, mas de uma situação crítica, marcada pela violência e ameaças de violências sofridas coletiva e pessoalmente.

Outra diferença fundamental é que o discurso da ‘luta pela terra’ enfatiza o caráter ‘comunitário’ do enfrentamento das dificuldades e a importância da *união*. (...) Nas narrativas sobre a luta pela terra nessa região, o esforço da *comunidade* e a *união* de seus membros aparecem como fatores que levaram à **vitória**, que foi a **permanência na terra**. (...) Nas narrativas da luta cotidiana, são enfatizadas as dificuldades desgastantes e monótonas do dia a dia, enquanto que as narrativas da luta pela terra são pontuadas de episódios localizados, intensos e dramáticos. (CROMEFORD, 1991, p. 32).

Salta aos olhos as semelhanças entre o sentido de “luta pela terra”, como percebido pelo pesquisador a partir das narrativas dos seus interlocutores e da sua convivência em *campo*, e o que se observa no caso do Morro da Vitória. Destaco a dimensão do *sofrimento* e do drama vivida pelos participantes, emprestando ao “episódio” o caráter de “situação crítica⁷¹” (GIDDENS, 2013), o que terá papel fundamental nas dinâmicas da mobilização e do

⁷¹ “Entendo por ‘situações críticas’ as circunstâncias de disjunção radical de tipo imprevisível, que afetam uma quantidade substancial de indivíduos, situações que ameaçam ou destroem as certezas de rotinas institucionalizadas.” (GIDDENS, 2013, pp. 70-71).

conflito, bem como no caráter de “luta por reconhecimento” (HONNETH, 2009) que a luta do Morro da Vitória assume, somando à necessidade material a questão moral. Depreende-se tal dimensão de vários discursos e narrativas dos participantes da luta do Morro, como veremos ao longo deste capítulo.

A “luta” refere-se, então, ao conflito instaurado pela reação do Estado à ocupação do terreno – a “derrubada” – e a reação dos ocupantes e seus aliados diante da violência da ação estatal, dando à luta, além do caráter de ação coletiva reivindicatória de um interesse/direito (moradia), a conotação de uma luta moral por reconhecimento.

O início da luta

“Determinou-a incidente desvalioso.”

Euclides da Cunha⁷² (1975, p. 175).

Ninguém sabe muito bem quem começou a ocupação ou quando. É como se apenas o que é programado fosse passível de ser precisamente datado. Como o início da repressão, o primeiro dia da “derrubada”, planejada pelo Estado: 31/01/2001. Ou, do lado dos ocupantes, o dia da fundação da Associação do Morro da Vitória: 19/07/2001. Mas a ocupação mesmo, o que se sabe de forma imprecisa, é que começou em meados de 2000 ou um pouco antes, quando as primeiras pessoas, vindas das comunidades do entorno, fizeram seus barracos nas beiradas de duas das oito quadras do terreno. Graça, entre minhas interlocutoras, foi a primeira a chegar, mais de seis meses antes da “derrubada”:

“Quando eu cheguei lá a quadra era praticamente vazia, tinha umas seis pessoas na quadra todinha, era umas seis pessoas (...) A minha casa ficava no meio assim da quadra, aí ficava a da Silvia assim uns 5 a 10 metros do meu, aí uns 5 a 10 metros o outro da esquina, aí lá na outra esquina outro (...) aí era assim sabe?, tinha uns espaço muito bom e o centro era todo livre, aí depois que foi chegando, foi chegando...”. (Entrevista Graça)

Mas se no começo as pessoas foram, por assim dizer, *comendo pelas beiradas*, aos poucos e *discretamente*, vieram momentos nos quais o pessoal “investiu” (palavra usada por

⁷² No início do da seção II do capítulo “A luta – preliminares”, do livro “Os sertões”. Ao buscar o fato que desencadeou “a luta”, Euclides julga-o “desvalioso”, adiante acrescenta: “Não se podem imaginar móveis mais insignificantes para sucessos tão graves” (p. 176). Mas podemos pensar, a partir da discussão sobre “acontecimento” (seção 2.1), que a questão não é a significância ou insignificância do fato que determinou a emergência da “luta”, pois o *fato* é que o início de tal emergência é indeterminável, assim como seu “autor”, a “determinação” desse início é imprecisa, como pude observar nesta pesquisa. A escolha de um “fato desencadeador” numa série de acontecimentos será sempre mais ou menos arbitrária, além disso, as motivações morais dos agentes precisam ser escrutadas na busca de compreender “as lutas”.

padre Eduardo) ostensivamente sobre as quadras, o que sobrara delas, cada um “pegando” e “marcando” seu “pedaço”, cobrindo o terreno com varas enfiadas e, amarrados a elas, cordões suspensos e esticados demarcando os lotes, depois eram erguidos barracos improvisados que dessem para “passar pra dentro”, produzidos com paus, tábuas, lonas, papelões, plásticos, latas o que conseguissem catar pelas ruas e matos da redondeza, logo chegam as primeiras telhas, compensados, caibros e ripas. E *de um dia pro o outro*, esse movimento se alastrou e cobriu todas as quadras. Foi quando a Liduina ficou sabendo pelo telefonema do Louro: “Liduina, tem uma ocupação lá no morro!”.

Ela saiu do trabalho às pressas – não era longe, trabalhava num restaurante/lanchonete próximo ao Hospital Geral de Fortaleza, no Papicu, quinze a vinte minutos de caminhada, mas chegou tarde, não achou nenhum pedaço pra “pegar”, encontrou muito foi polícia. Pois, como explica Liduina, antes a ocupação se limitava às quadras que margeavam o terreno de 82.351 metros quadrados. Foi quando houve a ocupação maciça das quadras centrais que o Estado reagiu, reação que Liduina atribui a esse avanço sobre tais quadras, mais especificamente a de frente para o Farol: “Quando ocuparam aqui foi que derrubaram nas Bulacha [*quadra onde Graça morava*]. Porque o ruge ruge de gente veio pra essas outras quadras no meio”. A “derrubada”, como veremos, começou pela quadra de frente do Farol e foi descendo até atingir a quadra que Graça morava, dois dias depois.

Mas a própria Liduina admite que já havia uma “ordem de despejo” para todas as quadras e que já havia ocorrido uma “derrubada” pequena numa parte que havia sido ocupada antes. Tanto ela como Graça admitem que o governo tinha interesse em fazer o conjunto habitacional e por isso não permitiria a ocupação, mas Liduina insiste que foi essa *leva* de gente que entrou por último, fazendo “aumentar” a ocupação, o que provocou a reação intensa do Estado. Esse pensamento dela não é isolado, pois tanto havia essa compreensão de risco entre os ocupantes que Graça aponta tal preocupação entre os pioneiros:

“Era uma faixa de dez pessoas na quadra. Porque lá eles fazia sabe como? Eles faziam assim, eles vigiavam, os homens dos barraco que a gente morava, eles vigiavam, aí à noite eles alternavam, uma noite três ou quatro ficava, aí na outra noite aqueles que não tinham ido ia, passava a noite todinha acordado rondando, pra exatamente não deixar fazer esse tumulto que fez”. (Graça, entrevista conjunta com Liduina)

Isso demonstra que a ausência de uma “liderança” ou de uma *organização institucional* prévia à ocupação, não autoriza concluirmos tratar-se de um “movimento espontâneo”. Há reflexividade coletiva desde o início do *movimento ocupante*. A divisão do terreno e a produção habitacional, se não obedeciam a comandos ou hierarquias organizativas,

seguiam “regras práticas” compartilhadas entre os ocupantes. E para além dessa “consciência prática” –“consiste no conhecimento das regras e táticas mediante as quais a vida social é constituída e reconstituída através do tempo e do espaço” (GIDDENS, 2013, p. 105) –, que faz com que os ocupantes saibam como agir⁷³ ao “marcar” seu lote e fazer um “barraco”, eles tiveram também, em diferentes momentos, que refletir e discutir suas ações, na perseguição do objetivo de ir passando o tempo na posse da terra até que tal posse se consolidasse.

A “derrubada”

Figura 3 - Despejo nas imediações do Morro da Vitória em 20/02/2014, ocupação Alto da Paz



Fonte: Foto do autor

A experiência do conflito da “derrubada”, ao mesmo tempo em que esta atinge a todos, não é homogênea, há pontos de vista diferenciados, assim como reações e valorações, memórias diferentes (ainda que compartilhadas) de uma experiência vivida de forma singular por cada um que estava lá. Há, por exemplo, a questão do tempo no qual a pessoa estava lá morando, ou do investimento de recursos e trabalho que dispendeu, da expectativa de *estabilidade* que o passar do tempo confere para quem está ocupando⁷⁴. Os mais antigos, estavam lá há mais de seis meses, talvez um ano como Liduina aponta. Os mais recentes chegaram no dia da confusão. O próprio tumulto da “derruba” (como alguns chamam) fez a ocupação ecoar e atraiu gente em busca de tentar algo em meio à confusão. Mas o fato é que,

⁷³ “Como prosseguir”, diria Giddens (1996; 2013) em referência a Wittgenstein.

⁷⁴ “...devido a sua total imanência à duração, a prática está ligada ao tempo, não somente porque se realiza no tempo, mas também porque ela joga estrategicamente com o tempo e particularmente com o andamento.” (BOURDIEU, 2011, p. 135). Veremos mais sobre essa relação entre a prática de ocupar e o decorrer do tempo como fator de consolidação da posse dos ocupantes, no tópico 2.2.5.

quando do famigerado dia, já havia 700 famílias segundo a imprensa (ver anexo O), 800 segundo o Assis.

Talvez a dimensão do sofrimento de Graça tenha sido, entre minhas interlocutoras, o mais doloroso, uma vez que teve sua casa derrubada, e de parentes também, tendo de enfrentar o trator contra si e os seus. Graça já morava no terreno há mais de seis meses. Ela foi para a ocupação em junho de 2000, assim se lembra, assim como lembra o quão vazio eram as quadras então:

Aí se juntou ele [*Cezinha, marido da Graça*], o Eliseu, o Júlio, meu ex-cunhado, e vieram, e lá eles pegaram os canto, que as quadra era livre, aí cada um pegou um canto, aí foi quando ele fez um barraco, de madeira, o Eliseu fez o dele noutra quadra, eu sei que ficou um pouco distante, a quadra era grande e tava com poucas pessoas... (Entrevista Graça).

Das oito quadras que compõem o terreno do Morro da Vitória, que estavam terraplanadas e preparadas para receber o conjunto “Farol Novo”, só duas estavam ocupadas quando Graça chegou em meados de 2000, e ainda assim com pouca densidade de moradores, como vimos. O “miolo” (como elas chamam as partes mais centrais das quadras, hoje apinhadas de casebres) estava livre. Tal fato reforça o caráter “silencioso” dessa prática de *ocupar*, não organizada como um *assalto* planejado, mas agenciada como um costume mais ou menos comum, que não alardeia, que não desafia explicitamente – ainda que traga o desafio à propriedade e ao Estado embutida em si.

Lucirene já tinha seu barraco levantado há alguns dias, ou semanas, pelo irmão que foi quem “pegou um canto” pra ela, pois ela estava no interior. Seus pais e a filha mais velha estavam morando no barraco antes dela vir, pois tinha acabado de parir, fez a mudança para o Morro com quinze a vinte dias de resguardo, nesse ínterim eles ficaram lá “guardando” o lugar pra ela. No dia em que fez a mudança deparou-se com a “derrubada” e o forte aparato policial.

Liduina foi uma das tais atraídas pelo “rebuliço”. A ação da derrubada fez repercutir a ocupação e quem não tinha pegado um pedaço por desinformação ou falta de convicção ou de iniciativa, foi tentar a sorte nessa última chance – se na confusão os ocupantes ganhassem, quem teve coragem de enfrentar a situação podia conseguir um pedaço. O confronto embaralhava as cartas e relançava a sorte, e gente pode sair e outros podem entrar como de fato aconteceu. O que não falta a Liduina é **coragem**, então decidiu tentar a sorte. Ela participou da luta sem ter nada no início, mas ao final conseguiu um canto bem de frente ao farol, onde muitas casas foram derrubadas e alguns dos antigos “donos” se dispersaram. Nesse pedaço de terreno foi erguido o “Barracão” e ainda sobrou espaço para Liduina, Graça (que

teve a casa derrubada numa quadra mais embaixo, foi pra casa da irmã no Mirante e depois voltou pro Morro nessa outra quadra) e mais duas famílias, todas em lotes muito pequenos, como explica Lucirene:

...foi uns terreninho de sobra porque elas num tinha né, que chegaram depois né, aí ficaram com aquelas pontas de terreno por causa do Barracão, entendeu? a Liduina não tinha um terreno digno porque ela chegou depois, então ali foi aproveitado do próprio Barracão: ela, Graça (...) a Graça tava na quadra de baixo, entendeu?, a Graça num foi prali não, a Graça tava lá embaixo, só que lá derrubaram tudo, aí ela veio pra cima, aí foi onde ela pegou só a rebarbazineira entendeu?

Já padre Eduardo, de tão impactado que ficou com a violência da “derrubada”, saiu da posição um tanto quanto indecisa em relação a apoiar ou não os ocupantes (lembrar que ele acompanhava famílias da Lagoa do Coração que seriam “beneficiadas” com o projeto “Farol Novo”):

Eu vou confessar que nessas invasões às vezes eu me acho do outro lado [riso] pelo seguinte: que muitos pobres das ruas ao redor tinham casa prometida, de repente invadem outra turma e as pessoas que estavam esperando sua casa... e no começo eu tava contra essa invasão por achar que era pobre roubando pobre. Então, ficamos ali e eu tava andando por lá e conhecendo algumas pessoas da invasão, mas não tava dando apoio assim, ao menos publicamente. Até que chegou o despejo – o dia do despejo pra mim é um dia na história, porque eu nunca vi um aparato tão grande de polícia e cães e cavalaria e tratores e investiram e começaram a derrubar as casas, e queimar o material, **não fizeram questão das pessoas levar suas coisas não, começaram a derrubar e queimar tudo, fumaça subindo...** (Entrevista padre Eduardo)

Vemos na fala de padre Eduardo, além da “situação crítica” provocada pelo despejo, o caráter de disputa pela distribuição dos benefícios da política pública habitacional. Essa questão será invocada permanentemente pelos agentes do Estado tanto nas falas para a imprensa (ver reportagens em anexo), como nas reuniões cujas atas pude ler. Ou seja, para os agentes estatais eles não estavam violando o direito à moradia dos ocupantes, mas defendendo o direito dos “beneficiários” do projeto do Estado. O fato de os ditos “beneficiários” já terem suas casas que seriam removidas no bojo de um projeto urbanístico fragilizava o argumento governamental, ainda que tentassem encobri-lo sob a névoa discursiva da “área de risco”. Trata-se, nesse sentido, de uma luta em torno da “gestão da escassez” que marca as disputas em torno das políticas sociais do Estado, disputas estas que ajudam a moldar os movimentos sociais urbanos em Fortaleza (BRAGA e BARREIRA, 1991) e em outras grandes cidades brasileiras (CARDOSO, 2011). Porém, ter transpassado os limites de uma luta reivindicativa em torno da disputa pela distribuição dos benefícios de uma política social, ganhando uma

dimensão moral, de respeito e humanidade no trato com as pessoas, e de reconhecimento da condição de “sujeitos morais” e possuidores de direitos daqueles que apareceram no episódio como ofendidos, foi decisivo para moldar as dinâmicas da luta do Morro e a consequente vitória dos ocupantes.

“Eles não respeitaram ninguém” – a dimensão moral da luta

Mas vemos também na fala de padre Eduardo (além da questão distributiva), como ele atribui à ação da polícia e capatazes do Estado um caráter de violação moral tão significativo que o fez mudar sua posição política em relação aos ocupantes – os agentes do Estado excederam os parâmetros da ação razoável e violaram direitos (“não fizeram questão”), como ele deixa claro na sua fala. Veremos adiante que esta é uma tônica na fala de todos os interlocutores.

Independente da intensidade do impacto em cada um, o que de qualquer forma é impossível mensurar, é certo que experiências de sofrimento e revolta provocadas pela “derrubada” e seus episódios de violência e injustiça (assim percebida não só pelos ocupantes) ajudaram a motivar ações de resistência. Fosse como reações imediatas dos indivíduos, fosse como reação coletiva, ou ainda como iniciativas de organização para um movimento de resistência e de luta pela posse da terra e da condição de cidadãos ou membros plenos da sociedade.

Daniel Cefai (2009), ao refletir sobre a ação coletiva, da perspectiva dos estudos de caráter mais pragmáticos ou *praxiológicos* do que cultural ou do “cálculo de interesses” e “mobilização de recursos”, analisa as agências das pessoas e coletivos, incluindo as “coisas” (como no caso do Morro os barracos, as tábuas, os móveis, os tratores, a terra, a duna, as pedras, os paus, o fogo etc), num movimento de ação coletiva. Faz isso a partir das experiências e “sentimentos morais” vividos pelos agentes.

O sentido do bem, do direito e da justiça, o sentido da honra, da paixão pela igualdade ou ódio de classe são, antes de tudo, *sentimentos morais*. Toda mobilização coletiva é pontuada por experiências de indignação e revolta, solidariedade ou debandada, alegria ou decepção – a própria apatia não existe sem *pathos*. (CEFAI, 2009, p. 31).

No mesmo texto, ainda refletindo sobre as agências na ação coletiva, e a importância da afetividade, sem a qual não é possível entendê-las, o autor escreve:

A ação coletiva não está toda no agir, mas também no *sofrer e compartilhar*. Ela tem uma dimensão de afeição e paixão coletiva. Mais do que serem

propulsados em direção a um ponto estratégico, os membros que se engajam são afetados por situações (...); eles são ‘passíveis’, expostos a eventos que os abala e os tira da rota, remanejando seus critérios de compreensão e reorganizando seus horizontes de inteligibilidade. (...) a ação coletiva se deixa abalar pelos eventos, que por vezes só afetam particulares, mas podem ganhar outra amplitude e concernir a pessoas bem distantes daquelas que são diretamente tocadas (Dewey, 2003), levando-as a formar uma experiência comum, a se indignarem em conjunto e a se mobilizarem em público (CEFAI, 2009, p. 31).

Cefaï insiste mais de uma vez no texto quanto ao caráter de “remanejamento dos critérios”, redefinições de juízos – “reorganização dos horizontes de inteligibilidade” -, há uma quebra de rotina e o senso comum é abalado, as pessoas julgam os eventos e definem ações e reações de forma diferenciadas ao que normalmente adotariam.

Nesses processos de publicização, os indivíduos são com frequência separados dos papéis, dos estatutos, das opiniões e das convicções que normalmente têm⁷⁵: as lógicas de ação ultrapassam os mercados, os campos ou os setores em que estão geralmente contidas, passando por cima de suas fronteiras por meio de um fenômeno que as teorias do comportamento coletivo qualificavam como contágio ou propagação. (CEFAI, 2009, p. 16)

Axel Honneth (2009), também analisa os movimentos e conflitos na sociedade a partir de uma “gramática moral”, sendo a luta por reconhecimento o seu grande *motor*. Ele também destaca como as ações aviltantes dos direitos que as pessoas pensam ter ou dos padrões de reconhecimento como pessoa e parte da sociedade que pensam merecer levam-nas a reagir, lutar, mobilizar-se. Interessa-lhe os conflitos que se originam de uma: “...experiência de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las num nível evolutivo superior” (HONNETH, 2009, p. 18).

Não pretendo aqui apresentar a luta do Morro da Vitória como um modelo *perfeito* de “luta por reconhecimento” como formulado por Honneth, pois para isto teria de demonstrar empiricamente a *primazia* do caráter moral da luta dos ocupantes sobre a questão do interesse material, bem como sua conexão com as questões morais do reconhecimento para além dos motivos de ação: “com vista ao papel moral que lhes deve competir em cada caso no desdobramento das relações de reconhecimento” (HONNETH, 2009, p. 266). Ou seja, identificar seu papel no processo histórico do progresso moral, definindo um “critério

⁷⁵ Um exemplo é o juízo que algumas interlocutoras fazem e opiniões que transmitem em relação a outras ocupações mais recentes na região, onde reproduzem a mesma opinião que condenam em relação ao preconceito que sofriam no Morro pelos vizinhos já estabelecidos quando elas ocuparam, com forte conteúdo estigmatizante – bem ao estilo das relações entre estabelecidos e outsiders analisadas por Elias e Scotson (2000)

normativo” para “distinguir motivos progressivos e retrocessivos nas lutas históricas” (HONNETH, 2009, p. 266).

Tenho tentado descrever as conexões no tempo e espaço da luta do Morro da Vitória com processos mais amplos, tanto políticos como sócio-espaciais. Não se trata de um *evento* isolado, pois possui raízes – ou conexões seriais – anteriores e desdobramentos posteriores. Porém, isso se dá numa *dialética* entre luta por interesse material (terra, moradia, renda) e luta moral (reconhecimento, direitos, identidade pessoal e social), que caminham conjugadas, mas com conotações mais *fortes* para uma dimensão ou outra em diferentes momentos e para diferentes agentes.

Assim, podemos dizer que na *ocupação* há um interesse material – mas ao decidir lançar mão dessa forma de realizar tal interesse, os agentes já são perpassados por questões morais como ter ou não direito de ocupar, ou se ocupar é realmente uma ação de “cidadão” ou coisa de “vagabundo”; além disso, a frustração do interesse pelo despejo poderia ter cancelado a ação (impedimento), mas o nível de violência do mesmo (até certo ponto inesperado e chocante como veremos), e de convicção do direito por parte dos ocupantes que resistiram e seus aliados, acirrou o conflito (*normalmente* teriam saído, se seguissem a “rotina” usual dos despejos). Ao reagir, fizeram motivados não só pelo interesse material. Nesse sentido, a “teoria do reconhecimento” pode ser útil para entender a *peculiaridade* do conflito no Morro da Vitória (e ao mesmo tempo sua *universalidade*), onde foi desencadeado um nível de ações de resistência como eu nunca vira antes e jamais voltara a ver novamente, e que me parece ser impossível explicar apenas pela dimensão reivindicativa da luta, pois foge aos *padrões* observados em casos de despejos que acompanhei depois. Só na literatura sociológica sobre “movimentos sociais urbanos” entrei em contato com algo semelhante, como no já citado caso da Favela José Bastos, onde assim como no caso do Morro, ocupantes se depararam com padrões de violência no conflito que, para eles, possuíam caráter de ineditismo: “O movimento da favela José Bastos foi reprimido com uma intensidade nunca vista...” (M.S.C. BARREIRA, 1991, p. 89). Ouvi depoimentos nesse mesmo sentido de várias interlocutoras do Morro da Vitória, alguns transcritos aqui.

Trata-se, então, de mobilizar a “teoria do reconhecimento” no sentido de verificar empiricamente o *peso* da questão do “desrespeito” e da ofensa moral social como força motivadora de ações individuais e coletivas. Vemos no trecho abaixo da conversa com Liduina e Graça como elas vivenciaram a “derrubada” como uma profunda experiência de sofrimento e indignação e, ao mesmo tempo, começam a reagir – Graça que é tímida, não

gosta de falar em público, encoraja-se a dar uma entrevista atacando o governador, algo que ela sempre destaca quando fala sobre aquele dia.

G: Era polícia no cavalo, era reportagem... menino, eu lembro que eu chorava tanto! Eu deixei o Tasso Jereissati com mais raiva que o chão: a minha propaganda d'eu falando era eu chorando e esculhambando, aí o repórter aproveitou o embalo né, que eles adora. Passou uns 15 dias a mês passando na televisão, todo tempo passando. Eu sei que eu fiquei super assim, eu fiquei **desesperada**. Aí os menino ficaram... era todo mundo... no calçamento, as meninas fizeram umas barraca pra cobrir as coisas e ficou lá ninguém saía.

L: (...) mas a quadra que foi mais **abusada**, de desespero, foi onde ela [*Graça*] morava, nas Bulacha, porque o trator derrubou (...) É, já tinha as casas, e o trator derrubou e **não respeitou ninguém!**

G: respeitava não, respeitou ninguém não... o Bruno meu sobrinho ia morrendo...

L: entendeu? a mais triste, a que deu uma **tristeza** maior (...)

G: porque tinha uns barraco que era as coisa mais lindinha, tinha uns que era tão bem feitinho...

L: entendeu? porque tinha gente lá criança que ficou doente...

G: O Igor e o Yuri era, o Igor era pequenininho era de meses, era um desespero, todo mundo chorando pros menino... querendo tirar as coisas e eles não davam a oportunidade de tirar, chegava com o trator e bum derrubava... (Entrevista conjunta Liduina e Graça)

Assim como padre Eduardo, Graça percebe no não permitir a retirada das coisas um marcador do excesso da ação, infligindo direitos, ultrapassando razões, vilipendiando as pessoas injustificadamente, vilipêndio este representado na ação de não permitir às pessoas salvar suas coisas – roupas, móveis, utensílios. Além de não respeitarem as pessoas adultas, não respeitaram as crianças, o que é mais grave ainda (veremos mais sobre essa percepção no decorrer das narrativas). Para Honneth (2009), o desrespeito é vivenciado como uma experiência de “reconhecimento recusado”.

Conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só porque ele estorva os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se àquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva. (HONNETH, 2009, p. 213).

Logo, para o autor, o comportamento do outro na relação com um indivíduo ou coletivo vai ser fundamental na experiência de desrespeito, onde há “o perigo de uma lesão, capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira” (HONNETH, 2009, p. 214). É aí que ele, em diálogo com Hegel e Mead, vai lançar uma questão que me faço em relação ao conflito do Morro: “Como a experiência de desrespeito está ancorada nas vivências afetivas dos sujeitos

humanos, de modo que possa dar, no plano motivacional, o impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente para uma luta por reconhecimento?”

Honneth (2009) lista três tipos de relação de desrespeito: 1. desrespeito à integridade corporal: “aquelas formas de maus-tratos práticos, em que são tiradas violentamente de um ser humano todas as possibilidades da livre disposição sobre seu corpo, representam a espécie mais elementar de rebaixamento pessoal” (HONNETH, 2009, p. 215); 2. experiências de rebaixamento que afetam seu “autorrespeito moral”: “isso se refere aos modos de desrespeito pessoal, infligidos a um sujeito pelo fato de ele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade” (p. 217), não lhe é concedida a “imputabilidade moral” que é para os outros integrantes da sociedade – é o caso da “privação de direitos” ou “exclusão social”. 3. tipo de rebaixamento que se refere negativamente ao valor social de indivíduos ou grupos – depreciação de modos de vida individuais ou coletivos: “ofensa”, “degradação”.

Penso que no caso do Morro da Vitória pode-se observar esses três tipos de desrespeito em diferentes situações. Assim, podemos pensar com Honneth que defende a seguinte tese:

...as reações negativas que acompanham no plano psíquico a experiência de desrespeito podem representar de maneira exata a base motivacional afetiva na qual está ancorada a luta por reconhecimento. (...) a experiência de desrespeito social pode motivar um sujeito a entrar numa luta ou num conflito prático (...) [*podendo ser*] o elo psíquico que conduz do mero sofrimento à ação ativa, informando cognitivamente a pessoa atingida acerca da sua situação social (...) reações emocionais negativas como as que constituem a vergonha ou a ira, a vexação ou desprezo; [*funcionam como*] sintomas psíquicos nos quais um sujeito é capaz de reconhecer que o reconhecimento social lhe é denegado de modo injustificado. (HONNETH, 2009, p. 220)

Veremos ao longo deste capítulo, relatos de eventos onde ações provocaram sofrimento, indignação e percepção de injustiça, e os acontecimentos produzidos pela reação de quem se sentiu violado em sua pessoa e seus direitos. Focaremos também as agências das pessoas e coletivos, as práticas e estratégias que acionaram nos dias dos confrontos, em meio aos quais foram constituídas as *bases* do Morro da Vitória e de sua configuração política e sócio-espacial.

Organizarei o relato da “derrubada” por dias apenas para facilitar a leitura, alertando que nas narrativas que ouvi tal divisão não existe, há um *continuum* e uma mistura cronológica dos eventos. E mesmo numa observação *objetiva* dos fatos percebe-se como eles não respeitam tais fronteiras temporais: um *fato* que começa num dia invade os outros, *fatos* que

eclodem num dia iniciaram no anterior etc. Ademais, as noites e madrugadas eram bastante ativas (reuniões, construção de barracos, organização do acampamento) e reforçavam essa continuidade de um dia pro outro.

Primeiro dia da “derrubada” – 31 de janeiro de 2001

Manchetes nos jornais do dia seguinte:

“Famílias são despejadas” – *Diário do Nordeste*, quinta-feira, 01 de fevereiro de 2001

“Barracos ao chão” – *O Povo*, 01 de fevereiro de 2001.

No primeiro, vemos na foto de capa (anexo H): multidão aglomerada na rua do Farol (policiais perfilados no muro branco do terreno onde o farol é instalado), em meio à qual percebo padre Eduardo, o ângulo da foto é de cima, reconhece-se sua cabeleira branca e sua brancura toda. Próximo a ele um carro de som, que sei pertencer ao grupo da União das Comunidades da Grande Fortaleza, pois uma das integrantes desse grupo, aliás, militante do grupo político (Crítica Radical, atualmente) que impulsionou e coordenou a União (esta já não existe mais). No jornal *O Povo*, à capa (anexo I), um menino sentado sobre escombros de tijolos de uma casa derrubada, olhando para policiais sentados num caminhão, relaxadamente; na foto interna, junto à matéria, um trator derrubando uma casa de tijolo – a máquina amarela avançando sobre a vermelhidão de tijolos e telhas, que caem (anexos J).

Graça diz que lembra bem desse dia, nunca esquece. O desespero quando o sobrinho estava em cima da casa do pai tirando as telhas enquanto o trator avançava, já perto de encostar na casa, após ter derrubado outra. Não sei se a casa do parente da Graça era de alvenaria ou tábua; sei que a da Graça era de tábua, ela conta ter vivido uns oitos anos em barraco de tábua, por falta de condições de construir – mas mesmo barracos de madeira têm, muitas vezes, telhados com caibro, ripa e telha vermelha, assim como piso de cimento queimado ou algum tipo de cerâmica. Mas voltemos ao episódio do dia da “derruba” (Graça chama assim). Ela narra:

Eles derrubaram sem pena nem dó, podia ter o que tivesse. Como a gente já tinha visto um anúncio que ia vim pra derrubar, Cezinha pegou e tirou, a gente só tinha um guarda roupa e uma cama e uma comodazinha, pouca coisa, e Cezinha tinha levado o guarda roupa que fazia poucos dias que a gente tinha comprado lá pra Tita de volta, o guarda-roupa e a cômoda... que quando eles vieram e derrubaram tudo, meu sobrinho subiu em cima do barraco do pai dele, o Bruno, e ficou se segurando tirando as telhas, e o trator derrubando e o trator derrubando, e ele lá tirando as telhas, aí quando chegou pra derrubar o do pai dele, ele em cima e a gente gritando: ‘desce

Bruno! desce Bruno!’ E ele: ‘tia eu só vou descer quando eu tirar a última telha’. Igor, o trator vinha e encostava assim... chega balançava, com ele em cima e a gente gritando pra ele descer, e ele: ‘eu não desço, eu só desço quando tirar a última telha’. Eu sei que ele tirou as telhas tudim, quando ele tirou as telhas que ele pulou, o trator derrubou a casa, foi bem na hora, assim bem rápido que ele já tava cum **raiva**. E eu sei que foi um alvoroço muito grande naquela época, eu me lembro demais daquilo ali. (Entrevista Graça)

Já assisti uma cena semelhante, no despejo da ocupação “Alto Paz⁷⁶”, vizinha ao Morro da Vitória, em 2014, quando um trator foi derrubando uma fileira de casas de tijolo, e um rapaz em cima de uma delas tirando telhas e jogando na areia do morro, o trator avançando, pessoas gritando, ele encarando o trator como quem intima o tratorista a parar até ele acabar o serviço, enquanto suas mãos e braços trabalhavam ligeiro, ele acorrido na armação de caibros e ripas a balançar cada vez que uma parede vizinha era derrubada, as pessoas gritando com o tratorista, que não reduz o avanço e chega à casa, e o homem com uma mão faz sinal para o tratorista parar e com a outra atira a última telha que ele consegue, pois o tratorista não para, os gritos ficam mais altos e agudos, gritos angustiados, a pá da máquina encosta na casa e as paredes tremem, o homem pula, as paredes caem. Revolta, principalmente mulheres, também de *apoiadores* – cavalaria par *acalmar*! E o trator segue, protegido por uma cordão da cavalaria, e um rapaz (um apoiador dos ocupantes, ligado ao movimento *Ocupa Cocó*) discute com um policial que olha irritado pra ele de cima do seu cavalo, pressinto possibilidade de violência, aquela tensão, ainda mais quando rapaz diz: “Vocês acham certo? No fundo da consciência de vocês, vocês não veem que isso tá errado? Como é que vocês...”

O policial do alto do cavalo interrompe falando firme: “Reclame com o governador! com o prefeito! Por acaso fui eu, por acaso foi a Polícia Militar que ordenou isso aqui? Foi não, foi o prefeito e o governador, vá reclamar com eles!”

Graça fez isso. Fez pergunta semelhante ao que o jovem *ativista* fez ao policial de forma indignada, indignada ela também, fez a pergunta ao governador Tasso Jereissati, por meio da lente de um canal de televisão cuja repórter a abordou quando da confusão com o sobrinho e o trator – entrevista esta que provavelmente lhe rendeu o convite para entrar na “comissão”, pelo menos é o que ela acha.

“E chegaram e começaram a derrubar e derrubar, aí eu fiquei tão **revoltada** que a menina, eu num lembro nem quem foi a repórter, num sei nem qual foi o canal, que veio falar comigo, que eu fiquei reclamando e perguntando

⁷⁶ Ocupação do mesmo terreno ocupado em 2005, com a participação das meninas do Morro, conforme relatado na subseção 3.3.2 – *Do “morro do Caic” à Raízes da Praia*. Na subseção 3.3.1, falo um pouco sobre o Alto da Paz em comparação ao Morro da Vitória.

como era que o governador conseguia botar a cabeça num travesseiro de noite e dormir tranquilo vendo aquilo que ele tinha feito com tantas pessoas que precisavam de um canto pra morar. Eu sei que essa entrevista que eu fiz passou bem umas duas semana saindo”. (Entrevista Graça)

Junto às manchetes dos jornais do dia posterior ao primeiro dia da “derrubada”, podemos ler:

Famílias que ocupavam um terreno no Conjunto São Pedro (no bairro Vicente Pizón) foram retiradas ontem por homens da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado (Seinfra) e da PM. A ação foi suspensa à tarde por decisão da Justiça. O terreno pertence ao governo do Estado. No local deverá ser erguido um conjunto habitacional para abrigar moradores de áreas de risco. (*Diário do Nordeste*, 01/02/2001).

Houve um tumulto, na manhã de ontem, durante o despejo das cerca de 700 famílias que ocupam, há sete meses, um terreno do Governo estadual, nas dunas do Farol, Castelo Encantado. A população, revoltada, reagiu à desocupação, que foi cercada por forte aparato policial. Vários barracos foram derrubados. Um morador, desesperado, ameaçou explodir um botijão de gás. A ação foi suspensa no início da tarde, mas pode ser retomada hoje. O terreno está destinado à construção de um mutirão habitacional com 673 casas para moradores de áreas de risco⁷⁷. (*O Povo*, 01/02/2001).

Um dos jornais dá destaque a um dos eventos mais marcantes daquele conflito, e que certamente faz parte da memória coletiva da comunidade do Morro da Vitória⁷⁸. Na matéria interna a jornalista explica:

“O camelô Manuel Pereira Dias ameaçou incendiar o barraco em que estava com a esposa e os três filhos, usando um botijão de gás de cozinha, caso fosse despejado. Com a negociação dos policiais, a situação foi controlada. Várias pessoas passaram mal durante a manhã. A ambulância de resgate do Corpo de Bombeiros, que apoiava a ação, havia atendido cinco pessoas até o meio dia.” (Jornal O Povo, 01/02/2001)

A primeira vez que eu ouvi a estória do homem que se agarrou ao botijão de gás foi da boca do Joel há muitos anos, mais de dez. Joel tem mais ou menos minha idade, logo estava na casa dos vinte e alguma coisa quando tivemos aquela conversa sobre como os jovens como ele enfrentaram a polícia durante o despejo. Joel é filho de Lucimar, uma das mulheres do

⁷⁷ Vemos nos dois jornais como o discurso da “área de risco” é utilizado para identificar os moradores que seriam removidos de traçados de ruas e avenidas que seriam construídas na Praia do Futuro e Dunas no bojo de um projeto “requalificação urbana” – sobre o discurso da área de risco como critério de investimento na gestão da escassez de política social habitacional, ver subseção 1.3.3.

⁷⁸ “A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (...). Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, (...), eis as duas funções essenciais da memória comum.” (POLLACK, 1989, p. 09).

grupo da Associação do Morro da Vitória e do Mcp. Ele também faz parte deste Movimento e hoje mora na ocupação Raízes da Praia com a família (subseção 3.3.2). Pois bem, conversávamos após uma reunião do Mcp lá no espaço comunitário (“Barracão”) do Morro da Vitória, ele dizendo que havia participado da resistência e dos confrontos com a polícia e eu pergunto como foi. Ele responde que reagiram com paus e pedras contra polícia que foi descendo morro abaixo. Joel diz que o ataque da população, sobretudo jovens, começou quando o homem, um “senhor” como ele disse, se amarrou ao bujão de gás e ameaçou explodir; gerou um momento de impasse, e foi aí que eles se reuniram e partiram pra cima da polícia arremessando pedras e paus.

Sei que houve confrontos desse tipo, o mesmo *modus operandi* descrito por Joel me foi descrito por outras pessoas. Mas não tenho certeza se aconteceu algum exatamente nesse momento que Joel ressaltou – tudo indica que este confronto que ele relatou tenha acontecido no terceiro dia da derrubada, como veremos. Não sei se os fatos se misturaram na narrativa dele, pois tal confronto não aparece na narrativa das outras pessoas sobre o episódio – aliás, minhas interlocutoras do Morro entrevistadas nunca falam desse tipo de ação de ataque contra a polícia, falam sempre de outras práticas ou ações de resistência, nunca essa parte das pedras e paus e barricadas, pelo menos nas entrevistas gravadas, em conversas informais já ouvi Lucirene e Liduina falarem a respeito, atribuindo aos “jovens”. Mas o fato é que todas as pessoas que entrevistei, ou com quem conversei ao longo dos anos sobre os confrontos na “derrubada” do Morro, são unânimes em lembrar este episódio, é um acontecimento que aparece em todas as narrativas que ouvi sobre a famigerada “derrubada”. Contudo, como não podia deixar de ser, são vários ângulos narrativos desse verdadeiro *mito* da luta e da vitória do Morro: o homem que se amarrou ao botijão de gás e ameaçou se explodir!

Quando eu ouvia o pessoal falar, pensava tratar-se de um homem velho, ou perto disso. Depois descobri que não. Segundo Lucirene me disse na entrevista: “... ele era um coroa dos seus trinta anos...”. Ela continua:

Foi, o que aconteceu: eles iam derrubar o barraco dele, entendeu? (...) era a vez dele. Só que... devido às crianças eles não... eles tavam evitando, tavam derrubando os outros, casas de tijolo né (...). Aí ele se enrolou, pegou o botijão de gás com mangueira e com tudo né, e botou uma criança perto e se enrolou, que se o trator derrubasse a casa dele, ele tocava fogo – foi nisso aí que teve a maior rebelião mesmo, de pessoas né, jogaram o trator... num sei como é que as pessoas tiveram tanta força de botar um trator, daqueles bicho de ferro, de cabeça pra baixo (...) olha, **viraram o trator!** Isso eu nunca esqueci disso, desse episódio aí, como é que tanta da gente, tanta da gente tinha força daquele jeito, ali é toneladas bicho!, é toneladas! **Eu acho que o ódio, o rancor, o desespero se transformou-se numa verdadeira imensidão de força** né, pra as pessoas conseguir botar um trator daquele

jeito, de cabeça pra baixo, e o rapaz saiu de dentro do trator, senão ele tinha morrido, que o pessoal foi com gosto de gás, num teve misericórdia.

(...)

E a polícia não podia fazer nada! Eles tava fazendo um cordão pra proteger as pessoas e também tava tendo a própria proteção da própria segurança deles entendeu? [*mas quando as pessoas tavam virando o trator eles não puderam fazer nada?*, *pergunto*]. Não pôde porque era gente demais, não tinha condições, não tinha, porque **o pessoal tava pro que der e vier**, não tinha como... você começar uma coisa, **você tá mercê de perder a vida, mercê de perder crianças também, idosos ali no meio entendeu, então ninguém ver mais nada, a gente fica cego não tem mais como ter o autocontrole do seu corpo, da sua mente**, de nada né, isso aí é que eu achei muito... a coisa que eu mais me lembro disso aí do Morro da Vitória foi esse acontecimento, porque eu nunca me esqueço, como as pessoas, **como a gente é capaz de fazer com certos tipos de momentos da vida da gente né, que a gente acha que não tem solução**, entendeu? Foi aquele momento ali que eu disse: pronto **agora não tem solução porque não vão respeitar um criança, só que a multidão, a gente mesmo, tivemos o controle de reverter a situação devido a esse episódio** aí, entendeu, devido ao rapaz ter feito aquela..." (Entrevista Lucirene)

Ao dizer que os policiais não puderam fazer nada, e enumerar como uma das razões o fato de terem de se defender, Lucirene pode estar a corroborar com a versão de Joel sobre a irrupção da violência contra os policiais, que nada puderam fazer enquanto a multidão virava o trator. Já sobre essa questão do trator ter sido virado, nunca escutei de outra pessoa além de Lucirene, que por sua vez costuma narrar os eventos com mais riqueza de detalhes do que os demais, como se lembrasse mais. Mas o que quero destacar é o entrelaçamento de agências, desde as ações dos homens do Estado, a percepção de desrespeito e injustiça, e o sentimento de indignação e revolta, dando ao conflito um forte conteúdo moral que levou a ações individuais e coletivas extremas e extraordinárias.

Vemos na fala de Lucirene como a agência do homem que se amarrou ao botijão de gás e ameaçou explodir-se afetou de tal modo as pessoas que elas agiram no *terreno* do imaginável em condições *normais*. Para Giddens (2013), ser um “agente” significa:

...ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas. Isso pressupõe que ser um agente é ser capaz de exhibir (cronicamente, no fluxo da vida cotidiana) -uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros. (GIDDENS, 2013, p. 17)

Mas na “vida cotidiana”, o agente monitora reflexivamente suas ações e as dos outros (GIDDENS, 2013, pp. 87-93) – “mútua monitoração da interação” –, com base no seu estoque de conhecimentos e age a partir de um repertório de práticas que, da fala à expressão corporal, visa influenciar o processo de interação. As “rotinas”, as “regras sociais”, as “convenções” e a experiência ajudam a estruturar o quadro da ação e da interação. Mas numa “situação

crítica⁷⁹”, como realizar uma “monitoração reflexiva” com “segurança ontológica” e, ao mesmo tempo, desempenhar papéis e agir de forma a preservar seu “eu” e conquistar vitórias em caso de conflito?

Tais questões são analisadas por Lucirene em várias falas. Ela chega afirmar que na hora do confronto: “ninguém ver mais nada, a gente fica cego não tem mais como ter o autocontrole do seu corpo, da sua mente”, como se perdesse a capacidade de monitoração reflexiva, diria em diálogo com Giddens. Porém, ao mesmo tempo, afirma que devido às ações do Sangue-Bom (esta era a alcunha do homem que se amarrou ao bujão, segundo Lucirene) e das pessoas que viraram o trator, a “multidão” conseguiu assumir “o controle de reverter a situação devido a esse episódio” – vemos aqui, como em Giddens, a relação entre agência e poder, o agente fazendo diferença, influenciando de uma forma que as coisas tomariam rumo diferente se eles não agissem como agiram. Ações estas decididas nessa “situação de crise” e “desrespeito”, quando teriam *perdido* até a capacidade reflexiva sobre a mente e o corpo, sobre a “fala” e a “linguagem corporal”, mas que na verdade acabaram conseguindo transmitir aquilo que Goffman (2013, pp. 42-43) chama “sinais que acentuam e configuram de modo impressionante fatos confirmatórios”, que ressaltem o caráter significativo das ações dos indivíduos para os outros. “Pois se a atividade tem de tornar-se significativa para os outros, ele precisa mobilizá-la de modo tal que **expresse**, durante a interação, o que ele precisa transmitir” (2013, pp. 42-43).

No caso em análise, tratava-se de encontrar⁸⁰ expressões discursivas e corporais para atingir uma *performance* que deixasse claro a decisão de resistir à “derrubada”. A própria Lucirene confirma essa preocupação **expressiva** durante a luta, em outra passagem da entrevista, quando elenca que uma das motivações para criar uma “comissão de frente”: “era pros pessoal ver que nós tava unido entendeu, mostrar organização dentro da ocupação”.

Nesse episódio do botijão de gás e do trator tratava-se de convencer a si mesmos e aos *adversários* (que são “parceiros de interação”) do seu “valor próprio” e de que estavam agindo “pro que der e vier (...) mercê de perder a vida”. Numa luta para manter sua casa e restaurar sua condição moral de reconhecimento – atitude que engrandece a pessoa pra si e perante os outros, como se pode ver no orgulho com que as pessoas relatam suas ações de resistência (da entrevista atacando o governador ao “cordão humano” enfrentando o trator e a polícia), e como no caso do homem do Sangue-Bom, sua ação é *apropriada* pelos outros, em

⁷⁹ “situações em que os moldes estabelecidos da vida diária habitual [*rotina*] são drasticamente abalados ou rompidos” (Giddens, 2013: 70).

⁸⁰ “E, isso, como se diz, no mesmo instante, em um piscar de olhos e no calor da ação, isto é, em condições que excluem a distância, o recuo, o sobrevo, o prazo, o desligamento.” (BOURDIEU, 2011, p. 135)

orgulho e restauração moral coletivos. Não à toa virou *mito* de uma luta vitoriosa. Mas é importante registrar que ele não foi o único a empreender ação do tipo, como vemos nas reportagens houve ao longo dos dias de “derrubada” pelo menos duas ações semelhantes – o que também insinua, que mesmo essa ação limite não é estranha ao *repertório coletivo de práticas* daquelas pessoas naquele tipo de situação.

A disposição de uma “luta de vida ou morte” (HONNETH, 2009, pp. 91-92) define o caráter moral da luta que se está travando, muito além do mero cálculo de interesses, oportunidades e riscos da ação. Trata-se de ter ofendido o reconhecimento que precisa ser restaurado, ou mesmo avançar patamares, através da luta. Dialogando com a “teoria da eticidade” do “jovem” Hegel (carregada de um forte conteúdo de reconhecimento mútuo como essencial às interações, inclusive aos conflitos), Honneth escreve:

Sem dúvida, o sujeito atacado, na medida em que descentraliza sua orientação de ação⁸¹, toma ao mesmo tempo consciência do fato de que o ataque de seu parceiro de interação não se refere à sua pretensa posse, mas a ele mesmo como pessoa; ele aprende a interpretar o ato de destruição como uma ação através da qual seu defrontante procura impingir-lhe provocativamente uma reação. Por isso, do incidente inicial da tomada de posse acaba nascendo por fim uma situação de conflito na qual duas partes se defrontam com hostilidade, sabendo ambas reciprocamente da sua dependência social em relação ao respectivo outro. (HONNETH, 2009: 89)

A agência do Sangue-Bom transmitiu exatamente essa disposição de “luta de vida ou morte” e *contagiou* outras pessoas. Muitas outras ações de resistência à “derrubada” foram empreendidas. O conjunto das agências das pessoas que resistiram mudou o rumo dos acontecimentos – seja do ponto de vista dos planos do governo, seja das expectativas *gerais* com base no que *normalmente* acontece nesse tipo de situação. Na *rotina dos despejos*, não é tão comum os ocupantes resistirem através da confrontação, e mais incomum ainda vencerem ao tentá-lo. Vemos aqui a “agência” no sentido de “capacidade transformadora”: “Capacidade de criar uma diferença, exercer alguma espécie poder. (...) A ação envolve poder no sentido de capacidade transformadora” (GIDDENS, 2013, p. 17).

Assim, os ocupantes após serem impedidos de agir conforme seus interesses e sua “imputabilidade moral” retomaram a iniciativa, agiram para reverter a situação e atingirem seu desejo restaurador – da moradia e da dignidade. Diante da oposição à ocupação por parte dos agentes do governo estadual, e da oposição dos ocupantes ao despejo, instaurou-se o conflito. Vejamos como Assis narra a irrupção do mesmo:

⁸¹ Semelhante ao que afirma Cefaï (2009) em relação a situações de conflito ou mobilização, na passagem transcrita anteriormente; bem como às últimas frases em negrito de Lucirene.

Chegou de manhã muito cedo, a reação foi na hora, quando eles chegaram já foi derrubando as casas com as pessoas dentro, com os móveis dentro tudo, e foi muito complicado. Aí pronto, quando eles derrubaram a primeira casa, a notícia se espalhou, todo mundo saiu correndo pra lá (...) aí começou chegar a cavalaria, primeiramente veio os trator com um caminhão cheio de policial, aí depois veio a cavalaria trazendo um bocado de cachorro um bocado de coisa, **aí começou a guerra!**

(...)

É porque a gente teve resistência (...) teve a resistência das pessoas, as pessoas não saíam de dentro de casa, porque quando eles chegaram, chegaram de surpresa, e teve gente que se enrolou no bujão de gás **pra morrer ou matar** um bocado de gente... (Entrevista Assis)

É importante registrar que à dramaticidade dos tratores derrubando as casas com móveis e até pessoas dentro, correspondia uma prática de resistência agenciada como estratégia por muita gente que ficava dentro de casa até a última hora na tentativa de impedir a “derrubada”. É o que se depreende da fala de Graça, quando pergunto por que apesar da demora do trator de chegar à sua quadra (começaram a derrubada cedo da manhã e só chegaram na quadra dela no meio da tarde), as pessoas não saíam das casas:

Num saía não. Tinha alguns que ainda tirava as coisas de dentro de casa, os mais medrosos. Mas tinha uns que queria ser arrojado, não tirava as coisa como se isso impedisse, só que quem não tirou as coisas perdeu tudo que tinha porque eles derrubavam por cima num queria nem saber.

A demora de chegarem à quadra “das Bulacha” (como elas chamavam a quadra onde Graça morava, nomeação cuja origem vem da existência de uma moradora de lá conhecida como Bulacha ou Bulachinha) e a atitude das pessoas de manterem firmes suas posições foi um fator importante para que o despejo não se concluísse naquele dia. Isto porque essa quadra possuía habitações mais consolidadas pelo tempo no qual as pessoas moravam ali, já que foi uma das duas primeiras a ser ocupada. O drama das pessoas dentro das suas casas até a hora do trator chegar, quando só aí tentavam tirar as coisas e mesmo crianças, acentuava o tom de desespero e comoção do confronto. Nessa hora, a luta recrudesciu. Pessoas de outras quadras vieram ajudar. O desespero e choro, que comoviam quem assistia, ecoaram no espaço-tempo, por meio das entrevistas como de Graça, ou simplesmente das imagens produzidas pelo conflito e veiculadas pelos meios de comunicação.

Graça dá dois exemplos de práticas de resistência ao despejo (uma discursiva, outra não-discursiva) que marcaram esse primeiro dia da “derrubada”:

Eu sei que essa entrevista que eu fiz passou bem umas duas semanas saindo. E também teve um rapaz aqui na (*rua*) Ismael por Deus que se acorrentou com um bujão de gás e ficou com isqueiro na mão, se eles viessem derrubar casa dele, ele se incendiava com o bujão, incendiava o bujão e fazia uma

coisa horrível, eu sei que a dele não derrubaram, mas o resto... parecia filme de terror, era todo mundo no meio do calçamento com suas coisas feito ruma assim, chorando se desesperando... e aí tava aí **a loucura deles!** (Entrevista Graça)

Veja que no quadro pintado por Graça, os homens do Estado perderam a *razão*, cometeram uma “loucura”, um despropósito causador de tamanha revolta que fez com que ela, mesmo sendo tímida, desse uma entrevista potente, e o Sangue-Bom colocasse o próprio corpo e a própria vida em jogo numa ação extrema. Ambas as práticas agenciadas na fala acima mexeram com os brios de outras pessoas (em diferentes *escalas*), motivando-as a diferentes ações em defesa dos ocupantes e contra a ação violenta do Estado.

Liduina, quando perguntada sobre o conflito, fala sobre a reação das pessoas, inclusive confrontando e até, alguns (jovens, segundo ela), atacando policiais:

Reagia. Reagia porque a polícia bateu muito nas pessoas, a polícia botava aquele spray de pimenta...

I: Batia em todo mundo, homem, mulher?

L: Batia em todo mundo... quem se metesse na frente deles (...) e derrubava mermo, o trator nos barraco assim sem dó nem piedade (...) Nós sempre confrontava, de maneira nenhuma nós nunca baixamo a cabeça. Porque assim, quando você vai pra uma ocupação, **você vai com força, com coragem**, senão você não precisa; você não pode se vender por ninharia. Porque você sabe que o poder publico tem sempre sua história, ele sabe como conversar com você, a gente tem que tá preparada pra não... (Entrevista Liduina)

Percebe-se nesse discurso de Liduina que o cálculo racional com base no interesse material possui um valor menor do que a convicção do direito que se tem, e a firmeza com que o defende, empreendendo ações, sofrendo ofensas morais, físicas e materiais às quais só uma vitória na *luta* redime, fazendo com que os ofendidos saiam *maiores* do que entraram, enquanto a mediação financeira, ou outra forma de acordo, faz com que o sujeito saia menor do que entrou. Como os que foram levados num caminhão para um terreno na periferia distante: os que voltaram se reintegraram à luta e se integraram à comunidade, os que não voltaram simplesmente sumiram:

Liduina: E teve uma enganação. Porque teve muita gente besta que na época... a pessoa que não tem onde morar faz qualquer negócio, e enganaram as pessoas. Tu se lembra Graça que disseram que levava lá pra um campo, lembra?, botaram várias pessoas dentro dum carro...

Graça: aí trouxeram uma caçamba e botaram alguns e levaram, num sei pra onde...

L: até hoje a dona Lúcia anda bolando pelo meio do mundo, acho que nunca mais nem apareceu por aqui. (Entrevista conjunta Liduina e Graça)

Quanto ao homem que se amarrou ao botijão de gás, Liduina também enfatiza sua atitude, como as outras: o trator chegando na casa dele, ele se interpôs amarrando-se ao bujão e ameaçando explodir caso policiais ou capatazes se aproximassem, conseguindo evitar que derrubassem sua casa. Mas ela acrescenta uma informação sobre o homem: “E hoje em dia ele não existe mais, morreu, mas deixou esse legado, essa história pra outras pessoas contarem.”

Segundo dia de “derrubada” – 01 de fevereiro de 2001

Em meio ao tumulto da derrubada, nasceu a articulação de pessoas e coletivos que resistiriam a ela. Ao longo do primeiro dia de derrubada, esse processo de gênese organizativa foi se desenvolvendo. E durante a noite também. Na manhã seguinte, ao ver dezenas de famílias no “pé do muro” do Farol, onde passaram a noite, Lucirene percebeu que haveria uma luta dos ocupantes para ficar no terreno. E ela, que não teve o barraco derrubado, assim como seus vizinhos de quadra, achou-se na contingência de ter de se somar à organização que nascia ali, tanto por razões morais como práticas. A resistência das quadras derrubadas e as por derrubar “embarreira” o avanço da “derruba” e protege sua posse. Ela explica:

Quem tava do lado de cá, perto do Mirante não foi atingido, o local onde eu estava não foi atingido, agora foi atingido o lado da Embratel e o lado de quem vai pra Praia do Futuro, mas essa parte minha aqui não teve nenhum abalo (...) Não teve nenhum abalo por que? Porque a gente começou logo a reivindicar pela televisão né, e foi maneirando...” (Entrevista Lucirene).

Reivindicar na televisão foi importante, mas elas fizeram mais do que isso. Ela também conta, por exemplo, dos “cordões humanos” que faziam para impedir o avanço dos tratores. Mas ela também continua falando sobre a área que foi diretamente atingida pela “derrubada”, enquanto a dela foi preservada – ainda que alguns não tenham feito por merecer, segundo ela diz, criticando vizinhos que tiraram as telhas dos barracos e que debandaram por uns dias, os mais “quentes” do conflito.

Aquela ali foi derrubada total [*a quadra no ponto mais baixo do Morro rumo à Praia do Futuro, onde a Graça morava e teve a casa derrubada*] (...) derrubaram tudo tudo tudo, não ficou mais nada, dali debaixo não ficou mais nada de pé, nada nada, tudo limpo; isso eu tô dizendo porque eu andei, eu andava todo santo dia da primeira quadra até na última, entendeu? Mas na quadra que eu estava não foi atingida por nada, não adiante eu querer (...) mas por que , porque não deu tempo, não deu foi tempo, porque tinha ameaça, mas o êxito era lá no Barracão, a nossa segurança era o Barracão! (Entrevista Lucirene).

O “Barracão” foi erguido alguns dias depois, em frente ao Farol, numa das quadras que foram totalmente devastadas, onde já tinha casas de alvenaria com alicerce e tudo (como Graça descobriu quando, tempos depois, recebeu um lotezinho vizinho ao da Liduina e pertinho do Barracão, conforme me contou dizendo que Cezinha teve de quebrar muito concreto no pedaço onde ergueu o barraco deles). Resistir ali naquela quadra onde nascia o “Barracão” (sobre o qual falarei num tópico adiante), era “empatar” o avanço da derrubada à quadra seguinte, que ia rumo ao Mirante – a quadra onde Lucirene passou a viver a partir daquele 31/01/2001, onde deste dia para o seguinte começou a se organizar com outras pessoas para lutarem pela posse daquela terra e contra aquela ação do Estado, percebida como violenta e injusta. Transcreverei a seguir uma citação de Lucirene um pouco mais longa, mas que demonstra bem início da organização nesse contexto da “derrubada”.

Eu cheguei foi a primeira derrubada. Eu cheguei era duas horas da tarde entendeu?, a partir das dez horas da manhã tinha um cordão de isolamento lá do Barracão *[do local onde foi erguido posteriormente, pois nesse dia ainda não existia]* até chegar no Mirante, ali tinha um cordão só de polícia entendeu, com aquele escudo e tudo, que ninguém podia sair de dentro dos barracos quem tava desse lado, que meu pai ia sair e um policial mandou ele entrar pra dentro (...), foi, disse: “vozinho entre pra dentro”, mas com respeito né. Mas eu acho que ele tinha consciência que ali não ia ser mexido porque ele podia mandar o velho sair né, pra sair de dentro do barraco, não, ele mandou ele entrar pra dentro – isso aí nunca me esqueci. Aí, quando foi de noite, quando eu cheguei, demorei um pouquinho, botei o menino lá pra mamãe segurar, e subi lá pra cima. (...) a Liduina não estava, pode ela misturar e dizer que estava, mas ela não estava, tava só o Eliseu... a Maria..., e nem a Cundô também... tava Eliseu, a Maria e a Tereza – a Tereza falando da bunda dela que tinha levado um tiro de borracha, entendeu?, eu me lembro até aí. Só que eu não tinha intimidade com eles, só sei que eles tavam se organizando, só pra dar uma entrevista né, eles tavam se organizando pra fazer uma entrevista, que ia chegar uma reportagem né. Aí eu voltei, que eu me lembro eu voltei. Quando foi no outro dia, quando foi negócio de cinco horas da manhã, eu me acordo vou lá pra cima, todo mundo tava acordado e um monte de gente no pé daquele muro, no muro do Farol né, deitados as crianças, os idosos, um bocado de gente deitado lá né, aí foi bem na hora que reportagem chegou, aí foi no ente que eu entrei também no meio do pessoal, a mulher me pegou assim no ar né, que eu vinha chegando né, ela fez a entrevista, eu falei um bocado de coisa lá, aí saí. Aí voltei pra casa, quando foi de tarde aí os trator começaram a derrubar de novo, os barraco que tava em pé. Aí quando chega a Tereza, que eu já tinha conversado com ela numa entrevista, ela chega me chamando aí eu subi lá pra cima, que o pessoal tava atrás de ficar na frente dos trator, nós tinha que dar apoio, às pessoas né, que nós não tava sendo atingido mas a nossa obrigação era ficar junto com o pessoal de lá, que tava do outro lado, porque eles estavam só fazendo a derrubada deles mas que diz que vem pro nosso lado, assim nós soubemo, fomo pra lá né! (Entrevista Lucirene).

Percebe-se pela fala de Lucirene, como o processo de articulação entre as pessoas para se organizarem e resistirem à “derrubada” foi se desenrolando ao longo do primeiro dia e da primeira noite e desembocando no segundo dia. Vemos também a entrada em cena do “cordão humano”, prática corrente ao longo do conflito.

Ainda no primeiro dia e começo da noite o esforço pela não dispersão; alta noite o arranjo inicial do que viria a ser um longo acampamento e a ação desafiante de erguer novos barracos, e no segundo dia as pessoas amanhecem reunidas em frente ao Farol.

Agir contra a dispersão foi o primeiro desafio central do nascente movimento de resistência contra a “derrubada”. Por outro lado, dispersar os ocupantes era o objetivo primordial do governo do Estado do Ceará.

Padre Eduardo, com a memória um pouco turva, como ele fez questão de ressaltar na entrevista, embaralha um pouco os fatos, mas lembra com clareza do esforço para evitar a dispersão como ponta pé inicial da organização.

Aí, eu me lembro de rezar uma missa, não sei se foi no dia do despejo ou um dia ou dois depois⁸². Porque o João Alfredo [*deputado, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia*] e o pessoal que tava apoiando tava **orientando o povo a ficar ali e acampar de qualquer jeito e ficar nas ruas, mas não ir embora** e nós organizamos uma missa grande e o povo veio e teve aqueles discursos grandes inflamados e daí em diante começou a organizar, eu não lembro dos detalhes também eu não estava totalmente envolvido nessas alturas, tava chegando e querendo dar apoio bastante firme claro, e foi daí que começou a organização e ajudei eles a fazer um **barracão com resto de material e foi o primeiro símbolo de resistência**. Nessa época Liduina já tava tomando a frente, e não sei quem mais tava ajudando, tinha muita gente de fora vindo porque com os alarmes na imprensa foi aparecendo muita gente pra ajudar e organizar, e foi daí em diante começou a firmar pé o povo voltando e começando a fazer seus casebres, e teve negociação também... (Entrevista padre Eduardo).

Liduina também destaca que o primeiro esforço da nascente organização foi para evitar a dispersão, para que as pessoas ficassem *unidas*: “Nesse primeiro dia começamos a se juntar, eles tavam já se organizando... A primeira coisa q nós fizemos foi dizer: nós não vamos desistir e vamo se unir e se organizar com essas pessoas que podem nos ajudar”.

De fato, se no primeiro dia houve o choque, o drama e as primeiras reações à derrubada, no segundo o nível de organização e de convicção dos ocupantes parecem ter intensificado a disposição para o enfrentamento – que não aconteceu, pois o despejo foi

⁸² A missa foi realizada, pelo que se pode depreender das matérias na imprensa, no sexto dia do conflito, a não ser que tenha acontecido outra sem que haja nenhum registro (anexo U).

suspensão naquele dia⁸³, restando o clima de tensão. É o que se depreende ao ler os jornais do dia 02 de fevereiro (sexta-feira) reportando os acontecimentos do dia anterior (o segundo dia do conflito).

No jornal *O Povo*, vemos uma foto com homens atirando grandes pedras para formar uma espécie de barricada (anexo K) No *Diário do Nordeste* vemos homens da Marinha retirando as pedras que bloqueavam uma rua e, em outra foto, vemos outra barricada formada por pedras e pedaços de madeira em fogo (anexo P). Junto às fotos podemos ler:

Alguns moradores do terreno ocupado no Castelo Encantado preocuparam-se ontem (01/02/2001) em reconstruir os barracos derrubados durante o despejo da última quarta-feira. O Escritório Frei Tito de Alencar entrou com um mandado de segurança contra a liminar que autorizou o despejo dos moradores da área no Castelo Encantado. Segundo o processo, a Secretaria de Infraestrutura do Estado não pode comandar a ação de despejo. A Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese denuncia a violência utilizada pela polícia no ato. *O Povo*, 02/02/2001

Já a manchete do *Diário do Nordeste* é: “Clima continua tenso entre moradores do Conjunto São Pedro”.

A partir das matérias jornalísticas e dos depoimentos de interlocutores, destaca-se nesse segundo dia de conflito cinco pontos:

1 – Muitos atingidos pela derrubada passaram a noite na rua do Farol, numa espécie de *vigília* ou início de acampamento que daria origem ao “Barracão”. Nas contas de Liduina, 319 famílias foram atingidas na quadra do Farol e umas 200 nas quadras mais de baixo, como a que Graça morava. O jornal *Diário do Nordeste* fala em: “Pelo menos 100 famílias que ficaram desabrigadas...” (anexo P). Além de se aglutinar na rua do Farol, muitos decidiram erguer novamente “barracos” após terem suas casas derrubadas. Tal movimento foi incentivado pelos “apoiadores” e pelo pessoal da ocupação que decidira se organizar. Mas também pela necessidade, pois muitos não tinham para onde ir, por isso alguns aceitaram a proposta dos funcionários da Seinfra (governo estadual) para ir para um terreno longe dali como veremos a seguir. De qualquer forma, 51 famílias, segundo Liduina, ficaram morando por meses no Barracão que foi construído ali onde as pessoas passaram a primeira noite ao relento.

2 – A tentativa do Estado de dispersar aqueles que tiveram casas derrubadas. Tal tarefa era dificultada pelo fato de não terem conseguido completar a “derruba” de todos os barracos, e pela ação de resistência de ocupantes, tanto entre os que tiveram casas derrubadas como das

⁸³ A ordem judicial foi suspensa pelo juiz substituto que estava respondendo pela 7ª vara, cuja juíza titular havia expedido a ordem judicial de reintegração de posse (ver reportagem no anexo M)

que foram preservadas. Mesmo assim, os técnicos do governo (engenheiros, sociólogos, assistentes sociais) implementaram as seguintes táticas: cadastramento com promessa de verificar a situação de cada um, e aqueles que “realmente necessitassem” poderiam ser contemplados naquele conjunto ou algum outro projeto habitacional; mas condicionavam que as pessoas não acampassem ali, que fossem para casa de parentes ou, se não tivessem, poderiam ser transferidas para um terreno às margens da Br-116, próximo ao Conjunto Barroso, no Grande Jangurussu. Associado a isso, os porta-vozes do governo alardeavam que a maioria não precisava, tinha muito “aproveitador”, gente com “duas ou três casas” – pode-se verificar nas reportagens em anexo que em, praticamente, todas as falas dos gestores ou técnicos da Seinfra há esse discurso. O objetivo parece ser minar o apoio social e político que os ocupantes vinham ganhando após a repercussão das imagens na televisão e a repercussão nos jornais, além da afluência de vários atores políticos em apoio aos ocupantes. Nada disso deu muito certo. Muitos não se dispersaram; mesmo aqueles que conseguiram algum suporte de parentes ou mesmo de amigos, por isso não dormiam no acampamento, mas iam para lá participar das ações, reuniões, enfrentamentos etc. Quanto ao terreno no Barroso, a proposta não podia ser pior, rejeitada pela maioria, mesmo assim algumas aceitaram, subiram nos caminhões com o que sobrou e foram largados num terreno “baldio” às margens da Br-116 onde teriam que começar do zero: limpar terreno, erguer barraco etc. Muitos voltaram, outros simplesmente *sumiram*, do ponto de vista de quem ficou no Morro como Liduina, sumiram como se tivessem deixado de existir:

L: Então, aqui foi uma, pra nós foi uma ocupação muito triste, que até hoje a gente tem sequela dessa ocupação. Tem gente que... tiraram as pessoas e botaram lá pra banda do Jangurussu, não sabemos mais onde é que botavam as pessoas, muita gente fraca...

I: botavam como Liduina?

L: Assim, porque derrubavam o barraco e diziam: ‘você vão morar, eu vou levar vocês lá prum abrigo’, chegava lá era só quatro tábuas enfiadas lá pra banda do Jangurussu. Aí muita gente nunca mais nem vi, porque não sei o que aconteceu que não voltaram mais. Mas aqui a gente insistiu... (Entrevista Liduina)

Na reportagem do *Diário do Nordeste* do dia 02 de fevereiro de 2001 (anexo P) vemos uma *técnica* do governo falar a respeito dessa questão da transferência para o tal terreno, bem como a recusa de um ocupante em ir, alegando que: “Quase todo mundo trabalha aqui no Castelo Encantado. Tem muita gente que vive da pesca. Não temos condição de morar no Barroso e trabalhar aqui.”

No jornal *O Povo*, da mesma data, numa matéria interna (anexo O), também dá uma nota sobre a questão da transferência com o título: “Sem detalhes da nova área”. Na mesma página, a matéria principal é sobre outra *frente de batalha* aberta naquele segundo dia: “Recurso tenta invalidar despejo na Justiça e descredenciar Seinfra”.

3 – No dia 01 de fevereiro iniciou-se a batalha judicial, uma vez que os ocupantes conseguiram advogados para patrocinar sua causa. Esse fato fez entrar em cena um novo ator que passaria a estar presente de forma bem ativa nas lutas por moradia e direito a cidade, bem como outras questões ligadas aos direitos humanos – refiro-me ao Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, criado no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará há poucos meses do início daquele conflito. Foi uma advogada do referido escritório que ingressou judicialmente para suspender o despejo, como se pode constatar na matéria citada (anexo O).

Interessante destacar que um dos argumentos utilizados pela defesa dos ocupantes e que virá a ser fundamental na disputa junto ao Tribunal de Justiça para travar o despejo (que foi retomado no terceiro dia com toda violência, como veremos), acabou sendo um efeito da política de desmonte das políticas habitacionais e seus respectivos órgãos executores, ao longo dos anos 90⁸⁴. Isto porque, o argumento que a advogada do Escritório Frei Tito invocou foi de incapacidade jurídica da Secretaria de infraestrutura do estado para ser autora de ação judicial. Numa manobra jurídica, a Seinfra impetrou a ação por meio da Cohab – esta sim com personalidade jurídica, haja vista ser fundação. Acontece que a Cohab foi extinta pelo governo Tasso em meados dos anos 90, como vimos. Talvez, os gestores da Seinfra calcularam que uma vez impetrada a ação e concedida liminarmente a reintegração de posse, esta seria rapidamente executada e o assunto se daria por encerrado. Certamente, não esperavam encontrar tanta resistência (ao ponto de não terem conseguido completar o despejo) e, muito menos, que os “invasores” teriam uma assessoria jurídica competente. Mais uma vez vemos acontecimentos do passado se desdobrando no presente da luta do Morro da Vitória, e vemos como as agências de atores posicionados em diferentes campos da luta podem, de forma intencional ou não, desestruturar os planos do *poder institucional*, do *Estado-planejador*. Ao fim, a ação de reintegração de posse foi arquivada por “ilegitimidade ativa”, ou seja, não foi impetrada por autor juridicamente capaz. Quando isso aconteceu, o Estado já havia recolhido suas armas do campo de batalha.

4 – Movimentação política.

⁸⁴ Ver seção 1.3.

Além da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, presidida à época pelo deputado João Alfredo do Pt, quem também colaborou com mediação jurídica e, principalmente, política foi a União das Comunidades da Grande Fortaleza e a União das Mulheres Cearenses, ambas articulações impulsionadas pelo mesmo grupo político (à época chamado Partido Revolucionário dos Trabalhadores) cujo principal expoente era a ex-prefeita Maria Luiza, que também se fez presente no conflito. Também estiveram presentes integrantes das Cebs, de ongs, representantes da Igreja Católica e parlamentares de esquerda, além dos jornalistas. Foram esses atores políticos que àquele dia mediarão a ida de representantes dos ocupantes à Assembleia Legislativa, onde haveria a posse da mesa diretora com a presença do governador em exercício, a quem conseguiram entregar um documento. O mesmo que foi entregue mais tarde à desembargadora Celeste Aragão no Tribunal de Justiça. Então, o segundo dia foi um dia de *capitalização* política para os ocupantes, cujos porta-vozes, que estrearam no dia anterior na “esfera pública” com entrevistas e contatos com representantes de *instituições*, consolidaram sua posição na mídia e foram recebidos pelo alto escalão dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A agência dos *aliados* se mostrou muito importante nesse processo.

5 – Fortalecimento da união.

Ao longo do dia, além das barricadas e outras demonstrações, organizou-se reuniões para discutir assuntos como: as propostas do governo, os apoios recebidos, a organização dos desabrigados e das demais pessoas dispostas a lutar pela terra. À noite, realizou-se uma grande “assembleia” para ouvir os informes das comissões e dos apoiadores, bem como para traçar estratégias para o dia seguinte. Naquela noite novos barracos foram erguidos. Começava a batalha do derruba, levanta, derruba, levanta. Como Liduina nos conta: “Mas nós somos uma pessoa insistente. Derrubava de manhã... nós fizemos nossos barraco na época né, fizemos mesmo, fizemos de noite, quando foi de manhã amanheceu tudo pronto. A polícia veio de novo, tirou de novo... quando foi de noite fizemos de novo!”

Terceiro dia de “derrubada”: 02 de fevereiro de 2001

Se o segundo dia do conflito foi de tensão e ações variadas, mas sem confrontos diretos entre agentes do Estado e ocupantes, em razão da suspensão do mandado judicial, no terceiro dia os confrontos foram retomados com alta intensidade. Os relatos e imagens desse dia retratam um campo de guerra, uma “tragédia” como diz o texto de um dos jornais.

Na capa do jornal O Povo, um retrato do drama (anexo Q). No primeiro plano uma mulher sofrida leva a mão a um olho como a enxugar lágrima, logo atrás um pequeno monte de coisas sobre a areia da duna – uma cadeira, um colchão, um fogãozinho de duas bocas, umas três tábuas e uma lona – ao fundo tratores amarelos derrubando o pouco que resta de alguns barracos. Junto à foto, a notícia de que o governo do Estado retomara a desocupação. E tal foto não mostra mais do que um fragmento do rescaldo de um dia dramático no Morro.

O terceiro dia amanheceu com muitos barracos erguidos na madrugada, e muita disposição das pessoas da “comissão” criada pelos ocupantes que estavam a resistir. O dia anterior tinha sido de intensas atividades, reuniões com representantes do Estado como vimos, à noite assembleia da comunidade, informes, esperança, afinal, a liminar estava suspensa, já era uma vitória. Muita gente, como o Assis, passou a noite em barracas armadas no meio da rua em meio às matalotagens de coisas remanescentes do despejo. Eram pessoas que não tinham pra onde ir.

Aqui abro um parêntese para tentar explicar algumas questões em relação à ordem cronológica dos fatos ou situações. Como expliquei no começo, a “derrubada” não é narrada por quem a viveu numa sequência cronologicamente organizada. Tudo é muito misturado, até porque padrões se repetiam, comportamentos e eventos parecidos ocorriam várias vezes entre aqueles dias-noites-dias. Cotejando depoimentos e matérias jornalísticas, posso concluir, por exemplo, que Graça não foi despejada no primeiro dia. O despejo da quadra das Bulacha foi, na verdade, no terceiro dia, à tarde como Graça lembra. Na sua narrativa, dá a entender que foi no primeiro dia porque é o primeiro para ela. Graça não foi das que se envolveu nos primeiros momentos do conflito e da organização, inclusive seu ingresso no grupo da “comissão” se dá meses depois. Ela era uma pessoa da “esfera privada” como ela mesmo conta (veremos mais sobre isso no capítulo seguinte). A sua própria ida para a ocupação (nas duas vezes) se deu por articulação entre seu marido e Eliseu.

Dito isso, repito que cotejando o referido material, posso apresentar uma ordem cronológica, mais ou menos coerente, assim:

1 – no primeiro dia, polícia, oficiais de justiça, capatazes chegam ao terreno pela manhã, isolam os acessos à ocupação e iniciam a derrubada, desencadeado desespero e revolta. Pessoas se amontoam junto ao cordão de isolamento, alguma dispostas a entrar na luta para tentar conseguir um pedaço de terreno – Liduina é uma delas. Ainda pela manhã, tratores derrubando barracos, fogo, “a fumaça subindo” como disse padre Eduardo. Fogo que Luciren viu na televisão, mas mesmo assim decidiu ir. Chegou lá por volta de duas horas, o terreno tava isolado. A “derrubada” estava temporariamente parada enquanto parlamentares,

padres, advogados tentavam negociar. Foi retomada, pessoas reagindo aos gritos, ficando em frente a trator, tentando salvar as coisas, levando tiros de bala de borracha e spray de pimenta. Sangue-Bom se amarra ao bujão de gás e pessoas partem para o confronto em solidariedade a ele. Seu barraco não é derrubado, mas todos os outros daquela quadra em frente ao Farol, e de algumas outras que não sei precisar, são derrubados. Em outras quadras o despejo não conseguiu chegar, devido à forte resistência nas primeiras quadras atingidas. Anoteceu, a ação parou, alguns policiais ficaram vigiando as máquinas, muitas pessoas que não tinham para onde ir (e não aceitaram subir no caminhão para o terreno às margens da Br-116), mais outras que queriam se organizar para resistir, aglomeram-se e passam a noite na rua do Farol.

2 – Cresce a organização, vários apoiadores juntam-se aos ocupantes para ajudar na organização e na luta. Outros ajudam na mediação. A repercussão foi grande o que fortaleceu os ocupantes. Uma comissão organizada ao longo do primeiro dia e noite para dar entrevistas e incentivar a aglutinação e a resistência, é recebida por várias autoridades dos três poderes, inclusive o governador em exercício. A liminar é suspensa por um juiz substituto da vara. O Escritório Frei Tito entra com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça Não há despejo no segundo dia. Logo, a derrubada parou na quadra do Farol, não chegou nem na da Luciren nem da Graça

3 – No terceiro dia o despejo é retomado à tarde. Como Graça diz, a “derrubada” na quadra dela “...chegou numa faixa de uma hora da tarde (...) na minha casa chegou lá era umas cinco e meia pras seis horas...”. Só que não foi do primeiro dia (31/01/2001), mas do terceiro (02/02). Houve um dia e uma manhã de trégua entre a parada na noite do primeiro dia e o reinício da “derrubada” na tarde do terceiro. Mas nas narrativas, há como um *continuum*. Assim, na narrativa de Liduina e Graça, não dá pra distinguir em qual dia acontece o quê. Mas cotejando com as matérias jornalísticas é possível; vemos, por exemplo, a própria Graça dando uma entrevista:

Era o caso da doméstica Maria das Graças Rodrigues da Silva, 38, que chorava ao ver seus utensílios transferidos para a casa de sua irmã⁸⁵. “Eu estou sentindo uma dor no peito”. Ela não sabe como vai viver numa casa de três cômodos com mais de dez pessoas, somados os parentes das duas famílias⁸⁶. Jornal O Povo, 3 de fevereiro de 2001 (anexo R)

Também no jornal vemos referência a episódios de pessoas tentando salvar telhas, como o sobrinho de Graça. Bem como um fato narrado por Liduina, o qual relatarei a seguir. Mas antes uma observação metodológica. Mantive a narrativa da derrubada da quadra das

⁸⁵ De sua irmã Tita, no Mirante, como ela conta em vários depoimentos.

⁸⁶ Mas ela foi, e passou algumas semanas lá, até conseguir um “pedaço” pra voltar pro Morro, como vimos.

Bulacha no primeiro dia porque não tinha como quebrar o fluxo narrativo de ambas interlocutoras – seria impossível deslindar o emaranhado de fatos, eventos, ações. Graça por exemplo, mistura a entrevista que deu à imprensa com a ação do Sangue-Bom no mesmo parágrafo. Sendo que o ocorrido com Sangue-Bom foi certamente no primeiro dia, assim confirmam todos os depoimentos e as matérias jornalísticas – além do mais o barraco do homem ficava na quadra do Farol, que foi a principal atingida no primeiro dia. Acontece que no dia da “derrubada” da quadra das Bulacha (no terceiro dia) também uma mulher de lá ameaçou explodir um botijão de gás com, segundo reportagem:

“O clima ficou tenso quando Maria da Conceição Silva Esmeraldo, grávida de dois meses, ameaçou explodir o barraco utilizadno um botijão de gás de cozinha e uma garrafa de querosene. “ se vierem derrubar a minha casa eu acendo”, ameaçou. A situação só foi controlada quando homens do Corpo de Bombeiros negociaram”. *O Povo*, 3 de fevereiro, 2001 (anexo R).

Então, o terceiro dia foi aquele que, segundo podemos depreender do depoimento de Liduina, foi o mais intenso em violência e sofrimento, pois a quadra das Bulacha: “...foi a quadra que foi mais **abusada**, de desespero...”. Liduina nos narra um dos acontecimentos marcantes daquele dia, que também aparece na imprensa, como veremos em seguida. Antes Liduina, para confirmar a intensidade do abuso que as famílias da quadra das Bulacha sofreram, conta um caso:

L: Tem uma foto do barraco da Célia que eles tocaram fogo, eles tocaram fogo no barraco da Célia que a criança tava lá dentro.

I: os home?

L: os home do Estado, e aí ela saiu com a criança, tem ela na foto (...) aí ela saindo com a criança e chorando desesperada atrás de tirar o resto que ela tinha na época as criança tudo pequena... e a Lúcia do Delegado, Delegado é o nome do senhor marido dela... **e elas foi quem sofreram mais, ela e as duas Lúcias que tinha lá na época, aquelas mulher sofreram muito**, derrubaram tudo não tinha mais nada, só tinha as crianças...

G: o pouco que tinha acabaram...

I: era na Embratel (uma das quadras fica junto a um terreno murado da antiga Empresa Brasileira de Telecomunicações) isso aí?

L: Não, lá nas Bulacha. **Foi um desespero mais triste, queimaram o barraco da mulher com as crianças dentro**, e tem ela saindo, pode resgatar essa foto (...) no jornal, no jornal do Diário, na época era Verdes Mares que veio pra cá coma aquela coisa, pode procurar que você vê ela com a criança carregando, chorando e o fogaral assim, pode procurar. (Entrevista conjunta Liduina e Graça)

Realmente a foto existe. Mas é no jornal *O Povo* de 08 de fevereiro de 2001 (anexo Y). As fotos da mulher desesperada carregando um bebê ajudada por um homem, outra com um barraco pegando fogo e, abaixo, um sequência de três fotos de um trator derrubando uma

barraco, são uma retrospectiva feita seis dias depois, acompanhando uma matéria sobre o recuo do Estado em aceitar cadastrar famílias da ocupação.

Mas podemos perdoar a pequena confusão de Liduina, pois no jornal *Diário do Nordeste* de 03 de fevereiro de 2001 há uma foto semelhante na forma e na dramaticidade (anexo S): uma mulher a gritar desesperada com uma criança já grande aos braços, ela a carrega com esforço e é *ajudada* por um homem, um trator passa ao lado, outro homem dirige gritos ao tratorista. Na verdade a menina era cadeirante, mas não possuía cadeira de rodas. Em matéria do jornal *O Povo* de 06 de fevereiro (anexo V), vemos a mesma menina numa cadeira de roda que ganhara de alguém que se comoveu com a imagem – “essa cadeira já foi fruto da luta”, como me disse uma militante da União das Comunidades, apontando-me a foto.

A foto da menina cadeirante carregada nos braços acompanha matéria cuja manchete é: “Confronto marca desocupação no Vicente Pizón”. Logo no primeiro parágrafo da matéria lemos:

Por volta das 19 horas de ontem, quando 70% dos barracos já tinha sido colocados chão abaixo, os moradores que invadiram a área resolveram atacar os policiais, num total de 300 homens, com pedradas. Eles por sua vez, foram recuando e revidando com balas de borracha e bomba de efeito moral. Na descida do morro, os policiais dispersaram para atacar, em seguida, o que se mostrava mais revoltado. *Diário do Nordeste*, sábado, 3 de fevereiro de 2001 (anexo S).

O jornal *O Povo* do mesmo dia também noticia o confronto, com a seguinte manchete: “Desocupação da marra”. Pelo texto, podemos ver que o grosso da derrubada se deu nesse dia:

Pelo menos cinco quadras do terreno de propriedade do Governo do Estado no Castelo Encantado foram desocupados ontem á tarde, à força. Grande parte das 700 famílias que invadiram as terras ficaram desabrigadas. À noite, novos confrontos. A ação de despejo deve prosseguir hoje. *O Povo*, 03 de fevereiro de 2001 (anexo R)

Numa nota interna – “À noite” – ao lado de uma foto de um casal com duas crianças, telhas e uma fogueirinha, lemos:

O clima no local continuou tenso à noite com os PMs atirando balas de borracha e ferindo as pessoas, inclusive dois meninos, transportados pela ex-prefeita Maria Luiza para o HGF, além de um rapaz (...) levado em uma ambulância para o mesmo hospital, segundo o vereador Lula Moraes (Pcdob). Os soldados também espancaram uma mulher grávida... *O Povo*, 03 de fevereiro de 2001.

A matéria também dá conta da solidariedade recebida, dando exemplos de pessoas que levavam alimentos para as famílias. Ambos os jornais destacam que o despejo continuaria

naquela noite do dia 02 de fevereiro (sexta-feira) e continuaria na manhã seguinte. Não foi o que aconteceu. A resistência, em várias *formas* e campos, não permitiu. Vejamos como ela se deu.

A manhã daquela sexta-feira seguiu calma – uma modorra tensa que caracteriza essas situações em ocupações onde o confronto não começa, mas paira no ar. Porém, havia esperança que não ocorresse, mas a juíza titular da 7ª vara acabou com ela. A magistrada, naquela manhã, reassumiu o comando do processo e ordenou sua imediata execução. O governo não perdeu tempo. Uma interlocutora da União das Comunidades me contou que foi uma jornalista, que estava trabalhando na cobertura do conflito, quem ligou para elas, no começo da tarde, avisando que a tropa de choque se dirigia ao Morro. Foram pegues de surpresa. Quando chegaram ao Morro a ocupação já estava isolada, não puderam passar. Assim como uma multidão de apoiadores e familiares dos ocupantes, ou simplesmente curiosos. Iniciaram uma manifestação junto ao cordão de isolamento, queriam forçar passagem. Do lado de dentro, além das pessoas da ocupação, poucos *militantes* que já estavam lá quando os policiais chegaram, depois, alguns parlamentares e religiosos que puderam passar. Mas não havia o que fazer. O despejo avançava implacável. “Cordões humanos” eram feitos para “empatar” o avanço dos tratores e eram desmanchados pelas saraivadas de balas de borracha. Pessoas que se recusavam a sair das casas viam o trator avançar com elas dentro e corriam com crianças nos braços, outras a tentar salvar suas coisas, homens a tirar as telhas enquanto trator encostava a pá nas paredes. Muito choro, gritos, lamúrias. Mulheres que avançavam contra os tratores eram agarradas por policiais e bombeiros. Estes também apagavam barricadas e barracos incendiados; também atuavam na contenção dos manifestantes. Uma militante da União diz ao carro de som: “eu achava que os bombeiros eram pra salvar vidas, não sabia que era pra destruir também não!”. Um grupo de bombeiros parte pra cima dela para prendê-la, mas os outros manifestantes impedem. Várias pessoas foram detidas, mas manifestantes e parlamentares conseguiram evitar prisões. Porém, houve muitos espancamentos, como alguns depoimentos ao longo deste capítulo demonstram e as matérias jornalísticas confirmam. Quando pergunto à Liduina se alguém foi preso, ela responde:

Eles não prendia porque o João Alfredo, e o pessoal que vinha ajudar nós como os advogado, o Frei Tito mesmo foi muitas vezes falar com a polícia pra tirar os jovem, porque num tinha... por que prender se ninguém tava fazendo nada de errado, entendeu?, ninguém tava fazendo nada de errado, aí as próprias pessoas que ajudavam nós, tiravam. Mas que batiam, batiam, beteu muito! (Entrevista Liduina)

Mas após a tarde apoiando a derrubada dos barracos e dissuadindo as resistências, chegou a vez dos policiais serem surpreendidos por um acontecimento e perderem o controle da situação. Acabara de escurecer quando o ataque caiu intenso sobre os policiais. Tal acontecimento, provocado pela agência de várias pessoas, mudou os rumos do conflito, mais uma vez. Foi mais ou menos assim que ele foi gestado: enquanto os manifestantes tentavam forçar a entrada na área isolada, alguns *militantes* começaram a se articular com jovens da região. Um desses militantes, integrante à época da União das Comunidades da Grande Fortaleza, me disse: “Nesse dia eu vi aquelas gangs do morro tudo se juntando, nunca imaginei”. Numa mistura de experiências práticas e estratégicas entre esses jovens⁸⁷, acostumados com brigas grupais e confrontos com policiais em jogos de futebol, *bailes* etc., e os *militantes* acostumados a confrontos em despejos e manifestações, foi gestada a ação que surpreendeu os policiais.

Primeiro, uma kombi avança em direção ao cordão de isolamento no ponto alto do terreno, descendo a ladeira do morro. Rente aos policiais, dobra numa vez num beco. Policiais desfazem o cordão e alguns partem atrás da kombi. Mas nessa hora descem, no mesmo trajeto que a kombi fez, dezenas de pessoas atirando pedras (alguns com baladeiras), paus e até alguns coquetéis molotov. A essa altura a kombi já foi abandonada e o motorista já estava escondido na casa de uma mulher. Os policiais que seguiram o veículo voltaram para ajudar os colegas. O confronto se generaliza. Todos os cordões de isolamento se desfazem e os policiais se agrupam na rua Ismael Pordeus, mas não conseguem manter a posição e vão descendo no rumo da Petrobrás. Já não é só o grupo inicial que ataca – pessoas que estavam na manifestação junto ao cordão também atacam. Mesmo com balas de borracha e bombas atiradas fartamente, os policiais vão recuando morro abaixo. Quando chegam no pé do morro se dispersam (alguns dizem que entram nas instalações da Petrobrás na av. Cesar Cals). Mas se reagruparam e voltaram. A situação vira uma batalha campal a se espalhar por ruas e becos. Pessoas aproveitam para reocupar o terreno. Tratoristas e caminhões são retirados sob ameaças de ser incendiados. O cerco sobre o terreno é desmanchado, mas a repressão continua no seu entrono. Foram muitos os feridos. Muita gente passou mal. Liduina fala em infartos, mas não pude confirmar. O que sei é que nesta noite a “derrubada” não foi retomada. Nem os ocupantes dispersaram, ao contrário. Naquela noite novos barracos foram erguidos, bem como barracas coletivas na rua, famílias no terreno “acampavam” ao relento. Mas o

⁸⁷ Ou indivíduos que viveram essa “fase” mais ou menos recentemente e vivenciaram experiências semelhantes de brigas e confrontos “rituais”. Sobre a questão da violência e juventude na região do Grande Mucuripe, inclusive sobre as chamadas “gangs”, ver Diógenes (1998) e Sá (2009).

cenário era de destroço, terra arrasada. As pessoas aglomeradas nas ruas e no terreno, com as coisas que sobraram e alimentadas pela solidariedade. É como diz Liduina quando pergunto como surgiu a ideia de fazer um “barracão”:

L: é porque assim: como tinha muita gente na rua, que tava só assim no meio da rua mesmo, na luarada mesmo da rua – na época tinha até lua...

G: sem ter sombra, sem ter água

L: não tinha sombra, não tinha água, aí a gente optou pra fazer esse barracão. (Entrevista conjunta Liduina e Graça)

Naquela noite-madrugada começava a nascer o “Barracão”, a partir da dispensa para guardar doações e da cozinha comunitária⁸⁸, na qual Lucirene (que fazia parte dos “30%” não atingidos pela “derrubada”) atuou ativamente, e conta com orgulho – quando o dia amanheceu tinha o “comer” para todo mundo.

Quarto dia da derrubada – 03/02/2001

No dia anterior enquanto alguns resistiam no terreno e no entorno, outros se articulavam junto a advogados e procuradores do ministério público, numa pressão para que o desembargador julgasse o mandado de segurança impetrado pelo Frei Tito. Não conseguiram.

A “derrubada” estava marcada para reiniciar naquela manhã. Caminhões e tratores retornaram, policiais também. Começaram a derrubada pelos barracos que foram erguidos na última noite. Começam os “cordões humanos”. Recomeçam as violências. Mas ainda esparsas. Multidão de um lado, dentro da qual grupos se preparam para um novo combate, policiais do outro lado preparados para a “guerra”. Tratores trabalhando, mulheres e apoiadores se opondo. Começa a recrudescer o confronto. Onze horas da manhã, chega a liminar suspendendo o despejo. Alegria entre os ocupantes. Policiais começam a recuar, manifestantes os seguem vaiando e *provocando*, policiais voltam à carga, começa um novo confronto.

Liduina narra assim a maneira como as suspensões da “derrubada” eram recebidas:

aí vinha a ordem de parar o despejo na hora que tavam derrubando [*risos*], e eles tinha que parar [*mais risos*]... e nós fazia o prazer de tá “ei tá aqui o papel do mistério público, barrado, o frei tito trouxe” – o frei tito trazia esse papel e a gente tinha o maior prazer de mostrar, aí a polícia ia embora, oh meu deus era muito legal. (Entrevista Liduina)

⁸⁸ Ver foto do jornal O Povo de 06/02/2001, com a legenda: “Alimentação preparada em barracão. Vizinhos fazem doações” (anexo V).

O jornal O Povo de 04 de fevereiro (anexo T) vem com uma foto de uma mulher ao relento, deitada em um colchão sobre a areia, com as coisas ao redor dela, móveis, roupas, como se estivesse em casa – uma casa “engraçada” que não tinha teto, parede nem nada, mas que estava lá, sem dispersar. Ao fundo uma fileira de oito caminhões, com capatazes nas caçambas, chegando ao terreno para continuar o trabalho do dia anterior. Mas não puderam. E a manchete junto à foto explica porquê: “Liminar suspende desocupação” (jornal *O Povo*, domingo, 4 de fevereiro de 2001).

Acontece que o desembargador responsável por julgar o mandado de segurança impetrado pelo Efta questionando a legitimidade ativa do autor da ação, já que a Cohab estava extinta⁸⁹ e a Seinfra não tinha personalidade jurídica, concedeu liminar acatando preliminarmente o argumento de que cabia à Procuradoria do Estado ingressar com a ação. Decidiu naquela manhã de sábado pela suspensão da reintegração de posse. Mas os argumentos jurídicos não seriam suficientes sem a intensa pressão política pela suspensão do despejo. A liminar foi dada. O governo do estado já estava derrotado no *campo moral* e com muitas dificuldades no campo político e no *terreno* em si, agora vinha essa derrota no campo jurídico. O governo prometeu recorrer, e o fez. Queria mostrar disposição para continuar o plano inicial. Mas já começava a ceder para negociar. Não nesse sábado, mas poucos dias depois.

Sábado e domingo (04 de fevereiro) foram dias de comemoração, trabalho e organização no Morro. Mas também de tristeza, pois contabilizavam os danos e prejuízos – a tragédia era grande. Como se um furacão tivesse passado ali. Mas eles estavam vivos. E pela primeira vez puderam voltar a erguer barracos à luz do dia – como noticiam os dois jornais com fotos de homens trabalhando na estrutura de “barracos”.

Diário do Nordeste, segunda-feira, 5 de fevereiro de 2001: “Barracos no Vicente Pizón são reconstruídos” (anexo W).

O Povo, segunda-feira, 5 de fevereiro de 2001: “Famílias reconstroem barracos sobre duna”: “O despejo dos moradores de barracos próximos ao farol, pelo Governo do Estado, foi frustrado. Todas as famílias transferidas voltaram ao local. Os casebres já estavam sendo remontados ontem. Uma liminar suspendeu a ação do governo”.

Na realidade, os jornais nada mais fizeram do que testemunhar e registrar, em plena luz do dia, algo que acontecia todas as noites desde o primeiro dia de derrubada. Tal **persistência** foi fundamental para a vitória da ocupação do Morro.

⁸⁹ A despeito disso, a juíza titular da 7ª vara insistia com a ordem de reintegração de posse.

O Barracão é erguido. Na segunda-feira, 05 de fevereiro, há 51 famílias morando no Barracão, segundo Liduina. Dado confirmado pelo jornal *O Povo*, que noticiou a missa realizada por padre Eduardo e padre Martinho naquela segunda-feira e que foi um símbolo de resistência e organização dos ocupantes:

Resistindo. Sem Teto. As cinquenta famílias que resistiram ao despejo feito pelo Governo do Estado no último dia 31, em um terreno no Castelo Encantado, próximo ao Farol Novo, participaram ontem de uma missa. Elas avaliaram as perdas e estão se articulando para ficar no local, inclusive com apoio de moradores de áreas vizinhas. O Estado recorreu contra a liminar que suspendeu o despejo (...). *O Povo*, 06/02/2001 (anexoU)

Ambos os jornais, no dia 06/02/2001, dão destaque à “reconstrução” dos barracos, à missa e “reorganização dos moradores”. No *O Povo*, vemos os seguintes destaques: “Missa marca reorganização de moradores do terreno”. “Estado recorre para prosseguir com despejo”. “Solidariedade alivia sofrimento de famílias”. “Duna vira ‘Morro da Vitória’” (anexo V).

Ou seja, a Assembleia que batizou o Morro da Vitória, á qual Lucirene faz referência no tópico 2.1.2, provavelmente aconteceu no dia 05/02/2001, pois tanto ela quanto Liduina relatam que a ideia surgiu depois de terem ido para uma reunião em algum “órgão” o qual não sabem precisar, nem lembram quem sugeriu, provavelmente algum “apoiador”, mas na volta da “reunião” foi colocada essa questão de escolher um nome para comunidade e fizeram a Assembleia.

Vemos também que o “Barracão” e o nome surgem juntos na gênese do Morro da Vitória como “comunidade” – política e sócio-espacial.

O “Barracão”

Liduina fala sobre o “Barracão”:

O Barracão é a história do Morro! É como se ele fosse, assim, um patrimônio. Porque ali foi acolhimento, um acolhimento mesmo, das pessoas necessitadas tá lá dentro, de acolher a família, a fome, desespero, entendeu? Então ele foi uma, ele é uma lenda, pra quem conhece a história do Barracão, é uma lenda! Que tinha que ser contada para outras gerações, é por isso que não pode morrer essa história do Barracão, muitas gerações tem que vim e tem que ouvir essa história do Barracão. (Entrevista Liduina)

Para Lucirene, o Barracão representa a gênese da organização, a primeira ação importante do coletivo que começava a se organizar, um *marco agenciador*:

O que era a nossa meta daí, a partir que nós começemo a se organizar na comissão né, qual foi nossa primeira preocupação, foi levantar o Barracão, entendeu? Na hora que teve... antes de acontecer, de ser derrubada a liminar, a definitiva, o Barracão já tava em pé, nós conseguimos levantar o Barracão de noite, quando foi de manhã já tinha comida pra todo mundo. Aí começamo, nossa organização começou daí. (Entrevista Lucirene)

O Barracão é a estrutura física em metamorfose – começou num canto foi pro outro, começou com pau e lona, passou pra tábua, foi crescendo, virou alvenaria, dois andares, o grande salão da Cebs em anexo⁹⁰. Consolidando a estrutura enquanto se consolidava a organização. O Barracão como instância política, falam Barracão pra se referir ao grupo (“as meninas do Barracão”), à Associação enquanto entidade e à sede da mesma enquanto prédio.

Entro na associação e percebo outra diferença, pintura recente nas paredes apagou o mural que havia pintado ali – um bonito retrato do farol cercado de casinhas nas ondulações do morro. Mas era só essa a diferença, o resto estava mais ou menos igual, o crucifixo na parede, as estantes com livros da pequena biblioteca comunitária, as compridas mesas de madeira e os compridos bancos onde mais de cem crianças sentam cinco dias por semana para almoçar. Sentamos. Sobre a mesa um molho de chaves e um chaveiro que tinha inscrito: “Barracão”. Assim chamam a sede da associação, cuja origem genética é o barracão erguido durante a ocupação, para abrigar reuniões, missas, pessoas a descansar, refeições coletivas, e também para ser o símbolo da resistência, o último a ser derrubado e o primeiro a ser reconstruído em caso de confronto. (Diário de Campo 16/07/2015).

Mas “barracão” também é uma prática (ou um conjunto de práticas) – “vamo fazer um barracão!”, alguém diz quando um grupo começa a querer se organizar numa *ocupação*, é um primeiro passo de um movimento que se pretende longo, uma ocupação permanente até a vitória (a conquista da posse do terreno e a divisão dos lotes para cada um construir sua casa), um abrigo pras reuniões, para o repouso, para a morada acampada, o lugar “do comer”, do guardar a comida e as coisas em geral. Então, construir um “barracão” é encetar uma luta coletiva, começar a construir novas *socialidades* (solidariedades, conflitos e mediações), significa a disposição coletiva em transformar sua vida no período da luta. Criação coletiva e convivência desde o início: o trabalho tipo mutirão onde as pessoas saem em busca do material, alguém doa algum tipo de lona, homens trabalham na construção, mulheres organizam a cozinha e despensa, adolescentes e crianças cuidam de outras crianças que cuidam de correr pela areia do terreno... e assim vão realizando a ocupação no correr do tempo, dia após dia nessa “luta”, nesse pelejar juntos. Vão também conformando a

⁹⁰ Tais melhorias, assim como os “projetos”, são apoiadas materialmente por benfeitores particulares, mediados por padre Eduardo ou diretamente por Liduina, e entidades sociais, principalmente *ongs* europeias (uma alemã e uma inglesa) que possuem representantes “gringos” em constante contato com as *lideranças* da comunidade, criando relações próximas e duradouras – é o caso de *Zigudi* e *Braini*.

organização. Primeiro organizam as tarefas relacionadas à construção do barracão, as tarefas em torno do barracão, reuniões para montar variadas comissões que começam a se constituir, entre elas as que recebem os apoios, dialogam com os apoiadores, recebem as doações, dão as entrevistas, vão para os “órgãos” participar de audiências ou reuniões, articulam as relações comunidade-mundo. O Barracão está na gênese da organização, como explica Liduina:

E aí a gente se juntou com esse pessoal [*parlamentares e outros agentes políticos*], que era do poder público também, junto com a Igreja, e aí fomos à luta. A primeira coisa que nós botamos na cabeça foi que tinha que fazer o Barracão, e fizemos, todo mundo fez aquele Barracão grande, e aí a gente colocou essas família dentro, que se vier né a gente vai tirar toda família aí vai ser mais massacre. E aí eles não derrubam. (...) era na rua do Farol, hoje em dia Novo Farol, que era o antigo Barracão que hoje é Associação era o Barracão”. (Entrevista Liduina)

O Barracão é também símbolo resistência. Esse é o sentido que padre Eduardo atribui: “...e foi daí que começou a organização e ajudei eles a fazer um barracão com resto de material e foi **o primeiro símbolo de resistência!**”

Erguê-lo é demonstrar disposição para resistir; defendê-lo é preservar viva a ocupação, o movimento. Como uma vez ouvi Assis comentar numa reunião (em meados de 2015) com professor e estudantes de um projeto de extensão da Faculdade de Arquitetura da UFC, que a construção do “Barracão” anima o processo de mobilização para a autoconstrução das casas, e ajuda na organização também: “O Barracão é o porto seguro da coisa!”.

E de fato vi Assis agir em coerência com essa lógica quando, em julho de 2009, participei com ele da ocupação de um terreno na Praia do Futuro, que deu origem à comunidade Raízes da Praia, organizada pelo Movimento dos Conselhos Populares a partir dos núcleos no Morro da Vitória, Serviluz e Caça e Pesca (ver subseção 3.3.2). Pois bem, capangas do proprietário (policiais à *paisana*, como ficamos sabendo depois) tentavam expulsar os ocupantes, arrancavam os marcadores dos lotes, a bandeira do movimento, os primeiros arremedos de barracos, mas quando foram derrubar o “barracão” que havia sido erguido ao longo do dia, as pessoas ficaram embaixo, resistiram, Assis foi um dos que segurava o pau enfiado na terra enquanto um homem tentava arrancá-lo – foi agredido por isso, assim como vários outros ocupantes que resistiram à derrubada do Barracão, que ao final se consumou, mas foi erguido um novo, já que não conseguiram tirar as pessoas do terreno.

No caso da Raízes da Praia erguer um “barracão” foi uma das primeiras iniciativas dos ocupantes (que já vinham se organizando há tempos para ocupar), ao mesmo tempo em que “limpavam” o terreno, mediam e dividiam. No Morro da Vitória, o Barracão foi erguido

durante o conflito. No começo: “só os pau enfiado e o plástico” – como explica Liduina, relembando numa conversa com a Graça:

L: Sim, mas quando tu chegou ainda era plástico, ainda continuava aquele foguinho de lenha, a Lucirene mais a Maria fazendo o comer. (...) Só fizeram o Barracão (*de alvenaria*) dois anos depois, quando a gente tava instalado, foi que fizeram ele.

G: depois das lonas que fizeram de madeira

L: depois das lonas fizeram nas madeira. Nós primeiro tava na lona e depois fizemo nas tábuas, aí das tábuas foi feito depois...” (Entrevista conjunta Graça e Liduina)

Dos depoimentos podemos depreender, pelo menos, quatro agências do Barracão.

1 – *Comensalidade*

Vimos na fala da Lucirene na abertura deste tópico: fizeram o Barracão à noite, de manhã já estavam servindo comida pra todo mundo, e isso seria um marco do início da organização delas. É importante registrar o seguinte: quando eclodiu o conflito, conforme as pessoas foram se decidindo por resistir e apoiadores começaram a afluir em solidariedade aos ocupantes, uma das formas de concretizar tal solidariedade e apoio é por meio da doação de alimentos. Tanto Liduina como Lucirene recordam que a primeira doação volumosa (pois doações individuais já vinham acontecendo) veio da arquidiocese, entregue por um grupo de padres e leigos por mediação de padre Eduardo; ambas lembram que foi uma doação grande, exigindo que elas agilisassem uma despensa. O Barracão serviu, então, para armazenar a grande quantidade de doações que passaram a chegar desde então vinda de religiosos, sindicatos, ongs, entidades diversas, indivíduos solidários – como um casal de empresários do ramo da construção civil que foram dos primeiros doadores e atuam até hoje como benfeitores do Morro da Vitória (tendo inclusive ajudado a bancar a construção do Barracão de alvenaria). Tais doações de alimentos, que também eram feitas por pessoas da região ou por familiares dos ocupantes, eram fundamentais, pois “o comer” era um dos principais combustíveis do movimento, como Graça explica:

“Porque o Barracão surgiu como um apoio pra comida pro povo que tava ali se organizando, e as pessoas pra não ir pra casa e não ficar vazio inventaram o comer, né Liduina, fazia as comida pro pessoal (...) e dessa comida foi que surgiu o Barracão e o alimento pras crianças [*que perdura até hoje*]”. (Entrevista conjunta Graça e Liduina)

Liduina concorda, mas emenda sugerindo que o surgimento do Barracão também fora motivado pelo problema das famílias que ficaram desabrigadas, como veremos adiante.

Logo, outro aspecto importante da comensalidade no Barracão é que fornecer o alimento é uma das ações do acampar coletivo. É a ação inicial que o desencadeia. Numa fala

de Lucirene, ela coloca que a comensalidade vem antes mesmo do Barracão enquanto *estrutura*: “... levatamo o barracão, mas num foi levantado o Barracão de verdade, foi só uma lona, uma lona nuns quatro pau e botemo a lona por cima, pra fazer a comida pro pessoal”.

O alimentar motiva o criar a simbologia da resistência (uma das agências do Barracão). Agencia a gênese e mantém o acampamento vivo. Atrai as pessoas para o *centro* político que é o Barracão, além de manter as pessoas ocupando o *espaço* em disputa, como Graça destacou. A hora do “comer” é também um momento de reunir, circular informações, trocar ideias, conversar. As refeições diárias também determinam muito da rotina do acampamento – divisão de tarefas após o café da manhã, reunião de uma comissão depois do almoço, assembleia geral antes ou depois da janta. Além disso, as pessoas que estão participando da luta ou do movimento sem que estejam dormindo no Barracão afluem a ele nesses horários.

2 – Acolhimento

Liduina, no diálogo citado logo atrás, completa a opinião de Graça sobre a motivação para o surgimento do Barracão, para além da questão do “comer” e juntar o povo pra se organizar:

É, mas é porque tinha muita família desabrigada, que algumas tinha família pra ir pra sua casa, mas tinha outras que não tinha. Aí a gente surgiu com a era Barracão né, porque... pras pessoas ... tinha 51 famílias meu fí, lá né, 51 famílias, tudo com criança pequena, tinha até gente de resguardo lá, então gente que não tinha apoio de ninguém. (Entrevista Liduina)

Já na fala de abertura deste tópico, vemos a importância que Liduina dá a essa dimensão do “acolhimento”, do abrigo mesmo que o Barracão propiciou.

Quando pergunto à Lucirene se chegou a morar famílias no Barracão, ela responde enfática: “Oxente! as primeiras moradia foi dentro do Barracão meu fí! cada qual num quartim, entendeu? Foi o maior sufoco pra nós tirar depois [risos]...”

Tanto Lucirene como Liduina lembram que o Barracão começou com uns paus enfiados e a lona cobrindo as panelas ao fogo. Mas já aí havia gente se abrigando nele, pois, nas primeiras noites teve quem ficasse ao relento na rua do Farol e em pedaços de terreno na duna.

3 – Convivência

O Barracão é o ponto de referência para reuniões, informações, encontros. É a “sede” da comunidade. É a casa comum – para alguns plenamente, pois moravam ali, até determinada época da ocupação. Mas mesmo quem não morava direto no Barracão, quem tinha algum outro abrigo (a casa que não foi derrubada como Lucirene, ou casa de parente

como Liduina e Graça), também passava os dias e até dormia no Barracão. A dormida no Barracão, e também a permanência diurna, são parte da luta por meio da convivência no espaço ocupado. É compartilhar a luta praticando a ação de ocupar o espaço, informar-se, eventualmente dar opinião ou assumir tarefas. É também compartilhar sacrifícios. Liduina e Graça relembram um deles:

L: ...e rato? Dava bom dia pra nós, se lembra?

G: Cada rato enorme.

L: Era muito grande. Dormia com rato e se acordava com rato dizendo bom dia. Aí ela [*a mulher do casal de empresários ao qual fiz referência anteriormente*] viu aquilo e disse não, eu vou ajudar vocês porque eu não aguento ver aquilo não... (Entrevista conjunta Liduina e Graça)

Mas a convivência no Barracão vai além das reuniões, refeições e abrigo. E quanto mais o tempo passa, a “situação crítica” vai sendo ultrapassada, mais essas atividades vão marcando o cotidiano do Barracão – reforço escolar, aula de dança etc.

Graça: ...a minha dependência do Barracão, muito, foi em relação a curso pro Alex.

Liduina: E da igreja, que a Graça mais a Lucirene batizava até o além naquela época [*risos*].

I: O Alex fez o reforço do Barracão?

G: O reforço... fez vários cursos.

I: Quem era a professora?

G: Era a dona Fátima e a Lucirene.

I: Foi com quanto tempo que começou esse reforço no Barracão? Vocês ainda tavam acampada no Barracão ou....

L: Foi no Barracão de tábua (...). Foi, começemo o reforço no Barracão de tábua, começemo a dança o chão era areia que as meninas dançava na areia se lembra? A gente ajeitava o chão, aguava, e botava aqueles tapete véi que a gente achava e as menina dançava que os pé chega...se lembra? E a Lucirene: “bora que a gente tem que ser gente um dia” [*risos*] “vocês vão ser ainda muita coisa”, sempre ela dizia né. E o padre disse “vamo fazer o reforço pra ensinar”... aí pronto o reforço começou nessa época. (Entrevista conjunta Graça e Liduina)

4 – Simbologia da resistência: Como se pode depreender do que já foi dito.

Práticas e resistência

Todas as agências do Barracão convergem para o caráter temporal do *ocupar*. Decorrer do tempo consolidando a *ocupação*. Ter capacidade de resistir em condições difíceis ao decorrer do tempo. O “barracão” como prática, ou conjunto de práticas, está intrinsecamente ligado à relação entre *prática* e *tempo*, ao “andamento”:

A prática se desenvolve no tempo e tem todas as características correlativas, como a irreversibilidade, que destrói a sincronização; sua estrutura temporal, ou seja, seu ritmo, seu andamento e principalmente sua orientação, é constitutiva de seu sentido (...). Em resumo, devido a sua total imanência à duração, a prática está ligada ao tempo, não somente porque se realiza no tempo, mas também porque ela joga estrategicamente com o tempo e particularmente com o andamento. (BOURDIEU, 2011)

O estágio que a luta do Morro da Vitória entra com a suspensão da derrubada é o de uma *cotidianeidade* do sacrifício e, por isso, da resistência. Cotidiano de reuniões, cadastros, ameaças... Cotidiano de subsistência e reprodução social em condições de precariedade estrutural e intensa socialidade ligada à convivência e ao fluxo permanente entre *vida privada* e *arena pública*, entre *bastidores* e representação pública, entre relações pessoais ou íntimas e relações políticas. E o Barracão é um suporte, um apoio para os sacrifícios-resistências cotidianos, seja para as 51 famílias que vivem nele, seja para a “comissão” e aliados que fazem dele sua *base*, além das centenas de pessoa que circulam nele ou seus arredores. Em frente ao Barracão aconteciam assembleias, missas. Dentro: cadastramentos, reuniões, aulas, conversas. E assim a *ocupação* seguia viva, em permanente reprodução-transformação diária. Cada dia de ocupação, de reuniões, de convívio no terreno, de resistência aos assédios dos representantes dos governos, é uma vitória. Os últimos, ainda imbuídos da ideia de que os ocupantes não ficariam no terreno: cadastros eram feitos e refeitos, propostas negociadas etc. Um impasse!

Como se estivessem num longo intervalo entre o confronto da “derrubada” e o deslinde final da *luta*. Mas é no intervalo que se desenvolvem as estratégias (BOURDIEU, 2011). E a principal estratégia era a permanência até a *conquista* da terra. Isso significava participar de incontáveis reuniões e resistir a propostas que as pudessem desviar do rumo da vitória – como a narrativa que veremos de Liduina que quase aceitou uma proposta enganosa do secretário da Seinfra para desocuparem o terreno enquanto o conjunto era construído e para o qual retornariam depois (seção 3.3.1); além das tentativas de “comprar” a comissão. No depoimento de Liduina, vemos essa transição entre a *luta* como um conflito limite – tudo ou nada – e a *luta* cotidiana, que consistia simplesmente em continuar resistindo dia após dia ao cansaço e ao ardil, ao mesmo tempo em que iam ocupando e consolidando espaços na “esfera pública”. A primeira missa como fosse o “ritual de passagem” entre uma *fase* e outra da *luta*.

A primeira missa foi no meio da rua com o padre Martins, o padre Eduardo, padre Caetano, muitos padres (...) uma semana após que nós tava dentro do Barracão aí fizemos a missa, e participaram todo mundo dessa missa. Aí começou a nossa migração: de ir pra reuniões lá no Cambeba... era todo mundo lá no mei da rua, e eles fazendo as reuniões com a gente, comprando

a gente, queria dá dinheiro pra nós, queria dar muita coisa em troca pra gente sair desse terreno, e a gente de maneira nenhuma se vendeu...(Entrevista Liduina).

Administrar as relações *praticamente* no cotidiano, refletir estrategicamente e em coletivo no dia a dia da *luta*, agir e reagir nas “arenas” onde o destino da luta (e das pessoas envolvidas) seria decidido, era disto que se tratava. O marcador de sucesso seria a capacidade de *governar* o deslinde daquela “guerra fria” entre governo e ocupantes. E alguns meses depois foram elas que decidiram que o governo não tinha força para tirá-las dali e decidiram “repartir” o terreno e “botar as pessoas pra dentro”. Mas isso não foi o final da luta, e sim um novo ponto de transformação, uma nova *fase* da luta (sempre em *metamorfose*) que se abria, como veremos no próximo capítulo.

Quando nós formalizemo a Associação do Morro que nós comecemo em julho a Associação, e agente chamou o povo e disse vão fazer os barracos de vocês agora de tábuas, totalmente, porque nós não vamos sair mais, porque o governo não tem mais força pra tirar nós porque nós já somos muitos, e aí todo mundo fez suas casas, seus barracos. (Entrevista Liduina)

A prática de tempos *imemoriais* de construir “barracos”⁹¹ foi disparada depois do tempo necessário de espera (assim julgado estrategicamente pela “comissão” e seus aliados), por uma decisão *refletida e comunicada*, e em pouco tempo o terreno todo estava coberto de barracos. Há práticas que se devem ao fato de se construírem no tempo, recebendo dele sua “forma” e, dessa maneira, “seu sentido (no duplo sentido)”, como vemos em Bourdieu (2011:164).

É o caso de todas as práticas que, como a troca de dons ou as lutas de honra, definem-se, pelo menos aos olhos dos agentes, como sequências irreversíveis e orientadas de atos imprevisíveis. (...) [*relações práticas que*] supõem uma improvisação, portanto, uma incerteza permanente que, como se diz, representa todo *charme*, portanto, toda a *eficácia social*. (BORUDIEU, 2011, p. 164-165)

Numa *ocupação*, ou qualquer relação de posse, a exteriorização no decorrer do tempo é condição *sine qua non* de exercício da posse (“eficácia social”), que é uma relação com a coisa que se possui e com os *outros* que interagem com o ator e com a coisa possuída. Na *ocupação*, o tempo a consolida. Sobretudo aos olhos dos agentes que a vivenciam – sejam os ocupantes, sejam os *outros*. Do ponto de vista jurídico, o decorrer do tempo também consolida a posse, mas esta só se transforma em propriedade se for judicialmente declarada por usucapião ou outro mecanismo de “regularização fundiária”. Ou seja, deste ponto de vista,

⁹¹ Ainda que passível de *historicização*, ou seja, *imemorial* do ponto de vista dos agentes no *terreno*.

o simples decorrer do tempo é uma arma, mas não vence a guerra – ocupações com anos e, às vezes até décadas, são despejadas ou “removidas” por não terem o título de propriedade, quando outro detentor deste (ou o Estado, em caso de terras públicas) opõe sua propriedade à posse dos ocupantes. Mas mesmo assim, o comum é ouvirmos: “já tão há muito tempo, ninguém tira mais não!”.

Outra relação tempo e prática é a incorporação de práticas e as reflexões estratégicas com experiências de lutas passadas que chegam aos ocupantes por meio do ouvir histórias e pela relação direta com atores que vivenciaram algumas delas.

Práticas e estratégias

O *acontecimento* balança as peças do tabuleiro social no seu raio de alcance. Por outro lado, ao se expandir em ondas pelo tempo-espço se interligando a outros acontecimentos em séries, provoca desdobramentos de diferentes intensidades e difíceis de prever. E é justamente no acesso à previsibilidade ou na *produção de previsibilidades* e controle dos desdobramentos que se concentra boa parte de energia da disputa por *poder*. Por isso tais disputas se manifestam e incidem nos eventos cotidianos – terreno do qual o acaso e a imprevisibilidade não estão afastadas, mesmo nas interações mais pessoais a imprevisibilidade e o acaso acontecem, pautando as ações individuais nas relações. Da mesma forma que as estruturas e agências de dominação se manifestam no cotidiano, as práticas de resistência também se desenrolam no tempo da rotina, entre acontecimentos, agindo nos intervalos (BOURDIEU), administrando seus resultados, desdobramentos e conflitos, a partir das relações estabelecidas e habituais – aqui também se desenvolvem formas de resistência produzindo devir.

Já vimos como práticas discursivas foram agenciadas no processo de enfrentamento a partir do campo dos ocupantes e seus aliados. Mas pode-se perceber ao longo do trabalho que outras práticas e estratégias comumente associadas ao exercício do poder, do governo, da “governamentalidade”, como é o caso dos feixes de práticas biopolíticas usadas como mecanismos de poder e controle dos indivíduos e populações (FOUCAULT, 2008a; 2008b), também podem ser agenciadas por coletivos transformadores que escapam ao controle do governo e do mercado, produtores de devir. É o caso do “Barracão”, onde práticas “biopolíticas” como alimentar, educar ou treinar esportes, por exemplo, fortalecem a ocupação e a comunidade política Morro da Vitória nos seus embates e mediações com o Estado e setores da sociedade. Logo, as agências das pessoas que se dedicam ao *trabalho comunitário* (veremos no capítulo seguinte), as práticas mobilizadas no Barracão e em outros

espaços da comunidade (como a própria família), configuram *práticas de resistência biopolítica*, produzindo o indesejado para certos agentes ou grupos de poder.

A *long durée* (GIDDENS, 2013, p. 26), possibilita maior reflexividade estratégica, bem como o agenciamento estratégico de práticas, diferente do período do início da ocupação e do conflito; além disso o decorrer do tempo tende a institucionalizar práticas (ex: associação “formalizada”) e sedimentar regras, como veremos.

Da “conexão fofoca” ao “movimento organizado”

Duas coisas ficam claras quando as interlocutoras falam sobre o “início” (que por sua vez se estende por meses, mais de seis com certeza, entre a chegada gradual de ocupantes e a “derrubada”) da ocupação do Morro: não houve nenhuma *preparação*, nem *convocatória*, nem *regras* pré-estabelecidas por um *centro organizador*. Vejamos o que elas dizem:

Lucirene: **Quem chegasse pegava**. Não tinha, não teve aquela organização de dizer assim “ó vai ser tantas pessoas que vai entrar”, como teve lá na Raízes...

I: Mas era mais ou menos do mesmo tamanho os lotes?

L: Não, era mais ou menos assim, dependendo de quando eu chegasse, se eu fosse a primeira pessoa, eu pegava o terreno maior, entendeu (...) **não tinha liderança não tinha nada**, todo mundo pegou por conta própria... todo mundo. Todo mundo num teve aquela, aquela...

I: E aí o Cláudio pegou uma pra ele e pra tu?

Ele pegou um pra mim e um pra ele(...), aí meus pais foram pra dentro já né, segurar o terreno até eu aparecer, como eu apareci né. (Entrevista Lucirene)

Assis: Não, eu soube lá, eu soube aí eu vim (...). Eu morava lá Mucuripe de aluguel aí eu vim e fiz um barracinho pra mim. (...) **Não tinha ninguém na frente, cheguei lá e marquei**, e tava todo mundo marcando, eu cheguei e marquei um pedaço pra mim também, aí fiquei lá; e as pessoas tavam tudo fazendo, construindo seus barracinhos aí eu fui e construí o meu e fiquei lá junto com a galera. Aí a gente começou a medir forças mermo, a unir as forças, quando veio a ordem judicial pra derruba, aí foi que a gente se uniu mesmo junto com a comunidade. (Entrevista Assis)

Como o Assis ficou sabendo? Liduina tenta explicar quando insisto tentando entender (eu confuso) de onde é que surge, ela diz:

Acho que deve ser... É conexão, fofoca. **Conexão fofoca** (...). Vão falando, de um vai pra outro... Agora num ocuparam, o Alto da Paz, isso foi, nem eu sabia dessa vez.

I: Como foi?

L: Essa daí num sei como foi que aconteceu essa grande ocupação. Que na minha visão não era pra ter saído.

[*Insisto, confuso, volto pro caso do Morro da Vitória, como começou?*]

L: Não sei. É conexão, fofocinha, que a gente vai e vem... Num é nem fofoca, é uma, assim, vamo dizer, **“tu tem coragem?”**, **“vamo lá?”**, é tipo

assim. No Morro num ouvi nada, foi só o Louro mermo, num sei quem disse pra ele. (...) Ninguém sabe da onde surge essas histórias, é tanta coisa que ninguém sabe de onde vem.

I: Essa fofquinha do “vai, tem coragem?” tu acha que começou onde?

L: Sei lá... eu creio assim, que deve ser uma conversinha de amigo, porque eu soube através do Louro, mas ele soube através de quem? através de outra pessoa, é um contando pra outro assim, **conectando as suas antenas**. (Entrevista Liduina).

Para Elias e Scotson (2000, p. 121) a “fofoca”, e o seu conteúdo, está ligada às “relações comunitárias” e “depende das normas e crenças coletivas”. Se ela pode, como mostram os autores, ser usada na luta por status entre “estabelecidos e outsiders” em um bairro operário da Inglaterra⁹², na narrativa de Liduina vemos ela ser agenciada para a disputa sócio-espacial ou luta por moradia.

A “conexão fofoca”, no caso, faz parte da “orquestra sem maestro” (BORUDIEU, 2011, p. 87) que conecta os agentes e *concerta* as práticas no sentido de realizar a ocupação. Pode ser compreendida como estratégia discreta de tomada de espaço no território em disputa. Exerce múltiplas agências: da transmissão de informação, à motivação ou encorajamento: “tu tem coragem? vamo lá?”; constitui-se como articulação de desejos e teste de legitimidade para a futura ação compartilhada, coletiva.

Outro exemplo dessa concertação de práticas, no melhor sentido do “saber prosseguir” em meio a uma ação coletiva sem regras pré-acordadas discursivamente⁹³ e sem “líder”, é como se dar a divisão do terreno e tomada de posse do “pedaço” de cada um. Mas é interessante perceber como, num outro estágio da *luta*, o processo já se deu diferente, agora já havia uma “comissão” coordenando a distribuição, ainda que sem *regras* declaradas, mais com base nas “regras práticas” já conhecidas. Pergunto a Liduina como foi que fizeram quando a comissão decidiu que chegara o tempo de dividir o terreno e todo mundo levantar seus “barracos”, ela responde:

L: A divisão, nós passemos o dia todim, nós do grupo, dando terreno [*riso*] pros outros, dividindo. Como a gente não sabia o que fazer, inexperiente, a gente fez assim tipo... o que hoje em dia a gente chama “miolo”. A gente foi dando um terreno a cada um que precisava...

I: qual era o tamanho dos terreno, era tudo do mesmo tamanho, era no olho, era medido?

L: Pois é, era no olho, por isso que hoje nós temos casa grande, nós temos casa pequena, nós temos só um cômodo, é difícil, hoje é difícil porque a gente não teve, essa estrutura aí nós não tivemos né, porque a gente queria mermo era dizer pro governo que nós cheguemos pra ficar e fiquemos!

⁹² Mas também cumpre outros papéis, conforme os autores demonstram, como: “meio de mobilização da ajuda comunitária” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 124) ou controlar comportamentos por meio da “censura”.

⁹³ Exemplo oposto do que aconteceu na ocupação Raízes da Praia (2009), onde as principais “regras” foram discutidas em reuniões preparatórias e aprovadas em Assembleia às vésperas da ocupação (ver pp. 22 e ss.).

Entendeu? Então, a gente não teve essa visão de organizar totalmente né, fazer uma coisa mais bonita, por isso que ficou esse “miolo” no meio, muita gente assim ilhada no meio...

I: São quantas casas?

L: Hoje eu não conto mais não. (...) quando nós contemos já dava pelo menos uns dez mil [*risos*]. (Entrevista Liduina)

A luta entra na fase da predominância das estratégias – decisões discutidas almejando finalidades e tendo de agir reflexivamente para implementá-las, e de ajustar ações valendo-se dos seus “repertórios de práticas” e dos “estoques cognitivos”. Um exemplo disso se deu quando a “comissão” decidiu “repartir” os lotes, adotando uma estratégia de encher o máximo possível de moradores como forma de resistir às tentativas do Estado de retirá-las do terreno. Para o Estado, que insistia em “congelar” o cadastro⁹⁴, tal atitude era uma afronta ao seu poder ordenador, para a comissão dos ocupantes, uma estratégia de resistência para evitar um possível despejo. Mas as integrantes da comissão tinham de mediar ou *obrigar* a cessão de parte do lote a outros moradores, para ampliar o número de ocupantes. Vejamos um caso narrado por Lucirene, após eu perguntar como era a relação delas com as pessoas quando decidiam dividir o lote delas:

Era a misericórdia! Nós tivemos, uma vez, o homem se armou de facão, e precisou um cara lá se meter senão, escapou dele ter cortado mesmo – e cortava porque a gente tava sem medo (...) era eu a Cundô, Tereza, Tereza era muito atrevida, eu é que remediava. (...) Quem ajudou nós foi o menino, como é o nome dele... o Pé Pôdi, que era um bandido, depois de muito tempo que a gente viu ele passar na televisão num assalto que ele fez ali na Caucaia, foi ele quem livrou a gente nesse dia, passou por pouco, por pouco mesmo ele num furou a gente; ele ameaçou se nós entrasse no terreno dele, ele cortava a gente de faca; aí foi o Pé Pôdi disse, foi na hora que nós ia subindo, “o que foi que aconteceu pessoal?” – “rapaz, o cara aí tá irresistível, ele não quer ceder o terreno pra gente não, nós não quer o terreno todo, nós só quer a metade, que ele tire 5 metros”. O máximo era, nessa época nós tava dando era de 6 metro a 5 metro né, pra ninguém ficar com 15 metro nem com 10 metro, era só o localzinho duma casa, o importante é ter as pessoas né. (Entrevista Lucirene).

E o homem acabou cedendo, *convencido* que foi com a *ajuda* do Pé Pôdi⁹⁵. Todos acabavam cedendo – fora os que dividiam por conta própria para alguém da família ou pra

⁹⁴ Ver relatos das falas representantes do governo na “Ata da Reunião da Comissão de Reassentamento do Farol Novo II – Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente; Secreta Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos” no tópico 1.4.

⁹⁵ Também Liduina faz referência ao Pé Pôdi e ao fato de ter visto ele e outros na televisão envolvidos numa “quadrilha fazendo num sei que lá pras banda da Caucaia”. Também confirma que tanto ele como outros “errados” sempre respeitaram, e ajudaram desde trabalhos braçais até proteção ao pessoal da ocupação, “pra que ninguém mexesse com o pessoal” – mas deixa claro que não participavam da resistência com o Estado, pois sempre que a polícia chegava “eles tinham que sair né, porque deviam né”.

vender (o que era combatido pela “Comissão”, mas ocorria *discretamente*). Daí o grande adensamento do Morro da Vitória. Tanto Lucirene, como Liduina e Assis consideram hoje que a estratégia foi um erro, desse ponto de vista, pois gerou amontoamento, precariedade e desorganização.

Com base nessa experiência, refletindo sobre ela, vi tanto Liduina como Lucirene e Assis discutirem como evitar que o mesmo acontecesse em outras ocupações que ajudaram a organizar nos anos vindouros. Sobretudo no caso da Raízes da Praia, muitas práticas vivenciadas no Morro foram refletidas e estrategicamente e algumas delas viraram “regras” discutidas e aprovadas em assembleias.

Pergunto para Lucirene qual diferença, para ela, entre a experiência do Morro da Vitória (2001) e a da Raízes da Praia (2009), sabendo que entre as duas, Lucirene participou de mais duas ocupações: Morro da Caic, vizinho ao Morro da Vitória, e Beira-Rio, no Caça e Pesca.

L: A única diferença da Raízes pra mim foi porque, assim devido o, número de pessoas⁹⁶, porque lá no Moro da Vitória nós tralhemo demais, demais mesmo, tinha dia deu chegar sem aguentar de dor nas minhas pernas, era obrigatório?, claro que não, mas nós tinha que **mostrar pras pessoas que aqui a organização é que fazia a força**, e tinha que ter gente de frente, nós poder ter um horizonte ter uma, como se diz, porque as pessoas tava perdida, tinha que ter uma... um farol, que possa tá todo tempo aceso pras pessoas correr pra lá. Então, isso aí pra mim no Morro foi bom de aprendizagem, que eu aprendi muito, até o lado espiritual também (...). E o desenvolvimento lá do Morro da Vitória que me deu mais força de eu ter me organizado lá pra Raízes da Praia, entendeu? porque se nós não tivesse tido aquela **aula** no Morro da Vitória, nunca que tinha tido a Raízes da Praia. Tinha? Não tinha! (Entrevista Lucirene)

- Prática-estratégia- regra:

L: Eu acho assim, o que eu tirei do Morro da Vitória e da Raízes da Praia e tô tentando aplicar dentro do Parque Vitória⁹⁷, é de compra e venda, entendeu? que ainda tamo sustentando ainda de não ter, que tem até o termo do terreno né, que todo mundo assinou⁹⁸.

I: Tu acha que a venda descaracteriza a ocupação? Qual o problema da venda?

L: É assim, é porque pra... isso eu posso até tá errada nisso mas eu falo sempre, pra sociedade e pro poder judiciário dar um aval pra gente ganhar uma terra que, de ser ocupada... é não ter compra e venda, porque nós não compramo, nós num pode vender o que num é nosso né, nós tamo tentando.

⁹⁶ Na Raízes definiu-se desde o início que seriam 80 famílias que participassem das reuniões do Mcp; hoje, há 85 barracos, talvez mais famílias que isso devido à co-habitação.

⁹⁷ Ocupação que ela acompanha atualmente no município de São Gonçalo do Amarante, próximo ao Porto do Pecém, na RMF.

⁹⁸ “Termo de compromisso” assinado pelos ocupantes se comprometendo a não vender, conforme modelo criado pelo Mcp na ocupação Raízes da Praia.

Pra não ter nenhuma denúncia de fórum na delegacia contra a gente, não temo graças a deus como livre. (Entrevista Lucirene).

Vemos como Lucirene fala do processo de consolidação da organização do Morro da Vitória, por meio das agências delas – “muito trabalho” – e, depois, a experiência de organizar ocupações com algum planejamento prévio, reuniões, “regras”, um *movimento organizado*. Veremos um pouco dessas transformações nos agenciamentos coletivos das “meninas do Morro”, durante a consolidação política do Morro da Vitória e nas novas lutas que se desdobraram, no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV – CONSTITUIÇÃO DO MORRO DA VITÓRIA

“A constituição de agentes e estruturas não são dois conjuntos de fenômenos dados independentemente – um dualismo -, mas representam uma dualidade.”

(GIDDENS, 2013, p. 30)

*Natal no Barracão: trabalho comunitário e produção biopolítica*⁹⁹

Figura 3 - Natal no Barracão do Morro da Vitória – 21/12/2015



Fonte: Foto do autor

Quando entrevistei a Liduina em 11/12/2015, ela falou sobre a festa do dia das crianças que havia organizado àquele ano, que havia sido maravilhosa, conseguiu apoios e alugou um pula-pula, conseguiu pipoca e refrigerante, além de brinquedos. Parece que estou vendo: frescor de início de noite, a rua do Barracão, rua Farol Novo, tomada de crianças correndo e adultas zanzando, o pula-pula disputadíssimo formando fila agitada, e agitada a Liduina tentando organizar filas e distribuições. Parece que estou vendo... mas não vi. Perdi.

⁹⁹ “Nesse trabalho imaterial, a produção ultrapassa os limites da economia tradicionalmente entendida para investir diretamente a cultura, a sociedade e a política. O que é produzido, nesse caso, não são apenas bens materiais, mas relações sociais e formas de vida concretas. Chamaremos esse tipo de produção de ‘biopolítico’, para enfatizar o caráter geral de seus produtos e a maneira como ele investe diretamente a vida social em sua totalidade”. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 135).

Reclamei com Liduina: por que não me chamou? (como se não fosse obrigação minha saber que todo ano tem e procurá-la). Mas teria uma nova oportunidade – o natal vinha aí!

“Então, eu faço festa de natal, agora eu tô fazendo um, tô começando agora na campanha de natal, eu quero bombar no natal agora como em todos os anos”, ela disse na entrevista. Se é assim, eu não podia perder tal evento. Ficou acertado que vinte e um de dezembro, às nove horas da manhã, eu estaria no Barracão para acompanhar o natal das crianças do Morro da Vitória.

Quem são “as crianças do Barracão” para quem se destina essa festa? Para a qual Liduina dedica tanto esforço, já meses antes, e tanta gente se envolve ao longo do processo em diferentes tarefas e papéis.

São crianças que participam do almoço do Barracão ou do “reforço escolar”. Num total de cento e vinte - ainda que almocem mais crianças, algumas não são “fixas”, há sazonalidade, flutuações, e para fechar no teto de cento e vinte crianças, listaram apenas aquelas fixas.

Fixar-se em cento e vinte crianças como meta para conseguir os presentes ainda não resolvia o problema, pois a principal parceria, com funcionários da Petrobrás, só doaria oitenta presentes. Liduina teria de conseguir mais quarenta. E a bem da verdade mais, pois na hora o teto de cento e vinte transbordaria com certeza, como de fato ocorreu. Então, após o esforço de articulação social para conseguir os presentes para as crianças do Barracão, agora vinha uma complicada economia dos presentes e “lembrancinhas” e um tremendo esforço de organização da festa, das listas, da distribuição, do ritual, das insatisfações, das compensações.

O salão comunitário, um anexo, construído anos depois, por trás do prédio sede da Associação (remanescente do Barracão original), estava lotado. Um grupo de cinco mulheres na sede organizavam as bandejas com refrigerantes e fatias de bolo. Fiquei ali conversando com Fátima e Andreia, que faziam parte do “grupo”. Liduina fazia sala para um convidado (um tal doutor Pontes, Fátima disse que era da secretaria de infraestrutura da prefeitura, e Andreia ironiza perguntando pra Fátima: “e ele é doutor mesmo? fez doutorado?”). Liduina ficava pra lá e pra cá entre a sede e o salão, sempre falando com alguma mãe, alguma das “meninas do Barracão”, com o convidado, comigo... Estava aperreada e ficava cada vez mais conforme o pessoal da Petrobrás demorava.

O “pessoal da Petrobrás” ia demorando, pois passavam em outras *comunidades* antes de chegar ao Morro da Vitória. Eram funcionários daquela empresa, mais especificamente da Lubinol, mas de outros departamentos também como explicaram no evento. A iniciativa de

tais funcionários consiste no seguinte: uma articulação das responsáveis pela assistência social da empresa que atuam junto às comunidades mais ou menos próximas do entorno da empresa, por meio, principalmente, das “lideranças” das associações comunitárias daquela *região* – onde tal empresa está instalada no complexo petroquímico do porto do Mucuripe, com suas instalações subindo a duna¹⁰⁰ e constituindo-se como um impactante vizinho para os moradores do Morro¹⁰¹. Tal articulação foi feita principalmente por uma assistente social que trabalhou muitos anos no “setor social” da Petrobrás naquela *região*, mas não era funcionária da *Lubinol*, e sim de uma empresa terceirizada que deixou de prestar serviço recentemente para a Petrobrás. Porém, ela continuou ajudando nessa ação do pessoal da *Lubinol*, mediando as cartas das crianças das comunidades, que eram colocadas em árvores de natal nos diferentes departamentos da empresa, cada funcionário pega uma e compra o presente. Centenas.

Lembro-me um dia que liguei para Liduina, com o intuito de marcar uma entrevista, e ela estava justamente com uma ruma de crianças no Barracão fazendo cartas para enviar para a Petrobras. “Oooi amado”, ela disse ao atender. Disse que estava doente, a virose a derrubou. Agora já está melhor, já saiu, está se mexendo, “andando”, começando a campanha para arrecadar brinquedos e outros apoios para o natal das crianças. Não realizou o dia das mães – evento que promove todo ano – porque começou a campanha tarde, aí não deu. Não arrecadou o suficiente – guardou o que conseguiu para o ano que vem. O dia das crianças deu certo. Diz que o dia das crianças foi “babado”, no meio da rua, teve pula-pula, deu pipoca. “As fotos tão no whatsapp”. Agora o natal. Começa com antecedência. Está agora mesmo com as crianças, elas fazendo cartas contando o que sonham ganhar: “só coisa simples, uma mochila, um carrinho, coisa barata, um carrinho de controle remoto não é quarenta reais, não mata ninguém dar”, ela comenta.

De fato, foram tais coisas que eu vi serem distribuídas àquele dia. Embalagens grandes e vistosas. Presentes bons. Mochilas, tênis, skate, bola, boneca, caminhão-cegonha. As crianças, arrumadas com esmero e esforçadamente bem comportadas, ficavam sentadas com olhar de expectativa até ser chamada – às vezes alguma confusão, quem estava realmente sendo chamada? Liduina ou Fátima ou Andreia resolvem, agitadas e ligeiras. Umas crianças iam receber o presente sorrindo, outras tímidas, umas correndo, outras desfilando até o grupo que distribuía os presentes e encabeçavam o evento – um papai noel, umas seis funcionárias

¹⁰⁰ Sobre os impactos ambientais das indústrias da zona industrial do Porto do Mucuripe, ver Meireles, Silva e Raventos (2001).

¹⁰¹ Sobre impactos e riscos das indústrias petroquímicas para as comunidades nesta região, a partir de casos, ver Nogueira (2006)

da Petrobrás, Liduina e outras do “grupo”... Duro para estas foi administrar a frustração de quem não recebeu. Conforme o ritual avançava, com as brincadeiras de dois artistas, o discurso da representante do pessoal da Petrobrás que, dessemelhante do público nas roupas, pele e estilo, encontrou em Jesus (que está na parede, em algumas camisas e na ponta da língua de todos) um ponto de convergência ou de conexão no seu discurso com as crianças e adultos que lotavam o salão (apenas dois homens acompanhavam crianças, algumas vinham sós, a maioria com mães irmãs avós). Então veio a chamada e entrega dos presentes, um por um, com muitas fotos e animação. Mas, conforme avançavam os nomes chamados, iam nascendo caras de frustração naquelas crianças que percebiam que não seriam contempladas, pois não entraram na lista – uma começa a chorar. Pessoal da associação organiza uma fila. Momento difícil de administrar, tensão com crianças e mães na organização da fila e explicações, Liduina e outras se esforçam.

Quando o pessoal da Petrobrás foi embora, bolos comidos e refrigerantes bebidos, presentes e lembrancinhas recebidos e abertos, balões estourados, ficamos ainda um bom tempo com um grupo de crianças e mães e Liduina explicando: “Não foi culpa minha, eu mandei todas as cartas, falam lá que só a Liduina recebe, as outras comunidades tem que receber também...”. Enquanto algumas companheiras varrem e arrumam, Liduina e Fátima vão pegando os nomes e desejos de catorze crianças que não ganharam nada e ficaram até agora perturbando a já estressada Liduina que, sentada, agitava suas pernas curtas, braços, todo o corpo: “Vão simhora. Nã! Todo mundo num já recebeu lembrancinha, ninguém saiu sem nada, tu recebeu o quê?” – “uma bola” – “e tu?” – “um pandeiro” – “e tu menina?” – “uma boneca” – “então?” – “mas é besta tia Liduina” – “mas num tô dizendo mermo!” Mas finalmente ela anota os nomes e manda passarem na casa dela quinta à noite. Quando dava essas explicações, foi interrompida por um homem atrás de saber se ali havia reuniões do “Minha Casa Minha Vida”, que ele foi num órgão atrás de se cadastrar e disseram que procurasse uma associação... Liduina diz que não, mas fala de uma em outra área ali perto que faz. Depois ela se impacienta com duas meninas: “óia, mentindo que nem gente adulta”, pra ganhar mais presente. Depois me cochicha: “essas duas já tão virando moça, já andam namorando nos becos”.

Acabam de limpar o espaço, carrego a caixa de som para o carro, e umas coisas mais que vou deixar na casa de Liduina junto com ela e Fátima. Alguém grita: “a neta da Liduina ia ficando presa no Barracão”, abre a porta da Associação e uma cachorra sai ágil, magrinha das penas longas, fuço fino, olhar esperto, latido agudo, pelo ralo branco. Quando desce do carro, dois minutos depois de entrar, pois a casa é perto, a alguns metros do Barracão dobro à direita

e desço mais alguns metros na rua padre Eduardo (ou “rua do doze”), ela se despede dizendo que foi ótimo, ao que eu concordo animadamente. “E que bom”, ela comenta, que eu fiquei até o final e vi que elas deram tudo, não ficaram com nada – “escreve isso aí!” e nos despedimos rindo.

Essa questão da honestidade é importante para Liduina porque faz parte da sua área de “diferente” em relação às “lideranças comunitárias” da região. Nesse dia mesmo, quando conversava com o Rauani (jovem professor do reforço escolar e organizador/treinador de um time de futebol com crianças e adolescentes que são alunos ou passaram pelo reforço) ele disse que decidiu trabalhar na comunidade vendo a Liduina fazê-lo. Elogia suas andanças em busca de apoio pra comunidade, seu trabalho no Barracão, sua honestidade – e ele usa palavras muito parecidas com as da Graça quando a entrevistei:

Eu vejo aqui com Liduina, Liduina é uma pessoa que ela trabalha muito, ela luta muito, pra ajudar, e o pessoal ficam cortando ela direto pelas costas, num confia, acha que ela tem, tira, porque pra ser sincera, a Liduina, dessas pessoas de liderança de comunidade que eu conheço, ela é uma das pessoas mais honestas que eu conheço... de lideranças de comunidade, porque no caso de Liduina aqui, se fosse outra pessoa hoje vivia bem de vida, tu olha que Liduina num tem um canto pra morar numa comunidade dessa que ela praticamente construiu, porque aqui tem uma boa força de Liduina nessa comunidade pra chegar onde chegou, e ela num tem uma casa... tem aí a que ela doou pras filha, mas, no meu ponto de vista, se fosse outros tipo de pessoas a tá liderando aqui, tinha uma casa abençoada, que eu vejo aí as outras. (Entrevista Graça).

Graça se agita ao falar. Rauani fez comparação parecida entre Liduina e “outras lideranças que tem aí”, e também criticou pessoas que falam mal dela pelas costas, “queimam”, mesmo estando evidente que ela não “enriqueceu” à custa da associação, “nunca cobrou dinheiro do povo”. Irrita-se quando fala desses comportamentos maledicentes, pois Liduina pra ele é justamente uma fonte de inspiração, ele que foi menino daquele Barracão, comeu lá, fez reforço, diz que fez um curso do “condomínio digital” que quando acabasse tinha emprego garantido numa empresa, mas não quis trabalhar pra empresa e sim na “comunidade”.

Liduina também se orgulha de Rauani ter crescido no Barracão e hoje ser educador lá.

Rauani criado no Barracão agora é professor, a Estela era vizinha e ajudava, hoje é professora; o Alisson que aprendeu aqui no Morro a serigrafia é professor; o Márcio que era da capoeira, hoje ele é professor... Rauani e a Estela são do reforço escolar... tudo foi formado aqui dentro da comunidade. Porque o padre Eduardo, o grupo dele aqui do reforço, ele formaliza o professor e o Rauani todos os meses tem ajuda de custo e todos os meses eles vão fazer o treinamento. (...) e pra nós é um orgulho”. (Entrevista Liduina).

A constituição do grupo e instituição da “liderança”

Entramos aqui numa etapa da *luta* na qual o drama e o sofrimento do confronto violento, intenso e confinado no tempo-espaço¹⁰², dá lugar há um novo sentido de *luta*. A luta contra a “derrubada”, ao mesmo tempo que engendrou a comunidade Morro da Vitória, *formou* também aquelas pessoas que seriam suas “lideranças”.

Narrando essas experiências [*de confronto contra agentes mais poderosos*] nesses termos, essas lideranças de trabalhadores contribuem para construir *comunidades* consideradas exemplares pela sua *união* na *luta* – e para se construir, ao mesmo tempo, como lideranças igualmente exemplares, que em certo sentido representam ou encarnam essas *comunidades*. (COMERFORD, 1999, p. 36)

Agora, a coragem, a disposição, a sagacidade, capacidade de animar e articular, são agências que terão outras conotações em relação ao tempo da “derrubada”. Trata-se de participar de um calvário de incontáveis reuniões, manter relações de apoios para fortalecer suas posições nessas negociações, comportar-se com inteligência e honestidade para não serem *enganadas* nem *se venderem* diante dos agentes governamentais.

Essa coisa da honestidade, ou da austeridade das pessoas do “grupo”, e que Liduina encarna tão bem, é um marcador na sua constituição como “liderança”. O parâmetro é um conjunto de “lideranças” de diferentes comunidades da região, que emergiram no período (décadas de oitenta e noventa) dos mutirões, dos reassentamentos e outras formas de transformação sócio-espacial produzidas pelo Estado em parceria assimétrica, mesmo subordinadora, com a *comunidade*.

No caso do Morro da Vitória, além de não se subordinar, “não se vender” para o Estado foi um elemento constitutivo. Uma questão mesmo existencial, no sentido que não existiriam enquanto tal caso agissem diferente do que fizeram.

L: e a gente foi várias vezes [*no Cambeba*] e foi aí que eu fui chamada, eu fui chamada por aquele homem, como é nome dele... Maia jr. Pronto. Maia Junior chamou no gabinete dele eu, Lucierene e Socorro Cundô, e disse assim: quanto é que vocês querem pra sair do morro, quanto é que vocês querem? A Cundô mandou logo o home lá... né, com aquele jeito dela, que naquele tempo ela era muito valente mesmo [*desbocada, disse Graça*], mandou o homem ir pastar; e eu disse logo pra ele: o senhor acha que vai comprar a gente? E ele: “mas nós vamos tirar aquilo dali”. E eu: mas nós vamo ficar! Ele quis comprar nós, como compraram agora a... compraram a Tânia, ali do morro...

¹⁰² Conflito este que por sua vez é constituinte da *comunidade*: “Mais do que uma *comunidade* preexistente, é a própria mobilização e reconhecimento dessa mobilização como *luta* comum por parte de outros camponeses da localidade que engendra ou dá sentido a uma comunidade.” (COMERFORD, 1999, p. 34).

I: Do Alto da Paz¹⁰³?

L: Do Alto da Paz, compraram a Tânia [*fala baixando voz*]. Deram na casa dela o dinheiro e... [*bate os dedos numa mão na palma da outra produzindo um estalo*]. Aí queriam comprar a gente, comprar as meninas né. Aí chegemo lá fora tava o Eliseu, o Eduardo, o Antônio, aí os menino: “foi mesmo?” Foi. Alguns achava que poderia ser, como o Eduardo queria que a gente aceitasse, tinha dois ou três que queria aceitar, mas o resto não, aí a gente apostou por não aceitar.

Então essa história nossa aqui, daqui do Morro é uma história muito... como é que se diz, muito... tipo uma lenda assim, que a gente passou por muita coisa. Porque num foi fácil não, aqui não foi fácil! Aqui nós tivemos muita muita decepções, desilusões, muitos choro, abandono... teve dinheiro, alguém deu dinheiro pra nós, nós não quisemo – é muita coisa envolvida. Que é por isso que hoje em dia eu sempre digo, “Liduina por que tu num cobra associação do povo?” Não, porque na época eu fiz lá uma demonstração (...) Na época, se nós fosse uma pessoa assim, que gostasse mesmo de dinheiro, nós não tinha ficado aqui não, nós tinha ganhado nosso dinheiro e...

G: Tinha, realmente isso aí...

L: Entendeu? E nós tinha cada um ido pro seu lado e tchau. Mas não foi, a gente pensou no povo.. mesmo que hoje em dia o povo não reconheça a gente mas nós fizemos nossa parte, isso que interessa, né não Graça?

G: antigamente eles (...) mas hoje em dia eles caíram mais na real...

L: Nós nuca fomo comprada em nada do governo

G:...acho que eles devem ter se admirado porque se fosse no caso de outras pessoas nós não tinha ficado aqui não porque elas tinham se vendido.

L: É. Nunca se vendemo: Lucirene, Maria, na época a Socorro...

(...)

L: Mas na época não. Na época nós tava... nem Eliseu, ninguém se vendeu, mas ainda tinha no meio quem ainda queria que a gente saísse...

G: Branquim e Eduardo.

L: É por isso que eu digo, tinha dois ou três... mas o mais nojento de todos era o Branquinho porque ele queria tomar tudo que a gente fez – tu se lembra né Igor¹⁰⁴? Dois, três queria que nós recebesse, porque eles ia comprar casa em outro canto, uma coisa – tu tá entendendo? Só que a Lucirene, sempre foi uma pessoa que ela nunca... ela num deixou essas coisas acontecer lá não, ela dizia: “nós não vamo se vender! nós não vamo se vender pelo dinheiro”. (...) Ela não deixou, eu ainda me lembro como ela olhava pra mim e dizia assim: “Liduina nós não... [*risos porque Liduina imita Lucierene*]... eu digo: não mulher nós num vamo se vender não! [*risos continuam*]... que ela tem os oião [*Liduina arregala os olhos, mais risos*]... (Entrevista conjunta Liduina e Graça)

Não aceitar a proposta de “se vender”, para além de uma questão ética é uma questão de “agência estratégica”, sem a qual não teriam alcançado a “vitória”, ou seja, se tivessem agido diferente não existiria Morro da Vitória, como disse Graça – “se fosse no caso de outras pessoas nós não tinha ficado aqui não porque elas tinham se vendido”. Vemos em Giddens:

¹⁰³ Ocupação vizinha ao Morro da Vitória, no mesmo terreno do “Morro do Caic” (ver seção 3.3.2), que ocorreu em 2012 e foi despejada em 2014.

¹⁰⁴ Branquinho foi candidato contra Liduina na segunda eleição da Associação do Morro da Vitória, como veremos adiante.

“Agência” não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade dela para realizar essas coisas em primeiro lugar (sendo por isso que agência subentende poder...). “Agência” diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido. A ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental¹⁰⁵... (GIDDENS, 2013, pp. 10-11)

Veremos que se as representantes do Morro da Vitória tivessem agido diferente – aceitado as propostas dos agentes governamentais – a *comunidade* Morro da Vitória, esta configuração política e sócio-espacial que se consolidou nos últimos quinze anos, não existiria hoje. Além da “honestidade” por não ter se vendido ao governo, nem ter cobrado dinheiro do “povo”, e o sacrifício de, além de ter passado pelo conflito da “derrubada”, suportar as *peregrinações* aos órgãos, reuniões etc., são duas marcas da constituição do “grupo” do Morro da Vitória e da instituição da Liduina como “líder”.

...mas porque foi muito cansativo mesmo, o dia a dia, a gente, muitas vezes até hoje tem a sequela da fome, porque a gente passava mesmo, passar o dia todim esperando que a pessoa do governo atendesse, era, a gente não tinha dinheiro pra comprar o lanche né. (Entrevista Liduina)

A “liderança” é essa pessoa que é “investida” nesse papel (BOURDIEU, 1996), instituição que se dá em grande medida por “atos” de agentes políticos do Estado, mas sempre também em grande medida pela capacidade legitimadora e articulação junto às pessoas da *área* que ela representa. Trata-se de conjugar a autoridade capaz de investir com eficácia a “liderança” com voz autorizada (Estado) e, ao mesmo tempo, passar com sucesso pelos *rituais constitutivos* do grupo (comunidade) de forma a ser autorizado por este como seu porta-voz¹⁰⁶.

No caso do Morro, as referências eram “lideranças” de mutirões e conjuntos habitacionais, de uma época¹⁰⁷ da qual são famosas as estórias nos “mutirões”, onde o estado financiava o material e as lideranças geriam sua distribuição e coordenavam o trabalho comum de produção das moradias, e os esquemas de clientelismo e fisiologismo eram aceitos

¹⁰⁵ No caso do referido episódio, uma “monitoração reflexiva mútua” ou coletiva.

¹⁰⁶ Dialogo nessa passagem, principalmente, como dois textos de Bourdieu (1996): **A linguagem autorizada**: as condições sociais da eficácia do discurso ritual (1996:85-96); **Os ritos de instituição** (1996:97-106). Deste último, cito a seguinte passagem: “O porta-voz autorizado é aquele ao qual cumpre, ou cabe, falar em nome da coletividade; é ao mesmo tempo seu privilégio e seu dever, sua função própria, em suma, sua competência (no sentido jurídico do termo). A essência social é o conjunto desses atributos e destas atribuições sociais que o ato de instituição produz como ato solene de categorização que tende a produzir o que ele designa.” (1996, p.101).

¹⁰⁷ Ver seção 1.3.

em alguma medida, assim como as formas de enriquecimento pessoal pela apropriação de recursos e oportunidades. Nesse contexto emergiram as “lideranças” dos conjuntos Santa Terezinha e São Pedro (este, construído em mutirão), do Castelo Encantado, ocupação do Morro do Teixeira, reassentamento mutirão e ocupação no Serviluz, da Praia do Futuro... Eram principalmente mulheres – como Socorro Santana no São Pedro ou Mariazinha no Serviluz, locais onde houveram mutirões e reassentamentos, para dar dois exemplos em dezenas – mas alguns homens também, como o seu Wagner da Lagoa do Coração ou o Luiz da Estiva ou seu Isaías do Morro do Teixeira¹⁰⁸.

Nogueira (2006) recompõe a saga do reassentamento, em 1976, da comunidade de pescadores da Praia Mansa – ilha artificial criada por conta das obras do Porto do Mucuripe e que foi ocupada por famílias de pescadores – para o Serviluz, dando origem ao Titanzinho (2006, p. 71 e ss.). Apresenta-nos também Mariazinha, liderança comunitária no Serviluz, provavelmente a principal referência, entre muitas outras que foram surgindo ao longo do tempo no movimento comunitário do Serviluz (onde pululam dezenas de associações, ligas esportivas, projetos sociais) durante muitos anos:

Dona Mariazinha acumula vários anos de prática comunitária onde adquiriu contato com diversos políticos, trabalha como responsável não apenas pelo Serviluz, mas participa de diversos conselhos populares na cidade. Participou da fundação da Federação de Bairros e Favelas (FBF), em 1980, e se tornou uma referência no movimento popular no estado. (NOGUEIRA, 2006, p. 106).

No mesmo trabalho vemos também referências a trajetórias da Associação de Moradores do Titanzinho, de outros agentes comunitários, o importante papel da Igreja Católica e da Colônia de Pescadores (importante na mediação com Marinha para garantir espaço para pescadores e suas famílias em áreas de praia).

No ano de 2001, essas “lideranças” já iam com seus mais de cinquenta ou sessenta anos, já viram outra geração assumir espaço na “arena pública” da *região* ou até da cidade, mulheres também na maioria, que no caso do Grande Mucuripe e Praia do Futuro foram coetâneas de uma ascendência do trabalho missionário-político das Cebs, bem como do trabalho político de partidos e parlamentares da *esquerda*. Muitas das lideranças mais antigas eram ligadas à Igreja (paróquias, pastorais, missionárias), mas também a partidos políticos como o Psdb (anos noventa). Este atuou muito na região junto às lideranças, e impôs como

¹⁰⁸ O primeiro e o último aparecem intervindo nas “*Atas da Reunião da Comissão de Reassentamento do Farol Novo II – Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente; Secreta Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos*”, bem como dona Ieda que atua em várias “comunidades” da região. Os três a reclamar da “invasão” e a reivindicar as casas pro “seu povo”, sobretudo a última.

política de governo um modelo de organização associativa chamada “sociedade habitacional”, nome de muitas das associações criadas de forma padronizada nos anos noventa¹⁰⁹, sobretudo nos territórios produzidos por meio do Programa de Mutirões é comum ouvir as “lideranças” dessa época na *região*: “o dotô Tasso foi o melhor governador, o que mais se preocupou e apoiou as comunidades”. Mas, claro, as lideranças se relacionavam com outros partidos, com vários, uma mesma pode ir mudando sua fidelidade que na verdade é mais pessoal do que partidária, mas que também é um “mercado político”:

Eu como liderança tenho contato com todo mundo. Eu tenho meu partido mas eu não tenho que me atrelar a partido algum, eu tenho que trabalhar em benefício da comunidade (...) por isso eu tenho amizade com todos, meu trabalho é comunitário, é pela associação, é pelo povo (...) aqui é aberto pra todo mundo. (Mariazinha, *apud* NOGUEIRA, 2006, p. 106).

Nogueira transcreve essa fala de Mariazinha que reflete bem uma ética bastante disseminada entre líderes comunitárias, onde os políticos e os partidos são “de fora”, a “comunidade” é o centro da ação da líder junto aos seus, os “de dentro”, ação que quanto mais eficaz for maior a chance de valorizar a líder junto aos pretendentes de apoio eleitoral. Mattos (2012) analisa bem essa lógica em sua pesquisa no Conjunto Palmeiras, observa como os líderes comunitários separam “comunidade” e “política” em dimensões diferentes, sendo a última restringida ao período eleitoral, quando as relações com “os de fora” se dão em vários arranjos, mas onde “mercado de apoio” está muito presente:

No estudo da campanha eleitoral no Palmeiras, as relações entre ‘líderes comunitários’ e ‘políticos’, em alguns momentos, pareceram-me próximas a um *mercado de apoio*. Algumas lideranças esperavam a melhor proposta dos candidatos, independentemente de suas ligações partidárias anteriores, para decidir quem apoiariam ou para quem trabalhariam na campanha. (MATTOS, 2012, pp. 221-222).

As disputas e as agências decisivas

Foi nesse contexto que o “grupo” do Morro da Vitória emergiu. A associação, por exemplo, foi criada em julho de 2001 como *Associação Habitacional do Morro da Vitória* (anos depois mudou o nome e o estatuto, sacando o “habitacional”). Liduina chegou a participar da criação de uma “sociedade habitacional” para realizar um mutirão para o pessoal do Morro da Vitória na Cidade 2000, mas o projeto foi abandonado em meio aos desentendimentos entre as representantes do Morro e os do governo, sempre com expectativas tão díspares. O governo Tasso, por meio da Seinfra, nunca abandonou a meta de retirar os

¹⁰⁹ Ver seção 1.3.

ocupantes do Morro da Vitória e construir o conjunto Farol Novo. A posição assumida pelo governo logo após a paralisação dos confrontos da “derrubada” (ver anexo Z) não foi abandonada até o fim do governo: a necessidade de retirar os ocupantes e garantir o reassentamento previsto originalmente – pondo fim à “subversão”. O que mudou foram as abordagens e estratégias. Liduina fala sobre a proposta de transferi-las para a Cidade 2000:

Esse projeto do governo do estado foi feito quando nós ocupamo isso aqui, imediatamente fizeram um projeto. Esse projeto foi pra Cidade 2000, porque queriam que agente saísse daqui e fosse pra 2000.

(...)

Aí fizeram até a **sociedade**, tem meu nome e tudo lá no governo do estado, eu e umas menina, que nós ia resolver... ia fazer as casa... antigamente num fazia né¹¹⁰, aí eu tenho aqui o papel da receita.... (Entrevista conjunta Liduina e Graça)

Aquelas são as lideranças comunitárias às quais Graça se refere quando diz: “...a Liduina, dessas pessoas de liderança de comunidade que eu conheço, ela é uma das pessoas mais honestas...”. Assim, a fama de honestidade de Liduina é *beneficiada* pela analogia com as tais “lideranças de comunidade”. Mas também pelo seu espírito de abnegação ou de entrega à luta em prol da comunidade, casada a relativo desinteresse material. E essa questão talvez seja a mais forte e consistente: “a Liduina é uma mulher lutadora”, reconhecem todos. Já a fama de honestidade é questionada constantemente, como depõem Graça, Rauani, Lucirene. Essa falação à boca miúda, “pelas costas”, de fato existe e faz parte da própria configuração estabelecida a partir das relações de interdependência nas comunidades (ELIAS, 2000; 2001) – foi presidente de associação ou liderança comunitária, por mais admirada e respeitada, nunca falta quem acuse ou insinue que na verdade a pessoa está ali “é ara se beneficiar”, como isso servisse de contrapeso para moradores que não participam ativamente do trabalho comunitário, mas não querem se sentir em dívida com essas pessoas que representam politicamente e dedicam trabalho à comunidade, afinal, não estariam se doando, pois sempre haveria um interesse em troca. Isso gera um certo equilíbrio nas relações de poder internas à comunidade, diminuindo a autoridade da liderança.

E as “lideranças”, inclusive Liduina, de fato sobrevivem, pelo menos durante períodos, de remunerações ligadas a atividades realizadas pelas associações no bojo de projetos, ou por apoio direto de um benfeitor. Lucirene, por exemplo, deixa claro em sua entrevista que padre Eduardo “ajudou” as pessoas da comissão que só se dedicavam ao *trabalho comunitário*. Mas

¹¹⁰ Refere-se, provavelmente, ao Programa de Mutirões que exigia a criação de uma “sociedade habitacional” com representantes da “comunidade” e do Estado, ficando as “lideranças” responsáveis por administrar o recebimento de material, os trabalhos e a distribuição entre os cadastrados na “sociedade habitacional” – ver a seção 1.3.

isso é diferente de “se aproveitar do povo”, “roubar da associação” ou “se vender”, condutas estas que levam a liderança a “enricar”. Numa analogia mal feita, é como se tivessem seus próprios padrões para “tipificar” o que o Direito chama de “enriquecimento ilícito” ou “sem causa”. A pessoa pode ser remunerada a partir dos “trabalhos” da associação, mas não angariar renda a partir de “exploração do povo”, como cobrar por cadastro ou acesso em projetos e políticas sociais como muitas “lideranças” fazem em relação à questão habitacional¹¹¹, nem a partir de subornos fazendo dos interesses das pessoas ou da luta mesmo uma mercadoria, nem a partir de desvios do “bem comum” como as *coisas* que vem para associação. Lucirene nos fala sobre conflitos internos ao “grupo” justamente em torno dessas questões:

L: O conflito maior que nós tivemos foi assim, em termo de parceiros nosso ser denunciado de pedir suborno, negócio de agradozinho né, roupa, sapato, perfume caro, entendeu, e chegar lá, é, como se diz... tipo intimidar as pessoas devido “ó você tá ali porque eu tô deixando você estar”, entendeu?, e “se você puder me ajudar e tal, eu vou pruma reunião em tal canto e preciso, a comissão precisa de tanto”, entendeu?, isso teve, não adianta negar, pra todo mundo tá claro, tem pessoas testemunhas no próprio povo que teve, e pode até num falar agora porque passou muito tempo, mas tem pessoas que eu conheço de có...

I: E as pessoas que fizeram isso, continuaram?

L: Não não! teve, com o tempo a gente tirou da comunidade(...) nós tivemos comprovação num foi suspeita(...) aí foi que passado isso foi dito quase numa assembleia geral, e essa pessoa saiu, a associação já tava criada... aliás uma pessoa não, foi duas, duas da comissão que teve esse problema, num precisa nem falar nome né. Essa foi que pegou dinheiro de uma senhora, na base de uns dois mil reais. (...) Aí isso que nos abalou muito, nós tivemos muita discussão na associação; tiveram também uns momento que... a comissão mesmo trabalhou muito dentro do Morro da Vitória, se doou demais... mas a própria renda que tinha dentro, eu vou dizer como era essa renda: o padre Eduardo – que deus nosso senhor o proteja e dê muitos anos de vida a ele – durante um ano consecutivo mesmo um ano, o padre ajudou a gente, não precisava ninguém querer 10 conto de ninguém, eu acho que não foi só um ano eu acho que foi dois ano, o padre todos os mês, que se você num acreditar pode perguntar pra ele, ele pode até dizer que é mentira né porque os padre não... (...) ele não falou porque ele é um sacerdote né, mas o padre todos os mês me lembro como se fosse hoje, era dia 5 dia 6, ele chegava com dinheirinho, dava pra cada um, só não o Eliseu que já tinha saído – ele saiu por ambição porque arranhou um gringo pra jogar pra cima da gente, um gringo réi que eu detestava ele... tudo por interesse, um projeto de num sei quantos milhões, e esse projeto foi aprovado e o dinheiro veio, foi num instante que o Eliseu mudou de, saiu do Morro da Vitória bem rapidinho... Mas eu, Branquinho, pode perguntar pra ele, Marquinho, que o padre Eduardo ajudava a gente nisso aí, eu, Liduina, Maria, Cundô e Graça... num era lá essas coisa demais, mas ele agradava, então, nós mesmo dizia padre num pode, ele dizia “não, isso aqui é pra vocês saírem e ao menos

¹¹¹ Cujo equivalente numa *ocupação* seria a venda de lotes do terreno ocupado, o que por sua vez é moralmente mais condenável do que vender o próprio “barraco” numa ocupação.

comerem alguma coisa quando vocês forem pras reunião”, que **era muita reunião né, tinha vez de nós passar muita fome que num tinha dinheiro**, e ele nos ajudava (...) Por isso que eu digo que não precisava ninguém da comissão se dar bem em cima do povo que já tava lascado né, que não tinha dinheiro nem pra fazer o barraco. Não precisava e nem que num tivesse isso, não precisava, porque eu acho que a pior coisa que tem é a pessoa se beneficiar em cima da miséria dos outro.

I: E tu nesse tempo, tava sem trabalhar? como é que tava tua vida nesse tempo aí?

L: A minha vida nesse tempo era assim: meu pai era aposentado, minha mãe aposentada né, eu só tinha minha filha e o meu filho, e eu tinha... como eu tinha muitos irmão, meus irmão me ajudavam, compravam o leite, principalmente o cumpadi João, num faltava o leite do meu filho, e com o dinheiro dos meus pais ia me mantendo né, eu e meus pais. Então, eu vim trabalhar mesmo, trabalhar pra mim mesmo, de empregada, mais ou menos depois de um ano, entendeu?, mas eu não ficava diretamente trabalhando, era faxina (...) em Croatá eu dava reforço, antes deu vim , dava reforço escolar pela prefeitura de São Gonçalo do Amarante, contratada, e passei foi muito tempo dando reforço escolar, mas não era registrada, era só um contratim por causa de campanha política (...) Aí quando foi aqui fui trabalhar com faxina. Aí foi na época que chegou uns gringo no Barracão, aí desses gringo começaram a colocar reforço, aí nesse reforço eu entrei, aí eu comecei a ganhar pelos gringo. Nunca no Barracão ficou alguém de graça totalmente de graça, entendeu, pra deixar bem claro isso pra num dizer assim: “ó foi todo mundo o resto da vida foi voluntário no Morro da Vitória”, porque não foi, eu digo que é mentira. Não precisava ninguém fazer erro dentro da própria diretoria entendeu, porque Marquim já trabalhava, o Branquim também trabalhava, entendeu?, eu tinha quem me bancasse que era meus pais né, eu tinha dois filhos, mas tinha meus irmão que ajudava né, e ninguém nunca passava fome, aí teve essa ajuda do padre, e depois acabou que todo mundo foi trabalhar, uns foi trabalhar mas outros continuavam no Barracão, mas que continuou sendo ajudado pelo padre, era assim: os que saía o padre cortava entendeu, se eu fosse trabalhar não precisava mais do padre, entendeu... aquele ali não ia mais precisar, (...) só quem tivesse trabalhando dentro da comunidade, tinha que fazer o cadastramento...

I: Qual era os trabalhos na comunidade, o cadastramento?

L: É assim o cadastramento, tinha que fazer o levantamento das pessoas, saber quem tava entrando e saindo, saber se realmente tinha gente que tava vendendo... (Entrevista Lucirene)

É importante entender que a nomeação “liderança comunitária”, como usada nos depoimentos aqui trazidos, não abarca todo o universo de pessoas que se dedicam ao trabalho ou luta comunitária. Muito pelo contrário. Tanto Lucirene como Graça ombreiam com Liduina lutas e trabalhos, fizeram parte da diretoria da associação, da coordenação do Mcp e da “comissão organizadora” da ocupação Raízes da Praia, além de colaboradoras da Ceb; sazonalmente (e essa é uma diferença importante em relação a Liduina) ajudam na organização dos eventos, vão para reuniões e participam ativamente de discussões e ações... mas Graça nem de longe se considera “liderança de comunidade”, nem as outras pessoas o

fazem. Na verdade, poucas são as “lideranças de comunidade”, uma vez que só o é quem é investido como tal para representar a comunidade perante o Estado e a sociedade (BOURDIEU, 1996). Legitimidade que vem por diferentes caminhos, mas passa sempre pelos agentes políticos do Estado e pelos agentes da comunidade. São poucas as “lideranças” hoje em meio ao universo de agentes que compõem o *movimento popular* ou *comunitário* – entendido aqui como “arena pública” onde atuam moradores das comunidades, favelas, bairros populares, em articulação ou mediação com setores da *sociedade civil* e do Estado¹¹². Cada vez menos. Liduina mesmo se incomoda em ser identificada como tal em alguns espaços do *movimento popular* e em algumas relações políticas, mas na maior parte do tempo assume tal papel plenamente¹¹³.

Também a proliferação de ocupações na região nas décadas de noventa e de dois mil (prática que vinha de décadas passadas, mas foi intensificada) contribuiu para o surgimento de mais “lideranças” e muitos outros agentes *comunitários*, numa situação em que o Estado já não determina exclusivamente a produção do espaço por meio das iniciativas de governo como conjuntos habitacionais, mutirões, remoções, reassentamentos. São as ocupações, *produzindo comunidades*, que protagonizam a produção sócio-espacial nesse período, gerando intensos conflitos com proprietários particulares e com o próprio Estado.

A situação de conflito, de insegurança da posse – com suas remoções, reassentamentos, despejos – leva a um fortalecimento do agrupamento em torno de uma organização com legitimidade negociadora junto ao Estado, daí a força dos agentes políticos estatais na instituição das “lideranças”. Acontece que no caso da “comissão” que originaria a Associação do Morro da Vitória, a sua legitimidade veio num processo de enfrentamento direto ao governo do estado, de conflito aberto, de confrontos. Suas duas principais agências (que influenciaram decisivamente os rumos dos acontecimentos) foram: ajudar a organizar a resistência ao despejo após o caos da “derrubada” e da reação das pessoas, e mediar apoios na *sociedade política e civil* num cenário de comoção que o conflito gerou. Numa configuração como essa, as agências a serem valorizadas e capazes de gerar algum poder e legitimidade são muito diferentes de um cenário, por exemplo, de um conjunto habitacional onde agentes do Estado definem em parceria com “lideranças comunitárias” quem vai morar, quando etc.

¹¹² No capítulo seguinte discutirei “ações” das personagens em arenas públicas, tendo como base para a noção de “arenas públicas”: Arendt (2013) e Fraser (1990)

¹¹³ Para Goffman, “os indivíduos frequentemente alimentam a impressão de que a prática regular que estão representando no momento é sua única prática ou, pelo menos, a mais essencial. (...) Os atores tendem a alimentar a impressão que o atual desempenho de sua rotina e seu relacionamento com a plateia habitual têm um caráter especial e único.” (GOFFMAN, 2013, pp. 61-62). Nesse sentido, vi várias vezes Liduina trafegar entre representações de negação convicta e representação à vontade do papel de “liderança”.

Então, a questão é: quais agências, quais qualidades, quais transformações foram decisivas nessa trajetória de constituição do “grupo” e *instituição* de Liduina como “liderança”, e como tal trajetória se confunde com a constituição do Morro da Vitória como *comunidade política*?

Vejamos o que nos diz Lucirene, companheira de Liduina desde a primeira composição da “comissão” no dia da “derrubada”. Ela me fala, ao explicar porque apoiou Liduina para ser a presidenta da associação quando esta foi criada (mais de um ano após o início do conflito):

Eu confiava na Liduina devido a uma obra que ela fez muito grande, que nem eu não tive reconhecimento da humildade que ela tem, que ela é boa pessoa, que eu acho que pra trabalhar numa associação, trabalhar em qualquer coisa de frente com pessoas tem que ter esse lado um pouco bom, entendeu. (Entrevista Lucirene)

E ela conta que certa vez estava em casa – “isso tava pouco tempo, só tinha mais barraco, só tinha umas duas ou três casa de tijolo, aí chegou uma senhora da quadra três” – essa senhora pediu pra “dona” Lucirene se ela não podia arranjar-lhe “um leitim” pro filho, ou açúcar ou café, “que lá em casa não tem nada”. Lucirene disse para a mulher que depois ia olhar e ia lá no barraco dela. Só que Lucirene esqueceu, como me disse, que o Novinho (seu marido) tinha colocado um botequim e que tinha açúcar, café. Esqueceu o assunto e foi fazer o almoço – “só que quando eu fui comer, eu não consegui comer, inchou aqui na minha garganta, é como se tivesse um sapo na minha garganta que eu me lembrei, entendeu, me lembrei do... da... do leite do menino.” Ela faz um *mea culpa*: “...deu ter pegado lá da minha casa as coisa eu não peguei eu me esqueci, num foi de ruim não eu me esqueci, que eu jamais faço isso”. Pois ela foi à casa da Liduina naquele exato instante.

Na casa da Liduina não tinha nada. Eu dixei Liduina nós tem que dá um jeito, aí eu falei né do pedido, que só iam pra mim e pra ela sabe, aí ela pegou foi lá no Riba, que tinha um comércio, eu nunca me esqueço que foi onde eu defendi ela e ainda defendo até hoje, mesmo que as vezes ela teje errada, ela foi lá no Riba e comprou fiado – depois eu chorei tanto Igo, que depois que eu fui me lembrar, d’eu levar da minha própria casa, não, fui pegar de quem não tinha, e ela deu um jeito, ela comprou fiado no Riba e eu fui deixar, aí eu perguntei e tu vai ficar com quê, e ela ‘não, depois eu me viro’. Nunca vou esquecer dessa ação que ela fez, nunca, nunca vou esquecer, eu conto isso na ocupação... (Entrevista Lucirene)

Pois na opinião de Lucirene: “pra ser um presidente de associação, ele não pode ser bom demais, mas tem que ter esse lado dele meigo, da solidariedade ó, ele é deus? claro que ele não é deus, ninguém é!”. Então ela se convenceu:

...mas num ato desse pra mim ela era pra ser presidente e foi, mas foi por cima de pau e pedra, só eu, eu e a Graça, as menina quase... induzida pela Cundô, achava que a Cundô era essa tal, eu disse minha filha isso aí é demonstração... pra mim não serve, eu quero o lado humano da pessoa. (Entrevista Lucirene)

E quem é mesmo Cundô. Cundô é a Socorro, a quem conheci logo que cheguei ao Morro, atualmente mora no Castelo Encantado e até agora não a encontrei para entrevistar pra esta pesquisa. Meu primeiro contato com Socorro foi no Morro da Vitória, numa reunião no Barracão em 2002, antes dela se afastar de vez da associação, pois à época ela era vice-presidente e bastante ativa, na reunião era quem mais falava¹¹⁴. Depois a reencontrei num episódio (em 2003) no qual ela viraria capa de jornal e apareceria nas televisões esbravejando contra o fechamento de boxes e barracas de antigos permissionários no calçadão da Beira Mar, para remodelar o calçadão como parte do processo de *gentrificação* da Beira Mar. Os antigos permissionários, a maioria nativos da região, foram fechados pela vigilância sanitária e pela prefeitura, que lhes tirou a permissão, o material foi apreendido e levado para um depósito da Secretaria Regional II, e muitas pessoas ligadas às dezenas de estabelecimentos fechados reagiram – Socorro ia à proa. Conflito instalado. Ela gritava, esperneava, confrontava fisicamente as autoridades, pois tentavam impedir o fechamento e, principalmente, evitar que apreendessem o material: refrigeradores carregados, engradados com garrafas, cadeiras, mesas, isopores... Foi uma sequência de cenas dramáticas, às quais presenciei como jovem advogado de direitos humanos, tentando ajudar a pressionar para que não apreendessem as coisas, pedindo para ver mandados, tentando evitar que resistentes fossem presos. Foi um caos sob o sol escaldante de um final de manhã, começo de tarde no Mucuripe. Socorro foi uma guerreira. Depois foram tentar se organizar para ir atrás de recuperar o material e tentar reverter a situação, ir atrás de apoios e tal. Desse reencontro, já que continuamos mantendo contato nos dias seguintes, surgiu uma conversa interessante.

Socorro me pediu uma orientação jurídica sobre uma situação envolvendo uma associação, um projeto – ela considerava que havia fraude. O personagem: Eliseu. Esses dois sujeitos foram fundamentais na constituição política do Morro da Vitória. Em outras condições, seria um ou outra a “liderança” e não a Liduina.

Foi no contexto da “derrubada” que nasceu a “comissão”, embrião da futura associação. Pessoas como Socorro, Liduina, Lucirene, Maria, Tereza, Graça, destacaram-se falando à imprensa, discutindo com policiais, articulando discursos e fazendo resistência

¹¹⁴ Ver foto do jornal Diário do Nordeste de 13/02/2001 (anexo X), onde aparecem Socorro, ao microfone, e Liduina, ao lado.

corporal contra a derrubada. E assim, umas foram identificando outras e se procurando, *atenadas*, no intuito de se organizarem para enfrentar tal situação. Porém, não sabiam muito bem como, daí a importância das articulações com pessoas e grupos externos que vieram ajudar. Mas antes, no imediato calor da derrubada, quando as ondas desse acontecimento ainda começavam a se expandir, antes que chegassem os apoios e solidariedades, tiveram de se virar por conta própria e ligeiro. Nesse quadro, Eliseu foi importante, pois tinha alguma experiência política. Então, ele aparece muito nas narrativas dos primeiros tempos, mas depois some.

Eliseu participou das primeiras *levas* que chegaram ao pedaço de morro onde brotaria o Morro da Vitória. Das minhas interlocutoras, Graça foi quem chegou primeiro (havia umas seis a dez famílias no pedaço de quadra onde se alojou), e ela já veio por intermédio de uma relação com o Eliseu. Ela morava no Mirante, primeiro com a irmã, logo que veio de Icapuí, depois ela e o marido alugaram um...

...quartinho por 40 reais na época, na mesma rua, pertinho entendeu? mas era só assim pra quando eu chegasse do trabalho eu ter um pouco mais de descanso. E quando tava com um mês, um mês e meio mais ou menos, o Eliseu chegou lá e convidou ele... tinha surgido essa ocupação do morro, aí o Eliseu da dona Ermínia chegou e convidou ele pra vim pra cá pegarem um canto aqui no morro, que tava surgindo essa ocupação.

Graça nunca faz comentários sobre a atuação política de Eliseu – suas relações vinham de outras redes e eram mais diretas com o Cezinha, marido dela, que é quem foi pra ocupação na frente, em camaradagem com o Eliseu e outros homens da rede familiar, marcou o seu pedaço e levantou o barraco para o qual a Graça “foi pra dentro”. Então, veio a “derruba”, voltaram pra casa de Tita, sua irmã, pois o quartinho que largaram há seis meses já estava alugado. Mas veio a oportunidade de voltar à ocupação, novamente por meio do Eliseu: “...a Liduina e Socorro ofereceu pro Eliseu o espaço, aí ele chamou Cezinha, ele (*Eliseu*) era da associação já, fazia parte (...) assim eles tavam se juntando já. Aí Cezinha veio e limpou e ficou, mas foi por intermédio dele, do Eliseu, que a gente veio pra cá.”

Só então Graça passou a participar da *política comunitária*, e chamada não por Eliseu, mas por Liduina que a percebeu no terceiro dia da “derrubada”, quando Graça, gritou, enfrentou, deu entrevista e tal:

...aí foi quando Liduina me chamou e perguntou se eu num queria participar do grupo, da associação, pra mim ser um membro da associação. Aí eu disse a ela que ia, não tinha problema, aí foi que eu entrei pro grupo, ela me botou como conselho fiscal, do conselho fiscal, aí eu fiquei no grupo, já tem o que, acho que já tem uns oito ano. (Entrevista Graça)

Já Liduina comenta o papel político do Eliseu na criação e nos primeiros passos, exercendo uma agência agregadora. Mas quando Graça se aproximou das “meninas da associação”, Eliseu já tinha se afastado. Liduina tem a memória do Eliseu na gênese do grupo que formaria a “comissão”, e que começou a se articular no dia mesmo da “derrubada”, dia em que Liduina chegou à ocupação – “a Lucirene, eu acho que foi fundamental porque já estava junto com outros companheiros, o Eliseu, todo mundo se ajudando se formalizando, foi aí que a igreja se engajou”.

Mas Lucirene corrige a memória de Liduina, pois também Lucirene chegou nesse dia, também ela viu o Eliseu e outras pessoas começando a tentar se organizar. E é ela também quem faz o relato mais detalhado das relações e disputas que culminaram na escolha de Liduina como presidenta da associação, quando agências e qualidades diferentes se chocaram e tiveram de ser valoradas no processo de constituição política do Morro da Vitória, com atribuição de legitimidades e poder de representação, isso em meio a um contexto de conflito com o Estado e de criação sócio-espacial de uma nova *comunidade*, enfim, em meio a um tenso e intenso processo de “produção de território”.

Num momento da entrevista, Lucirene comenta sua perspectiva de um episódio marco, quando Liduina e a maior parte da “comissão” quase se deixam convencer por uma proposta de um representante do governo do estado, pela qual elas desocupariam os pedaços das quadras ocupadas – que incluía onde a Lucirene morava, já que sua casa nunca chegou a ser derrubada – bem como o acampamento no Barracão, para que o Estado limpasse tudo e levantasse o conjunto, que ia ser ligeiro, uma semana, pois as casas eram pré-moldadas.

Aí a Liduina disse: “é mermo né negada”, aí eu disse assim “olha Liduina como é que nós vamo... como é que nós vamo sair dum terreno, em uma semana pra fazer num sei quantas casa, e por que é que num bota gente dum lado para o outro, mas que a gente não pode deixar o terreno descoberto”. A Liduina foi dar a ideia ele num aceitou não: “não pode, tem que limpar o terreno todo!”, eu disse “isso num existe meu querido! que aqui são sete quadra! sete quadra, você pode apontar uma quadra botar o pessoal daquela quadra pra outra quadra”, né não Igo, e depois ir apontado de uma por uma, num era assim?, vamo botar todo mundo junto colado, fazer uns barracão – quis não, queria que fosse tudo limpo, eu disse: “pois num vai existir não!” (Entrevista Lucirene).

Nesse ponto da conversa, comparo com a situação da ocupação Alto da Paz, onde havia “representantes” em oposição, uma parte aceitou acordo semelhante, a outra não queria aceitar, então veio o despejo. Diante da repercussão, a prefeitura garantiu que os ocupantes cadastrados entrariam no conjunto que seria feito para futuros *removidos* do Serviluz. Isso foi no primeiro semestre de 2014, até hoje não iniciaram nada no terreno. Ela então passou a

criticar e ridicularizar a proposta: “Ele veio dizer ‘a senhora não tá entendendo’, eu tô entendendo, tô entendendo, tô entendendo que depois que a gente sair do terreno vocês não vão fazer nada! e aquelas casa réia ali num prestam não!”

Mais na frente ela diz:

Então foi isso que **se não o Morro da Vitória não existia** – foi uma pejeja meu fi, ficou todo mundo contra mim que eu era sempre negativa, eu nunca tinha um ponto positivo – claro! ói se... só louco ô Igo, entendeu, que ia desocupar umas quadra daquela, aquele pessoal ia pra onde? (Entrevista Lucirene).

Então, eu comento: “vocês iam perder o único poder que tinham né que era de tá na posse no terreno...”. E ela emenda:

Pois é, e olha que eu não tinha nem noção, assim, eu já tinha trabalhado em associação quando era mocinha quinze anos e tudo mais, mas eu não tinha, jamais tinha trabalhado numa associação grande com muita gente com mais de não sei quantas pessoas, e onde tinha só fera, que o Eliseu era fera, já tinha sido candidato a vereador, tava puxando o saco dele [*do secretário de governo*] claro né, porque pra ele não saía perdendo nada, e nós era apenas a marionete, eu e a Cundô e, a Cundô tava junto com o Eliseu, a pobe da Liduina e eu e a Graça era as perdida. (Entrevista Lucirene)

É interessante observar que certa experiência política do Eliseu foi importante, inclusive impulsionando a criação da associação¹¹⁵, mas com o tempo os *vícios* foram embotando as vantagens na medida em que, numa situação de enfrentamento, ter à frente uma mentalidade *tradicional* de “liderança” subordinada ao Estado, já que dele advêm oportunidades, não era interessante. E não o era para ninguém, inclusive para o próprio Eliseu. Precisava-se de pessoas com inteligência política, mas também *desconfiadas* e dispostas a discordar e enfrentar os agentes do Estado. Assumir esse papel não interessava ao Eliseu, tanto que ele mesmo não se colocou para presidir a associação quando esta foi criada, preferindo apoiar a Socorro. Dois anos depois apoiou o Branquinho numa disputa eleitoral, onde venceu a chapa da Liduina, Assis, Lucirene, Graça e outras.

Interessante que quando eu reencontrei Socorro em 2003, ela justamente me pediu “orientações” para agir contra Eliseu, acusando-o de irregularidades num projeto da entidade que ele havia criado (ou *assumido*) e dirigia – Federação de Áreas de Risco de Fortaleza, uma coisa assim. Lembro que conversamos lá na Beira Mar, tomando água de coco de uma barraca que não fora fechada ou reabriria, com a qual ela tinha alguma relação. Lembro que ela disse coisas escabrosas em relação ao tal “projeto” com alguma entidade estrangeira, um “gringo”

¹¹⁵ Na foto do jornal O Povo, acompanhada do título: “Duna vira Morro da Vitória”, vemos o Eliseu ao centro da foto, sentado junto a uma mesa cercado de pessoas, como estivesse fazendo um cadastramento (anexo V).

no meio... enfim, não lembro da história nem sei se tinha fundamento, mas o fato é que Eliseu *pegou essa fama*. É o que Lucirene diz quando narra uma discussão com o Branquinho, que foi da “Comissão” e da primeira diretoria da Associação, e para o segundo mandato encabeçou uma chapa de oposição:

eu faço é uma aposta contigo Branquim, como vocês num leva, nem tu nem o Eliseu, porque o Eliseu é sujo e tu porque tu se corrompeu com o Eliseu, entendeu?, vocês querem usar o pessoal de cobaia (...) Eram unha e carne meu fi, o Eliseu deu tudo pro Branquiniho, uniforme de futebol... (Entrevista Lucirene)

Logo, houve disputas pela instituição na condição de “liderança comunitária” do Morro da Vitória, o que por si só era peculiar, mas mais ainda foi o perfil do grupo vencedor e da sua representante, Liduina. Por que? A situação de conflito? A energia da luta?

O fato é que Eliseu, o mais experiente e o responsável por várias iniciativas no começo, afastou-se. Cundô era pra ser a presidente, por indicação do Eliseu e também por seu carisma e por ter mais o perfil das “lideranças”, mas isso também contribuiu para sua rejeição. Na opinião de Lucirene ela era “arrogante” e um tanto “exploradora”, gostava de centralizar atenção e poder. E Lucirene se insurgiu contra a ascensão de Socorro sobre o grupo.

Imagino como Socorro deve ter se destacado nos dias dos confrontos da “derrubada”. Atrevida, agressiva, expressiva (tanto na voz como no corpo), não tem medo de polícia – inclusive lida com policiais no cotidiano, pois atua como uma espécie de *rábula* articulando soltura de presos, não sei bem como ela faz, mas Lucirene *implica*: “A Cundô ela lutava com marginal, tirava marginal da cadeia, entendeu?” E insinua que ela misturava essa atuação “profissional” com o trabalho na “comissão”.

então ela aproveitou muita oportunidade ali devido a pessoa tá presa e a família tá dentro da ocupação e ela se aproveitou dessas pessoas, tu tá entendendo? (...) isso me dava nojo, quando eu sabia eu ficava com mais raiva, aí as reunião pegava fogo por causa disso, eu ia só debatendo contra ela, aí ela ficava com raiva. (Entrevista Lucirene)

Socorro deve ter falado e gritado muito naqueles dias de confronto da “derrubada”, também para animar as pessoas seu discurso fluía entre denúncias e apelos. Também depois do confronto, nas fases de organização, Socorro foi ativa, e mais ainda nas reuniões e audiências com autoridades, pois tinha o raciocínio rápido e falava bem, quase sempre em tom desafiante. Numa audiência pública, ela enfrenta gestores e técnicos do governo, além de lideranças que tinham interesse no Projeto Farol Novo, pois tinham “seus” próprios cadastrados para colocar no conjunto habitacional. O debate na reunião girava sobre a possibilidade de dar continuidade ao projeto original, cadastrando algumas pessoas da

ocupação do Morro da Vitória para ser beneficiadas no conjunto habitacional que seria construído. Como vimos anteriormente, a negociação não progrediu, pois os números não batiam – nem podiam, já que o governo contava em centenas e os ocupantes em milhares.

Sou da Comissão do Morro da Vitória. Já tínhamos pedido ajuda para algumas pessoas, mas não tivemos resposta, porque parece que ninguém quer ajudar pobre, então **medimos o terreno e vimos o que era melhor**. O problema está se agravando cada vez mais, cada dia chega mais famílias, a Dra. Mires está sabendo disso, pois todas as vezes que vamos até ela comentamos esta situação. O que a D. Ieda¹¹⁶ falou é problema do Governo, porque quando o Conjunto São Pedro foi feito, ficou uma área verde. Eu moro há cinco anos naquele local, naquela área verde e se tivesse construído um colégio ou um posto policial ninguém tinha invadido. A maioria das pessoas que estão lá, são pessoas que se dizem cadastradas¹¹⁷. A única coisa que nós queremos é uma saída, uma solução, porque o pessoal que está lá não vai sair, a gente não vai desistir daquele local. O que estou vendo é que querem empurrar pobre contra pobre. O Governo é quem tem capacidade de resolver esse problema que está se agravando cada vez mais. (*Ata da Reunião da Comissão de Reassentamento do Farol Novo II – Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente; Secreta Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos de 07/06/2001*).

Socorro joga estrategicamente (“consciência discursiva” em Giddens) no seu discurso, acusando a omissão do governo diante do problema que levaria à *ingovernabilidade* da situação, legitimando a decisão delas de “medir” e “dividir” o terreno. “Problema” para o qual a agência da “Comissão” contribuía decisivamente, já que elas discutiram e decidiram coletivamente a ação. Mais uma vez demonstrando que a “longa duração” da luta vai obrigando-as a ir cada vez mais além do “repertório *inicial* de práticas”, tendo que ampliar seu “estoque de conhecimentos” e pensar estrategicamente – não à toa elas falam tanto em “aprendizado”, “escola” etc. Inclusive, Socorro participava do grupo que dividia e “entregava” os “pedaços”.

Assim como Lucirene, ela era do grupo que campeava o terreno todo, quadra por quadra, rotineiramente. Mas Lucirene era mais presente porque Socorro não morava no Morro da Vitória. Lucirene *disputava* com Socorro no “grupo”. Ela diz que Cundô “se acha”, gosta

¹¹⁶ Ieda Ferreira da Silva – “Sou representante da Praia do Futuro – Aristides Barcelos, já construí cento e vinte e nove casas ali no Conjunto São Pedro. Na área não foi possível dar moradia para todos, então, foi feito um novo projeto, na época era o Secretário dr. Adolfo Marinho. (...) E agora pergunto as autoridades aqui como isso vai ficar já que estamos tratando com os direitos humanos. Não estou vendo as outras comunidades aqui que eram prioridades(...). É uma tristeza, já estamos trabalhando nisso há cinco anos. Minha comunidade está magoada, não aceita, e não estão cadastrados ainda...” *Ata da Reunião da Comissão de Reassentamento do Farol Novo II – Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente; Secreta Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos 07/06/2001*

¹¹⁷ Ao invocar esta questão, Socorro está questionando o “critério de prioridade” alegado pelas lideranças e governo de que os “seus” cadastrados eram prioridade por estarem em área pública ou área de risco. Vemos aqui uma disputa pela distribuição da escassez, conforme discutimos no cap. 1.3. Mas agora, os arranjos políticos daquela época já não dão conta do conflito de demanda habitacional.

de mandar e se sobrepor às pessoas, que no trato cotidiano com os moradores muitas vezes os humilhava, e seu jeito mandona atrapalhava as mediações necessárias – “ó vou fazer só por causa da senhora [*Lucirene*] que a senhora é muito legal, fosse por causa dessas peste aí (*Cundô e Tereza*) eu num fazia não”, diziam alguns moradores, segundo Lucirene. Também acha que com as pessoas do “grupo” ela era arrogante – gostava de dizer que não precisava tá ali porque tinha sua casa, no que Lucirene percebia uma declaração de superioridade, uma vez que não seria a necessidade que a mobilizava (compondo ainda mais a “fachada” de *lutadora* por razões morais), tipo “eu não preciso quem precisa é vocês”, apesar de ela ter um filho na ocupação. Lucirene também acha que ela não dava oportunidade pra Liduina falar, isso irritava Lucirene que achava Liduina “boa” e “honestá”.

Então, Lucirene se opôs à escolha de Socorro como “líder comunitária” do Morro da Vitória, defendeu Liduina como presidente da associação nascente, tanto na reunião da Comissão como na Assembleia. Socorro acabou virando vice, insatisfeita, segundo Lucirene que diz que a Cundô ficou com “ódio” dela. Pois Lucirene bateu o pé, se não fosse a Liduina ela não ficava na associação nem no grupo nem na Cebes nem em nada, contou na assembleia o caso da ajuda à senhorinha em detrimento do próprio bem-estar, que as qualidades principais pra ser um presidente de associação eram a humildade e a solidariedade. Todo mundo concordou em Liduina ser presidente e Cundô a vice.

Como podemos perceber, a instituição de Liduina como “líder comunitária” passa pela constituição do “grupo” que viria a fundar a Associação de Moradores do Morro da Vitória, e que teve seu *embrião* na “Comissão” (como ainda hoje chamam a “equipe” da Associação). E tal movimento se dá em contextos de conflitos, inclusive internos. Lucirene considera que se fortaleceu como pessoa nesse processo, nesse “campo de relações agonísticas”.

Eu tive que criar um potencial, por isso que eu digo que eu cresci por causa disso, pra mim combater com a Cundô eu tive que criar um (*estala os dedos*), um assim uma tábua de ferro em mim pra poder suportar as pancada dela, tá entendendo? Porque só eu tinha que me defender, porque as menina tinha medo dela e eu num tinha, então isso que criou... assim esse poder d’eu criar minha própria defesa, porque eu tinha que me defender e defender a bocó da Liduina, e quando ela dizia uma coisa e a Liduina concordava, eu dizia “ó cara ou tu tem o rabo preso com ela ou num sei que tu tem muito medo” – que um dia eu tive que impor ela, que pra ela ser presidente da associação eu tive que dizer! (Entrevista Lucirene)

Já Liduina quase não fala sobre essas disputas. Na entrevista, não faz nenhuma crítica a Socorro – a bem da verdade, poucas vezes a ouvi falar sobre essa relação, quase nunca ouvi críticas dela e nunca Liduina explicou o distanciamento ou comentou motivos e fatos. Pergunto, então, por que ela se afastou do grupo, se houve briga, ao que Liduina responde

ligeiro: “Não, de jeito nenhum! nunca briguei com a Cundô, ela nunca nem renunciou de verdade, o nome dela continua na associação. Ela se afastou porque a Socorro é... é o jeito dela né, assim mei...”.

Liduina chega, na entrevista, a nem considerar haver problemas de conflitos internos nos primeiros tempos, a questão central era o conflito com o governo: “Só quem atrapalhava era o governo! Mas a comunidade não, todo mundo se ajudava, só o governo mesmo”.

E aqui chegamos novamente àquela condição peculiar da constituição do “grupo” do Morro da Vitória a que eu me referia lá atrás: o conflito com o governo do Estado pela posse da terra. Sobre a luta, as práticas e estratégias envolvidas, já falei ao longo dos capítulos.

Veremos a seguir como elas, enquanto agentes imersas em contextos conectados aos desdobramentos da luta do Morro da Vitória, passaram a atuar a partir das experiências, aprendizados e relações constituídas nas diferentes *etapas* da luta do Morro. Ou seja, a continuação das suas agências transformadas e transformadoras nessa “arena pública” na qual se viram agindo, aprendendo e “prosseguindo”.

O movimento popular como “arena pública”

Como *movimento popular*, entendo um *campo* de lutas sociais e políticas onde, com diferentes arranjos no tempo-espço, indivíduos e coletivos se articulam em processos de organização e ação coletiva de caráter criador e reivindicativo, por direitos e reconhecimento. Para a *definição* de tal “campo de lutas”. Situo o movimento do Morro da Vitória – suas conexões e desdobramentos – numa *vertente* do amplo e diverso movimento popular no Brasil, que ficou conhecido na literatura sociológica como “movimentos sociais urbanos”. Assim como em outros campos de lutas na sociedade brasileira, onde *setores* ou “classes populares” se debatem contra diferentes tipos de exclusão material e política, os “msu” emergem a partir do espaço político conquistado por diferentes identidades expressivas como movimentos de bairros, movimentos de periferias, movimentos de favelas, movimentos de ocupações, movimentos de comunidades, movimentos de negros etc.

Para Ruth Cardoso (2011, p. 242): “a experiência da classe popular é extremamente diversificada com relação a milhares de aspectos”; no entanto há experiências compartilhadas entre os que compõem as “comunidades” e “movimentos sociais” como, por exemplo: “a experiência comum de discriminação que enfatiza o compartilhar de certas carências, percebidas como injustas. Todos os movimentos sociais reúnem pessoas que sofrem uma mesma opressão” (p. 262), às quais se somam agentes “de fora” como, no caso dos

movimentos populares de bairros ou comunidades, padres, advogados, arquitetos, militantes etc.

Irlyns Barreira define assim os “movimentos sociais urbanos”, tão estudados entre as décadas de oitenta e noventa:

Denomina-se por movimentos sociais urbanos os **processos** de organização e contestação efetivados por moradores que agregam um conjunto amplo de lutas sociais, cujo objetivo básico é a posse mediata e imediata de bens de consumo individual e coletivo, compatíveis com a inserção no “habitat” urbano e com padrões culturais e coletivos de reprodução da força de trabalho. (BARREIRA, 1991, p. 33, *grifo nosso*).

O que só é possível com o avanço do reconhecimento da condição de cidadãos e portadores plenos de direitos, além de atores políticos com voz própria, desses setores da população – moradores de “periferias”, “favelas”, “bairros populares”. E o que temos visto nesta dissertação, desde a contextualização política no capítulo 1.3 até a constituição política do Morro da Vitória, são diferentes arranjos e experiências (em diálogo) de uma constante luta por reconhecimento na busca de acessar direitos por meio políticas públicas ou pela ação direta. O Morro da Vitória se *alimenta* e se conecta com ciclos e formas de movimento anteriores, mas também alimenta e se conecta com processos posteriores. Nesses processos de reivindicação distributiva e por reconhecimento social e político, vemos tais movimentos ocuparem espaços na “esfera pública”, ao mesmo tempo em que criam “arena pública” no seu *campo* de atuação. No primeiro caso, temos as falas na imprensa, articulação com parlamentares e gestores, com instituições e indivíduos, audiências públicas, reuniões em órgãos públicos e “não-governamentais” etc. No segundo caso, a realização de assembleias e reuniões na comunidade, a criação da “Comissão”, do “Barracão”, da associação, articulação com movimentos sociais, participação na Ceps.

Essa ocupação de espaços políticos na sociedade e a criação de espaços de participação na *comunidade* não estancaram com a “vitória” em relação à permanência da terra. Nem a experiência adquirida por agentes que participaram da luta do Morro da Vitória ficaram represadas no tempo-espaço dessa luta.

Entre minhas interlocutoras, houve um processo de transformação pessoal que elas sempre destacam e, nesse sentido, relatam destacadamente os aprendizados no Morro, a participação na Ceps, a criação do Mcp e as ocupações do Morro do Caic e Raízes da Praia.

Vislumbro tais “movimentos”, as redes que eles constituem e os *espaços de participação* que criam nos contextos em que estão inseridos ou as mediações que promovem com o Estado e outros setores da sociedade, como fossem “arenas públicas”, no sentido de

“domínio público” como posto por Arendt (2013): o lugar da ação política, onde o homem se realiza como ser social por meio do discurso e da ação e mediação, adquire reconhecimento pelos seus feitos e qualidades¹¹⁸; logo é também lugar de interação, de interdependências (ELIAS, 2001), de disputas e alianças. Também lugar dos rituais sociopolíticos: manifestações, reuniões, assembleias, a comensalidade em comum nos acampamentos, o “barracão”, os “encontros”. Vemos com Nancy Fraser (1990), a importância de perceber e estudar “arenas públicas alternativas” à “esfera pública burguesa liberal” (numa revisão crítica à teoria de Habermas), pois a última é historicamente marcada pela exclusão teórica e prática, de gênero e de classe, por exemplo, e de suas várias “arenas públicas”. A “idealização” da esfera pública liberal falhou em examinar arenas públicas “não-liberais e não-burguesas”, e que disputam com estas, criando “várias maneiras de acessar a vida política e uma multiplicidade de arenas públicas” (FRASER, 1990, p. 61). Assim, tais exclusões e conflitos seriam constitutivos da “esfera pública” (p. 62).

Mas o “domínio público” é um lugar que é *não-lugar*, se *espacializa* ora aqui ora acolá¹¹⁹. Não há fronteiras sólidas bem demarcadas. Como vemos em James C. Scott (2013), o “discurso público” dos “subordinados” (e dos “dominadores” também) está diretamente relacionado com o “discurso oculto” produzido em espaços reservados – o “discurso oculto” é composto por um conjunto de “enunciados, gestos e práticas” (SCOTT, 2013, p. 31) que, nos espaços reservados de relação, vai formando o “discurso público” até este irromper. Os “bastidores” estão ligados às “arenas públicas” da *luta popular*. Mesmo numa casa, espaço privado por excelência, pode se instaurar uma “arena pública”, seja quando há uma reunião, um evento, ou mesmo quando vira ponto de resistência contra despejos ou *remoções*. O *acampamento*, ou o “barracão” numa ocupação é simultaneamente “cenário” público e privado, quase não havendo controle entre “palco” e “bastidor” – o que provoca tensões *fronteiriças* para os participantes (GOFFMAN, 2013, p. 34; p. 126). Também em *manifestações* existe certa tensão por falta de controle da “região de bastidor” diante de “atores-públicos” às vezes hostis; mas há também a ligação entre os “bastidores”, onde as *performances* são preparadas, e a “atuação” na rua¹²⁰.

¹¹⁸ O “domínio público” seria também lugar da “luta por reconhecimento” que leva pessoas e movimentos sociais, motivados que sejam por interesses materiais, a se mobilizar em torno da luta moral por reconhecimento, como vemos em Honneth (2009).

¹¹⁹ “A *pólis* não era Atenas, e sim os antenienses” (ARENDR, 2013, p. 243).

¹²⁰ Sobre o cotejamento entre a sociologia de Goffman e a análise de “movimentos sociais”, ver artigo de Dowbor e Szwako (2013) analisando sob a ótica *performática* as manifestações do Mpl e dos Comitês Populares da Copa em 2013, onde os autores afirmam: “É possível estabelecer uma análise entre as categorias da

Os agentes que compõem tais *movimentos*, eu vislumbro como produtores de espaço físicos e políticos e de relações sociais. Produtores de *acontecimentos* como manifestações, ocupações, discursos etc. E como tais, “objetos” de controle por parte do Estado¹²¹. Mas também sujeitos políticos que por meio de “agenciamentos coletivos” (DELEUZE; GUATARRI, 1995) vão transformando a realidade, avançando nas suas lutas por reconhecimento. Produzem *socialidades* (STRAHTERN, 1999) por meio tanto da solidariedade como dos conflitos e das mediações (SIMMEL, 1986). E produzem “espaço urbano”, com base nas suas práticas e “disposições incorporadas” (BOURDIEU, 2011) ao longo de décadas – ocupações, mutirões, conjuntos, favelas, bairros populares – numa relação tensa entre práticas e estratégias de realização das suas necessidades sócio-espaciais e as lógicas de produção e comercialização do espaço urbano por parte de agentes estatais e das elites econômicas.

Logo, *ocupar* é criar arena pública arena pública, ao mesmo tempo que se experimenta certo esboroamento na fronteira entre “espaço público” e “espaço privado”, entre vida cotidiana e luta política.

Ocupando espaços

Cada dia dentro d’uma ocupação pra mim é uma **aprendizagem** muito grande, porque é você ter que ensinar as pessoas também a ter **coragem**... o Morro da Vitória pra mim foi a extensão que foi a Raízes da Praia, e também a Raízes da Praia foi extensão o Parque Vitória, pra mim é a mesma extensão... eu evoluí como pessoa, entendeu, tenho meu (...) evoluí a mentalidade, d’eu achar que eu não tinha direito, de primeiro eu acho que nem direito de falar eu tinha, e isso pra mim o Moro da Vitoria foi um ensinamento. (Entrevista Lucirene)

Entre meados de 2009 e no decorrer dos dois anos seguintes, era cotidiana a minha ida à ocupação Raízes da Praia, na Praia do Futuro. Fazia parte dessa rotina a ligação de alguma das *meninas* do Morro da Vitória, normalmente a Graça ou Liduina, algumas vezes a Lucirene, mais raramente a Fátima ou o Assis, que diziam: “passa aqui em cima quando tu tiver indo pro terreno”. O “terreno” era o que havíamos ocupado em julho de 2009 e fundado

sociologia de Goffman, tais como palco, bastidores ou *performance*, e as categorias da sociologia do confronto nas quais operam conceitos como repertório de ação, campanhas, organizações, enquadramentos”.

¹²¹ Sobre a noção de “acontecimento” com seus atributos, como o caráter aleatório e irruptivo, e os mecanismos de controle (dos *corpos* e dos discursos) que operam a limitação e exclusão do acontecimento imprevisível e indesejado: ver Foucault (2008b, 2008c, 2010, 2014) e Temple (2013). Sobre o caráter “controlador” e “planejador” do Estado moderno, bem como dos *técnicos* e *intelectuais*, “associado à ação de ordenamento, compreendida como a manipulação de probabilidades (tornando alguns eventos mais prováveis, outros menos prováveis)”, ver Bauman (2010, p. 18).

a comunidade Raízes da Praia – num cenário de conflitos com *proprietários*, prefeitura (postura ambivalente), Coelce etc. Esse termo “terreno”, ainda hoje, é o termo que para acima da tensa pluralidade de nomeações, ou seja, todos falam e falam despreocupadamente, como se tal termo fosse um *terreno neutro* na guerra de enunciados que se opõem: ocupação x invasão, comunidade x favela, por exemplo. *Invasão* é termo corrente para aquela prática que as pessoas ligadas aos *Movimentos*¹²² nomeiam *ocupação*.

Ocupação funciona então como um termo mais ou menos refletido que busca legitimar a prática da tomada de posse de terrenos vazios. Assim, quanto mais a pessoa é envolvida nos *Movimentos*, ou seja, participa em coletivos agenciadores, mais ela é incisiva, sobretudo com *os de fora* e mais ainda com *os do outro lado*, mas também com *os de dentro*, ao afirmar: “invasão não! ocupação!”. Também entre *os de dentro* é fácil ouvir o termo “favela”, mas o termo “comunidade” é mais usado em interações com *os de fora* em geral¹²³. “Terreno” é terreno neutro, todo mundo fala, ninguém se preocupa com o que vão entender, é o chão sobre o qual moram e se organizam aquelas pessoas. O terreno que foi adentrado, que foi “brocado”, onde se ergueu o “Barracão”, onde teve a confusão, depois as outras, onde se fazia assembleias diárias, depois semanais, depois mensais, onde os “barracões” se multiplicaram e viraram vilas de barracos. O terreno que seria dividido e onde as casas definitivas seriam construídas, o que ainda não aconteceu – o *terreno* é provisório, sua divisão, organização e construção definitiva é a meta de uma vitória futura, devir.

Ao me movimentar numa polifonia de enunciados em luta, decidi situar-me num lado do *campo de batalha*, algo inevitável a partir do momento que lançasse mão de uma expressão ou outra, e optei pelo termo *ocupação*, pois ele corresponde melhor ao que entendo sobre as práticas e estratégias observadas. É o termo que melhor agencia o significado da ação e das opções, motivações e criações, e que melhor expõe minhas disposições como agente e pesquisador. Sei perfeitamente que estou o tempo todo tendo de fazer opções discursivas ao

¹²² Para Deleuze e Guatarri (1997), “máquina abstrata” e “agenciamento de enunciação” são complementares, sendo que “A máquina abstrata é sempre singular, designada por um nome próprio, de grupo ou de indivíduo, ao passo que o agenciamento de enunciação é sempre coletivo no indivíduo como no grupo”. Aqui, *Movimentos* designa um campo de “movimentos sociais”, que na experiência do Morro da Vitória se materializa nos corpos da Associação, da Cebes, do Mcp, além de vários coletivos com quem se relacionaram ao longo do tempo, sobretudo nos períodos de conflito mais intenso, período da *ocupação*, este termo por sua vez, agenciado coletivamente como enunciado legitimador da respectiva prática que nomeia.

¹²³ Quase sempre ouvi das minhas interlocutoras o termo “comunidade”, em todos os espaços, da audiência pública ao ambiente familiar – só muito raramente ouvi-as falar “favela”, quase nunca. Para além delas, em geral, nas relações com pessoas de várias áreas da região, ouço mais o termo “comunidade”. O termo “favela” é mais incidente em momentos de maior descontração, mais entre homens do que mulheres, também entre jovens há uma incidência maior do termo “favela”. Sobre os sentidos do termo comunidade discutiremos em outras passagens adiante.

longo da pesquisa, e pretendo fazê-las de forma ativa, ou seja, situando-me em campos de “agenciamento coletivo” com os quais me identifico e onde me relaciono com meus principais interlocutores – na pesquisa como na vida.

Então, é a expressão *ocupação* uma opção político-epistemológica, a “palavra de ordem” a qual agenciamento me somo. Consciente de ser uma “palavra de ordem”¹²⁴ agenciadora, e por isso mesmo não me privando de poder usar o outro termo, *invasão*, e muito menos fazer juízo moral de quem o enuncia, sabendo que aqui também há “linhas de fuga”, e na boca de muita gente o termo não vem carregado da condenação moral, política e jurídica que o campo das autoridades estatais e capitalistas pretende impor por meio da “palavra de ordem” *invasão*. Mas tampouco carregará o sentido moral, político e jurídico que o termo *ocupação* agencia.

Qual sentido é esse? É o sentido político do *ocupar* como explicado por Lucirene e Liduina – ocupar como uma agência que permite assumir algum *poder* na situação, ter algum controle sobre os desdobramentos do conflito e das negociações. Por isso a estratégia central de manter o terreno ocupado a todo custo. Propostas de acordos houve muitas, promessas foram feitas, envolvendo a saída delas do terreno, ir para abrigos ou casa de parentes, ir para outro terreno etc. Mas manter a *ocupação* sempre foi questão vital para deterem algum poder, ou mesmo para existirem enquanto Morro da Vitória, como vimos. Um sentido de legitimidade política para lidar com os acontecimentos e influir nos seus desdobramentos. A importância dessa questão, podemos observar no seguinte trecho de uma entrevista da Liduina:

L: Pois o home, um infeliz daquele, mentiu também, queria que nós saísse também, queria tirar nós daqui pra botar num abrigo pra poder fazer os conjuntos pra nós poder entrar. Mas sempre tem uma luz né, aí a Lucirene que sempre foi mais ativa, ficava só prestando atenção, disse “não, nós num vamo sair de lá não! tem uma parte que tem as quadra, nós vamo pra uma quadra, você faz o conjunto depois a gente passa pra lá, depois a gente volta pra outra quadra, é assim Liduina”. Ele não aceitou. Aí como ele não aceitou, ninguém também num aceitou, ele queria tirar nós e eu não percebi, foi a única vez que eles queriam enganar a minha pessoa numa vez... mas aí tinha outro grupo que também pensou mais né, como a Lucirene e outras pessoas que tavam lá, então eles não conseguiram.

I: Foi lá mesmo no cambéba que vocês perceberam ou fizeram outra reunião pra avaliar?

L: Foi lá mesmo que a Lucirene entendeu.

I: E ele disse o que?

¹²⁴ No sentido dado por Deleuze e Guatarri (1997, p. 17): “Chamamos *palavras de ordem* não a uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele”.

L: Ele disse: “não num é isso não”; aí ela disse “ééé!”, aí pronto, a gente entendeu que ele queria tirar a gente, e eu lá fazendo o pessoal chorar, dizendo que o homem era bom era maravilhoso, e aí depois disso tudo eu disse pro home: seu canalha, você quase me enganou, por isso que, seu triste (com ênfase, como xingando), agora que nós não saímos mermo!”¹²⁵

Na realidade dos conflitos fundiários ou sócio-espaciais, cada um dos termos em análise possui um conteúdo jurídico-político performático. A *invasão* transmite a ideia de ação violenta para invadir espaços alheios; *ocupação* transmite o sentido de tomar posse do que se tem direito. Na *invasão*, turba-se a posse alheia; na *ocupação* não há posse anterior, a posse nasce da própria *ocupação*, ainda que houvesse propriedade de terceiros. Aqui vai um duelo jurídico entre *posse* e *propriedade*¹²⁶. A primeira implica uma realidade fática, um exercício de fato, presencial e ostensivo, a segunda é uma *ficção jurídica* seria mais baseada em título cartorial, ainda mais frágil na medida em que não cumpra a “função social” constitucional¹²⁷ que relativiza o direito à propriedade de terra, não sendo absoluto¹²⁸ como querem alguns – daí a necessidade do uso da força, inclusive de forma ilegal, para defendê-la, prática, aliás, correntemente usada por proprietários no contexto pesquisado. Os proprietários usam *formas híbridas* de vigilância ostensiva e uso da força, compostas por homens armados, muitas vezes policiais, em regra gerenciados por oficiais, que podem ser empregados da empresa-proprietária ou constituídos como empresa prestadora de serviço de segurança; às vezes são grupos clandestinos, às vezes são empresas autorizadas que usam efetivos clandestinos para ações de força ilegais. Devido a essa confusão de naturezas, tanto jurídica quanto econômica, chamo estes grupos que atuam na defesa dos *terrenos vazios vigiados*, de *formas híbridas* de uso da violência: instrumentos de exercício e imposição da dominação dos proprietários de terras no litoral leste de Fortaleza e alhures.

Assim, *ocupação* passa a mensagem de legitimidade que o termo *invasão* age para desconstituir. Mas tal sentido jurídico-político performático do termo *ocupação* vale para outras situações que não ocupações de terra. Como nos casos das ocupações de escolas,

¹²⁵ Ver narrativa da Lucirene sobre esse episódio no tópico 3.2.

¹²⁶ Essa questão é central em conflitos fundiários, haja vista a ordem judicial de reintegração de posse só poder ser concedida a quem comprove o exercício da posse, não bastando o título de propriedade – art. 927 do Código de Processo Civil determina os requisitos para concessão de *liminar de reintegração de posse* sem ouvir a outra parte; caso não comprove exercer posse sobre o imóvel de que é proprietário, este deve entrar com uma *ação reivindicatória*, com rito ordinário, sem direito a liminar *inaudita altera partis*. Mas é frequente juízes concederem liminares de reintegração de posse baseados apenas no título de propriedade, sem observar o procedimento designado no CPC, que determina inclusive audiência de justificação de posse e até inspeção judicial *in loco* quando não reste nitidamente comprovado o exercício da posse pelo proprietário.

¹²⁷ Constituição Federal, art. 5º, inciso XXIII; art. 170, inciso III; art. 182 §2º - função social da propriedade urbana. Estatuto da Cidade – Lei federal 10.257/2001: art. 2º, inciso I; art. 4º, inciso III, alínea *a*; art. 39. Plano Diretor Participativo de Fortaleza: art. 3ª, inciso II; art. 5º, incisos I e III; art. 127, inciso I.

¹²⁸ Sobre “propriedade absoluta” cf. THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 132.

prédios públicos, praças, ruas etc. Pois **toda ocupação, para além do espaço físico, é ocupação de espaço político**. Assim como a *invasão*, além da usurpação espacial violenta ou artilosa, é também uma usurpação política. A ocupação, em qualquer contexto que aconteça, empodera os ocupantes em processos de disputas e negociações, às vezes tão assimétricas que sem a ocupação nem existiriam.

De fato, o ato de *ocupar* visa desbloquear acessos para demandas políticas ou materiais¹²⁹ dos que lançam mão de tal prática. Sempre que algum grupo o faz, é acusado por governantes e *medias* de adotar estratégia radical, até mesmo ilegal – “invasão!”. Por outro lado, cada vez mais e mais coletivos lançam mão das ocupações como estratégia política, mas também como experiência relacional de solidariedade – aspecto que veremos repetir em diferentes narrativas desta pesquisa, e que podemos observar em matérias jornalísticas, relatos, imagens nas redes sociais e visitas a escolas ocupadas, por exemplo. Chegamos a um patamar inédito de enunciação do termo *ocupação* avançando e empurrando o termo *invasão*.

A onda de ocupações das escolas por estudantes em dois mil e quinze e dezesseis¹³⁰ foi um acontecimento marco nesse sentido, assumindo *hegemonia* na sociedade ao ponto das empresas de comunicação e autoridades assimilarem o termo *ocupação* – não sem contradição. A confusão se instaurou no equilíbrio da batalha de termos (que antes pendia amplamente favorável ao termo “invasão”), ao ponto de em uma edição do programa telejornal Jornal Nacional da rede Globo o apresentador ter falado “invasão” na chamada da matéria e o repórter desta falar “ocupação” (JN 02.05.16) A disputa discursiva está acirrada e podemos observar, por exemplo, um editorial do jornal cearense O Povo (edição de 03 de junho de 2016) usar os dois termos num único título: “Invasões e ocupações ilegais” (www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2016/06/03/noticiasjornalopiniao,3619898/invasoes-e-ocupacoes-ilegais.shtml). Tal título, bem como o conteúdo do texto editorial, é um ponto alto da tensão. Sem saber se chama “invasão” ou “ocupação”, deixa claro preferir “invasão” já que é “ilegal”, mas tendo de ceder espaço ao termo “ocupação”, devido ao nível de legitimidade que o movimento dos estudantes desfrutou. Mas partamos do ponto de vista dos que nos governos ou meios de comunicação consideram como “invasão ilegal” aquilo que outros consideram “ocupação legítima”. Ainda assim, não afastaria a tese de que **ocupar um**

¹²⁹ Penso com Axel Honneth (2009) que as lutas de movimentos sociais por “interesses” dos grupos mobilizados estão sempre acompanhadas de uma dimensão moral de “luta por reconhecimento”, sendo esta motivação o principal motor das mobilizações sociais. Sobre o caráter reivindicativo, político e moral das ações dos “movimentos urbanos” em Fortaleza, ver Barreira (1992;2006).

¹³⁰ Fenômeno que se espalhou por vários estados do Brasil, inclusive o Ceará, e se estendeu às universidades.

espaço físico é ocupar um espaço político. Vemos em Nobert Elias (1997) como coletivos sócio-políticos podem recorrer a ações consideradas *radicais*, em desafio ou confronto com a institucionalidade estabelecida: “quando desejam expressar e pôr em prática seus desejos políticos através dos canais institucionais da organização partidária, é frequente encontrarem o caminho obstruído, suas necessidades de significação bloqueadas” (ELIAS, 1997, p. 183). Elias está a analisar a chamada “oposição extraparlamentar” surgida na década de sessenta na Alemanha, com suas várias estratégias e ações “dirigidas contra as instituições existentes, entre elas a estrutura autoritária vigente nas universidades”. Analisa também como as práticas políticas (inclusive ocupações) atribuíam significados políticos comuns aos envolvidos:

No começo, as pessoas mais jovens encontravam aí algo que já não viam nas instituições políticas estabelecidas (...). As atividades coletivas, a vida comunitária e as demonstrações de massa, todas elas proporcionam aos participantes não só um sentimento de solidariedade, mas também o sentimento de se possuir um propósito significativo, um sentimento de poder e uma excitação feliz e prazerosa. Aí estavam os propósitos; aí estava o significado (1997, p. 183)¹³¹.

Em cada situação, as pessoas agem e reagem valendo-se do “repertório de práticas” e do “estoque cognitivo” que dispõem. Adentrar o terreno, marcar um pedaço, erguer um barraco são práticas das quais as pessoas lançam mão para resolver a situação de falta de moradia. As práticas planejadoras dos agentes do Estado na gestão do espaço urbano e da questão habitacional, bem como as práticas repressivas quando surpreendidos pela ocupação e as práticas de negociação quando confrontados politicamente. Nesses casos percebemos corpos de práticas acionadas por estratégias dos agentes. E percebemos enunciados que lhes correspondem. “Coextensividade” entre atos e enunciados, conforme Deleuze e Guatarri (1995, p. 17), o agenciamento coletivo exprime as transformações incorpóreas que efetuam a linguagem (p. 27).

Lutas e transformações

Graça narra assim sua participação na ocupação da Raízes da Praia:

¹³¹ Que os acontecimentos tenham descambado em ações violentas, Elias atribui à falta de capacidade das diversas autoridades compreenderem essa situação de boqueio de desejos políticos legítimos, cometendo erros como o fuzilamento de um estudante, o que levou à seguinte equação por parte de grupos de jovens: “se o Estado usa a violência, nós também devemos usá-la” (ELIAS, 1997, p. 183). Sentimento que rapidamente viraria ação, ainda mais levando em conta que práticas violentas foram incorporadas no *habitus* de várias gerações de jovens alemães, seja nas suas experiências de sociabilidade (ex: duelos entre jovens de diferentes clubes e confrarias no período do Império, pós-unificação), seja como arma política (ex: grupos de nacionalistas como as Freikorps, formadas no pós-primeira guerra mundial e que assassinava políticos e cometia outros atentados no período da República de Weimar).

I: E além daqui tu participou de alguma outra ocupação?

G: Só da Raízes da Praia.

I: Como foi tua participação na Raízes da Praia?

G: Eu vou ver se eu me lembro aqui. eu, eu... a gente se combinou um grupo combinou pra ir pegar esse terreno né na Praia do Futuro, arranjamo transporte, se articulamo pra sair daqui nas primeiras horas da manhã, saímo o quê, umas três horas da manhã, e chegamo lá e entramo, era o que ,era 80 família.

I: Qual foi a diferença da tua participação aí em relação a daqui do Morro?

G: Pra ser sincera, eu gostei mais da de lá (*fala entre leve riso jocoso*).

I: Por que?

G: **Porque lá foi uma coisa assim que eu me envolvi mais, eu senti que eu fui mais útil, lá.** Aqui eu praticamente, eu, a minha pessoa, praticamente peguei o prato feito, porque aqui quem veio quem arrumou quem ajeitou tudinho foi o Cezinha né, pra mim só vim embora pra dentro de casa, e lá não, lá agente tava todo mundo junto desde o início, dos primeiro mato que arrancou até as primeira telha que a gente botou, apesar de todo sofrimento né. Porque ali eu me lembro tranquilo dali, que a gente entrou três horas da manhã, três e meia, e foi aquele sofrimento o dia todinho, a gente limpando, limpando mato, **abrindo caminho que não tinha...** e, o quê, umas quatro ou cinco horas da tarde aquele pessoal da polícia vieram né, polícia não!, aqueles segurança fajuto, que eu acho que aquilo não era polícia realmente... e aí eu gostei da minha participação na Raízes da Praia.

(...)

G: Cezinha é que sempre falava, ele desde o início que ele dizia “tu num vai ganhar nada, só vai ganhar sofrimento” – deixa! Que no início né, que era aquele sobe e desce, fiquei da cor de tina (*risos*), e ele brigava, até hoje um dia desse a gente tava conversando e ele “tu ganhou o que, tu não ganhou nada, só sol na cabeça” – tá bom, mas eu fiquei feliz, tô feliz pelo que eu fiz. Não me arrependo de jeito nenhum! se fosse o caso eu faria tudo de novo, te juro, faria tudo de novo. (...) Às vezes Igo, por mais que você tente passar, por exemplo, eu tô te dando essa entrevista, por mais que eu queira expressar com palavras aquilo que eu passei, eu não consigo passar tudo do que eu senti, com palavras não consegue, porque o sentimento é uma coisa bem mais diferente. (Entrevista Graça)

Na Raízes da Praia as *meninas* do Morro foram as principais organizadoras e porta-vozes da ocupação. Formaram a primeira “comissão” junto a pessoas vindas dos outros núcleos do Mep, principalmente do Serviluz. Mas também prepararam as pessoas que, moradoras da Raízes, acabaram por assumir a coordenação da *comunidade*. Só Assis ficou como remanescente do grupo do Morro da Vitória na Raízes da Praia, e hoje é presidente da recém fundada Associação Comunitária Raízes da Praia.

Liduina continua no Morro da Vitória, como presidente da Associação de lá, cada vez mais articulada politicamente, tanto com “gringos” de ongs e benfeitores locais, como com agentes do poder público, sobretudo após a ascensão do Pt à prefeitura em 2005 e, mais ainda, na atual gestão. Liduina tornou-se uma liderança mais *institucional*, inclusive já não participa de outros movimentos além da associação e das articulações políticas. Mas continua

exercendo um papel mediador fundamental nas relações internas e externas da comunidade – esse é sem dúvida o principal foco das suas ações, do seu trabalho. É como Graça diz:

Qualquer briga que tem de vizinho aqui, o pessoal num vai na delegacia não, vem chamar a Liduina pra resolver, já tô cansada de ver isso aqui acontecer... que um vizinho invade um pedaço de chão do outro, o outro vem aqui pra Liduina resolver, que fulano de tal invadiu meu quintal – isso aí, no momento que nós tamo hoje já, em dois mil e quinze, num é mais pra vim pra Liduina, porque o Morro em si já expandiu já, eu acho que é uma coisa pra ir na delegacia, sei lá procurar outros métodos, mas eles, ainda tem gente que tem muita consideração por ela que vê assim a importância dela na comunidade, porque se eu tenho um problema que pode ser resolvido por um, pela polícia, e eu invés de chamar a polícia eu vou atrás dela, é porque ela tem um importância muito grande na comunidade, e as vezes ela vai lá conversa apazigua e resolve só no queixo dela na conversa na lábia dela, ela consegue resolver, muitas vezes acontece... Por isso que eu te digo, se Liduina sair dessa associação, vai ser um baque muito grande pra certas... algumas pessoas vão sentir muito. A não ser que a pessoa que venha a substituir ela, faça igual ela faz ou um pouquinho melhor... (entrevista Graça)

E a própria Liduina admite sentir essa legitimidade ou reconhecimento dos primeiros tempos ainda hoje: “Eu acho que até hoje tem muito respeito comigo”. Mas ao contrário de Graça, Liduina acha que no dia que sair, haverá pessoas “capacitadas” para tocar o barco adiante: “Num acaba a Associação de jeito nenhum! eu acho, e é nesse meu entender que eu tô acreditando e torcendo por isso”.

Concordo com Liduina que a Associação não acaba com seu afastamento, pois, como já disse, há outras pessoas envolvidas com trabalhos comunitários no Morro da Vitória, inclusive uma geração nova na qual “meninos do Barracão” cresceram e se tornaram *agentes comunitários*, além do grupo ampliado que gira em torno da diretoria e dos trabalhos da Associação. Porém, também concordo com a Graça que o papel de “líder comunitária” desempenhado por Liduina é singular, não há substituto. Novos arranjos terão de ser produzidos. A autoridade exercida por Liduina não será reconhecida em outra pessoa. Isso porque, além das suas qualidades mediadoras e articuladoras e disposição de lutar, correr atrás e tal, há outra singularidade intransferível, mesmo não sendo uma qualidade pessoal – poderíamos mesmo dizer que não se trata de uma qualidade, mas de um atributo. Refiro-me ao *carisma do início*.

Contudo, o *carisma do início* que emerge da ocupação e constituição da comunidade é mais um atributo coletivo, que pode ser agenciado por uma ou mais pessoas – como parece ser o caso de Liduina, Lucirene, Socorro e outras pessoas do início da ocupação que originou o Morro da Vitória. Agências essas que possuem sua temporalidade e precisam ser reativadas

para continuar a provocar efeitos em determinados espaços do mundo social – caso da Liduina no Morro da Vitória.

James C. Scott (2013) afirma que:

O carisma não é ter uma qualidade – como ter olhos castanhos, por exemplo – que possa ser objetivamente identificada em alguém; implica, como sabemos, uma relação em que os observadores envolvidos reconhecem (podendo, aliás, contribuir para inspirar) uma qualidade que admiram. (SCOTT, 2013, p. 51).

O autor trabalha, então, com a noção de “ato carismático”. É o caso do discurso tornado “público” numa situação de enfrentamento com um dominador, quando este discurso era amplamente realizado, mas de forma “oculta”, entre os dominados – “um discurso oculto partilhado que até então ninguém tivera a coragem de declarar na face do poder” (SCOTT, 2013, p. 51). Isso vale para o discurso e outras práticas agenciadas por pessoas que tiveram a coragem e a capacidade de pô-las em marcha numa situação de enfrentamento com pessoas ou instituições mais poderosas. Aliás, “dizer na cara” das autoridades os anseios da comunidade mostrou-se uma das qualidades essenciais de uma “liderança”. Ter agido em afronta às autoridades e ter conquistado a vitória atribuiu um carisma todo especial ao coletivo e às pessoas que protagonizaram tal “ato carismático”. Mantém-se aqui o caráter de *extraordinariedade* do carisma. Situação extraordinária e ações extraordinárias, num contexto de imprevisibilidade e ousadia¹³².

É a isso que me refiro quando falo em *carisma do início* da ocupação. Tal atributo que Liduina *incorpora* no Morro da Vitória – daí ser insubstituível – também é força propulsora das instituições engendradas na luta, como o Barracão e a Associação. Daí tais instituições serem sólidas o suficiente para sobreviver ao desaparecimento dos fundadores, desde que revitalizadas por novas agências e arranjos entre atores da cena comunitária do Morro da Vitória e aliados.

Lucirene também exerceu forte carisma no Morro da Vitória e, depois, na Raízes da Praia, onde durante algum tempo foi, talvez, a principal referência, uma verdadeira *dirigente*, como se diz, mas de fato uma grande animadora espiritual e política, com capacidade organizativa e incidência moral junto ao coletivo. Mas, ao contrário de Liduina, Lucirene não se sedimenta em um canto, possui uma vida mais nômade, passa poucos anos em cada canto. Porém, a partir do Morro da Vitória, ao nomadismo juntou-se a agência *lutadora*, a

¹³² Para Norbert Elias (2001, p. 137), o líder carismático e o seu grupo experimentam uma situação de instabilidade ou abalo de certa ordem estabelecida: “Ambos precisam ter ousadia de avançar para algo que é relativamente desconhecido e imprevisível. (...) Ambos têm de se servir de meios, atitudes e comportamentos que ainda não foram postos à prova”.

experiência fez com que ela desenvolvesse competências e ela as aplica – Lucirene participou de quatro ocupações após o Morro da Vitória e é das meninas do Morro, a mais envolvida com o Movimento, a mais “militante”. Mas só morou, mais ou menos, em uma delas, a Raízes da Praia, durante uns dois anos ela ficou entre o barraco da família na Raízes e a casa no Morro. Depois foi morar na Messejana, mais precisamente na Paupina, também numa ocupação, mas já consolidada, onde ela adquiriu uma casa – a do Morro da Vitória, venderam.

...é isso que tá o problema, quando você tem uma missão, a gente só fica naquele tempo, terminou sua missão você tem que sair, você não pode passar mais que aquele tempo, já me disseram isso pra mim já, você não pode, se você continuar a ficar ali não tem crescimento, porque as pessoas não vão querer crescer, você que vai ter que levar nos braço, a pessoa se acha inferior a você, ela nunca pode nada, ela nunca tem como fazer, “não, fulano de tal é só ele que pode fazer porque eu não sei fazer”, entendeu? (Entrevista Lucirene).

Atualmente, Lucirene vive em São Gonçalo do Amarante, próximo ao Pecém na RMF, onde foi cuidar da mãe (recém-falecida segundo me contaram), e onde tem ajudado na organização de uma ocupação às margens da Br-020, e que foi batizada “Parque Vitória”. Está fazendo parte de uma associação da área, mas diz que seu negócio mesmo é atuar como “movimento”. Falando do Parque Vitória ela explica:

L: ...entrei como vice-presidente porque fui obrigada entendeu?, porque o pessoal queria, pra mim ter mais êxito dentro da ocupação né, pra mim ter mais peso na associação, pra mim ter direito, num sei se é sabedoria ou se foi uma visão, mas num, (...) pro Movimento ter mais apoio né, que eles queriam que eu entrasse como presidente, mas eu disse “seu Chico eu não”... sou mais ficar como movimento do que como associação, entendeu?, eu fico solta e se eu ficar eu fico presa e eu num presto pra tá presa em nada, porque eu hoje eu tô aqui, amanhã eu posso num tá, e ele disse “tu quer bem ir pra ocupação de Iatapajé num é?”, eu disse “num sei”, pode até acontecer né.

I: Por que ser movimento é mais solto do que ser associação?

L: Vou já dizer qual é o motivo: o Movimento é solto porque ele dá oportunidade pra todos, entendeu, a falar, a reivindicar, e tem decisões que que... E assim, a associação pra mim, é tipo assim, é como se ela não me, como se diz, não me, eu não tenho muito aquele aconchego aquela visão de desenvolvimento, associação pra mim, ela é muito fechada, é muito assim, espera por decisão dos outro, a última é como se fosse do presidente, entendeu, então isso não dá pra mim, eu não gosto eu não consigo gostar. Aliás, desde os quinze anos de idade que eu trabalho com associação, eu comecei a dar aula pra criança de associação, reforço, nas Placas. Então, nessa trajetória toda eu não consegui me descobrir, por que?, porque a associação não deixa, ela é aquela coisa véia trancada, entendeu, ela é aquela coisa véia que faz tipo assim uma diretoria de 4 ou 5 pessoa, presidente tesoureira aquela coisinha, fica fechado se tem algum assunto fica muito acumulado ali dentro, entendeu? Então pra mim, eu me sinto sufocada, eu não consegui me descobrir em associação por causa disso... e tem muitos erros e lá querem abafar, aquela coisa véia ali, entendeu?, não me descobri nisso aí. Então o Movimento pra mim foi mais amplo, entendeu?, se não vai

tu, vai tu, tu decide, vai aquela voz daquela outra pessoa, nem que teje, se a tua for melhor, entendeu?, mas se tiver menos de revolução e aquela tiver mais vai aquela, então isso pra mim foi ótimo, foi mais, teve mais integração comigo, entendeu? Aí quando eu entrei na Cebs também, aí tirando o Movimento pra Cebs aí foi... pra mim, eu acho que foi um prato cheio pra mim, em termo de conhecimento né, de saber montar as peças né, e na associação nunca consegui, e até hoje não consigo. (Entrevista Lucirene).

Graça também fala que aprendeu muito nas ocupações, no Movimento, com as pessoas dos coletivos dos quais participou. Destaca a própria Lucirene, lamenta sua ausência, mas lamenta ainda mais o fato dela, Graça, estar indo embora de volta para o Icapuí, pois pra ela, dos 53 anos de vida, aqueles 15 que passou no Morro foram os melhores.

Eu pra mim mesmo aqui no Morro é uma das fases que eu tô, que vivi mais bem na minha vida. Bem bem só não no plano financeiro, mas também a minha vida financeira melhorou aqui... e os vizinhos, amigos, fiz muita amizade aqui graças a deus, fiz também no Mirante e no interior tenho muita amizade, mas aqui no Morro é praticamente minha história tá todinha aqui, meu filho cresceu aqui, teve amigos, graças a deus nunca se envolveu em nada, eu não tenho ninguém que tenha raiva de mim aqui, e em nenhum canto graças a deus. (Entrevista Graça)

E dessas amizades ela destaca Lucirene.

G: A Lucirene eu conheci ela aqui no Morro né, na luta dela aqui pelo Morro da Vitória, se tornamo grandes amigas – por falar nisso nunca mais eu vi ela, faz dias que não vejo ela – e a gente ficou uma amizade tão grande. Trabalhamos juntas, fizemos curso junto, Lucirene foi uma grande parceira na minha vida... ainda é ainda amiga, apesar de a gente não tá se vendo muito ultimamente, mas ela é uma pessoa que teve um espaço muito especial na minha vida.

I: Como, em que sentido?

G: De amizade, de conselho, de abrir minha mente pra certas coisas, de me sentir mais, pra ter coragem de fazer algumas coisas que eu não tinha, tipo na costura eu num tinha, eu pegava uma peça e dizia que não fazia, ela dizia “você faz você é capaz vai e faça”, eu tentava e fazia, sabe, é aquela pessoa que te incentiva pra te dar coragem pra tu enfrentar qualquer coisa que tu queira fazer. Porque muitas vezes a gente vê que não tem, até hoje eu ainda tenho esse problema, eu acho que eu não sou capaz de fazer alguma coisa, e ela chegava e dizia “você é, você vai fazer, rumbora faça!”, e eu tentava, fazia e dava certo, sabe, ela era uma pessoa muito, incentiva muito bem, uma pessoa muito boa, uma parceira de... (...) faz um tempão que eu não vejo aquela nojenta. Ela me ligou, que tava com essa ocupação, pediu pra eu ir com o padre Eduardo ou foi com a Liduina, mas eu disse como é que eu vou?, mas quando eu vier passar fim de semana eu vou qualquer dia, eu já fui lá uma vez.

I: Tu acha que essas relações, ter participado do grupo, do movimento e tal, isso fez uma diferença na tua vida? Em que sentido?

G: Me deixar **mais experiente com as coisas da vida**, que eu era uma pessoa muito tapada, eu num tinha... E essa coisa d’eu participar desses grupo, me abriu assim a mente, d’eu ver as coisas com mais clareza, d’eu saber me, assim d’eu saber tipo identificar as coisas com mais lucidez, porque eu, eu era realmente meio burra [*risinho*], mas eu me sinto, nesses

grupo assim, eu me sinto mais, eu me sinto útil de alguma coisa, sabe, quando tu faz alguma coisa que tu se sente útil, porque é capaz de fazer alguma coisa por alguém, ajudar de alguma forma. Porque muitas vezes você, tem momento que você se acha uma pessoa sem, sem utilidade nenhuma pra ajudar alguém, e nesses grupo né, nessas coisas que a gente faz, nessas ocupação, tipo a ocupação Raízes da Praia, eu me sentia uma pessoa tão útil ali, naquelas ajuda que eu dava, nem que fosse o mínimo de ajuda que eu fizesse, mas pra mim aquilo me fazia bem, me fazia me sentir alguém capaz de ajudar outra pessoa. (...) pelo menos é capaz de fazer alguma coisa assim pra melhorar o bem estar de alguém de alguma forma.

E assim, cada qual tem seguido suas vidas. Contudo, estas foram transformadas de forma indelével pela luta do Morro da Vitória, suas conexões e desdobramentos. Transformações profundas nas vidas, nas pessoas, suas relações, e nas suas formas de lidar com o mundo. Ninguém nunca mais foi o mesmo, e as opções e rumos das vidas de todos que aparecem nesta pesquisa têm nos acontecimentos aqui narrados um ponto de transformação que influenciou definitivamente o que somos e o que fazemos: caminhadas, relações, valores...

Figuras 5 e 6 – Liduina e Lucirene discursando na ocupação Raízes da Praia, 2009



Fonte: foto do autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolher como problema de pesquisa o acontecimento do Morro da Vitória, escolhi algo que me afeta muito diretamente, desde o tema da luta por moradia com seus contextos e processos, à relação com aquelas pessoas que seriam minhas principais interlocutoras. Do ponto de vista ético-político, defendo a legitimidade e a justiça das ocupações, em geral, desde quando era estudante de direito na virada do século. Passei a trabalhar promovendo assessoria a comunidades e movimentos de *luta por moradia*, e a lidar cotidianamente com as pessoas desses movimentos e comunidades. Liduina, Lucirene, Assis eram algumas delas. Meu envolvimento com o pessoal do Morro da Vitória se aprofundou com o surgimento do Mcp, no qual passamos a participar juntos, atuando naquela região do “Litoral Leste de Fortaleza”. Tudo isso coloca desafios e certas *tarefas*.

Construir a estratégia metodológica, com a *responsabilidade* de “registrar essa grande história do Morro, quase como fosse uma lenda” (Liduina), é uma delas. Fiz com base em duas colunas, principalmente. Uma etnográfica, relacional, afetiva, para compreender a *luta* como relação e se relacionar (afetando-se) com os agentes envolvidos. Por outro lado, mobilizei trajetórias de vida, memórias e narrativas para compor a trama da dissertação, do contexto àquilo mais pertinente ao *calor da luta*.

Afeto também porque o Morro da Vitória “marcou época” nessa questão da luta por moradia e pela cidade. Marcou-me pessoalmente, mas pudemos ver na pesquisa que se trata de “marco” em várias dimensões, do ponto de vista político e sócio-espacial. O Grande Mucuripe em constante transformação, os ciclos políticos também em fase de transformação – e as trajetórias individuais e coletivas vão se desenrolando nesses cenários. Conseguir captar narrativas dessas trajetórias e tecê-las com os contextos e os acontecimentos foi um desafio enfrentado no primeiro capítulo. E continua ao longo da dissertação.

Uma questão que sempre me intrigou em relação ao Morro da Vitória diz respeito à intensidade da resistência durante a “derrubada”, a resiliência ao longo de meses de impasse e a “vitória” decorrente da decisão de ocupar o terreno inteiro e não mais sair, até que o Estado acabou desistindo de “tirar”. Ao longo de quinze anos acompanhando movimentos e lutas por moradia, nunca vi algo nessas proporções acontecer – já vi grandes despejos, já vi ocupações resistirem a despejos e permanecerem, mas das proporções e da duração do confronto do Morro e conseguir ficar é raro.

Na pesquisa vemos outros “marcos” semelhantes como a ocupação da José Bastos no final da década de setenta, a permanência do Lagamar e a ocupação do Conjunto Tancredo

Neves na década de oitenta, dentre outros. Mas do ponto de vista do espaço-tempo em questão, da configuração política e dos arranjos Estado-comunidade na *região*, as partes envolvidas foram surpreendidas várias vezes pelas ações e reações dos diversos agentes. E o observador fica desconcertado se tiver padrões de análises baseados nas estratégias e ações planejadas dos “movimentos sociais”, por exemplo. Pois não há algo como uma “organização” prévia para ocupar nem um movimento constituído para representar os ocupantes. Algo como a “orquestra sem maestro”.

A noção de “acontecimento” foi importantíssima para discutir esse caráter de irrupção, imprevisibilidade, indeterminabilidade de “autoria”, emergência. Atributos tão compatíveis ao acontecimento do Morro da Vitória. Série de acontecimentos nos quais as pessoas agem mobilizando seu “repertório de práticas”, mais ou menos coletivo, e recorrendo a “estoques cognitivos”, mais ou menos compartilhados. Os ocupantes do Morro tiveram de reagir em “situações críticas”, movimentar-se em “quadros de guerra”, definir ações rapidamente no fio da tensão. Em jogo, a existência ou não do Morro da Vitória.

Além do acontecimento irruptivo, o Morro da Vitória é a “luta”. Relação e criação num mesmo signo. O conflito é relação que confronta, mas também media e que, às vezes, ao invés de dispersar, unifica. Foi o que aconteceu com a ação da “derrubada”, que queria dispersar os ocupantes, mas estes não dispersaram. Não por completo. Reaglutinaram-se. As agências individuais e coletivas vão constituindo os desdobramentos do conflito. E o caráter moral da luta motiva agências de resistência, e também de organização.

Nesse sentido a luta do Morro da Vitória transita da luta pelo interesse/necessidade para uma luta moral por reconhecimento, a partir do sofrimento e da indignação provocadas pela ação dos agentes governamentais e que foi percebida por ocupantes e apoiadores como violenta e injusta. Surgem as narrativas dos atos de coragem, heroísmo, verdadeiros *mitos* constituídos a partir de práticas de resistência relatadas nos tópicos 2.2 e 2.3.

No contexto pesquisado, a luta pelo espaço e pela moradia é também uma luta ético-política pelo reconhecimento do direito de viver ali, ainda que em oposição às leis do mercado imobiliário e em contradição com a ambiguidade das leis e práticas do Estado. E a questão moral ganhou uma dimensão ainda maior com o padrão de violência que surpreendeu, pois não havia ocorrido num curto raio de tempo-espaço que atingisse aquelas pessoas naquela *região*. Por outro lado, a “luta por reconhecimento” dos ocupantes se conecta a processos mais amplos, como o maior reconhecimento da luta por moradia e do “favelado” como portador de cidadania, além da maior abertura institucional à participação nas políticas sociais do Estado. Os ocupantes ao lutar por um interesse, um pedaço de terra, precisam conquistar

legitimidade política para tal interesse, este deve ser reconhecido como direito. Há uma *dialética* entre luta material e moral – dupla dimensão econômica e política da luta.

Paralelo às práticas de resistência, como entrevistas, cordões humanos, barricadas, confrontações, dentre outras, surgiram iniciativas de organização: as reuniões, a criação da “Comissão”, a construção do “Barracão”. Assim, vai se constituindo o Morro da Vitória como “comunidade política”, a partir da qual surgem novos movimentos.

Na *luta*, além constituir socialidades e instituições, as pessoas se constituem enquanto agentes. No terceiro capítulo, vemos agências das minhas interlocutoras após a experiência da “luta do Morro” e inseridas em processos de criação de “arenas públicas populares” e *ocupação* de espaço político na sociedade.

Pois toda *ocupação*, além de ocupar um terreno ou qualquer espaço físico, é ocupação de espaço político. A ocupação, em qualquer contexto que aconteça, empodera os ocupantes em processos de disputas e negociações, às vezes tão assimétricas que sem a ocupação nem existiriam.

Por isso, uma das questões centrais da luta girou em torno da questão da dispersão ou não dos ocupantes. Essa é uma questão chave, mesmo numa ocupação transitória, como a ocupação de ruas por manifestantes, não dispersar é a condição de existência do próprio evento. Por outro lado, dispersar é a estratégia central de quem se opõe à ocupação. Vimos que o governo do Estado não tinha outra meta nessa relação conflituosa do que dispersar os ocupantes ou, depois, transferi-los para outro terreno. Mesmo quando o governo cedia, como ao realizar um cadastramento dos ocupantes para alguns serem beneficiados pelo conjunto habitacional a ser construído, fazia-o insistindo que desocupassem o terreno. Foi notória nas narrativas a tentativa de transferir alguns ocupantes para um terreno próximo à Br-116, no bairro Barroso. Liduina considera um dos episódios mais acintosos da *luta*. Além, segundo ela e outras, de tentarem *comprá-las* para saírem do terreno.

Não aceitar “se vender”, para além de uma questão ética foi uma questão de agência estratégica, sem a qual não teriam alcançado a vitória, ou seja, se tivessem agido diferente não existiria o Morro da Vitória. Ficar no terreno, ocupá-lo, assumi-lo “botando pra dentro” o máximo de pessoas foi agência vital para que o Morro existisse. Barrar o despejo depois de quatro dias de “derrubada” foi a Vitória.

Partindo do entendimento que o “conflito” é uma forma de relação, podemos chegar a algumas conclusões a respeito do seu papel no engendrar da comunidade, quais sejam: uma situação de conflito, com ações violentas do Estado, assim percebidas pelos envolvidos, e que repercutam em amplos espaços sociais – como no caso do despejo de uma grande *ocupação*,

envolvendo centenas de famílias ou milhares de pessoas – influencia a configuração política da comunidade que pode criar um elevado nível de “força”, decisiva para o “resultado” do conflito. Mas não há relação automática de causa-efeito entre a repressão e a vitória, ao contrário, vai depender das agências dos envolvidos, dos contextos e outros aspectos singulares que precisam ser observados em cada caso.

No caso do Morro da Vitória podemos perceber que tais agências produziram efeitos, que poderíamos expressar como a *constituição multidimensional* do Morro da Vitória: espacial, política, discursiva, relacional. Em cada uma dessas esferas podem ser observadas criações e transformações que tais processos constitutivos promoveram; bem como as práticas acionadas e as estratégias formuladas.

Do ponto de vista sócio-espacial, observamos transformações a partir das práticas de produção habitacional agenciadas no Morro da Vitória, bem como das estratégias atreladas ao conflito. Como, por exemplo, repartir vários “lotes” para que caibam mais famílias na ocupação, como uma forma de dificultar tentativas de “remoção” por parte do Estado, o que gerou, segundo meus interlocutores, uma certa “desorganização”, com muitos “barracos” em pouco espaço, proliferando “becos”, dificultando a posterior luta por “urbanização”.

Na pesquisa sobre o Morro da Vitória observei também a *produção* de acontecimentos e a constituição política da comunidade. O próprio nome “Morro da Vitória” é um acontecimento discursivo, fruto de uma mistura de práticas e estratégias num contexto de conflito e organização (assembleias, reuniões, comissão, associação etc.). O nome “Morro da Vitória” teve que enfrentar um campo de batalha discursivo para se sobressair em relação ao nome que Estado havia enunciado: “Farol Novo”. Essa e outras disputas no decorrer do conflito só puderam ser *vencidas* na medida em que o coletivo ocupou, além da terra (espaço físico), espaço político.

Ocupação e criação de “arenas públicas” que permitiu aos agentes travar os embates políticos em torno da constituição da comunidade. A nomeação Morro da Vitória foi um desses embates, onde os ocupantes partiram em condições de desigualdade em relação aos agentes do Estado, em termos de autoridade política e capital simbólico. Mas conforme constituíam o Morro da Vitória como realidade no *terreno*, agenciavam (coextensivamente) tal nomeação como *realidade* discursiva.

Também em relação à *instituição* política da “liderança comunitária”, os ocupantes avançaram sobre a *autoridade instituidora* dos agentes estatais, pois como vimos, estes tinham forte influência na instituição dos “líderes comunitários” na região quando o governo controlava o processo de produção habitacional e distribuição das moradias entre as pessoas.

No caso do Morro da Vitória, as “lideranças estabelecidas” ficaram contra a *ocupação*, pois esta deixava “de fora” a sua *clientela*, ao tempo que ocupar o terreno era o critério de distribuição. Esta, por sua vez, foi coordenada por um “grupo outsider” de representantes, formado no *quente* do conflito, logo, com características agentivas e perfis diferentes das “lideranças tradicionais”, mas cuja *instituição* como representantes também passou pela relação com agentes ligados ao Estado, ainda que *opositores* do governo, além de agentes ligados a outras instituições, como a Igreja Católica e os movimentos sociais atuantes à época.

Uma das fontes para essa capacidade coletiva dos ocupantes em para empreender a constituição espacial e política da comunidade, está nesses “apoios externos”. Os “aliados” reforçaram o status moral da luta por meio da solidariedade mobilizada. Também ajudaram os ocupantes a ocupar espaços na “esfera pública”, como ao dar entrevistas que repercutiram nas mídias, afetando pessoas e amealhando apoios de diferentes atores sociais e políticos; ou, outro exemplo, ao participarem de “audiências públicas” ou ao demandarem no Judiciário e conseguirem liminares de suspensão do despejo.

Constata-se, então, que o efeito do acontecimento e suas repercussões, atuando no contexto político da época, mais a capacidade de organização e articulação dos atores no conflito, fizeram da confluência de apoios um fator fundamental para consolidar alianças. Estas também fortaleceram o coletivo ocupante em movimentos de criação de “arenas públicas” nos seus espaços de socialidade, como vimos no texto: “comissão”, assembleias, “barracão”, associação, movimento, novas ocupações.

Transformaram também as pessoas que participaram da criação desses arranjos, e foram se transformando nesses processos. Pudemos observar como Lucirene atribui à “escola que foi o Morro” sua agência posterior como organizadora da ocupação Raízes da Praia. Graça fala como a participação na segunda, já na *linha de frente* da organização desde o início, valorizou-a como agente aos seus próprios olhos, e mais, fez-lhe sentir-se realizada como pessoa. Ambas falaram no “aprendizado” que adquiriram nas ocupações, nas lutas, nos movimentos – de passivas e caladas, “sem falar nada, sem reclamar, sem reivindicar direitos”, para mulheres ativas e seguras, numa nítida *valorização* do auto-reconhecimento.

Tais transformações influenciaram inclusive suas relações pessoais, assim como suas relações com o mundo em geral. O acontecimento e a luta do Morro da Vitória, seus desdobramentos e criações, influenciaram decisivamente todos os sujeitos desta pesquisa. Ninguém nunca mais foi o mesmo. Nem seriam o que são hoje se não tivessem passado por esses acontecimentos e vivenciado essas relações, tão singulares e marcantes.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Caminhos da investigação. In: BRAGA, Elza; BARREIRA, Irllys. **A política da escassez**: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito rocha, 1991.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso das vitrines**: conflitos urbanos e cultura política em construção. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.
- BARREIRA, Irllys e Palmeira, Moacir (orgs.). **Candidatos e candidaturas**: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Nuap/UFC/Annablume, 1998.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmino. Esse objeto movimentos urbanos: novas e velhas querelas. **Revista de ciências sociais**. Fortaleza: 20/21(1/2), p.73-92, 1989/90.
- _____. Representações sobre política entre lideranças populares: limites e potencialidades de uma ferramenta conceitual. Brasília: **Sociedade e Estado** 24(3), p. 767-796, 2009.
- BARREIRA, Maria Socorro Chagas. Intervenção planejada e o discurso da participação. In: BRAGA, Elza; BARREIRA, Irllys. **A política da escassez**: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito rocha, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e interpretes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Obras escolhidas**: magia e técnica, obra e política. São Paulo: Ed Brasiliense. 3ªed. p. 197 a p. 221, 1987 .
- BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A metrópole emergente**: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: memória de velhos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**, 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 9ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012
- BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e as classes sociais. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, 96, p. 105-115, 2013.
- BORZACCHIELLO, José, CAVALCANTE, Tércia e DANTAS, Eustógio (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**, 2.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- BRAGA, Elza; BARREIRA, Irllys (orgs.). **A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito rocha, 1991.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 mar. 2002.
- BRASIL. Lei 10.257 (2001). **Estatuto da Cidade**, lei complementar federal promulgada e, 10 de julho de 2001. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, DF, 11 jul. 2001.
- BRASIL. Lei 13.105/2015. **Código de Processo Civil – CPC**, promulgado em 16 de março de 2015, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, DF, 17 mar. 2015.
- BRÉHIER, Émile. **A teoria dos incorporais no estoicismo antigo**. Tradução Fernando Padrão de Figueiredo e José Eduardo Pimentel Filho; transliteração e tradução do grego Luiz Otávio de Figueiredo Mantovaneli. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Filô).
- CARDOSO, Ruth. Comunidade e movimentos sociais urbanos. CALDEIRA, Teresa Pires (org.). **Ruth Cardoso: obra reunida**. São Paulo: Mameluco, 2011. p. 236-244
- _____. Duas faces de uma experiência. CALDEIRA, Teresa Pires (org.). **Ruth Cardoso: obra reunida**. São Paulo: Mameluco, 2011. p. 225-236
- _____. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. CALDEIRA, Teresa Pires (org.). **Ruth Cardoso: obra reunida**. São Paulo: Mameluco, 2011. p. 244-270
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

- CASTRO, Eduardo Viveiros de. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, 8(1), p. 113-148, 2002.
- CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Revista Dilemas (URRJ)**, Rio de Janeiro, 2 (4), p. 11-48, 2009.
- CICOUREL, Aaron. Theory and method in field research. **Method and measurement in sociology**. Nova York: The free press, vol. 6, p. 39-72, 1969.
- COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia/UFRJ Política, 1999.
- COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2003.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 2 ed. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1975.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- DELEUZE, Giles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs 2: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão/ Rio de Janeiro: Ed 34, 1995.
- DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. Reivindicações e programas sociais: estratégias diferenciadas de comunicação com o Estado. In: BRAGA, Elza; BARREIRA, Irllys. **A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito rocha, 1991.
- DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. **Cartografias da cultura e da violência: gangs, galeras em Movimento Hip Hop**. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará-UFC, Fortaleza, 1998.
- DOSSE, François. O Renascimento do acontecimento. São Paulo: editora Unesp, 2013.
- DOWBOR, Monika; SZWACKO, José. Respeitável público... performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos Estudos CEBRAP**, 97, p. 43-55, nov. 2013.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). Entrevista em profundidade. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ELIAS, Nibert. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- ELIAS, Nibert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ELIAS, Nibert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70 Ltda., 2008.

- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade de Campinas, 2008.
- FERNANDES, Adelita N. Carleial. DIÓGENES, Glória Maria. LIMA, Maria C. Nogueira de. Movimentos sociais urbanos em Fortaleza. **A política da escassez**: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008c.
- _____. **A ordem do discurso**. 24. São Paulo: Edições Loyola, 2014
- FORTALEZA. **Plano Diretor Participativo**. Lei complementar municipal nº 062, promulgada em 02 de fevereiro de 2009, Diário Oficial do Município de Fortaleza, Poder Executivo, Fortaleza, CE, mar. 2009.
- FORTALEZA. **Lei Orgânica do Município**, revisada em 2005, atualizada pela Emenda à LOM nº 014/17, publicada no Diário Oficial do Município de Fortaleza, Poder Executivo, Fortaleza, CE, fev. 2017 .
- FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing. **Social Text**. 25/26, p.56-80, 1990.
- GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**: uma crítica positiva às sociologias interpretativas. Lisboa: Gradiva, 1996.
- _____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- GIRÃO, Blanchard. **Mucuripe**: de Pizón ao padre Nilson. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 1998.
- GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: Casa José de Alencar /Programa Editorial, 1997.
- GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006
- GOLDMAN, Márcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Cadernos de Campo**, 13, p. 149-153, 2005.
- GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- GOMES, Marília Passos Apoliano. **A cidade em disputa**: a trajetória de um movimento social. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará-UFC, Fortaleza, 2013.
- GONDIM, Linda Maria de Pontes. A favela depois do Estatuto da Cidade: novos e velhos dilemas à luz do caso do Poço da Draga (Fortaleza-Ce). **Revista nacional de estudos urbanos e regionais – Anpur**, 10, p. 97-114, 2008
- GONDIM, Linda Maria de Pontes. Os governos das mudanças (1987-1994). In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha. 2000.
- GONDIM, L. M. P. O Aquário e os peixes: grandes projetos de requalificação urbana e movimentos sociais. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), 39., 2013, Santiago, Chile. **Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2013**. Santiago, Chile, 2013. p.1-10.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. 4ª ed. RJ: Record, 2014
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- INGOLD, Tim. *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London: Routledge, 1994.
- KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió: Edufal, 2011.
- KOFFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2001.
- KOFFES, Suely; MANICA, Daniela (orgs.). **Vidas e grafias**: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina e Faperj, 2009.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979
- KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 4 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- LEMENHE, Auxiliadora. **Família, tradição e poder**: o(caso) dos coronéis. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.
- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. SP: Boitempo; RJ: Ed. UFRJ, 2011.
- MATTOS, Geísa. **A favor da Comunidade**: modos de viver a política no bairro. Campinas-SP: Pontes Editores, 2012.

MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade; SILVA, Edson Vicente da; RAVENTOS, Jordi Serra. Geomorfologia e dinâmicas ambientais das planícies litorâneas entre as desembocaduras dos rios Pacotí e Ceará, Fortaleza-Ceará. **Genotas**. 5(1), p. 45-64, 2001.

MOVIMENTO DOS CONSELHOS POPULARES. **Princípios, diretrizes, políticas, programa e estrutura**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2004.

NOGUEIRA, André Aguiar. **Fogo, vento, terra e mar: migrações, natureza e cultura popular no bairro Serviluz em Fortaleza**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social), PUC, São Paulo, 2006.

PEQUENO, Luiz Renato Bezerra. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. **Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Barcelona, 12, núm. 270 (35), 2008.

_____. Mudanças na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010. In: Maria Clelia Lustosa da Costa; Luis Renato Bezerra Pequeno. (Org.). **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra capital, 2015. p.187-237.

_____. Produção habitacional da Região Metropolitana de Fortaleza na década de 2.000: avanços e retrocessos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. 17 (1), p. 45-60, 2015.

PROUST, Marcel. **No caminho de Swan**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio orgs. **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2003.

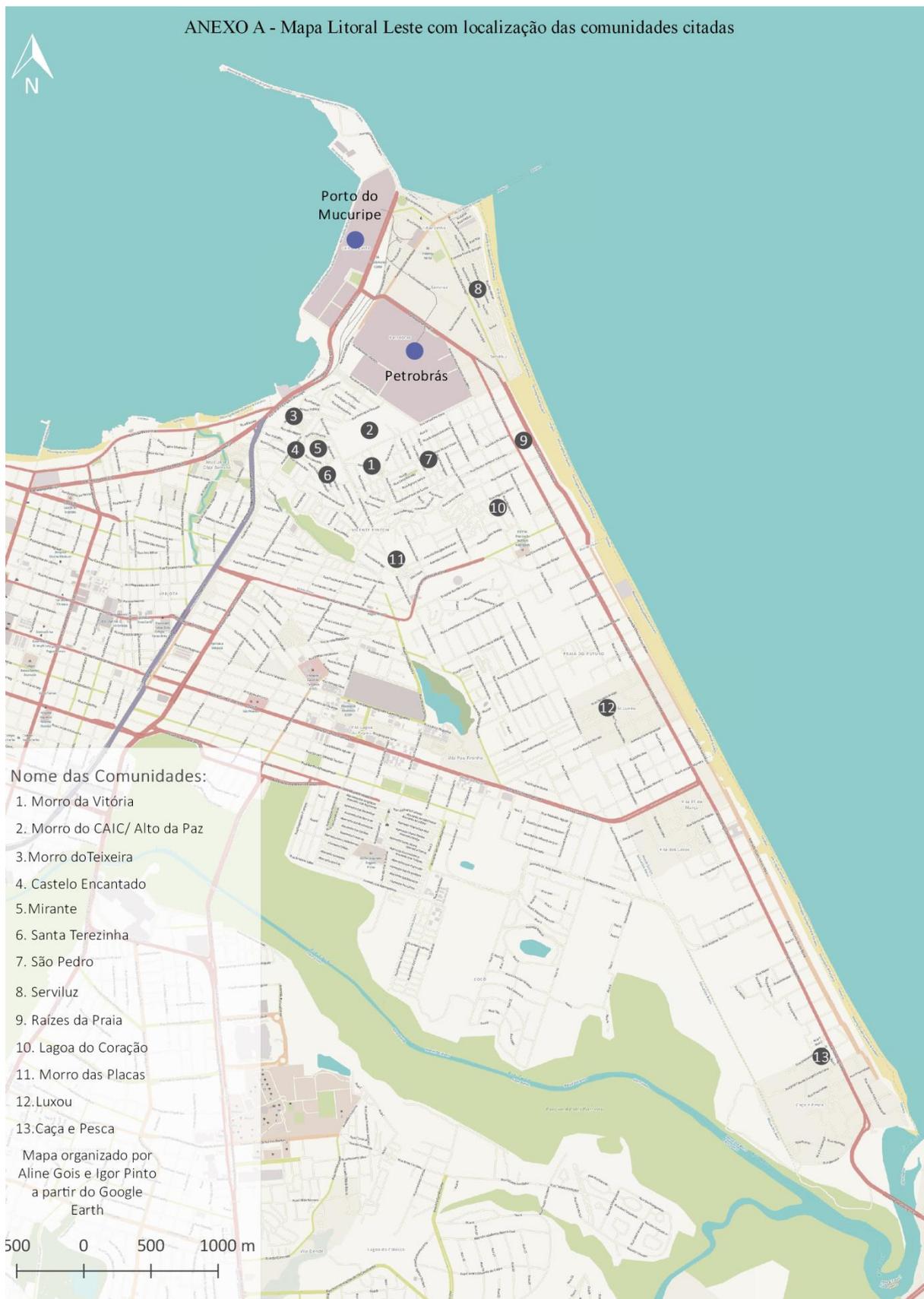
SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundão e consideração: Uma etnografia das relações sociais dos jovens do Serviluz**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SÁ, Leonardo. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico. In: MENDONÇA, Filho M.; NOBRE, MT. (orgs). **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa**. Salvador: EDUFBA, São Cristóvão: EDUFES 2009. p. 289-310

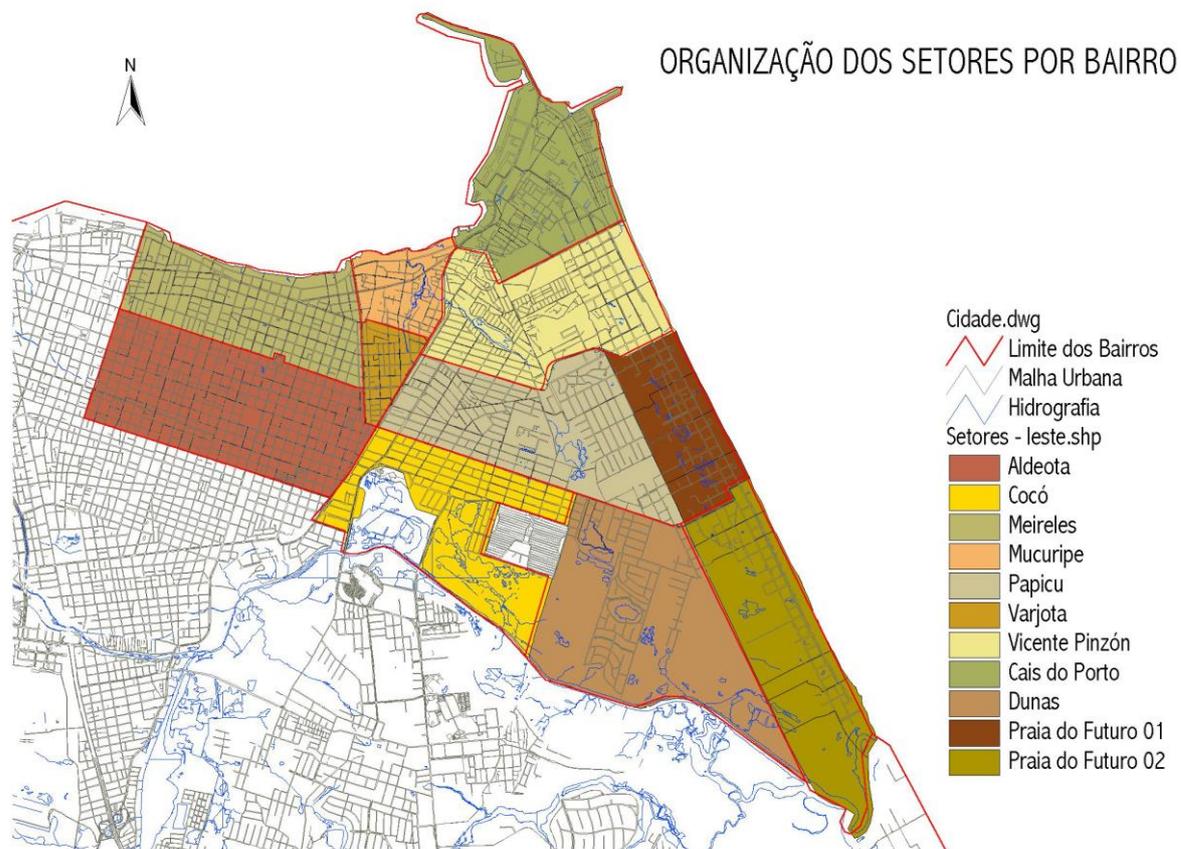
SCOTT, James C. **A dominação e arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Livraria Letra Viva: 2013.

SIMMEL, Georg. **La lucha**. Sociología 1: Estudios sobre las formas de socialización”. Ed. Alianza Editorial, Madrid, 1986.

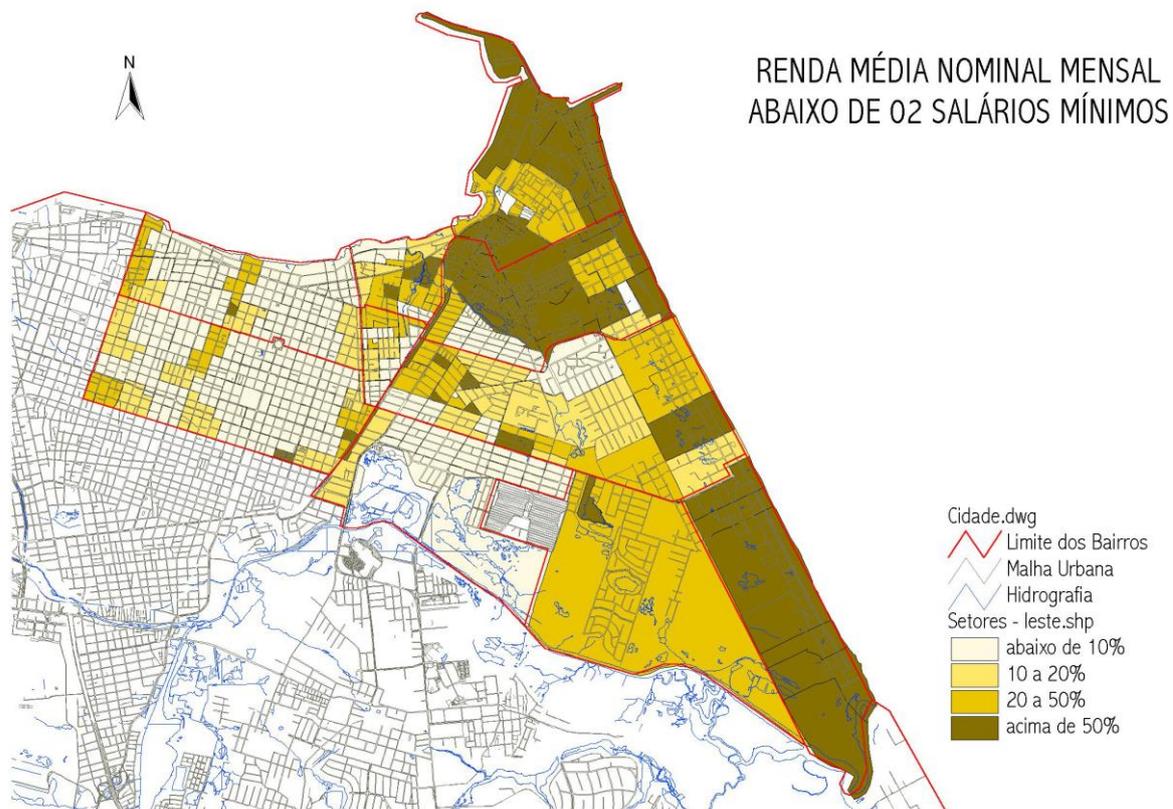
- SOARES, Jacqueline Alves. **O ambiente da periferia: conflitos sociais e risco nas políticas urbanas em Fortaleza-Ceará**. 2011. Dissertação (Mestrado do Programa de Desenvolvimento e Meio-Ambiente – PRODEMA), Universidade Federal do Ceará, 2011.
- STRATHERN, Marilyn. **The relation: issues in complexity and scale**. Cambridge – UK: Prickly Pear Press, 1995.
- STRATHERN, Marilyn. No limite de uma certa linguagem. **Mana**, Rio de Janeiro, 5(2), p. 157-175, 1999.
- TEMPLE, Giovana Carmo. **Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault**. Cruz das Almas-BA: Editora UFRB, 2013.
- THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WEBER, Max. A ‘objetividade’ do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: Weber, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. SP: Cortez Ed. 1973.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Vol. II. Capítulo IX. Sociologia da Dominação. Seção I. “Estrutura e Funcionamento da Dominação”; Seção III, “Dominação Patriarcal e Dominação Patrimonial”. Brasília: Editora UNB. 1999. p. 187-196, p. 233-287
- UGÁ, Vivian Rodrigues. A categoria “pobreza” nas formulações de políticas sociais do Banco Mundial. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 23, 2004.



Fonte: Google Earth, organizado por Aline Góis e Igor Pinto

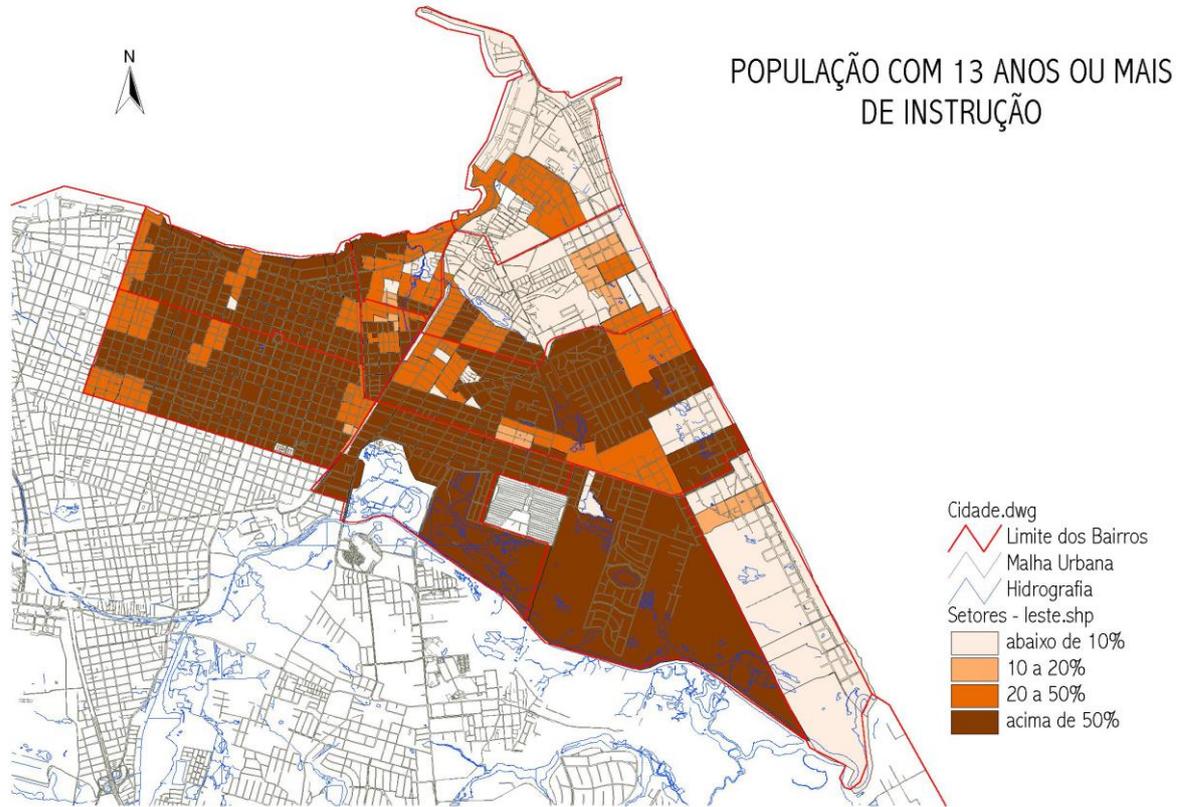
ANEXO C – Organização dos setores por bairro – Litoral Leste Fortaleza

Fonte: DAU-UFC

ANEXO D – Renda média nominal mensal abaixo de 02 salários mínimos

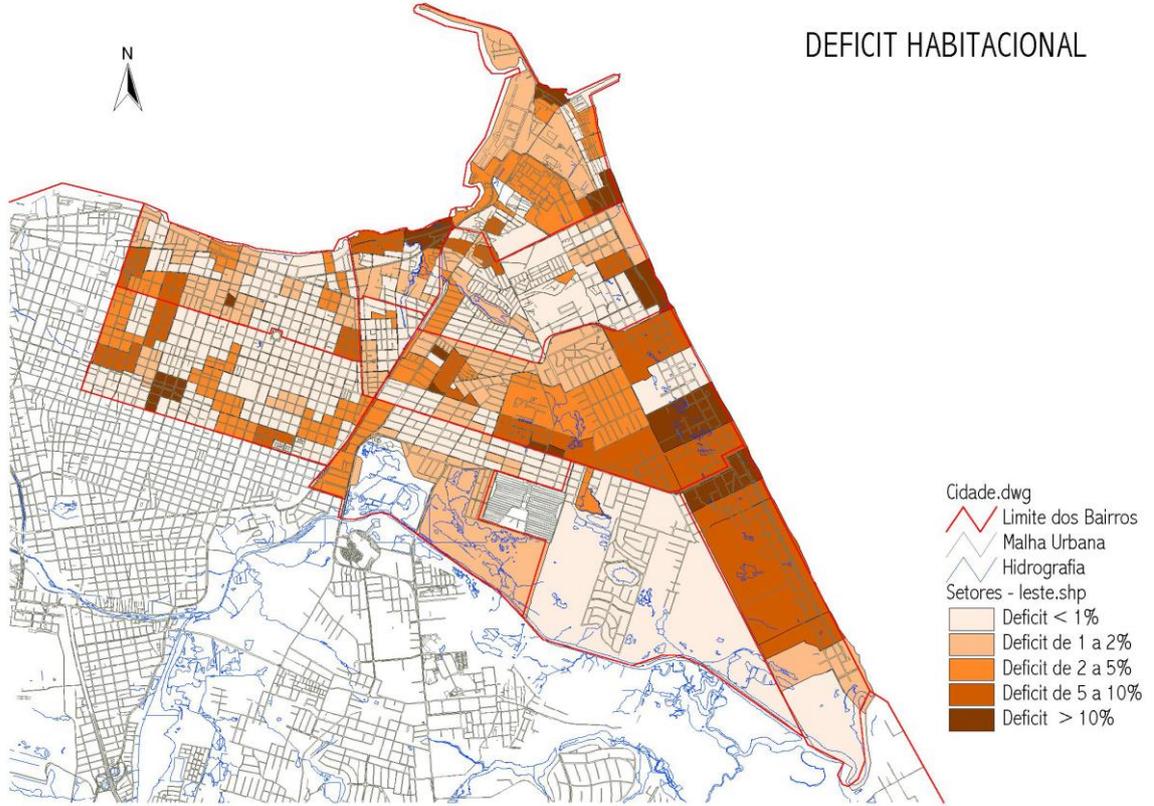
Fonte: DAU-UFC

ANEXO E – População com 13 anos ou mais de instrução

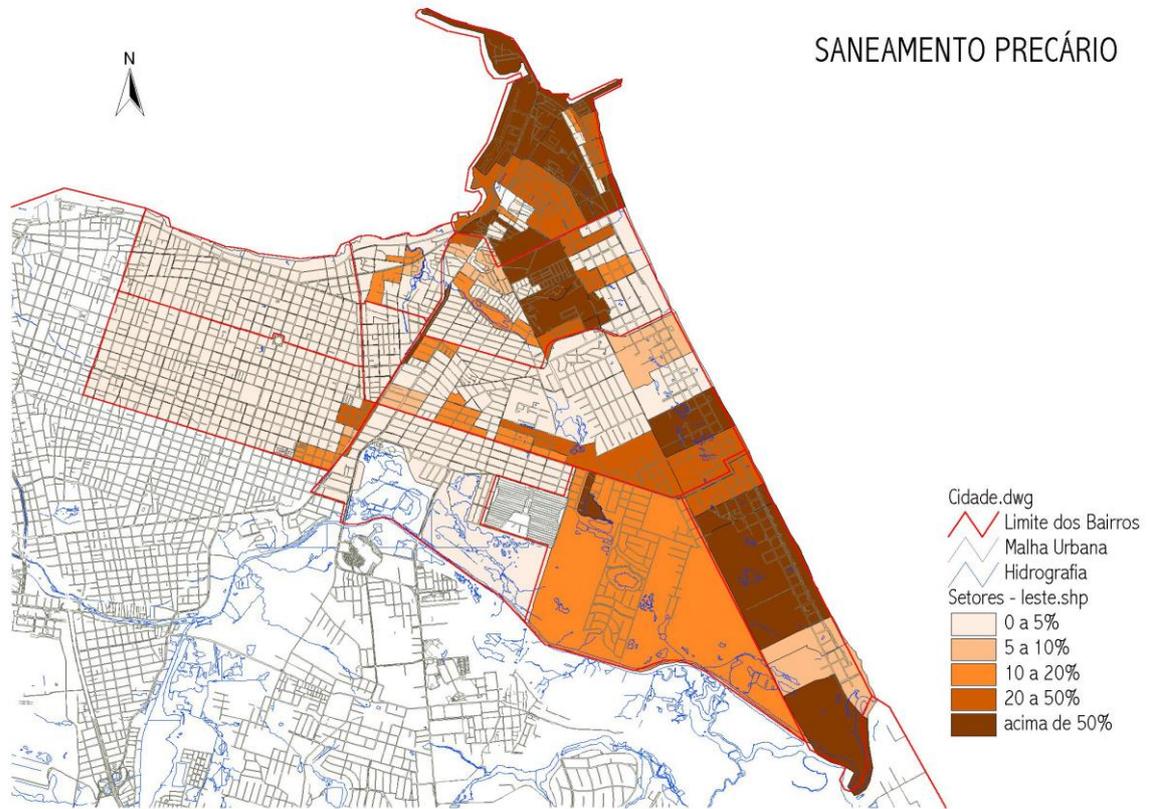


Fonte: DDU-UFPA

ANEXO F – Déficit habitacional



Fonte: DAU-UFC

ANEXO G – Saneamento precário

ANEXO H – Capa jornal Diário do Nordeste – 01/02/2001

ANEXO H – Capa jornal Diário do Nordeste – 01/02/2001

DIÁRIO DO NORDESTE

Fundador: Edison Queiroz

Fortaleza, Ceará - Quinta-feira, 1 de fevereiro de 2001

Famílias são despejadas

Famílias que ocupavam um terreno no Conjunto São Pedro (no bairro Vicente Pinzón) foram retiradas ontem por homens da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado (Soinfra) e da PM. A ação foi suspensa à tarde por decisão da Justiça. O terreno pertence ao governo do Estado. No local deverá ser erguido um conjunto habitacional para abrigar moradores de áreas de risco. *Página 10

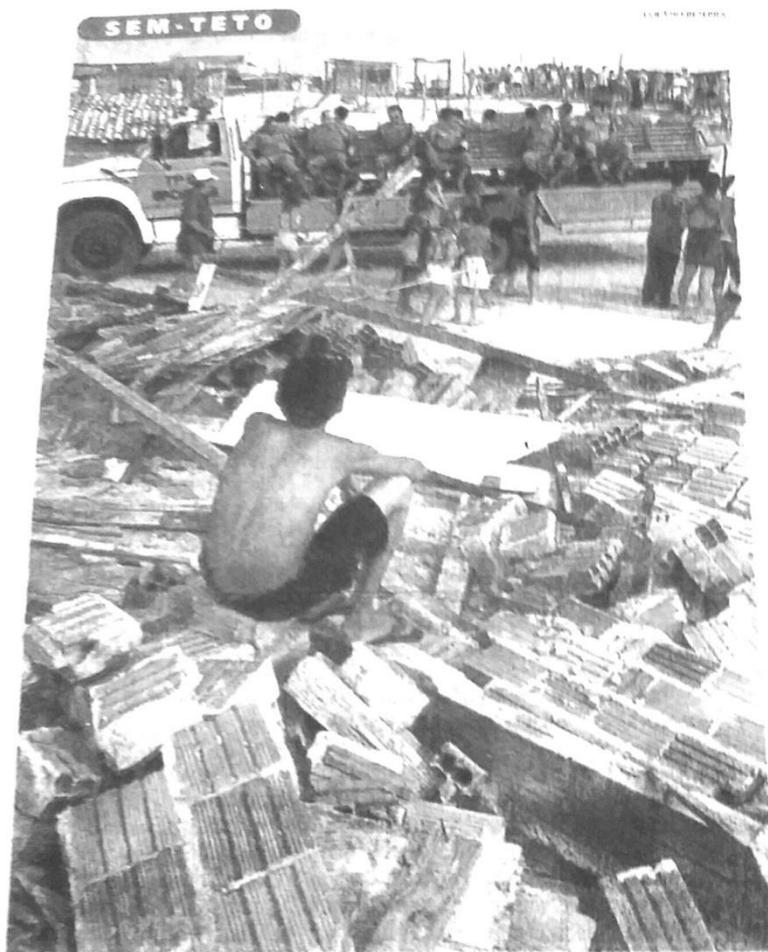


ANEXO I – Capa Jornal o Povo – 01/02/2001

ANEXO I – Capa Jornal o Povo – 01/02/2001

O POVO

FORTALEZA CE. QUINTA-FEIRA, 1º de fevereiro de 2001. ANO LVIII Nº 24.033 R\$ 1,00



DESPEJO Houve tumulto, na manhã de ontem, durante o despejo das cerca de 700 famílias que ocupam, há sete meses, um terreno do Governo estadual nas dunas do Farol, no Castelo Encantado. A população, revoltada, reagiu à desocupação, que foi cercada por forte aparato policial. Vários barracos foram derrubados. Um morador, desesperado, ameaçou explodir um botijão de gás. A ação foi suspensa no início da tarde, mas pode ser retomada hoje. O terreno está destinado à construção de um mutirão habitacional com 673 casas para moradores de áreas de risco. **4**

ANEXO J – Foto interna jornal O Povo 01/02/2001

DESBRILHO

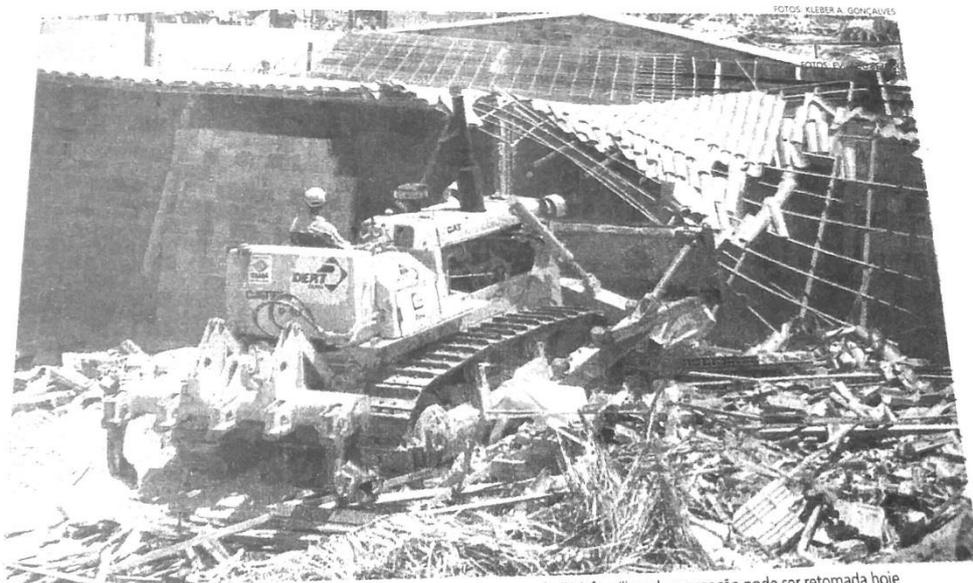
FORTALEZA-CE, QUINTA-FEIRA, 1º de fevereiro de 2001

POVO

FORTALEZA

Barracos ao chão

Destruição de barracos da ocupação da duna do Farol, no Castelo Encantado, pode ser retomada hoje. O terreno pertence ao Governo do Estado e deve ser destinado a um projeto habitacional



Trator usado pelo Governo do Estado derruba um dos barracos das cerca de 700 famílias: desocupação pode ser retomada hoje

ANEXO K – Capa jornal O Povo 02/02/2001

O POVO

FORTALEZA CE, SEXTA FEIRA, 2 de fevereiro de 2001 ANO LXXIV Nº 24.034 R\$ 1,00

FÁBIO LIMA

OCUPAÇÃO



SEM-TETO Alguns moradores do terreno ocupado no Castelo Encantado preocuparam-se, ontem, em reconstruir os barracos derrubados durante o despejo da última quarta-feira. O Escritório Frei Tito de Alencar entrou com um mandado de segurança contra a liminar que autorizou o despejo dos moradores da área no Castelo Encantado. Segundo o processo, a Secretaria da Infraestrutura do Estado não pode comandar ação de despejo. A Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese denuncia a violência utilizada pela polícia no ato.

3

ANEXO L – Foto interna jornal O Povo 02/02/2001

O Povo
2 de Fev. 2001
SEXTA FEIRA



O pedreiro Francisco Nelson dos Santos, 35, depois do despejo, ficou apenas com a roupa do corpo. "Essa foi uma das piores experiências que já passei". Ele improvisou um pequeno barraco de lona para passar a noite e guardar o local da morada, aonde permaneceu ontem sem ter ido trabalhar esperando por uma solução. Pai de três filhos e com uma renda mensal de R\$ 220,00, o pedreiro teme uma possível mudança para BR-116. "Vai ser muito complicado. É longe do trabalho e da escola dos meninos".

ANEXO M – Matéria jornal O Povo 02/02/2001

ANEXO M – Matéria jornal O Povo 02/02/2001

O Povo
2 de FEV. 2001
SEXTA FEIRA

Barracos são reerguidos

Alguns barracos derrubados na manhã da última quarta-feira, na ação de despejo nas dunas do farol novo, foram reerguidos na manhã de ontem. Grande parte dos moradores que perderam as casas dormiram ao relento, outros passaram a noite na casa de parentes e amigos. A polícia foi mantida na ocupação em número bem menor que no dia do despejo, quando 210 homens participaram da ação.

Segundo pessoas da própria comunidade, cerca de 40 famílias ficaram desabrigadas. Os barracos foram demolidos com liminar concedida pela juíza titular da 7ª Vara Cível, Maria Elizabete Aguilar Filgueiras. O juiz Carlos Alberto Sá da Silveira, que respondia provisoriamente pela 7ª Vara, assinou o mandado para o cumprimento da ação e, em seguida, autorizou a suspensão do despejo. A situação está indefinida até segunda ordem da juíza titular, que reassumiu a função ontem.

O terreno das dunas do farol novo deve ser destinado à construção do projeto habitacional para cerca de 700 famílias das áreas da Lagoa do Coração e rua Aristides Barcelos, no Castelo Encantado. Com a invasão do terreno, os recursos do projeto ficaram retidos na Caixa Econômica Federal.

Membros da União das Comunidades e da União das Mulheres Cearenses fizeram manifestação durante a manhã de ontem, na ocupação, com barricadas de pedra (depois retiradas sem conflito pelos policiais). Eles orientaram a comunidade a resistir no local. O presidente da União das Comunidades, Francisco Izanildo da Silva, disse que deve dar entrada com ação contra o Governo do Estado pelos danos causados ao patrimônio das pessoas que ocuparam o terreno. "Levaram os poucos pertences que eles têm, como geladeira, televisões e ninguém sabe para onde. Fora o material que tinham gasto nas construções", disse.

Uma comissão de representantes dos sem-teto foi até a posse da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e entregou uma carta de reivindicações ao governador em exercício, Beni Veras. Na carta, pediam que o despejo fosse suspenso e que a moradia das famílias fosse garantida. A mesma carta foi entregue à tarde à desembargadora Celeste Aragão, que prometeu intermediar no caso. Beni teve audiência ontem à tarde com a União das Comunidades.

O deputado João Alfredo (PT), disse que entraria com um recurso solicitando que a juíza titular da 7ª Vara Cível reconsiderasse a decisão de despejar as famílias. (Verônica Freire e Lígia Sales)

ANEXO N – Relatório técnico comunidade “Farol Novo” – 2003



PLANILHA DE VISTORIA TÉCNICA		CÓD: 01-01-01-01-01-PV-01
MACRORREGIÃO: 01	MICRORREGIÃO: 01	MUNICÍPIO: FORTALEZA
DISTRITO: SEDE		BAIRRO: VICENTE PINZON
COMUNIDADE: FAROL NOVO		

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS: Gilberto Studart e Liana Viana	DATA: 12-08-03
PROP TERRENO: U () M () E (X) P () M/P () M/E () SI ()	PRINCIPAIS VIAS ACESSO: Av. Dolor Barreira

CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO

<p><i>Observações Gerais</i></p> <p>ESTUDO DO BAIRRO OU ENTORNO</p> <p>Reconhecimento Geral da Área</p> <p>População: 5.000 famílias</p> <p>3.000 casas</p> <p>Localização: Zona leste de Fortaleza, em terreno de duna.</p> <p>Perímetro da área: Ao norte com a Rua Ismael Pordeus, ao leste com a Rua Oliveira Filho, ao sul com a Rua Dr. Antônio Carneiro, e ao oeste com a Av. Dolor Barreira.</p> <p>Infra-estrutura Física do Entorno</p> <p>Sistema de Esgotamento Sanitário - Rede de canalização Pública (SANEAR), além de Fossa-Sumidouro nas casas que não são ligadas na rede*;</p> <p>* Por falta de manutenção, a rede de canalização em muitos trechos encontra-se entupida por areia, sendo comum ocorrerem casos de estouramento.</p> <p>Existência de Coleta Pública de Lixo nas ruas principais, porém, deficiente, e com poucos camburões ou containers para guarda do lixo, ocasionando áreas de acúmulo a céu aberto, que muitas vezes são queimados;</p> <p>Equipamentos Urbanos</p> <p>Barracão – barraco sede da Associação Comunitária do Farol Novo;</p> <p>CAIC do Castelo Encantado;</p> <p>Áreas Livres e de Lazer</p> <p>01 quadra de esportes na Rua Ismael Pordeus.</p> <p>Acesso e Transporte</p> <p>Linhas de transportes: Num raio de 500m, circulam várias linhas urbanas: Grande Circular I e II, Papicu-Caça e Pesca, Meireles e Aldeota.</p> <p>Comércio e Serviços na Área</p> <p>Pulverização de alguns mercadinhos de pequeno porte que funcionam também como padarias e armarinhos. Muitas vezes é</p>

preciso se deslocar para outros bairros da cidade para comprar a maioria das necessidades.

Pulverização de alguns bares de pequeno porte (botecos), que também abrigam atividades de jogos eletrônicos (vídeo-games, caça-níqueis, etc.) e sinucas.

01 Depósito de construção de médio porte;

OBS. *As atividades comerciais e de serviço sempre acontecem em edificações residenciais.*

Estas atividades são estritamente de âmbito local.

Principais Entidades e Organizações Do Bairro

Associação dos Moradores do Morro da Vitória;

Associação dos Moradores do Novo Rumo.

(JPMW) www.jornalopovo.com.br
PORTALEZA-CL, SEXTA-FEIRA, 1 de fevereiro de 2001

DUNA DO FAROL NOVO

Recurso tenta invalidar despejo na Justiça e descredenciar Seinfra

A liminar que autorizou a ação de despejo das famílias da duna do farol novo, no Castelo Encantado, é questionada judicialmente. Seguindo o mandado de segurança impetrado junto ao Tribunal de Justiça, a Seinfra não tem personalidade jurídica para comandar a desocupação. Com isso, pretende-se comprovar a irresponsabilidade do ato, que utilizou violência

Colúmbio Miranda
Espírito Santo, O Povo

O Instituto de Direitos Humanos e Assistência Jurídica Popular Pro-Tôpo do Aterro de Espirito Santo, com sede em Ilheus, de onde saiu o advogado Roberto Lima, entrou com um recurso de habeas corpus contra o despejo das famílias da duna do farol novo, no Castelo Encantado, em Ilheus, na Bahia. O advogado Roberto Lima, que atua no escritório de advocacia Lima & Lima, em Ilheus, afirmou que o despejo das famílias da duna do farol novo, no Castelo Encantado, foi realizado sem a observância dos procedimentos legais e sem a participação das famílias afetadas.

No processo apresentado aos juízes, o advogado Roberto Lima alega que o despejo das famílias da duna do farol novo, no Castelo Encantado, foi realizado sem a observância dos procedimentos legais e sem a participação das famílias afetadas. O advogado Roberto Lima afirmou que o despejo das famílias da duna do farol novo, no Castelo Encantado, foi realizado sem a observância dos procedimentos legais e sem a participação das famílias afetadas.

Publica para os seguintes

Uma das entidades que se opõem ao despejo das famílias da duna do farol novo, no Castelo Encantado, é o Instituto de Direitos Humanos e Assistência Jurídica Popular Pro-Tôpo do Aterro de Espirito Santo, com sede em Ilheus, de onde saiu o advogado Roberto Lima, que entrou com um recurso de habeas corpus contra o despejo das famílias da duna do farol novo, no Castelo Encantado, em Ilheus, na Bahia.

A União das Comunidades da Grande Fortaleza hoje temara sua sede em Ilheus, de onde saiu o advogado Roberto Lima, que entrou com um recurso de habeas corpus contra o despejo das famílias da duna do farol novo, no Castelo Encantado, em Ilheus, na Bahia.

Sem detalhes da nova área

Algumas famílias despejadas na última quarta-feira do terreno de Ilheus, de onde saiu o advogado Roberto Lima, que entrou com um recurso de habeas corpus contra o despejo das famílias da duna do farol novo, no Castelo Encantado, em Ilheus, na Bahia.

Muita gente não quer dar informações detalhadas sobre o terreno que deverá ser entregue às famílias. Alguns, porém, que se recusaram, sem justificativa técnica, a que fica no mangue da Ilheus, próximo ao rio São João, em Ilheus, de onde saiu o advogado Roberto Lima, que entrou com um recurso de habeas corpus contra o despejo das famílias da duna do farol novo, no Castelo Encantado, em Ilheus, na Bahia.

Segundo o coordenador de Ilheus, Roberto Lima, as pessoas em questão serão cadastradas em algum novo programa de habitação. Depois de serem cadastradas, elas serão encaminhadas para outras famílias para colocá-las em outros projetos habitacionais.

Segundo o coordenador de Ilheus, Roberto Lima, as pessoas em questão serão cadastradas em algum novo programa de habitação. Depois de serem cadastradas, elas serão encaminhadas para outras famílias para colocá-las em outros projetos habitacionais.

ANEXO P – Reportagem Diário do Nordeste

Diário do Nordeste

Fortaleza, Ceará - Sexta-feira, 2 de fevereiro de 2001

CIDADE

Página 10

Clima continua tenso entre moradores do Conjunto São Pedro

O clima ainda é tenso no Conjunto São Pedro, no Vicente Pinózn. Pelo menos 100 famílias ficaram desabrigadas com a ação dos tratores, que chegaram de surpresa na última quarta-feira e fizeram um estrago geral, colocando no chão desde barracos de madeira até pequenos cômodos de tijolo. Para evitar que as demais pessoas fiquem na mesma situação, os moradores do conjunto estão em vigília desde ontem, inclusive montado barracões colocando fogo no que restou das ruínas.

Um dia depois da tragédia, que abalou principalmente as mulheres e crianças que entravam-se no local, uma comissão esteve na Assembleia Legislativa, sendo recebida pelo vice-governador Benê Veras, representantes da Casa e da União das Mulheres Cearenses. Depois, o encontro foi com Celso Aragão, no Tribunal de Justiça. Nos dois locais, foram entregues cópias de documento com pedido de suspensão imediata do despejo, garantia de moradia e solução para outras pessoas necessitadas.

Enquanto isso, agentes da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado estiveram na ocu-

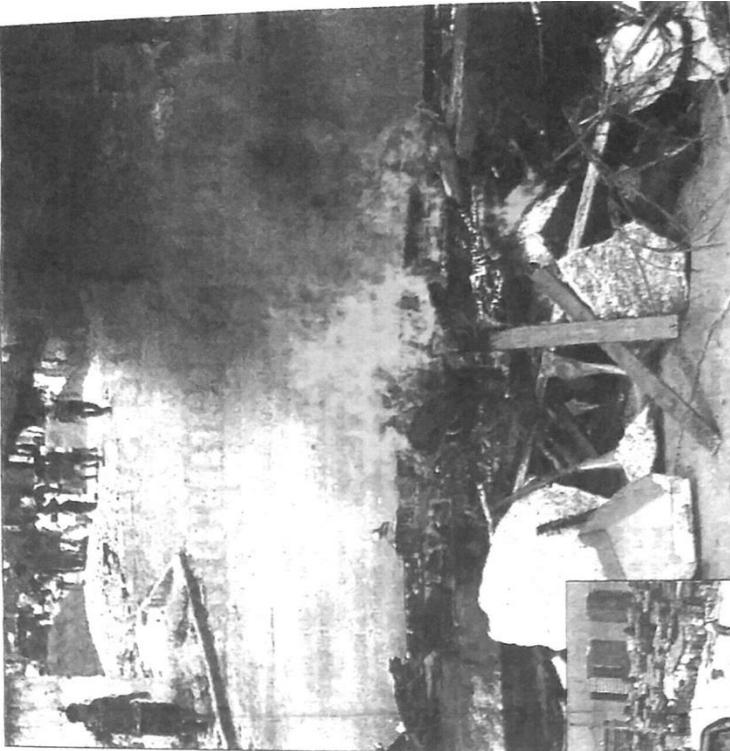
pação para iniciar o cadastramento dos moradores, visando futuros encaminhamentos para outros locais. Seguindo a socióloga da Setinfra, Maria Zúlia Bulcão Lousado, até que outro local seja providenciado, as pessoas que estiverem em situação mais precária poderão levantar novamente seus barracos em um terreno próximo ao Conjunto Barroso. "A área está preparada para receber 30 famílias. Já foi providenciado transporte para os moradores e o material das antigas casas. A prioridade será os mais idosos, doentes, deficientes e às gestantes".

Mas, os ocupantes do Conjunto São Pedro não gostaram da ideia. "Quase todo mundo trabalhou aqui no Castelo Engenheiro, tem muita gente que vive da pesca. Não temos condições de morar no Barroso e trabalhar aqui", reclamou o morador Fernando Antônio Silva de Castro.

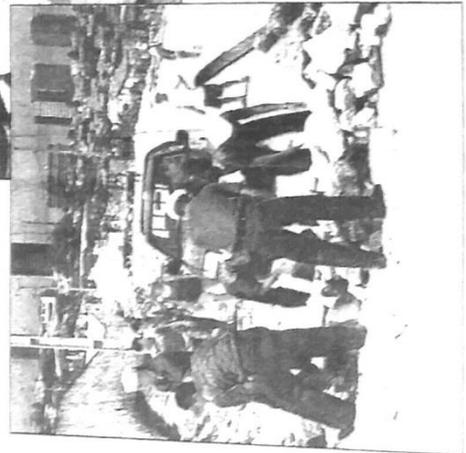
"O cadastramento irá separar quem é realmente carentes dos especuladores. Sabemos, e todos que vivem aqui sabem, que existem pessoas com uma ou até duas casas em outros locais. São serão beneficiados os que realmente precisam", explicou Zúlia.

Localizada no bairro Vicen-

te Pinózn, a área do Conjunto São Pedro pertence ao Governo do Estado e foi invadida há seis meses. Ela está destinada à construção de um conjunto habitacional para 670 famílias de áreas de risco. "Quem mora aqui, também poderá ser beneficiado. Mas não é justo fazer com que as famílias da Lagoa do Coração e do Arraúdes Barcelos, que esperam o terreno há mais de 5 anos, continuem esperando", conclui Zúlia.



Durante todo o dia de ontem, o clima continuava tenso no Conjunto São Pedro, no Vicente Pinózn. Pelo menos 100 famílias ficaram desabrigadas com a ação dos tratores, que chegaram de estrago geral, colocando no chão desde barracos de madeira até pequenos cômodos de tijolo (ao lado). Para evitar que as demais pessoas fiquem na mesma situação, os moradores do conjunto estão em vigília desde ontem, inclusive montado barracões colocando fogo no que restou dos escombros dos barracos. (acima)



José Leoni

ANEXO Q – Capa jornal O Povo 03/02/2001

O Povo

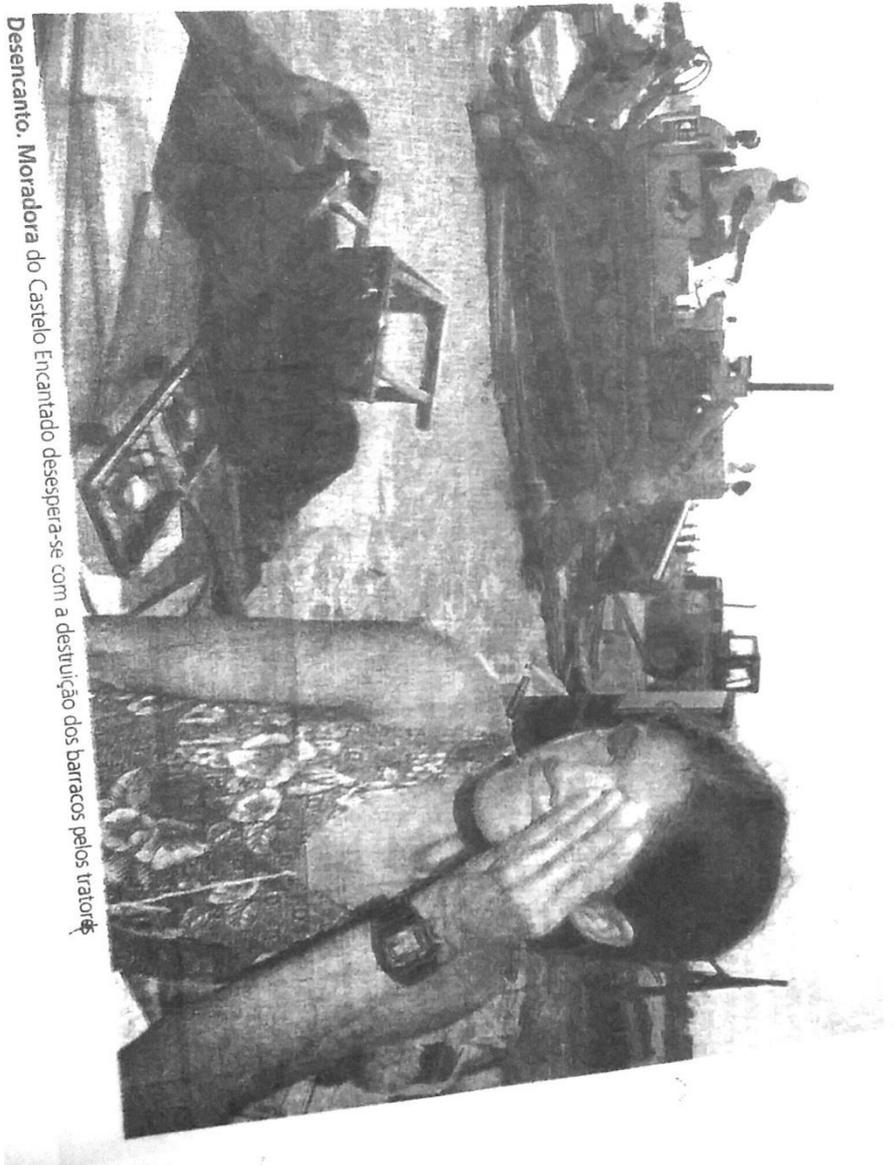
FORTALEZA-CE, SABADO, 3 de fevereiro de 2001 ANO LXXIV Nº 24.035 R\$ 1,00

IMPRESSÃO: BETHINA

SEM TETO

Governo reinicia desocupação

A operação de desocupação da área da duna do farol novo, no Castelo Encantado, iniciada quarta-feira, foi retomada ontem à tarde. Barracos de uma área equivalente a pelo menos cinco quadras do terreno, onde cerca de 700 famílias estavam morando, foram atropelados por tratores. A ação deve prosseguir hoje. **4**



Desencanto. Moradora do Castelo Encantado desespera-se com a destruição dos barracos pelos tratores

4

HORTALEZA

DUNA DO FAROL NOVO

FORTALEZA-CE, SÁBADO, 3 de fevereiro de 2001

Desocupação na marra

Pelo menos cinco quadras do terreno de propriedade do Governo do Estado no Castelo Encantado foram desocupadas ontem à tarde, à força. Grande parte das 700 famílias que invadiram as terras ficaram desabrigadas. À noite, novos confrontos. A ação de despejo deve prosseguir hoje

Verônica Freire
Da Editora Fortaleza e
Cidicley Miranda
Español para O Povo

Boa parte das cerca de 700 famílias que ocupam o terreno de 82.381 metros quadrados nas proximidades do farol novo, no Castelo Encantado, ficaram desabrigadas, ontem. Trezentos homens da Polícia Militar, entre Barbalho de Choque e Cavallina, fizeram cumprir a ação de remoção de posse concedida pela Juíza Hilsabete Aguiar, da 7ª Vara Cível. A Companhia de Habitação do Estado (Cohab). A ação ocorreu durante a tarde inteira e as equipes devem retornar hoje ao local para desocupar o restante do terreno.

Várias famílias tentaram resistir e garantir as moradias, enfrentando os policiais fortemente armados e os tanques do Departamento de Edificações, Rodovias e Transporte (Dert) que destruíram barracos e casas de pelo menos cinco quadras. Os acessos ao muro foram interrompidos pelos policiais, que impediram a passagem dos integrantes da União das Comunidades da Grande Fortaleza e União das Mulheres e Crianças.

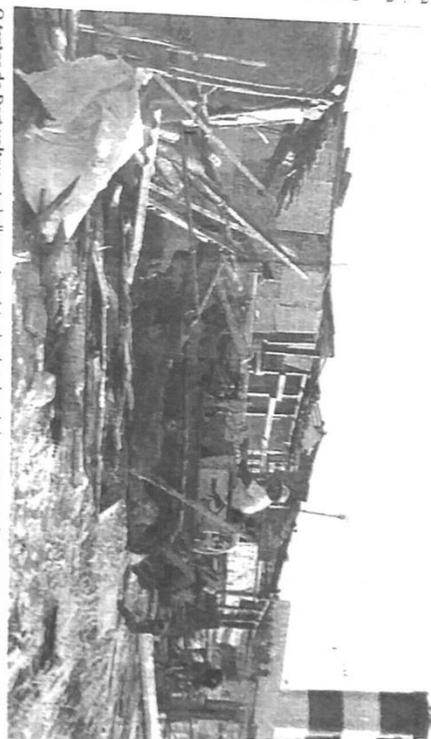
O clima ficou tenso quando Maria da Conceição Silva Esmeraldo, grávida de dois meses, agarrou o espaldar do barraco utilizando um pedaço de gás de cozinha e uma garrafa de que-

morro, podia-se ver pilhas de móveis. Dez caminhões do Dert transportaram os pertences de algumas pessoas para casas de parentes e amigos. Muitas pessoas permaneceram ao relento vigiando seus bens.

A comunidade demonstrava não aceitar a proposta apresentada pela Secretaria da Infraestrutura do Estado (Seinfra), de ser deslocada para um terreno às margens da BR-116, no Bairro Il. 7ª, maioria das pessoas vive do mar. São pescadores, garçons, vendedores aqui. A filha Maria de Lourdes Pereira, uma das pessoas que perderam as casas ontem.

Os deputados estaduais João Alfredo (PT) e José Nóbrega (Caimarães (PT)) passaram a tarde na desocupação. Eles reclamaram que o mandato de segurança impetrado pelo Ex-

celito de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Erel Tito de Alencar junto ao Tribunal de Justiça, para suspender a ação de despejo, foi distribuído para o desembargador Edmilson Cruz, que está viajando. "Ele só deve retornar na segunda-feira (5)", quando todas as pessoas estiverem desabrigadas", disse João Alfredo. Os deputados prometeram responsabilizar o Governo do Estado pelos danos materiais das famílias e enviar uma representação ao Banco Mundial relatando o ocorrido.



O tutor do Dert voltou a trabalhar ontem à tarde, derrubando barracos para desocupação do terreno onde cerca de 700 famílias estavam vivendo, última terça-feira.

Nenhum para a terra prometida

Existe a denúncia de que muitos investidores não perchariam das moradias e que estavam nas dunas do farol novo somente para ocupar o espaço para depois alugar. Diante disso, o advogado da Seinfra, Antônio Carvalho, disse que somente as pessoas realmente carentes seriam transferidas.

das moradores, atigiu-se à BR-116. Todos os desapropriados estavam levando seus objetos ou para o Bairro Serroluz ou para a casa de contêineres. Era o caso da doméstica Maria das Graças Rodrigues da Silva, 36, que chorava ao ver seus utensílios transferidos para a casa de sua irmã. "Eu estou sentindo uma

dispunha, durante a entrevista, ontem à tarde, dos dados sobre o déficit habitacional. Em Fortaleza, segundo a Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese, não há moradia para cerca de 150 mil pessoas. No final da tarde, muitas pessoas ainda não sabiam para onde ir. A doméstica Maria

FOTOS: EMILIANO BEZERRA



Maria Lúcia Salgueiro, 35, abriu logo ao barraco e ameaçou se jogar ao fogo se não fosse removido. Ela tem três meses de vida, mas os vizinhos não permitiam. Chorando em um canto, ela relatava que não tinha para onde ir. "Aqui sei, mas não vou ficar aqui na rua com meus dois filhos". O marido é ajudante de garçom em uma barreira na Praia do Futuro e ganha R\$ 50.000 por semana. As outras coisas que restaram à família, segundo ela, foram uma mesa e um fogão.



Adélia Maria da Conceição, 73, e José Salvador da Oliveira, 16, permitiram-se sentados pendurados no muro. A casa construída na ocupação foi destruída na última quarta-feira. Omeim, um barraco onde estavam dormindo e guardando as pertencências voltou a ser demolido pelo

ANEXO S – Matéria Diário do Nordeste – 03/02/2001

Diário do Nordeste

Fortaleza, Ceará - Sábado, 3 de fevereiro de 2001

CIDADE

Página

Confronto marca desocupação no Vicente Pinzó

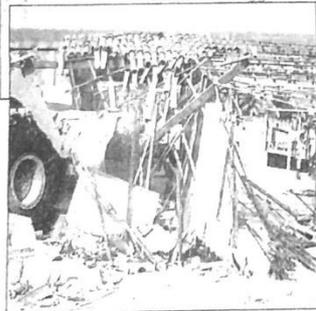
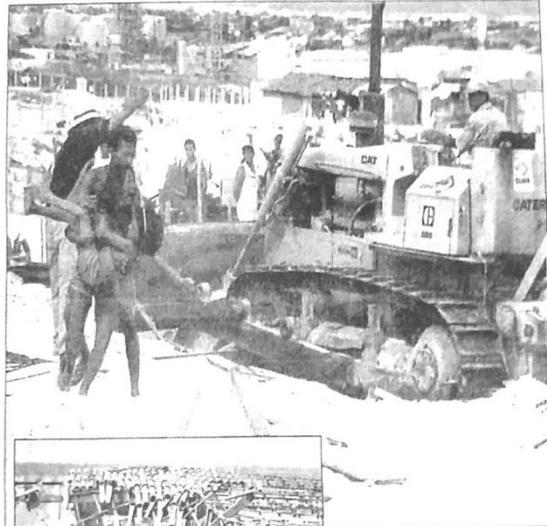
Terminou em confronto, mas sem vítimas, o processo parcial de desocupação no Vicente Pinzón. Por volta das 19 horas de ontem, quando 70% dos barracos já tinham sido colocados chão abaixo, os moradores que invadiram a área resolveram atacar os policiais, num total de 300 homens, com pedradas. Eles, por sua vez, foram recuando e revidando com baías de borracha e bomba de efeito moral. Na descida do morro, os policiais se dispersaram para atacar, em seguida, o grupo que mostrava-se mais revoltado. Logo mais às oito horas, está prevista a demolição dos barracos restantes.

A ocupação Vicente Pinzón foi atirada abaixo ontem por tratores do Dert, cumprindo ordem judicial através de liminar concedida pela juíza titular da 7ª Vara, Maria Elizabeth Aguiar Filgueiras Lima. Segundo o major Carlos Souto, adjunto relações públicas da Cpsa Militar, foi destacado um efetivo de 300 homens da cavalaria e infantaria para garantir a desocupação dos barracos.

Houve resistências. Muito choro, gritos, desespero e xingamentos. Nada adiantou. Os oficiais de justiça Gildo Brito e Vicente Nepomuceno discutiram com a advogada do escritório de advocacia Frei Tito, da Assembleia Legislativa, Roberta Lia, e disseram a ela que quem se sentisse prejudicado era "só recorrer da decisão judicial a posteriori".

Pouco a pouco o acesso da polícia militar foi minando a resistência das pessoas. Alguns iam retirando o que podia de dentro dos barracos e até mesmo as telhas. Enquanto o trato iniciava a derrubada, mesmo com as pessoas em cima dos telhados.

Sandra Maria Pereira Soares, 37 anos, três filhos, que vivia na roça em Crateús, dis-



A ocupação Vicente Pinzón foi atirada abaixo ontem por tratores do Dert. Houve resistências. Muito choro, gritos, desespero e xingamentos (acima). Nada adiantou. Segundo o major Carlos Souto, relações públicas adjunto da Casa Militar, foi destacado um efetivo de 300 homens da cavalaria e infantaria para garantir a desocupação. 70% dos barracos foram derrubados e hoje pela manhã o restante será demolido

se que passava fome e veio para ali porque "a líder comunitária mandou". Cláudia Maria Damasceno Sousa, 28 anos, três filhos, alega que morava no quintal da casa da cunhada e que agora não tem para onde ir. Maria da Conceição Esmerindo, 29 anos, desesperada, abriu o botijão de gás, botou uma garrafa com gasolina dentro e ameaçava explodir o barraco com ela e o marido dentro.

Políticos e representantes de ONGs acompanhavam impotentes a demolição. Elizeth Onuki, da Associação Comu-

nitária Monte Azul, que está indo para o Japão, estava estarrecida com a "violência" empregada para fazer a desocupação.

Os advogados da Seinfra, Antônio Carvalho e Paulo de Castro, deixaram bem claro que a desocupação era necessária porque o terreno já estava destinado para construir conjuntos habitacionais para pessoas já cadastradas. Eles explicaram que sem a liberação do terreno a Caixa Econômica "não liberaria o dinheiro para a construção". Os advogados denunciaram também

que entre os invasores havia muitos especuladores. "Já cadastramos 15 taxistas que compraram lugar aqui".

O deputado João Alfredo, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, disse que achava um "absurdo" aquela retirada. "Se aqui existem especuladores, que eles sejam identificados e retirados. Eu não sei o que é pior, se é o Governo ou o Judiciário".

O deputado José Nobre Guimarães, que também acompanhava a demolição, disse que estava decepcionado com a atitude do Governo. "Ontem a gente estava quase chegando a um acordo com o governador em exercício, Bení Veras, quando o secretário de Governo, Assis Machado, cortou o diálogo", disse.

Fórum condena forma da retirada

Nenhum representante do poder público (Estado e Município) compareceu ao Fórum das Áreas de Risco, realizado ontem à tarde, no

ANEXO T – Matéria Jornal O povo 04/02/2001

ANEXO T – Matéria Jornal O povo 04/02/2001

FORTALEZA-CE, DOMINGO, 4 de fevereiro de 2001

DUNA DO FAROL NOVO

Liminar suspende desocupação

"Uma guerra de liminares". É assim que o deputado João Alfredo define a situação do terreno próximo ao farol, do qual os moradores estão sendo alvo de despejo promovido pelo Governo do Estado. Ontem, a retirada foi suspensa por ordem de desembargador



Moradora mantém bens no terreno que está sendo desocupado pelo Governo. Resistência em meio a tratores, caminhões e policiais

Uma liminar concedida pelo desembargador Edmilson Cruz suspendeu o despejo das 700 famílias que ocupam o terreno próximo ao farol novo, na divisa entre os bairros Castelo Encantado e Vicente Pinzón. O documento foi levado ao local pelo deputado João Alfredo (PT), por volta das 10 horas, quando os moradores acompanhavam o avanço das máquinas que continuavam a derubada dos barracos, iniciada na última quarta-feira, na ação de reintegração de posse pedida pela Companhia de Habitação do Estado (Cohab).

Um erro de digitação na data do documento, que constava como 14 de janeiro de 2000, gerou impasse. João Alfredo e a advogada da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Roberta Lia Sampaio de Araújo, que deu entrada com o pedido

de liminar, conversaram com representantes do Governo do Estado e da Polícia Militar por mais de meia hora, até desfazerem o engano em contato telefônico com o desembargador.

As 11 horas, o deputado comunicou aos moradores a suspensão do despejo, destacando que a decisão não é definitiva. "Estamos em uma guerra de liminares. O Governo do Estado vai recorrer, mas isso nos dá tempo para resistir", disse. As máquinas e caminhões foram recolhidas ao farol novo e os policiais abandonaram o local nos ônibus da PM. Os moradores se reuniram ontem à tarde para discutir a situação. Eles querem que o Governo construa casas duplex, permitindo abrigá-los e as 600 famílias que devem ser alojadas no conjunto habitacional que, segundo o Governo, será construído no local

ANEXO W – Matéria Diária do Nordeste 05/02/2001

ANEXO W – Matéria Diária do Nordeste 05/02/2001

Fortaleza, Ceará - Segunda-feira, 5 de fevereiro de 2001

Diário do Nordeste

Página 10

CIDADE

Barracos no Vicente Pinzón são reconstruídos

Foto: Siva

Barulho de martelo, pedaços de madeira, telhas quebradas, canecas, chinelos, tapetes espalhados pela areia e muito receio do que pode voltar a acontecer esta semana. Isso era o que se via e ouvia na manhã de ontem no bairro Vicente Pinzón.

Muitos moradores estavam reconstruindo seus barracos mesmo sem saber se serão novamente derrubados. Um grupo de jovens ligado à Igreja Nossa Senhora da Saúde, no Mucuripe, distribuiu pão, leite e café para os moradores, na manhã de ontem.

A Secretaria de Infra-Estrutura do Estado (Seinfra) está coordenando uma ação de despejo dos moradores com a presença de policiais e tratores. No local serão construídos conjuntos habitacionais. A ação está temporariamente suspensa desde a manhã de sábado por conta do mandado de segurança concedido pelo desembargador Edmilson Cruz.

MÁ FÉ - A maioria dos barracos foi construído com o único dinheiro que os moradores ainda tinham. Muitos moravam de aluguel no Castelo Encantado e foram incentivados a ocupar o local por uma falsa líder comunitária, de nome Luiza Marilague de Souza,



Mesmo sem saber se serão novamente derrubados, os moradores teimam em reconstruir os seus barracos

que se dizia presidente de uma associação de moradores com o nome Menino Jesus de Praga.

"Nós temos até uma carteirinha da tal associação, com foto e tudo. Ela prometeu que tinha casa para nós, que o governo garantiu isso a ela, que tinha cadastro e tudo. Toda quinzena era cheio de gente na casa dela e cada um pagava uma taxa de R\$ 2,00 ou R\$

3,00. Só de mim ela levou uns R\$ 30,00. Agora ela tem casa feita de tijolo e nem coloca mais as caras por aqui", conta o pescador Fernando Antônio Silva de Castro, que ocupou o terreno há quatro meses.

"Tudo o que eu tinha eu gastei aqui e agora, o vai ser de mim? Tão levando um pessoal lá para a BR-116, mas o que eu vou fazer lá se trabalho aqui?", questiona o também

pescador Ricardo Salvador Oliveira.

ESPERA - O deputado estadual João Alfredo (PT) diz que o problema é que o governo deve tentar renovar a ordem de despejo dos moradores. Os advogados ligados à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE) estão tentando resolver o caso.

ANEXO U – Capa O Povo 06/02/2001

O POVO

FORTALEZA-CE, TERÇA-FEIRA, 6 de fevereiro de 2001 ANO LXXIV Nº 24.038 R\$ 1,00

RESISTINDO

CLAUDIO LIMA



SEM-TETO As cinquenta famílias que resistiram ao despejo feito pelo Governo do Estado no último dia 31, em um terreno no Castelo Encantado, próximo ao Farol Novo, participaram ontem de uma missa. Elas avaliaram as perdas e estão se articulando para ficar no local, inclusive com o apoio de moradores de áreas vizinhas. O Estado recorreu contra a liminar que suspendeu o despejo, concedida sábado passado pelo desembargador Edmilson Cruz. **4**

ANEXO V – Matéria O Povo 06/02/2001

FORTALEZA CE, TERÇA-FEIRA, 15 de Fevereiro de 2001

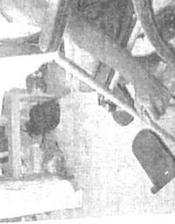
Missa marca reorganização de moradores de terreno

Uma celebração na tarde de ontem foi o marco da reorganização dos ocupantes do terreno das proximidades do farol novo, que quarta-feira passada foram despejados por ordem judicial. Entidades religiosas e populares dão apoio à comunidade



Missa na tarde de ontem. Reflete o que ocorreu durante o despejo para o morro.

Como forma de organizar uma comunidade, a Igreja Católica realizou, na tarde de ontem, uma missa em homenagem aos moradores de 44 famílias sociais despejados no terreno do farol novo. A celebração contou com a presença de representantes de entidades religiosas e populares da comunidade. O despejo ocorreu na tarde de ontem, após a ordem judicial expedida pelo juiz federal Sérgio de Azevedo. Os despejados foram encaminhados para o morro da Seta, onde já estavam morando algumas famílias. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno.



Registro de moradores: Organização da comunidade por moradia.

Os despejados foram encaminhados para o morro da Seta, onde já estavam morando algumas famílias. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno.

Durante a celebração, bispo-chefe de Fortaleza, Dom Antônio Carlos de Souza, afirmou que o despejo dos moradores do farol novo foi uma grande dor para a comunidade. Ele destacou a importância da reorganização dos despejados em um novo terreno. Dom Antônio também falou sobre a importância da solidariedade e do apoio da comunidade durante esse processo. Ele afirmou que a Igreja Católica está comprometida com a defesa dos direitos dos despejados e que vai continuar trabalhando para a reorganização da comunidade. O despejo ocorreu na tarde de ontem, após a ordem judicial expedida pelo juiz federal Sérgio de Azevedo. Os despejados foram encaminhados para o morro da Seta, onde já estavam morando algumas famílias. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno.

A missa também contou com a presença de representantes de entidades religiosas e populares da comunidade. O despejo ocorreu na tarde de ontem, após a ordem judicial expedida pelo juiz federal Sérgio de Azevedo. Os despejados foram encaminhados para o morro da Seta, onde já estavam morando algumas famílias. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno.

Organização da comunidade por moradia. O despejo ocorreu na tarde de ontem, após a ordem judicial expedida pelo juiz federal Sérgio de Azevedo. Os despejados foram encaminhados para o morro da Seta, onde já estavam morando algumas famílias. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno.



Alimentação preparada em barracão. Vários foram cozidos. O despejo ocorreu na tarde de ontem, após a ordem judicial expedida pelo juiz federal Sérgio de Azevedo. Os despejados foram encaminhados para o morro da Seta, onde já estavam morando algumas famílias. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno.

Estado recorre para prosseguir com despejo. O despejo ocorreu na tarde de ontem, após a ordem judicial expedida pelo juiz federal Sérgio de Azevedo. Os despejados foram encaminhados para o morro da Seta, onde já estavam morando algumas famílias. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno.

Solidariedade alivia sofrimento de famílias. O despejo ocorreu na tarde de ontem, após a ordem judicial expedida pelo juiz federal Sérgio de Azevedo. Os despejados foram encaminhados para o morro da Seta, onde já estavam morando algumas famílias. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno.

Organização da comunidade por moradia. O despejo ocorreu na tarde de ontem, após a ordem judicial expedida pelo juiz federal Sérgio de Azevedo. Os despejados foram encaminhados para o morro da Seta, onde já estavam morando algumas famílias. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno.

Organização da comunidade por moradia. O despejo ocorreu na tarde de ontem, após a ordem judicial expedida pelo juiz federal Sérgio de Azevedo. Os despejados foram encaminhados para o morro da Seta, onde já estavam morando algumas famílias. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno.

Organização da comunidade por moradia. O despejo ocorreu na tarde de ontem, após a ordem judicial expedida pelo juiz federal Sérgio de Azevedo. Os despejados foram encaminhados para o morro da Seta, onde já estavam morando algumas famílias. A comunidade do farol novo está sendo reorganizada em um terreno na Avenida da Liberdade, próximo ao bairro de São José. A reorganização será feita em etapas, com a primeira etapa envolvendo 10 famílias. O despejo foi considerado necessário para a construção de um novo edifício residencial no terreno.

ANEXO Y – Foto mulher com bebê fugindo do fogo

Governo recua e discute situação de comunidade

O Governo do Estado aceitou cadastrar famílias que ocuparam o terreno próximo ao farol novo. Em audiência ontem à tarde, o secretário da Infra-Estrutura, Maia Júnior, se comprometeu a analisar a proposta dos moradores de construir casas duplex para mantê-los no local. A comunidade foi despejada na semana passada

A Secretária da Infra-Estrutura do Estado (Seinfra) recuou e aceitou cadastrar os moradores de área nas proximidades do farol novo, entre os bairros do Castelo Encantado e Vicente Pinzón, e analisar a proposta de mantê-los no local. O secretário Maia Júnior recebeu moradores e parlamentares ontem à tarde, para discutir a situação da comunidade, ameaçada de despejo. O representante dos moradores, Cosmo Eduardo Ramos Alves, disse que "o Governo vai ver que as pessoas que estão aqui são famílias que precisam de casa, não tem onde morar".

O cadastro dos moradores deve começar hoje. A comissão, formada pelo coordenador de habitação, José Mota Cambraia, assistentes sociais da Seinfra, o vereador Lula Moraes (PCdoB), o advogado Deodato Ramalho, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE) e quatro representantes dos moradores, vai fazer o cadastro das famílias e o levantamento da área para identificar se é possível abrigá-las no conjunto habitacional previsto para ser construído no local.



FOTOS: EVILAZO REZNERA

Cenas do despejo, sexta-feira passada: Barraco é incendiado por moradores, revoltados com ação policial. Família foge, tentando proteger bebê



FOTOS: CLAUDIO LIMA

Séqüência de demolição de casebre: Moradores desabrigados querem ser incluídos em programa habitacional do Governo do Estado

ANEXO X – Socorro e Liduina em matéria DN 13/02/2001

Diário do Nordeste

CIDADE

Fortaleza, Ceará, Terça-feira, 13 de fevereiro de 2001



VITÓRIA Famílias do Conjunto São Pedro, no Vicente Pinzón, realizaram ontem à noite um ato visando fortalecer a luta e comemorar o fato de permanecerem no local. A coordenação informou aos presentes sobre as negociações realizadas na última semana com a Secretaria de Infra-Estrutura (Seinfra). Para sábado está prevista uma missa no local, às 18 horas. Diversas entidades estiveram presentes ao ato, como a União das Mulheres Cearenses e União das Comunidades da Grande Fortaleza.

ANEXO Z – Posição agentes do governo

O secretário Maria Junior destaca que as 673 famílias já cadastradas de quatro áreas de risco – Lagoa do Cengibre, Lagoa do Coração, Aristides Barcelos e reassentamento da Petróbrás – serão priorizadas na ocupação do local. “Vamos analisar a proposta deles, de construção de casas duplex, e verificar quantas podem permanecer no local. Os outros serão remanejados para uma área transitória até que a gente consiga outro terreno para colocá-los definitivamente”.

Ele diz acreditar que com a solução negociada vai ser possível suspender o processo na Justiça. A ação de despejo pedida pelo Governo do Estado foi suspensa no último sábado, por força de liminar concedida pelo desembargador Edmilson Cruz. Maia Junior diz que durante os sete meses em que o terreno foi ocupado pelas famílias tentou fazer o cadastro, mas foi “impedido” pelos moradores. Cosmo Eduardo contesta o secretário, dizendo que “os moradores nunca souberam de cadastro, por isso se revoltaram com a ação da Polícia”.

Diálogo contradiz carta

A posição do Governo do Estado em relação aos moradores do terreno próximo ao farol novo foi modificada em apenas 24 horas. Em carta enviada ao O POVO na última terça-feira e publicada ontem, o coordenador de Habitação da Seinfra, José Mota

Cambraia, garantia que a questão “inserir-se num contexto singular de tentativa de subversão da ordem patrocinaada por pseudo lideranças”.

De acordo com Cambraia, os moradores deveriam ser retirados do loteamento pois o terreno estava destinado “ao reassentamento de 673 famílias, já devidamente cadastradas e selecionadas, observados os critérios de admissão ao programa habitacional”. Ele escreveu ainda que “compactuar com



Cambraia: “Subversão”

invasões ao patrimônio público (...), sob qualquer pretexto, seria uma atitude demagógica”.

Liminar contra despejo

As famílias que há sete meses ocupavam o terreno de 82,351 metros quadrados nas proximidades do farol novo foram despejadas entre 31 de janeiro e sábado passado. O despejo, marcado pela ação de 300 homens da Polícia Militar, entre Batalhão de Choque e de Cavalaria, transformou a área num “campo de guerra”, com os moradores tentando resistir à desocupação.

A ação de despejo continuou no dia seguinte, com os tratores passando por cima dos barracos improvisados pelos moradores. Muitas pessoas permaneciam ao relento vigiando seus bens. A comunidade não aceitava a proposta da Secretaria da Infra-Estrutura do Estado (Seinfra), de levá-los para um terreno às margens da BR-116,

no Barroso II.

No mesmo dia, o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar entrou com um mandado de segurança, junto ao Tribunal de Justiça, contra a liminar que autorizava a retirada das famílias, alegando que a Seinfra não tem

personalidade jurídica para comandar a ação de despejo.

No processo, figura a Companhia de Habitação do Estado (Cohab) como

responsável pela desapropriação. No sábado, dia 3, uma liminar concedida pelo desembargador Edmilson Cruz suspendeu o despejo. As famílias que tinham sido retiradas do local voltaram para reconstruir os barracos na área, que foi batizada por eles de “Morro da Vitória”.